

GÊNERO

Copyright © 2006 by Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - RJ - Brasil - Tel.: (21) 2629-5287
Fax: (21) 2629- 5288 - www.editora.uff.br - E-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Revisão/Normalização: Fabrício Trindade Ferreira ME

Editoração eletrônica: Fabrício Trindade Ferreira ME

Capa: Garatuja Artes Visuais.

Projeto Gráfico: Ana Paula Campos

Coordenação editorial: Ricardo B. Borges (Eduff)

Produção Editorial: Almir Miranda da Silva

Secretaria: Luzia Helena de Rezende, Flavia Umbelino Nemer e Raquel Silva Marques Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

G326 Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG - do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - v.13, n.2 (1. sem. 2013) - Niterói: Editora da UFF, 2014.
v.:il. ; 23 cm.
Semestral
ISSN 1517-9699
1. Ciências Sociais. 2. Ciências Humanas. I. Universidade Federal Fluminense. Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor:	Roberto de Souza Salles
Vice-Reitor:	Sidney Luiz de Matos Mello
PROPP	Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
PEPPS	Mônica de Castro Maia Senna
Diretor da EdUFF:	Mauro Romero Leal Passos
Divisão de Editoração e Produção:	Ricardo Borges
Divisão de Distribuição:	Luciene P. de Moraes
Divisão de Comunicação e Eventos:	Ana Paula Campos
Editores	Hildete Pereira de Melo / João Bôscó Hora Góis

Conselho Editorial - Andréia Puppim, Hildete Pereira de Melo, João Bôscó Hora Góis, Laura Cavalcante Padilha, Márcia Cavendish Wanderley, Sueli Gomes Costa, Marta Castilho

Comissão Editorial - Bárbara Soares (UCAM), Constância Lima Duarte (UFMG), Eva Blay (USP), Françoise Thébaud (Université d'Avignon), Gabrielle Houbre (Universidade de Paris VII), Hildete Pereira de Melo (UFF), Jaqueline Pitanguy (CEPIA), James Green (Brow University), June Hahner (State University of New York - Albany), Leila Linhares (CEPIA), Luiz Mott (UFBA), Márcia Izilda Matos (PUC/SP), Neuma Aguiar (UFMG), Pauline Schmidt Pantel (Universidade de Paris I), Rachel Soihet (UFF), Rick Santos (SUNY).

SUMÁRIO

EDITORIAL, 5

DOSSIÊ

“TRABALHO E GÊNERO – UMA HOMENAGEM A CRISTINA BRUSCHINI”

UMA AVALIAÇÃO DE GÊNERO DA METODOLOGIA PARA SIMULAR A APOSENTADORIA RURAL ATRAVÉS DAS PNADS/IBGE, 7

Ana Cecília Kreter

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Edinéia Lopes da Cruz Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E A SOCIABILIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES, 31

Lourdes Bandeira

Universidade de Brasília

Hildete Pereira de Melo

Universidade Federal Fluminense

DESIGUALDADE DE RENDA POR GÊNERO: UMA ANÁLISE NOS MEIOS RURAIS E URBANOS DO BRASIL E DA REGIÃO NORDESTE (2001-2009), 49

Débora Chaves Meireles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Jorge Luiz Mariano da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

DIFERENCIAIS REFERENTES À DESIGUALDADE DE GÊNERO, 79

Sonia Maria M.C. de Oliveira

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Celso Simões

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ricardo Luiz Cardoso

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ARTIGOS

“E QUANDO SÃO ELAS?” INTERFACES ENTRE SAÚDE MENTAL, SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E GÊNERO: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A CONDIÇÃO DE MULHERES DIAGNOSTICADAS COM O TRANSTORNO MENTAL DEVIDO AO USO NOCIVO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA, 109

Lúcia Cristina dos Santos Rosa
Universidade Federal do Piauí

Tahiana Menezes Alves
Universidade Federal do Piauí

SOCIOLOGIA DAS MASCULINIDADES E EDUCAÇÃO: DA SUPERAÇÃO DO BINARISMO DE GÊNERO À INVESTIGAÇÃO DAS MASCULINIDADES NEGRAS, 127

Rosemeire dos Santos Brito
Universidade Federal do Espírito Santo

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA PROBLEMÁTICA DE GÊNERO E O MITO DA MATERNIDADE, 149

Jackson da Silva Leal
Universidade Federal de Santa Catarina

Roberta Adamoli Santin Leal
Universidade Federal de Santa Catarina

A PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE UM SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO, 181

Daliane Fontenele de Souza
Universidade Federal do Piauí

Inez Sampaio Nery,
Universidade Federal do Piauí

Valney Rocha Maciel
Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará

EDITORIAL

O segundo número do Volume 13 da Revista Gênero traz um dossiê intitulado "Trabalho e Gênero: Uma homenagem a Cristina Bruschini (1945-2012)". Este foi organizado pela própria editoria da revista como homenagem a pesquisadora falecida em 2012 e uma das introdutoras da temática dos estudos sobre o trabalho das mulheres no meio acadêmico brasileiro ainda nos idos dos anos 1970. Desta forma a Revista Gênero presta este tributo a esta mulher batalhadora, exemplo de uma vida dedicada ao desenvolvimento do pensamento feminista no Brasil.

Selecionou-se um conjunto de artigos sobre esta temática que abordam as relações de gênero sobre diferentes ângulos: Ana Cecília Kreter, Jefferson A.R. Staduto e Edinéia L. da Cruz Souza discutem sob o prisma das relações de gênero a metodologia para simular a aposentadoria rural da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lourdes Bandeira e Hildete Pereira de Melo avaliam os possíveis impactos da aprovação da PEC das Domésticas em abril de 2013 sobre as relações de sociabilidade da família brasileira, por sua vez os dois últimos artigos deste Dossiê tratam do tema da desigualdade de rendimentos de gênero, o artigo de Débora Chaves Meireles e Jorge Luiz Mariano da Silva utilizando o instrumental econométrico analisam a desigualdade da distribuição de renda por gênero no meio rural e urbano no período 2001-2009. Os resultados encontrados mostraram que a desigualdade renda é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres nas áreas rurais e urbanas, do Brasil e do Nordeste. O outro artigo é de autoria de Sonia Oliveira, Celso Simões e Ricardo L. Cardoso através da estatística descritiva também tratam do tema da desigualdade de rendimentos com o objetivo de traçar um panorama sobre os diferenciais entre homens e mulheres com um foco especial sobre dados de renda do trabalho, bem como sobre as tendências e diferenciais regionais, no que se refere ao padrão e ao ritmo das alterações observadas nesta última década.

Em seguida, apresentamos os artigos submetidos e aprovados para este número da revista.

O primeiro artigo de Lucia Cristina dos Santos Rosa e Tahiana Menezes Alves discute questões relativas a saúde mental e a utilização de substâncias psicoativas numa perspectiva de gênero. Concluem que ainda permanece a hegemonia das ciências da saúde no tratamento dos transtornos mentais, aliado a prevalência da leitura moralizadora a respeito do consumo de substâncias psicoativas e que homens e mulheres apresentam relações distintas em relação ao consumo destas substâncias e que mesmo sendo elas uma parcela muito pequena destes usuários o estigma social sofrido por elas é muito forte do que o relativos ao sexo masculino. O segundo artigo de Rosemeire dos Santos Brito faz uma avaliação da produção científica dos estudos sobre masculinidades negras, privilegiando o recorte sociológico conceitual relativo a masculinidade para superar o binarismo de gênero na pesquisa sobre as masculinidades negras. O terceiro artigo de Jackson da Silva Leal e Roberta Adamoli Santin Lela discute o papel das relações de gênero no imaginário da sociedade patriarcal relativa à guarda dos filhos e o papel do Serviço Social frente a essa dinâmica estrutural de conflitualidade que envolve o Direito de Família e os tradicionais papéis masculinos e femininos. O último artigo de Daliane Fontenele de Souza, Inez Sampaio Nery e Valney Rocha Maciel analisam a perspectiva de gênero dos adolescentes participantes do programa socioeducativo – ProJovem Adolescente num município do estado do Ceará. Concluem que há certa maturidade dos jovens em relação ao cotidiano social, mas isto não implica que ainda permaneça um desconhecimento a respeito do que é “ser homem ou ser mulher” e isto reforça os conceitos “machistas” da dominação patriarcal da sociedade.

Assim, encerramos mais um número da Revista Gênero e agradecemos a todos os que contribuíram para sua elaboração.

Boa leitura.

UMA AVALIAÇÃO DE GÊNERO DA METODOLOGIA PARA SIMULAR A APOSENTADORIA RURAL ATRAVÉS DAS PNADS/IBGE

Ana Cecília Kreter

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mail: ana.kreter@gmail.com

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mail: staduto@unioeste.br

Edinéia Lopes da Cruz Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mailedyeconomista@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência do uso da PNAD como fonte de dados para a análise da previdência rural. Com a Constituição Federal de 1988, a possibilidade do agricultor familiar e do conta-própria se aposentar por idade sem contribuição regular foi ampliada. Utilizando os dados da PNAD da década de 1990, reproduzimos este contingente, e observamos que a *proxy* criada tem a mesma tendência dos dados da DATAPREV. Entretanto, fazendo a mesma análise por sexo, verificamos que a *proxy* dos aposentados superestimou o número de mulheres e subestimou o número de homens.

Palavras-chave: Aposentadoria; Previdência Social; Gênero

Abstract: This article aims to analyze the efficiency of PNAD as a data source for rural social security studies. The 1988 Constitution expanded the retirement age without regular contribution for family farmers and self-employed. Using the PNAD microdata for the 1990s, we reproduce this contingent, and observed that it has the same tendency as DATAPREV. However, doing the same analysis by gender, we found out that the proxy of retirees overestimated the number of women and underestimated the number of men.

Keywords: Retirement; Social Security; Gender

Introdução

De um modo geral, a previdência social pode ser estruturada através do sistema de capitalização ou através do sistema de repartição. No sistema de capitalização, as contribuições dos trabalhadores na ativa criam um fundo de participação que servirá de base para o seu benefício a receber no futuro. Já no sistema de repartição, os trabalhadores na ativa financiam os aposentados do mesmo período. E é esta segunda forma a utilizada pelo Brasil nas últimas décadas. Ainda no caso brasileiro, os aposentados residentes no meio rural podem participar da previdência social através da contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou ainda como segurados especiais, desvinculando a aposentadoria da contribuição compulsória regular.

Até a década de 1990, o sistema previdenciário era composto pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Facultativo de Previdência Social (artigo 9º da Lei nº 8.213/91). A partir de 1998, o Regime Facultativo foi extinto em face da nova redação dada ao §7º do artigo 201 da Constituição Federal, e implementada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20 do mesmo ano. No presente trabalho apenas o RGPS é analisado¹.

Os beneficiários do RGPS são classificados em segurados e dependentes, sendo segurados obrigatórios os empregados, os empregados domésticos, os contribuintes individuais, os trabalhadores avulsos e os segurados especiais (artigo 11º da Lei nº 8.213/91). Todos os aposentados residentes no meio rural são enquadrados como segurados obrigatórios, sendo que os beneficiários da aposentadoria por idade e da aposentadoria por invalidez fazem parte dos chamados segurados especiais, ou seja, fazem parte daqueles que recebem os benefícios através da comprovação do exercício de atividade rural.

Dentre os princípios e objetivos da Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/91) encontram-se no artigo 2º, inciso II, a “uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais²”, o que possibilitou, a partir de 1991, o acesso por parte dos segurados espe-

¹ Utilizou-se a Lei no 8.212/91 e a Lei no 8.213/91.

² Os demais princípios e objetivos expostos no artigo 2º da Lei de Benefícios da Previdência Social são: universalidade de participação nos planos previdenciários; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente; irreduzibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo; valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo; e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados”.

ciais aos seguintes benefícios previdenciários: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, auxílio-doença e auxílio reclusão ou de pensão,³ todos no valor de um salário mínimo. Os trabalhadores rurais têm direito a estes benefícios desde que haja comprovação do “exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondente à carência do benefício requerido”.⁴ Esta carência é válida tanto para os benefícios já citados quanto para a aposentadoria por tempo de contribuição, e leva em consideração “o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício”.⁵ Os demais benefícios da Lei nº 8.213/91 podem ser concedidos aos segurados especiais, desde que haja contribuição previdenciária facultativa.

Esses mesmos benefícios, para efeito analítico, podem ser agrupados em: aposentadorias, auxílios e pensões. Segundo os dados do Modelo Demográfico-Atuarial de Projeções e Simulações de Reformas Previdenciárias (MAPS/IPEA), o número de beneficiários no ano de 1999 da previdência rural foi de 6.439.805, sendo a aposentadoria por idade responsável por mais de 65% deste montante, seguidas pelas pensões (25%), pela aposentadoria por invalidez (7%) e pelos auxílios (3%). De acordo com o último Anuário Estatístico da Previdência Social, o número de benefícios da previdência rural continua crescendo. Em 2011 a previdência rural tinha 8.577.669 beneficiários, mas a participação da aposentadoria por idade permaneceu estável. A representatividade da aposentadoria por idade é a principal razão pela qual, diversos pesquisadores restringem a análise da previdência rural apenas a este benefício. E apesar da sua importância, tanto no incremento da renda domiciliar quanto no reconhecimento do trabalho do conta-própria e do agricultor familiar, essa modalidade de aposentadoria carece de dados. Por esta razão, para a análise do Brasil e das macrorregiões muitos pesquisadores costumam criar uma *proxy* dos aposentados através Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), fazendo uma série de considerações como idade, valor da aposentadoria e local de residência, na medida em que o questionário não possui uma pergunta específica sobre esse tipo de benefício. No entanto será que esta *proxy* representa de fato os aposentados por idade da previdência rural?

³ Artigo 39o da Lei no 8.213/91.

⁴ O período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. A tabela com a transição da previdência rural encontra-se na seção 3.

⁵ Até 1998 esta aposentadoria era concedida por tempo de serviço e não por tempo de contribuição. A mudança conceitual ocorreu através da nova redação dada ao §7o do artigo 201 da Constituição Federal, pelo artigo 1o da Emenda Constitucional no 20 de 1998.

O presente trabalho tem como objetivo responder a esta pergunta. Primeiro descreve-se a *proxy* dos aposentados rurais por meio da PNAD, selecionando as variáveis com base na metodologia dos principais autores sobre o tema. Em seguida, comparamos os dados extraídos da PNAD com os divulgados pelo MAPS/IPEA. Este método nos permite verificar a eficácia de se utilizar os microdados da PNAD para analisar os aposentados por idade rural e sinalizar suas principais limitações.

Como mencionado nesta introdução, usamos o modelo MAPS/IPEA como referencial. Este modelo – elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para os anos de 1990 e 2000 – é composto pelos módulos demográfico, previdenciário e econômico com base nos microdados da DATAPREV. No caso da previdência social, o MAPS/IPEA distingue o tipo de previdência (rural ou urbana), o tipo de benefício recebido (aposentadorias, auxílios e pensões), e o tipo de beneficiário (homem ou mulher). Como ele fornece o número exato de beneficiários da previdência rural ano a ano, foi possível fazer a análise da PNAD *versus* DATAPREV para toda a década de 1990.

Este artigo está dividido, portanto, em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção 2 fizemos uma revisão da literatura sobre previdência social, dando destaque à previdência rural e às metodologias que usam a PNAD como dados secundários. A seção 3 descreve a inserção do trabalhador no sistema previdenciário, em especial a legislação promulgada na década de 1990 e as condições exigidas para que ele possa requerer o benefício. A seção 4 apresenta as duas fontes de dados desta análise – MAPS/IPEA e PNAD – e a metodologia utilizada para a construção da *proxy* dos aposentados rurais. Os resultados e as considerações finais encontram-se, por fim, na seção 5.

Revisão de literatura

Apresentamos, a seguir, parte expressiva da literatura sobre previdência social no Brasil. Constatamos que ela pode ser agrupada em pelo menos quatro grandes temas: *a)* evolução do sistema previdenciário e suas estruturas políticas; *b)* distinção entre benefícios de contribuição compulsória e não compulsória e as reformas atuais de previdência social; *c)* distinção por sexo de benefícios concedidos; e *d)* discussão entre previdência, bem-estar

social, distribuição de renda e pobreza.⁶ Desses quatro temas, pelo menos os dois últimos podem ser analisados por meio dos dados da PNAD.

Sobre a evolução do sistema previdenciário no Brasil, têm-se os trabalhos de Faro (1992), Delgado e Schwarzer (2000) e Beltrão *et al.* (2000). Em todos eles a ênfase é dada ao grau de descentralização da previdência social durante as primeiras décadas após a sua criação em 1923, e na forma como ocorreu a universalização desse sistema. As mudanças legais avaliadas se estendem, principalmente, até a Constituição de 1988.

Alguns autores trabalham com a distinção entre benefícios de contribuição compulsória e não compulsória nos sistemas previdenciários e as reformas atuais da previdência social, dentre eles: James (1998), Schwarzer (2000) e International Social Security Association (2004). Schwarzer (2000) se concentra na distribuição entre benefícios concedidos a trabalhadores rurais e urbanos. Esta distinção é relevante, principalmente, em países em desenvolvimento, como os latino-americanos. Para países desenvolvidos, a maior preocupação são os trabalhadores estrangeiros. Nas análises sobre a nova estrutura do mercado de trabalho, assim como as reformas da previdência social durante as décadas de 1980 e 1990, destacam-se os trabalhos de James (1998) e ISSA (2013).

Vários autores trabalharam ainda com a análise de gênero na concessão de benefícios da previdência rural, dentre eles: Deud e Malvar (1993), Médici *et al.* (1994), Maccalóz e Melo (1997) e Melo (2000). Além da discriminação histórico-cultural do trabalho feminino no Brasil, os autores também apontam o sistema previdenciário anterior à Constituição de 1988 como sendo o principal agente da exclusão das trabalhadoras rurais. Após a instauração do princípio da universalização na Constituição Federal de 1988, as aposentadorias deixaram de ser concedidas apenas ao chefe ou arrimo de família, abrangendo todas as pessoas que tivessem exercido atividade rural. Assim, numa mesma família mais de uma pessoa passou a ter o direito de requerer a aposentadoria por idade.

Marri *et al.* (2009) usam a PNAD para simular os aposentados e pensionistas e analisar sexo e renda. Os autores chamam atenção para a perda relativa da renda das idosas em relação aos idosos, e para as mudanças estruturais ocorridas nas famílias com idosos. Dentre os estudos sobre o uso da PNAD sobre o tema gênero não poderíamos deixar de mencionar o

⁶ É importante ressaltar ainda que há uma ampla literatura sobre previdência social abordando temas que não são o foco deste trabalho, tais como a relação entre previdência social e déficit público, a relação entre previdência social e seguridade social, entre outros.

livro de Butto *et al.* (2009), que apresenta 3 artigos sobre trabalho, renda e ocupação do setor agropecuário a partir da divisão sexual do trabalho. Os autores não centraram a discussão na análise da desigualdade de renda, mas sim na desigualdade de gênero.

Autores como Fausto Neto (1982), Abranches (1992), Delgado (1999) e Delgado e Cardoso Junior (2000) abordaram o quarto tema citado sobre o sistema previdenciário brasileiro: a discussão sobre a melhora do bem-estar social e/ou distribuição de renda através dos benefícios concedidos ao trabalhador rural. Dentre estes benefícios, o que mais impactou na qualidade de vida da população do campo foi a aposentadoria por idade. Os idosos, que na inatividade se encontravam na condição de dependentes, passaram a ser participantes da renda familiar, e sob diversos aspectos, causou uma melhora no bem-estar tanto do beneficiário como também de seus familiares. Para mensurar o impacto da previdência rural sobre o bem-estar, Delgado (1999) utilizou como metodologia a aplicação de questionários e de simulações numéricas de um modelo de gerações superpostas para fazer análises comparativas entre diferentes macrorregiões do Brasil. Estudos empíricos por meio de aplicação de questionários também têm sido foco de diferentes trabalhos, como o de Augusto e Ribeiro (2006) para o município de Medina (MG), e o de Aquino e Souza (2007) para o município de Encanto (RN). Entretanto, à exceção de Delgado, a aplicação de questionários para grandes regiões não é muito comum, provavelmente em razão do alto custo da pesquisa.

As pesquisas que abordam especificamente a questão do bem-estar social e da distribuição de renda em relação a toda a população brasileira e não necessariamente restrita à população previdenciária, destacam-se os seguintes autores: Corrêa (1995), Barros *et al.* (1997), Hoffmann (1998), Hoffmann (2009) e Ferreira (2003). Hoffmann (1998) expõe as diferentes medidas de desigualdade e pobreza, apresentando os índices mais usados e suas aplicações. Corrêa (1995) utiliza alguns destes índices para analisar a distribuição de rendimentos e a pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira entre 1981 e 1990. Barros *et al.* (1997) traça um panorama geral do desempenho social no Brasil a partir da década de 1960, observando o comportamento dos níveis de bem-estar, pobreza e desigualdade através da distribuição de renda. Hoffmann (2009) analisa a contribuição dos componentes do rendimento domiciliar para a desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*. Fazendo a decomposição do índice de Gini da distribuição deste rendimento para o ano de 1999,

o autor conclui que os rendimentos do trabalho principal dão origem a maior parcela do índice de Gini. Ferreira (2003) analisa a participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda entre 1981 e 2001. O autor utiliza como metodologia a decomposição do índice de Gini para determinar a contribuição de cada parcela do rendimento para a desigualdade total, e conclui que a parcela de rendimento das aposentadorias e pensões, para o período analisado, contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda no Brasil em seis dos dezesseis anos analisados.

Considerando-se em conjunto a bibliografia apresentada, percebemos que é recorrente a utilização direta ou indireta da PNAD para analisar diferentes temas referentes à previdência social no Brasil. E, dentre esses temas, encontra-se a previdência rural. Dada a impossibilidade de sua identificação direta através da PNAD, constatamos que muitos autores recorrem à criação de *proxies* para se aproximarem do contingente analisado. Isso reforça a importância de se verificar quão representativa é a *proxy* dos aposentados rurais extraída dos microdados da PNAD, motivando a realização deste estudo.

A inserção do trabalhador rural no sistema de previdência social

De acordo com o artigo 201 da Constituição Federal de 1988, a previdência social está organizada sob a forma de regime geral, tem caráter contributivo, filiação obrigatória, e atende, nos termos da lei, a: a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; b) proteção à maternidade, especialmente à gestante; c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; d) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

O financiamento da previdência se dá pela forma direta ou indireta, com os recursos provenientes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das contribuições sociais. O RGPS contempla tanto os trabalhadores urbanos e quanto os rurais, que podem participar do sistema como empregados ou empregadores. Para o trabalhador rural, existe ainda a possibilidade de se aposentar como segurado especial. Eles podem requerer o benefício por meio da comprovação de suas atividades e de uma contribuição mínima sobre a comercialização de seu produto.

Segundo Kreter (2004) mudanças significativas foram introduzidas no sistema previdenciário na década de 1990. Apesar dos trabalhadores rurais contarem com um relativo número de benefícios antes de 1988, em termos de cobertura, a previdência rural se encontrava muito aquém, se comparada ao sistema já aplicado na zona urbana. Alguns problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais passaram a ser mais discutidos, como a sazonalidade e a informalidade, e a solução surgiu com as Leis nº 8.212 (Plano de Custeio da Seguridade Social) e nº 8.213 (Plano de Benefícios da Previdência Social) que entraram em vigor em 1991.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais passaram a participar do sistema através de dois tipos de benefício: o de contribuição obrigatória e o de contribuição facultativa. No primeiro deles, os trabalhadores rurais são empregados, trabalham com carteira assinada, contribuem para a previdência social durante suas vidas laborais, gozando da aposentadoria na inatividade com os trabalhadores não-agrícolas, e recebendo até 100% do salário-de-benefício.

A segunda categoria abrange os trabalhadores rurais classificados como segurados especiais. Nesta categoria estão sendo considerados os agricultores familiares e os conta-própria. Estes trabalhadores, apesar de não contribuírem regularmente para a previdência social, têm o direito de receber a aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo, mediante comprovação de exercício na atividade rural e contribuição mínima sobre a comercialização de seu produto (Kreter, 2004). O número de meses de contribuição foi adotado de forma crescente a partir do ano de 1991, chegando a 180 meses em 2011. O Quadro 1 apresenta a tabela progressiva de meses de contribuição exigidos para requerer a aposentadoria como segurado especial.

Quadro 1. Transição da contribuição da previdência rural

Ano de Implementação das Condições	Meses de Contribuição Exigidos
1991	60
1992	60
1993	66
1994	72
1995	78
1996	90
1997	96
1998	102
1999	108
2000	114
2001	120
2002	126
2003	132
2004	138
2005	144
2006	150
2007	156
2008	162
2009	168
2010	174
2011	180

Fonte: Brasil (2013). Elaboração: própria.

Com base no Quadro 1, observa-se que o trabalhador rural que se aposentou no ano de 1995, por exemplo, teve que comprovar 78 meses de contribuição. Se ele se aposentou em 1999, o número de meses de comprovação subiu para 108, e assim sucessivamente. É importante destacar que o exercício da atividade rural necessário para o requerimento da aposentadoria rural pode ser individual ou em regime de economia familiar, ou a combinação dos dois.

Para a comprovação do exercício da atividade existem as provas plenas, previstas na Lei nº 8.213 (Plano de Benefícios da Previdência Social). De acordo com o artigo 106 da mesma Lei, são consideradas provas plenas:

- contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no caso de produtores em regime de economia familiar;
- bloco de notas do produtor rural;
- notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;
- documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;
- comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;
- cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou
- licença de ocupação ou permissão outorgada pelo INCRA.

A Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) entende que os documentos apresentados não precisam corresponder a todo o período de carência. Contudo, a TNU exige que o comprovante do período inicial da prova material seja contemporâneo. Em outras palavras, não se pode apresentar um documento emitido recentemente com o intuito retroativo, a fim de provar um fato passado (Leite, 2013).

Como parte dos trabalhadores encontram dificuldades para comprovar sua atividade através das provas plenas, admite-se também alguns documentos que podem ser considerados como “início de prova material”. Segundo Leite (2013), não há necessidade de que tais documentos se refiram unicamente ao segurado. Basta que deles se possa extrair a menção de que o segurado, cônjuge ou familiar próximo (pais, filhos, irmãos, etc.) seja agricultor, lavrador, trabalhador rural ou outros sinônimos, ou de que tenha endereço na zona rural, por transparecer, pelo menos a princípio, a agricultura no regime de economia familiar. Seguem alguns exemplos citados pelo autor:

- certidões de casamento, óbito, nascimento ou outro documento público idôneo;
- ficha de alistamento militar ou Certificados de Dispensa do Serviço Militar ou de Dispensa de Incorporação (CDI);
- título eleitoral ou certidão do TRE;
- prova de participação no Programa Emergencial Frentes Produtivas de Trabalho;
- recebimento de benefício decorrente de programa governamental relacionado à agricultura;
- recebimento de cesta básica decorrente de estiagem;
- documentos relacionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- fichas de inscrição, declarações e carteiras de associado do sindicato de trabalhadores rurais e de associação rural;
- contrato de comodato com o proprietário do imóvel, CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e ITR (Imposto Territorial Rural) em nome deste, de herdeiro ou do próprio segurado ou familiar; ou
- ficha de atendimento médico-ambulatorial ou ortodôntico.

Os documentos considerados como “início de prova material” podem ser corroborados por testemunhas. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que apenas o depoimento das testemunhas não é condição suficiente para provar a atividade rural e, quando há apresentação de provas plenas, o STJ dispensa a participação de testemunhas.

Esta nova estrutura previdenciária foi uma das principais responsáveis pelo incremento no número de beneficiários no Brasil – cerca de 61% entre os anos de 1990 e 2000 (MAPS/IPEA). Antes de entrarmos propriamente nos dados do MAPS/IPEA, apresentaremos na próxima seção a construção da *proxy* dos aposentados rurais.

Metodologia

As fontes de dados utilizadas

Conforme apresentado na introdução, foram selecionadas duas bases de dados para analisar os aposentados rurais: o Modelo Demográfico-Atuarial de Projeções e Simulações de Reformas Previdenciárias (MAPS/IPEA) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O MAPS, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi criado com o objetivo de servir de base para a formulação de políticas previdenciárias. O ponto de partida do modelo é o regime de repartição simples da previdência social brasileira, que considera tanto as variáveis exógenas – demográficas e macroeconômicas –, quanto as endógenas, como as políticas previdenciárias *per se*.

O MAPS é composto por três módulos – demográfico, previdenciário e econômico –, e foi baseado nos microdados da DATAPREV. Ele distingue não só o tipo de previdência (rural ou urbana), como também o tipo de benefício recebido (aposentadorias, auxílios e pensões). Dessa forma, ele fornece o número exato de beneficiários da previdência rural, ano a ano, para toda a década de 1990, e servirá de base para a criação da *proxy* dos aposentados rurais pela PNAD.⁷

A PNAD foi selecionada por ser a principal fonte de dados utilizada para analisar a previdência rural. Esta pesquisa foi implantada em 1967 e, assim como o MAPS, sua periodicidade é anual para a década de 1990.⁸ Embora os dados da PNAD possuam uma ampla amostra e sejam de boa qualidade, é importante destacar algumas de suas limitações que afetam especificamente a análise proposta neste artigo.

Como será detalhado na próxima seção, em relação à classificação do domicílio, consideramos apenas aqueles localizados na zona rural. Sua área inclui todo o território nacional – inclusive as áreas urbanas isoladas –, com exceção das cidades (sedes municipais) e das vilas (sedes distritais). Entretanto, os estados da antiga região Norte – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima – foram excluídos da análise pela falta de dados disponíveis da própria PNAD para a década de 1990.

- Segundo Corrêa (1995), algumas considerações ainda devem ser feitas sobre o uso dos dados da PNAD para o estudo da renda na zona rural. Elas são:
- os indivíduos com rendimentos mais elevados costumam subdeclará-los;
- mesmo sendo uma pesquisa anual, a PNAD não permite o acompanhamento do mesmo indivíduo ao longo da década; e

⁷ Para maiores informações, consultar: BELTRÃO, Kaizô. MAPS: Uma versão amigável do modelo demográfico-actuarial de projeções e simulações de reformas previdenciárias do IPEA/IBGE. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão no 774), disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0774.pdf

⁸ A PNAD é anual e alterna com os anos de Censo Demográfico. Para a década de 1990, o Censo Demográfico foi realizado em 1991, em vez de 1990. Por esta razão, estamos considerando para esta pesquisa os anos de 1992 a 1999.

- há ainda uma subestimação da renda declarada, principalmente para os dados anteriores ao plano real, devido à inflação e à fixação da data de referência da coleta das informações em determinada semana.

Apesar das limitações acima citadas, a PNAD é ainda hoje a principal base de dados utilizadas nos estudos sobre aposentadoria rural para Brasil e macroregiões. Com base na metodologia destes estudos, a próxima seção apresenta as variáveis selecionadas mais freqüentes para a construção da *proxy* dos aposentados a partir da PNAD.

Construção da *proxy* dos aposentados rurais a partir da PNAD

Esta seção descreve a composição da *proxy* da população de idosos aposentados como segurados especiais, mais precisamente, a *proxy* dos aposentados por idade. De acordo com o inciso VII do artigo 11º da Lei nº 8.213/91 é considerado segurado especial “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo”.⁹Essa definição nos indica inicialmente que, no momento da coleta de dados da pesquisa, para ser segurado especial o indivíduo tem que “estava aposentado”. Na PNAD a condição “estar aposentado” pode ser identificada através da variável “aposentado por um instituto de previdência público”. Entretanto, a PNAD não faz distinção entre os tipos de benefício da previdência social, apenas entre aposentadorias e pensões, o que impossibilita a identificação direta dos aposentados por idade.

A definição de segurado especial também nos indica que o aposentado exerceu atividades agrícolas antes da coleta dos dados. A maior parte das perguntas sobre as características de trabalho e rendimento dos moradores de 10 anos ou mais de idade se referem à semana de referência da pesquisa ou aos 358 dias anteriores à ela, à exceção dos quesitos 110 a 114 do Dicionário de Pessoas. Esses quesitos apresentam as características de quem não estava trabalhando no período de referência de 365 dias e que saiu do último trabalho há menos de cinco anos. Eles poderiam nos dar uma pista sobre qual tipo de atividade o idoso exercia no período imedia-

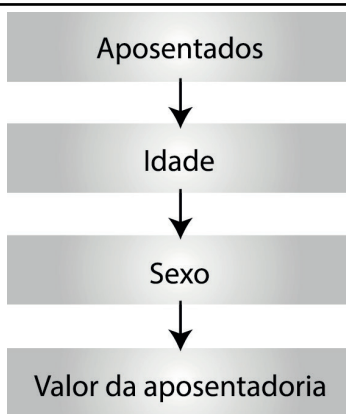
⁹ O garimpeiro foi excluído da condição de segurado especial pela Lei no 8.398/92. A idade mínima para o trabalho do menor foi alterada de quatorze anos para dezesseis no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na redação dada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional no 20 de 1998.

tamente anterior ao requerimento do benefício. Mas, como não temos a informação de quando o idoso se aposentou, nem temos a possibilidade de acompanhar o mesmo indivíduo ano a ano na PNAD, os quesitos 110 a 114 não foram considerados na construção da *proxy*.

Para se aposentar por idade existem ainda duas características, além das do trabalho, que também são relevantes. A primeira se refere à idade. Como foi apresentado na seção 4, para querer este benefício é necessário ter 55 anos ou mais, para as mulheres, e 60 ou mais, para os homens. Neste caso, não há problema em extrair estas informações. Tanto a variável idade, quanto a variável sexo, podem ser coletadas diretamente da PNAD.

Após a concessão do benefício, existe mais uma característica importante dos aposentados por idade: o valor desse benefício. A PNAD nos fornece separadamente os rendimentos provenientes da aposentadoria por um instituto de previdência público. Sabendo que os aposentados rurais segurados especiais recebem um salário mínimo mensal, partimos do pressuposto que a consideração dos rendimentos de aposentadoria igual a um salário mínimo na semana de referência aproxime ainda mais a amostra do número real de aposentados rurais. A Figura 1 apresenta a estrutura básica para a rotina da *proxy* destes aposentados.

Figura 1. Estrutura básica para a seleção de variáveis para a construção da *proxy* dos aposentados rurais através da PNAD – Brasil



Fonte: PNAD. Elaboração: própria.

Além das características apresentadas na Figura 1, há quase que um consenso entre os pesquisadores que analisam os aposentados rurais através

da PNAD: a restrição da situação censitária. Em outras palavras, após os filtros referentes às características dos aposentados rurais, costuma-se subtraí-los aqueles que declararam residência na zona rural na semana de referência. Entretanto, esta é uma consideração polêmica. Primeiro pela subjetividade do que é zona urbana e rural para as diferentes regiões no Brasil – a delimitação da área rural urbana é da competência do município e, dessa forma, varia bastante de região para região. E, segundo, porque nem toda pessoa que trabalha ou trabalhou em atividades agrícolas reside necessariamente próximo ao local de trabalho. Por esta razão, criamos dois grupos de análise:

- um que considera apenas a área rural da PNAD¹⁰; e
- outro que complementa a área rural incluindo a área urbana isolada.

Como o presente artigo se restringe à análise da década de 1990, optamos por trabalhar com todos os anos disponíveis da PNAD para esta década, quais sejam: 1992 a 1999 – à exceção de 1994, quando não houve levantamento dos dados pelo IBGE. Esta escolha foi baseada na necessidade de se possuir a mesma série disponível pelo modelo MAPS. Assim, o Quadro 2 apresenta de forma resumida as variáveis da PNAD utilizadas na metodologia, e suas descrições.

Quadro 2. Variáveis da PNAD utilizadas para a construção da proxy dos aposentados rurais – Brasil, anos selecionados

Variável da PNAD	Descrição	1992	1993 - 1999
Unidade da Federação*	21 a 29 - Nordeste	UF	UF
	31 a 33, 35 - Sudeste		
	41 a 43 - Sul		
	50 a 53 - Centro-Oeste		
Código de situação censitária	1 e 2 - Urbana, cidade ou vila	V4728	V4728
	3 - Área urbana isolada		
	4 a 8 - Rural		
Sexo	2 - Masculino	V0302	V0302
	4 - Feminino		
Idade do morador	000 a 120	V03034	V8005
Aposentado por um instituto de previdência oficial ou diretamente pelo governo federal	2 - Sim	V09122	V9122
	4 - Não		
Rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal	(RS)	V0912502	V1252

Fonte: PNAD (diversos anos). Elaboração: própria.

* Não está sendo considerada a região Norte.

¹⁰ De acordo com a variável V4728, a área rural da PNAD inclui: os aglomerados rurais de extensão urbana (item 4), os aglomerados rurais isolados (itens 5, 6 e 7) e a zona rural exclusive os aglomerados rurais (item 8).

A última consideração a ser feita sobre a seleção de variáveis pela PNAD se refere ao rendimento de aposentadoria. Como o valor da aposentadoria por idade é limitada a um salário mínimo, e como os questionários da PNAD são aplicados no mês de setembro de cada ano, restringimos o rendimento de aposentadoria a este valor, dentro de um intervalo de $\pm 10\%$, conforme apresentado no Quadro 3. A escolha do intervalo se deve à imprecisão do entrevistado em declarar seu rendimento, em geral fazendo aproximações dos valores recebidos.

Quadro 3. Evolução do salário mínimo, setembro, diversos anos – Brasil, anos selecionados

Ano	Moeda	Valor	Intervalo Adotado
1992	Cr\$ (cruzeiro)	522.186,94	470.000,00 - 570.000,00
1993	CR\$ (cruzeiro real)	9.606,00	8.500,00 - 10.500,00
1995	R\$ (real)	100,00	90,00 - 110,00
1996	R\$ (real)	112,00	100,00 - 125,00
1997	R\$ (real)	120,00	110,00 - 130,00
1998	R\$ (real)	130,00	115,00 - 145,00
1999	R\$ (real)	136,00	120,00 - 150,00

Fonte: MTE (2013). Elaboração: própria.

Resultados e Considerações Finais

Nesta seção descrevemos os principais resultados obtidos na comparação entre a metodologia da *proxy* dos aposentados rurais e o número de aposentados pelo mesmo benefício da DATAPREV disponibilizado pelo MAPS. Em seguida, fizemos algumas considerações acerca das divergências encontradas entre as duas séries.

Conforme descrito na seção anterior, os contingentes analisados seguiram o seguinte padrão:

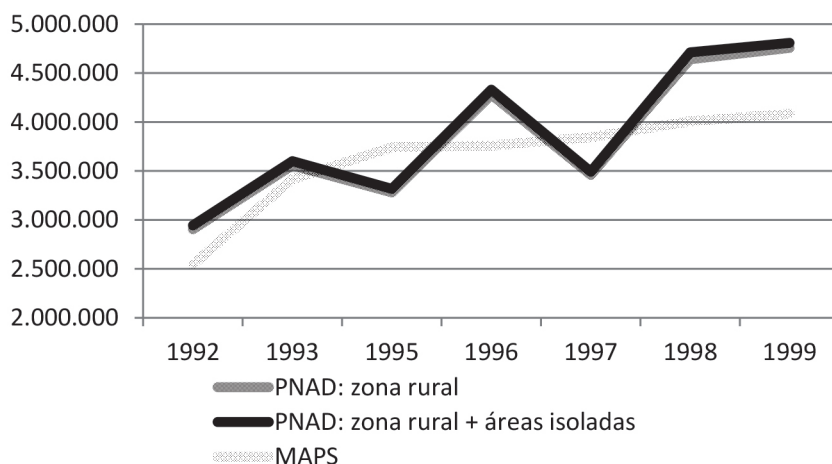
- Mulheres: com 55 anos de idade ou mais, aposentadas por um instituto de previdência público e com aposentadoria no valor de um salário mínimo;
- Homens: com 60 anos de idade ou mais, aposentados por um instituto de previdência público e com aposentadoria no valor de um salário mínimo.

Para ambos os grupos existem três séries de dados¹¹:

- MAPS: que se refere aos dados da DATAPREV divulgados pelo MAPS/IPEA;
- PNAD zona rural: que restringe os dados da PNAD apenas aos aposentados com residência na zona rural; e
- PNAD zona rural + áreas urbanas isoladas: que inclui as áreas urbanas isoladas no grupo anterior.

Primeiro apresentamos uma comparação geral entre as três séries (Gráfico 1).

Gráfico 1. Dados do MAPS *eproxy* dos aposentados rurais construída a partir da PNAD – total, Brasil, anos selecionados



Fonte: PNAD (diversos anos) e MAPS. Elaboração: própria.

De acordo com o Gráfico 1, percebemos que a tendência das três séries é semelhante, com uma tendência à superestimação por parte dos dados da PNAD – exceto os anos de 1995 e 1997. Na comparação entre as duas séries da PNAD, não houve diferença significativa. Em termos absolutos, a população de aposentados por idade em 1992 era de 2.544.072, sendo 433.078 mulheres e 2.110.994 homens (MAPS). No final da década, este total passou a ser de 1.709.438 mulheres e 2.373.806 homens, num total de 24.083.244 aposentados.

¹¹ As três séries estão disponíveis no Anexo I.

Embora não seja objetivo deste artigo, é importante destacar que o crescimento de 61% no total de aposentados por idade em apenas sete anos pode ser consequência da promulgação das Leis nº 8.212 e 8.213 de 1991, descritas na seção 3. Até a entrada em vigor da nova legislação, as trabalhadoras rurais, se casadas, perdiam o direito de requerer a aposentadoria por idade, ou seja, o benefício era concedido ao chefe ou arrimo de família ocupado nas atividades agrícolas. Assim, os anos de 1992 e 1993 podem ser considerados como anos de transição para a regularização do contingente apto a receber este benefício previdenciário. Pelos dados do MAPS observa-se que no total o destaque é para as mulheres, que apresentaram um crescimento de 295% neste período, contra os 12% dos homens. E essa diferença tão significativa entre homens e mulheres foi uma das razões que nos motivou a analisá-los separadamente. Os Gráficos 2 e 3 apresentam estes resultados.

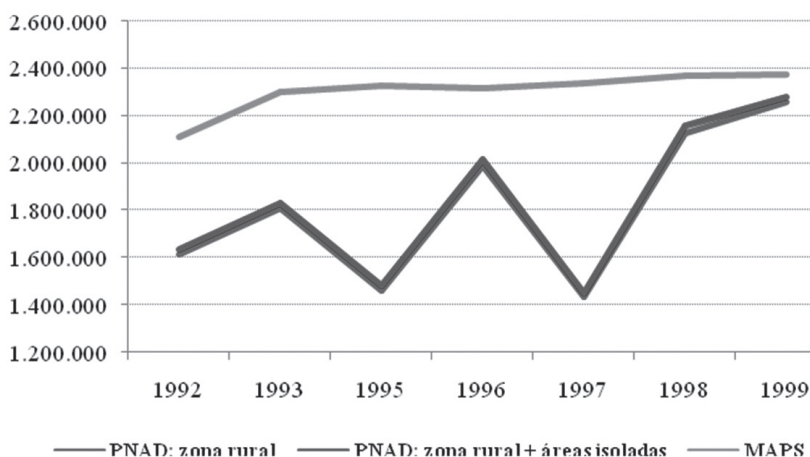
Os Gráficos 2 e 3 apresentam a evolução de cada contingente separadamente. Através deles fica clara a participação de homens e mulheres calculada para a *proxy* sobre o número total de aposentados divulgado pelo MAPS (Gráfico 1). Observa-se que a *proxy* não só superestimou o número de mulheres aposentadas (Gráfico 2), como subestimou o contingente de homens (Gráfico 3). Em outras palavras, existem mais mulheres aposentadas na *proxy* da PNAD do que nos dados absolutos do MAPS – na média para a década de 1990, cerca de 70% –, e menos homens aposentados que nos dados absolutos do MAPS – cerca de -20%. Este resultado vale tanto para os residentes apenas na zona rural, quanto para o grupo que inclui também as áreas urbanas isoladas, mais uma vez sem diferenças significativas entre as duas séries da PNAD. A razão pela qual as mulheres aposentadas tendem a ficar no campo, e os homens migrarem para as cidades ainda é desconhecida, mas a diferença entre as séries por sexo (Gráficos 2 e 3) indica, portanto, que a PNAD é uma fonte de dados com restrições para se analisar a previdência rural, mesmo que os dados agregados tenham apresentado tendência semelhante e uma relativa compatibilidade (Gráfico 1).

Gráfico 2. Dados do MAPS e proxy dos aposentados rurais construída a partir da PNAD – mulheres, total, Brasil, anos selecionados



Fonte: PNAD(diversos anos) e MAPS. Elaboração: própria.

Gráfico 3. Dados do MAPS e proxy dos aposentados rurais construída a partir da PNAD – homens, total, Brasil, anos selecionados



Fonte: PNAD (diversos anos) e MAPS. Elaboração: própria.

De uma forma geral, a diferença entre as *proxies* calculadas pela PNAD e os dados do MAPS podem ser explicadas principalmente pela situação censitária. Como foi apresentado na seção 4.2 este filtro é limitado pela sua subjetividade da definição de zona rural e urbana no Brasil e pelo fato que nem todas as pessoas que exerceram atividades agrícolas residem ainda no meio rural. Segundo Delgado e Cardoso Jr. (2000), 49% dos beneficiários da previdência rural (aposentados e pensionistas) na região Sul do Brasil permaneceram com residência na zona rural¹². Para a região Nordeste este percentual foi ainda menor (45,3%). Kreter (2004), por sua vez, ressaltou que, na média, aproximadamente a metade da população aposentada por idade pelo sistema de previdência rural reside na zona rural, o que corrobora que selecionar os aposentados rurais pelo local de residência declarado é uma hipótese fraca. Além da situação censitária, outros pontos merecem destaque na análise da previdência rural pela PNAD:

Os dados da PNAD para a década de 1990 não consideravam a zona rural da região Norte, enquanto que o MAPS sim. Delgado e Cardoso Jr. (2000) apontam que as regiões que mais recebiam benefícios da previdência rural neste período eram as regiões Nordeste e Sul. Mesmo assim, a região Norte representa 5% do total de aposentados; e

O grupo selecionado pela PNAD pode ter incluído pessoas que já estavam aposentadas antes da idade mínima para se aposentar.

Portanto, apesar da PNAD ser uma base de dados eficaz na análise do sistema de previdência social, ela não é adequada para o estudo de benefícios específicos, como a aposentadoria por idade rural. A utilização de filtros, como os apresentados no presente artigo, indicam a construção de um novo contingente: os aposentados com residência no meio rural. Eles merecem igual importância nas análises regionais, mas não devem ser confundidos com os segurados especiais.

¹² Resultado baseado na Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II, realizada em 1998 nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, as mais representativas no sistema de previdência rural.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Questão social, uma previdência e cidadania no Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Trabalho e previdência: 60 anos em debate**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992, pp. 78-91.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SOUZA, Ronie Cléber de. Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN. In: 45º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina, PR: SOBER, 2007.
- AUGUSTO, Hélder dos Anjos; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais nos domicílios e no comércio local: o caso de Medina, nordeste de Minas. In: 15º Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais do 15º Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: ABEP, 2006.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Brasília: IPEA, 1997. 59 p. (Texto para Discussão nº 454).
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **MAPS: Uma versão amigável do modelo demográfico-atuarial de projeções e simulações de reformas previdenciárias do IPEA/IBGE**. Brasília: IPEA, 2000. 48 p. (Texto para Discussão nº 774).
- _____; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília: IPEA, 2000. 26 p. (Texto para Discussão nº 759).
- BRASIL. Previdência Social. **Aposentadoria por idade**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=15>>. Acesso em: 18 set. 2013.
- BUTTO, Andrea; SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. **Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.
- CORRÊA, Angela Maria C. Jorge. **Distribuição de rendimentos e pobreza na agricultura brasileira 1981-1990**. Piracicaba, 1995. 353 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Relatório metodológico da pesquisa avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural fase I**. Brasília: IPEA, 1999.
- _____; CARDOSO JR., José Celso. **O idoso e a previdência social rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Brasília: IPEA, 2000. 28 p. (Texto para Discussão nº 688).
- _____; CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças**. Brasília: IPEA, 2003. 23 p. (Texto para Discussão nº 992).

- _____; SCHWARZER, Helmut. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000.
- DEUD, Cláudia Augusta Ferreira; MALVAR, Regina Helena Villela Pedro. **A mulher e a previdência social**. Brasília: Cepal/MPS, 1993. 247 p.
- FARO, Clovis de. A questão da previdência e da assistência social: breve histórico da evolução do sistema previdenciário. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Trabalho e previdência: 60 anos em debate**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. pp. 69-73.
- FAUSTO NETO, Ana Maria. **Família operária e a reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FERREIRA, Carlos Roberto. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001**. Piracicaba, 2003. 135 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição das aposentadorias e pensões e outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.1, pp.213-231, 2009.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** (compact disc). Rio de Janeiro, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.
- INTERNATIONAL Social Security Association (ISSA). **Social security programs throughout the world**. Disponível em: <<http://www.ssa.gov/policy/docs/progdesc/>>. Acesso em: 18 set. 2013.
- JAMES, Estelle. New models for old-age security: experiments, evidence, and unanswered questions. **The World Bank Research Observer**, v.13, n.2, pp. 230-241, Aug. 1998.
- KRETER, Ana Cecília. **Avaliação da eficácia e da equidade das aposentadorias no meio rural**. Piracicaba, 2004. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- LEITE, Luzimario Gomes. **O início de prova material na aposentadoria por idade rural**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17309/o-inicio-de-prova-material-na-aposentadoria-por-idade-rural>>. Acesso em: 18 set. 2013.
- MACCALÓZ, Salete Maria Polita; MELO, Hildete Pereira de. **A reforma da previdência e a condição feminina**. São Paulo: AJUFE, 1997.

MARRI, Izabel Guimarães; WAJNMAN, Simone; ANDRADE, Mônica Viegas. Previdência social, renda e gênero: simulações para aposentados e pensionistas no Brasil. In: REDONDO, Nélida; GARAY, Sagrario (Org.). **El envejecimiento en America Latina: evidencia empirica y cuestiones metodologicas**. Rio de Janeiro: Alap, 2012. pp.141-170.

MÉDICI, André Cezar; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de. **Mulher e previdência social**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 1994. 63 p. (Série Relatórios Técnicos)

MELO, Hildete Pereira de. **O trabalho feminino no mundo rural**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. 84 p. (Texto para Discussão nº 140/00).

SCHWARZER, Helmut. **Paradigmas de previdência social rural: um panorama da experiência internacional**. Brasília: IPEA, 2000. 49 p. (Texto para Discussão nº 767).

Anexo I

Proxy dos aposentados rurais pela PNAD e número de aposentados por idade da previdência rural pelo MAPS/IPEA

Grupos Analisados	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Mulheres PNAD: zona rural (1)	1.288.992	1.746.101	1.821.169	2.292.264	2.024.099	2.515.727	2.498.664
PNAD: zona rural + áreas isoladas (2)	1.307.384	1.768.189	1.838.269	2.316.528	2.042.991	2.555.759	2.525.974
MAPS/IPEA	433.078	1.115.885	1.414.071	1.441.347	1.508.653	1.639.052	1.709.438
PNAD (1) / MAPS	198	56	29	59	34	53	46
PNAD (2) / MAPS	202	58	30	61	35	56	48
Homens PNAD: zona rural (1)	1.615.374	1.811.252	1.460.618	1.987.010	1.435.097	2.125.348	2.259.529
PNAD: zona rural + áreas isoladas (2)	1.636.690	1.831.556	1.479.238	2.013.840	1.449.645	2.157.040	2.281.813
MAPS/IPEA	2.110.994	2.301.450	2.327.520	2.318.105	2.336.443	2.369.038	2.373.806
PNAD (1) / MAPS	-23	-21	-37	-14	-39	-10	-5
PNAD (2) / MAPS	-22	-20	-36	-13	-38	-9	-4
Total PNAD: zona rural (1)	2.904.366	3.557.353	3.281.787	4.279.274	3.459.196	4.641.075	4.758.193
PNAD: zona rural + áreas isoladas (2)	2.944.074	3.599.745	3.317.507	4.330.368	3.492.636	4.712.799	4.807.787
MAPS/IPEA	2.544.072	3.417.335	3.741.591	3.759.452	3.845.096	4.008.090	4.083.244
PNAD (1) / MAPS	14	4	-12	14	-10	16	17
PNAD (2) / MAPS	16	5	-11	15	-9	18	18

Fonte: PNAD (diversos anos) e MAPS (IPEA). Elaboração: própria.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E A SOCIABILIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES ¹

Lourdes Bandeira

Universidade de Brasília

E-mail: lourdes.bandeira@spm.gov.br

Hildete Pereira de Melo

Universidade Federal Fluminense

E-mail: hildete43@gmail.com

Resumo: Desde 2012 que no Congresso Nacional discute-se uma legislação que estenda as trabalhadoras domésticas brasileiras, a plenitude dos direitos trabalhistas. O debate sobre esta questão, que é recorrente no movimento feminista repõe a discussão sobre a invisibilidade do trabalho feminino. O Brasil reconheceu os direitos sociais do trabalho, em 1943, mas esta legislação ignorou o trabalho que as mulheres realizam para reproduzir a vida. Assim, a ordem da reprodução social ficou fora de qualquer regulamentação trabalhista. O objetivo deste artigo é discutir diante da atual regulamentação do Art.7º da Constituição Federal (1988) referente ao trabalho doméstico remunerado o que essa a nova legislação provocará de mudanças na divisão sexual do trabalho e suas conseqüências, no processo civilizatório ainda demarcado com as cores da escravidão. Em que medida, esse reconhecimento tem força para operar mudanças? O descaso da sociedade em relação às tarefas da reprodução e de cuidados está diretamente relacionado com a divisão sexual do trabalho, na qual às mulheres são atribuídas sua realização e responsabilidade. Quais as alterações que as famílias enfrentarão para atender as novas exigências legais? É possível uma nova gestão na distribuição de tarefas e de papéis na família? Será que esta medida pode abalar a solidez da tradicional divisão sexual do trabalho?

Palavras-chave: trabalho doméstico; reprodução social; divisão sexual do trabalho; empregadas domésticas; sociabilidades familiares.

Abstract: Since 2012 that the National Congress discusses legislation that extends the Brazilian domestic workers, the fullness of labor rights. The debate on this issue, which is recurrent in the feminist movement resets the discussion of the invisibility of women's work. The Brazil recognized the rights of social

¹ Uma versão ligeiramente diferente deste estudo foi apresentada XVI Reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS, realizada em Salvador/BA, em 2013.

work, and 1943, but this legislation ignored the work that women do to reproduce life. Thus, the order of social reproduction was outside any labor regulation. The purpose of this article is to discuss on the current regulations Art.7 Federal Constitution (1988) referring to paid domestic work that the new legislation will cause changes in the sexual division of labor and its consequences, in the civilizing still marked with colors of slavery. However, to what extent, this recognition has the power to make changes? The neglect of society in relation to the tasks of reproduction is directly related to the sexual division of labor, in which women fit their achievement and responsibility. And what changes families face to meet the new legal requirements? It is possible a new management in the distribution of tasks and roles in the family? Does this measure may undermine the soundness of the traditional sexual division of labor?

Keywords: domestic work; social reproduction; sexual division of labor; maids; family sociability.

Introdução

A transformação da sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos desencadeou profundas mudanças de ordem econômica, política e social que repercutiram consideravelmente sobre o nível e a composição inteira da força de trabalho. Estas foram demarcadas por transformações tecnológicas decorrentes do processo de industrialização que acentuou a divisão social e sexual do trabalho, atuando diretamente na estrutura do emprego, tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais com repercussões na estrutura familiar.

Nessa perspectiva, a importância que desempenhou o ingresso da mão de obra feminina no mercado de trabalho refletiu-se também na vida das mulheres. Em outras palavras, nas décadas de 1950 e 1970 houve uma vigorosa industrialização nacional, mas, o processo de construção do capitalismo brasileiro foi estruturado de forma muito desigual, consolidou uma sociedade partida entre o mercado de trabalho organizado, com escassas políticas sociais de garantia de direitos e de cidadania; ao mesmo tempo, deixou a descoberto um enorme contingente de trabalhadores/as excluídos “destinados” ao setor informal. Tal processo acarretou um grande contingente de despossuídos, ao qual o acesso aos bens do progresso econômico foi negado, sobretudo em relação às mulheres.

Escandalosamente ficaram fora da legislação social do trabalho dois segmentos sociais – os trabalhadores rurais e as empregadas domésticas.² Pois, a legislação social da época consagrou um mercado de trabalho partido, excludente em relação aos trabalhadores/as desqualificados/as, baixos salários e elevada jornada de trabalho.

Este processo de desenvolvimento sócio-econômico estendido dos anos 1950 até a década de 1970 possibilitou que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho, em atividades mais tradicionais e secundárias. A PEA feminina que em 1950 era 14,40% passa em 1970 para 20,86%, embora elas continuassem nas mesmas ocupações dos anos 1920: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras, comerciárias e trabalhadoras dos ramos têxteis e do vestuário (Censos Demográficos e Econômicos/IBGE e Wajzman & Rios-Neto, 2000).

² A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 01 de maio de 1943 não regulamentou estas categorias profissionais.

Já nos anos setenta, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais marcantes transformações ocorridas no país, com uma taxa de crescimento da PEA feminina de 2,75% aa. (IBGE/Censos 1970 e 1980). São diferenciadas as razões para explicar o ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1970. Pode-se destacar desde a necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores e que obrigou as mulheres a buscar uma complementação para a renda familiar, como também a nascente influência do pensamento feminista é outra razão, acentuada pelo novo comportamento feminino, como por exemplo, o acesso de jovens mulheres no sistema escolar.

A elevação das expectativas de consumo face à proliferação de novos produtos oferecidos no mercado e a grande promoção que deles se fazia, acabou por redefinir o conceito de necessidade econômica, não só para as famílias das classes médias, mas também para aquelas de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo. Passou a ser considerado que mulher trabalhar fora de casa ajuda /contribui para o orçamento doméstico, adquire novas possibilidades de definição, que se expressam de maneiras diferentes em cada camada social. Por um lado, a expansão do sistema industrial, seu ritmo acelerado associado à crescente urbanização configuram um momento de grande crescimento econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive o sexo feminino que repercutiram consideravelmente sobre o nível e a composição interna da força de trabalho. O país consolidou sua industrialização e, de certo modo, se modernizou, embora ao custo do aumento das desigualdades sociais e da concentração da renda (Tavares, 1998).

Por outro lado, profundas transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher intensificada pelo impacto dos movimentos feministas e pela presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos, facilitaram a oferta às trabalhadoras. Assim, as mulheres foram à luta por cidadania e reconhecimento social. Abertos os portões das escolas e universidades as mulheres, estas, venceram a primeira barreira da educação o que permitiu sua incorporação massiva no mercado de trabalho, sobretudo depois da década de 1970. Em 1980 a PEA feminina alcançou a taxa de participação de 27,39% da PEA total e em 1991, esta passou para 32,47% (Censos/IBGE).

A entrada no mundo do trabalho não provocou mudanças significativas nas relações de gênero, na divisão sexual do trabalho, portanto as relações família e trabalho permaneceram no velho patamar da casa grande, resquício do patriarcado. Seguramente, a existência de um batalhão de mulheres pobres, com baixa qualificação a custo baixíssimo, manteve o padrão da família patriarcal, reforçado pelo ranço do escravismo produtor de relações raciais presentes em nossa formação social conforme analisa Corrêa (1981).

A existência dessas trabalhadoras pertencentes, na maioria aos segmentos populares, *possibilitou e possibilita* que a realização dos cuidados na família, persistente responsabilidade feminina, não tenha sido interrompida pela ausência da mãe/dona-de-casa. Desta maneira, **no Brasil a ida das mulheres ao mundo do trabalho não mudou a essência das relações sociais entre os sexos.** A divisão sexual do trabalho permanece a mesma, continua existindo trabalho de homem e de mulher, estas saíram para o mundo público, mas continuam responsáveis pelo mundo privado [trabalho doméstico/afazeres]. Em relação aos seus rendimentos, seguindo o princípio da hierarquização que impera no mercado de trabalho, ou seja, o trabalho masculino continua valendo mais do que o trabalho da mulher.³ Pochmann (2003) lembra que desde 1980 o trabalho doméstico remunerado foi à ocupação que mais cresceu no país, cujo aumento médio anual no número de trabalhadoras domésticas – entre 1980 e 2000 foi de 4% ante a variação média de 2,1%, no total da ocupação no país, para o mesmo período.

O artigo está organizado da seguinte forma: feita esta introdução são discutidas as questões pertinentes à divisão sexual do trabalho a partir da sistematização da bibliografia feminista concernente a temática. Seguida por uma análise dos afazeres domésticos, enquanto trabalho não remunerado realizado pelas mulheres e o lado mercantil deste trabalho expresso pelos serviços domésticos remunerados, e discutir/analisar em que medida uma legislação laboral protetora deste trabalho acarreta perspectivas de mudanças? Finalmente, seguido das conclusões.

³ Na verdade esta questão foi e é uma realidade feminina em todo o mundo. A divisão dos cuidados domésticos e salário igual para trabalho igual são consignas do movimento de mulheres e feministas há várias décadas. Ver Vandelac (1988, 2ª Ed.).

A divisão sexual do trabalho: a invisibilidade do trabalho feminino

O feminino foi definido em relação ao papel desempenhado pela mulher na reprodução humana (Beauvoir, 1980, Scott, 1992, Vandelac, 1988). Na maioria das sociedades, o grosso da responsabilidade das tarefas de cozinhar, limpar, cuidar das crianças, velhos e doentes recai sobre as mulheres, sobretudo, à trabalhadora doméstica, que encarna a 'figura' da mulher negra e pobre. As atividades mencionadas são designadas como sendo "trabalho doméstico ou trabalho reprodutivo" e podem ser acrescidas da produção de alimentos destinados a satisfazer às necessidades de uma família. Esta definição se contrapõe ao "trabalho assalariado ou trabalho produtivo". No entanto, no âmbito das ciências sociais não há um consenso em torno destas definições, até por que a noção de trabalho necessita ser inserida em um contexto histórico e social mais complexo. Melo e Serrano (1997) sustentam que o conceito de trabalho está relacionado à remuneração que as pessoas recebem em troca dele e as obrigações familiares como se caracterizam por não haver recebimento de pagamento não devem ser consideradas como trabalho, pois pela lógica capitalista este deve ser medido pela sua contrapartida monetária. Apesar da ambiguidade conceitual do que se denomina de "trabalho doméstico" para Hirata (2009: 257) trata-se de "...um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela - envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres". Trata-se, pois, de uma relação de serviço, relação social de sexo que demanda a disponibilidade e o envolvimento permanente do tempo feminino que caracteriza o trabalho doméstico e de cuidados (Bandeira & Pertulan, 2013, *mimeo*). Ao mesmo tempo, passam desapercibidas outras dimensões que o conceito de trabalho que envolve, para além de sua expressão econômica e de expressividade material, as mais visíveis; há outros valores como o simbólico e o moral. O que isso quer dizer? O de se prometer um lugar social as empregadas domésticas, cujo reconhecimento simbólico também passa a inexistir.

Em uma perspectiva histórica, nas sociedades pré-industriais, era a família que organizava estas atividades - construção da moradia, móveis, artigos domésticos, comida, roupas, além da reprodução social, responsável pela geração dos novos membros da sociedade. Não havia uma separação entre as atividades produtivas e o cotidiano. Mulheres, homens e crianças se misturavam na produção cotidiana da vida. Nos últimos duzentos anos

a partir da primeira Revolução Industrial, a sociedade industrial separou a produção dos bens (mercadorias) do âmbito familiar.⁴ As famílias passaram a formar unidades de consumo e essa separação trouxe conseqüências para os papéis femininos e masculinos:(i) – distanciamento social e espacial entre o cotidiano e as atividades mercantis dos homens e mulheres;(ii) – a mulher fica responsável pela família, mas as atividades realizadas por ela não geram riquezas;(iii) a participação das mulheres nas atividades mercantis, fora do lar, produz uma nova desigualdade que é a múltipla jornada de trabalho.

Estas são questões colocadas pela economia feminista, que conjuga tanto as trabalhadoras fora de casa como as donas de casa, como faces do papel feminino. É preciso não esquecer que há um enorme contingente de mulheres que nunca ingressou no mercado de trabalho e muitas que ingressaram se retiraram quando casaram ou com a chegada dos filhos (Melo & Castilho, 2009). Permaneceram em suas casas cuidando dos filhos, dos velhos, doentes e do marido. A separação entre o lar e o trabalho legitimou as diferenças biológicas e sociais entre as mulheres e os homens e reservaram ao sexo feminino as quatro paredes do lar.

São as mulheres que asseguram a reprodução da vida humana. Mas, estas tarefas são realizadas por afeto e a sociedade mercantil não as considera importantes. É um trabalho gratuito que não se compra na sociedade, por isso é relegado a uma categoria subalterna. As mulheres trabalham e muito. Em casa e fora. Só que muitas dessas atividades estão vinculadas às famílias e à comunidade e isso tem, sistematicamente, “desqualificado” sua contribuição econômica. Os afazeres domésticos consomem muitas horas de trabalho das mulheres, no Brasil calcula-se que 90% das mulheres que trabalham fora de casa realizam tarefas domésticas, enquanto só 46% dos homens os fazem. Estas mulheres, em média, gastam 23 horas semanais com estas tarefas e os homens apenas 10 horas (PNAD, 2011).

Gestar e parir as crianças são responsabilidades designadas pela biologia especificamente às mulheres e estas ações implicam em risco à saúde e permanente desgaste físico e emocional feminino. Estas ações tipicamente femininas são as responsabilidades das mulheres com o ser humano, a maternidade é uma função social, mas as mulheres não podem arcar sozinhas com estas tarefas. (Melo & Castilho, 2009). Desta forma as mulheres continuam sendo as responsáveis pela família e por todos os aspectos da vida

⁴ O capitalismo é necessariamente uma sociedade mercantil generalizada e a troca deve permear todas as relações entre as pessoas (Marx, 1966). Para o caso brasileiro ver Pena, 1981.

humana que não se convertem em relações monetárias; mas tais responsabilidades permanecem obscuras e intimamente ligadas ao sexo feminino. O movimento de mulheres, que explodiu no mundo na metade do século XX trouxe esse tema para a agenda internacional e nacional.

No entanto, a ação política só absorveu a participação feminina no âmbito da produção de mercadorias, relativas ao mercado de trabalho, deixando de levar em consideração as tarefas que só por razões afetivas as mulheres prestam aos demais seres humanos. A realização destas permanece uma obrigação feminina e numa sociedade de classe estas tarefas podem ser exercidas por outras mulheres: patroas e empregadas. Esta foi à forma conciliatória que a sociedade de classe adotou para vivenciar a “invisibilidade” dos afazeres domésticos?

As empregadas domésticas: a face mercantilizada da dona de casa

A figura da empregada doméstica modulada historicamente foi vinculada à persistência de um modelo de família no qual cabiam à mulher as responsabilidades domésticas e socializadoras o que determinou a necessidade de uma articulação constante entre os papéis familiares e profissionais. Derivada da herança escravocrata e servil a figura da empregada doméstica se faz presente nos segmentos da elite e da atual classe média brasileira, cabendo a empregada receber a ‘delegação’ de se ocupar das tarefas domésticas e de cuidados dos filhos, enquanto a mulher-patroa assegura sua entrada no mercado de trabalho. Em outras palavras, a presença desta ‘figura’ ou ‘personagem’ torna-se um elemento fundamental para compreender as relações sociais e familiares no Brasil (Ávila, 2010), assim como a possibilidade de ascensão de um grupo significativo de mulheres. Muitas mulheres acabam delegando à empregada doméstica as responsabilidades das lidas domésticas e do cuidado dos filhos. Para Hirata (2008: 273) a condição de delegação representa a solução ao antagonismo entre as responsabilidades familiares e profissionais [seja acadêmicas, seja de gerência/direção sobretudo, quando assumidas pelas mulheres] e dos conflitos entre casais em relação à execução do trabalho doméstico.

A disponibilidade das mulheres para o pleno [razoável] desempenho deste conjunto de atividades demanda um compartilhamento das tarefas domésticas, o qual não é feito com o homem/marido/companheiro, mas

com a “empregada doméstica”, uma vez que há uma oferta disponível no mercado dessa mão de obra,⁵ sobretudo para quem pode pagar. Todavia, a constituição e dinâmica de funcionamento familiar demandam do sexo feminino uma complexa engenharia de gestão para o seu pleno funcionamento, pois, deve existir uma combinação de características femininas pessoais, tais como a idade, a escolaridade, habilidades diversas, além de outras relacionadas à família, como o estado civil, a presença e o número de filhos, e as características da própria família, como o ciclo de vida e sua estrutura familiar, disposição de recursos econômicos, capital social e cultural. Todos estes componentes interrelacionam-se para o êxito feminino, tanto relação à execução dos afazeres domésticos como das atividades econômicas fora do lar (Bruschini, 1994).

O êxito familiar das mulheres estaria diretamente dependente e proporcional à presença dessa personagem – a empregada doméstica e de suas condições de atuação na estrutura familiar. Tanto para desempenhar as atividades domésticas como para cuidar da prole e contribuir para dinamizar/qualificar a vida profissional de sua patroa. Assim, pode-se afirmar que há uma extensão das atividades desempenhadas pelas empregadas que embora ligada ao trabalho doméstico é gerador de um cenário paradoxal que situa o emprego doméstico entre o contrato formal assentado em normas legais/jurídicas e um acordo afetivo de base moral. Dito de outra maneira há uma nova dinâmica, mais ampla e complexa que envolve a trabalhadora doméstica que articula a produtividade do serviço com algumas dimensões do afeto/cuidado, ambos indispensáveis para a efetividade deste trabalho, uma vez que “esse parece situar-se numa zona cinzenta, na qual nem a natureza de sua organização, nem as relações de trabalho e as formas de luta por direitos estão claras” (Schneider, 2010: 3). E continua a autora ao afirmar que: *“Conjectura-se que é neste paradoxo das incertezas que as trabalhadoras domésticas constroem atualmente suas trajetórias, vivenciando experiências de desrespeito social, através da vivência de sofrimento, assédios e humilhação, que são, ao mesmo tempo, ensejo para iniciar uma luta por vida e trabalho dignos”* (idem; p.3).

Vale lembrar que a raiz da situação atual teve início quando à mulher na condição de escrava exercia as funções domésticas. Desde amas de leite até as cozinheiras e arrumadeiras, todas estiveram presentes na vida do-

⁵ De acordo com a pesquisa feita pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, (maio/2012) esta avalia o impacto do trabalho doméstico na economia brasileira. De 2005 a 2011, a demanda de trabalhadores domésticos se manteve estável, e a média salarial teve um aumento de 10%. Ainda de acordo com o estudo, foram gerados 630 mil empregos indiretos em razão da melhora do poder aquisitivo dos trabalhadores domésticos (ver SOUZA & DOMINGUES, 2012).

méstica da casa grande, que se configurava como sendo a sede do poder patriarcal. Para Segato (2006:4) "...o desdobramento da maternidade – a mãe biológica e jurídica, geralmente [eram] fundidas numa só, e a mãe que de fato toma conta; a “mãe” e a babá”. Ainda, de maneira persistente, todas as mulheres negras também eram vulneráveis às situações de violência sexual praticada, sobretudo, pelo homem branco. Tal comportamento ancorava-se na lógica de que dentro do casamento as condutas deveriam obedecer à imposição da moral conservadora regida pela igreja. Esta, através de seus manuais, limitava a vida íntima e conjugal das mulheres brancas “de família” a determinados comportamentos. Nesse diapasão, então acabava recaindo sobre a mulher negra o papel de satisfazer o seu dono, da iniciação sexual do “senhorzinho” e quando não, era explorada por outros escravos e terceiros como uma “negra de ganho”, seja pela exploração de seus dotes de quitanda com a venda de quitutes no comércio de rua ou por meio da prostituição (MENDES, 2012).

A pergunta que se coloca: porque, historicamente a “empregada doméstica” ficou de fora da legislação trabalhista? A resposta remete, com certeza, a recuperar, a desigualdade que ao longo do tempo tem cercado o serviço doméstico remunerado que caminha junto com a inferioridade consagrada ao papel feminino. Só em 1936 a Conferência Internacional do Trabalho, organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) discutiu pela primeira vez os direitos das trabalhadoras domésticas, no entanto, estas conferências vinham se realizando desde 1919, mas este tema do serviço doméstico remunerado não havia até então entrado em nenhuma pauta destas conferências. Apenas em junho de 2011, que uma conferência da OIT finalmente aprovou à adoção de novo instrumento internacional – a Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos – Convenção nº 189, acompanhada da Recomendação nº 201.

Vale destacar que o conceito de trabalho, e sobretudo, do trabalho doméstico, se configura como sendo bem mais abrangente do que reza os cânones econômicos, uma vez que interfere e utiliza as dimensões emocionais e psíquicas de qualquer ser humano, ou seja, nessa perspectiva o trabalho tem um valor simbólico, que nem sempre tem sido considerado.

Em relação ao Brasil, os anos 1930 foram de intensas discussões sobre os direitos dos/as trabalhadores/as, esta foi à década em que se gestou as principais leis que organizaram o mercado de trabalho nacional. Este processo culminou com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 01 de maio de 1943. Esta lei reunia toda a legislação até então ela-

borada no campo do Direito do Trabalho, mas a CLT legislava apenas para os trabalhadores urbanos, deixando as trabalhadoras domésticas de fora e também os/ as trabalhadores/as rurais. Assim, a legislação brasileira que organiza o mercado de trabalho – a CLT – estabelece um modelo formal das relações assalariadas, separando atividades incluídas e excluídas do corpo da lei (Gomes, 2002). Esta derrota vivida pelas trabalhadoras domésticas pelo reconhecimento da sua profissão é, portanto antiga.⁶ Já em 1936 surgiram na capital paulista e na cidade de Santos (SP) movimentos organizativos da categoria, e é interessante chamar a atenção para o fato de que este primeiro movimento associativo originou-se da perspectiva étnica de um grupo que lutava pela conscientização da população negra.⁷ O Estado Novo fechou essas associações, sendo que a promulgação pelo Governo Vargas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT como é conhecida) ratificou a percepção social de que esta ocupação não estava inserida nas relações econômicas.⁸ O não reconhecimento do *status* de trabalhadoras das empregadas domésticas significava que para a sociedade estas atividades não eram e não são idênticas as demais, é apenas o lugar da mulher (Melo, 1998). Pois, os afazeres domésticos são atividades ligadas à reprodução da força de trabalho e não são guiadas por uma lógica mercantil, são “*naturalmente*” realizadas pelas mulheres. Essa lógica define os papéis tradicionais da mulher e do homem na sociedade e faz do trabalho doméstico o “*lugar da mulher*”. Com isso o emprego doméstico não foi tratado no corpo da lei, apesar de que o caráter mercantil da atividade doméstica ficar explícita quando as próprias unidades familiares dos trabalhadores contratam serviços domésticos de outros indivíduos (Melo & Serrano, 1997).

Fora da lei, às domésticas foram silenciadas e só nos anos 1950, no interior paulista (Campinas), surgiu uma associação profissional de empregadas domésticas.⁹ A partir de então foram sendo criadas associações em outras cidades e estados. Na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1961, foi fundada a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, sendo que este movimento não mais foi interrompido, nem mesmo com a ação militar de 1964.

⁶ Esta categoria profissional é feminina, 93% dos trabalhadores desta categoria são mulheres, portanto este artigo denominará preferencialmente a categoria no feminino.

⁷ A Associação de Empregadas Domésticas de São Paulo, sob a coordenação do professor Geraldo de Campos Oliveira e a da cidade de Santos liderada por Laudelina de Campos Melo (1904-1991), ver a Revista Trabalhadores: Classes Perigosas nº 6, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas/SP.

⁸ A CLT naquele momento tratava apenas dos trabalhadores urbanos. Os rurais só em 1963 passaram a ter proteção legal em lei trabalhista específica (Estatuto do Trabalhador Rural). A Constituição de 1988 equiparou os trabalhadores urbanos e rurais, mas os domésticos não.

⁹ Este movimento foi liderado pela mesma Laudelina de Campos Melo da antiga associação santista.

Além do Rio de Janeiro (1961) surgiram posteriormente associações em diversos estados: em 1968, em São Paulo e nos seguintes no Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. As trabalhadoras reivindicavam fundamentalmente, a extensão da legislação trabalhista e a seguridade social para a categoria. Estas reivindicações levaram o deputado Francisco Amaral (MDB/SP) a formular um projeto de lei que se transformou em uma legislação especial para as domésticas. Assim, em 1972 o Congresso aprovou a Lei nº 5859 que reconhecia apenas alguns direitos legais por legislação específica.¹⁰

A Constituição de 1988 transformou estas associações profissionais em sindicatos, reconhecendo a categoria como uma atividade profissional, embora ainda sem todos os direitos dos demais trabalhadores. Ao longo das décadas as associações profissionais e depois sindicais denunciaram a dura luta travada pelas trabalhadoras domésticas para valorizar a categoria e denunciar a invisibilidade que envolve as tarefas domésticas na sociedade. Mesmo assim, com direitos a menos, a história registra a imensa resistência patronal ao cumprimento da lei. Em 2011, apenas 31% destes trabalhadores tem carteira de trabalho assinada, contra 69% sem vínculo empregatício. Até o final da década passada a categoria contava 6,7 milhões de trabalhadoras/es, representando 7,1% da população ocupada brasileira. (IBGE/PNAD, 2011). A realidade da Justiça do Trabalho ilustra bem a negação destes direitos. Pelo menos nas grandes capitais, é significativa a demanda judicial com pedido de declaração do vínculo de emprego doméstico.¹¹

As mudanças da legislação laboral sobre o trabalho doméstico remunerado: lentas e graduais

Ainda em 1988, com a nova Constituição, ganharam outros direitos sociais, como salário-mínimo, férias anuais remuneradas, licença gestante, aposentadoria e integração à Previdência Social. O último benefício antes dessa nova legislação foi a Lei n.º 11.324, de 19 de julho de 2006. Com ela, os/as trabalhadores/as domésticos/as passaram a ter o direito a férias de 30 dias, feriados civis e religiosos e proibição de descontos de alimentação e produtos de higiene pessoal, utilizados durante o trabalho.

¹⁰ Ver a história destas lutas em Oliveira & Conceição & Melo (1989);

¹¹ Entrevista concedida por Comba Marques Porto, Juíza do Trabalho aposentada do Rio de Janeiro a Hildete Pereira de Melo em junho de 2012.

Um exemplo dos direitos que não tinham sido incorporados a esta legislação específica originária da Constituição de 1988: o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mesmo assim, em 2000, estes só foram estendidos **opcionalmente**, para as trabalhadoras domésticas (Projeto de Lei da Deputada Benedita da Silva, PT/RJ). Assim neste início de 2013 os projetos que tramitavam na Câmara Federal a respeito de estender o conjunto dos direitos trabalhistas a categoria, foram apensados e terminaram no desenho geral da PEC 72. E finalmente esta proposta de mudança foi aprovada pelo Congresso Nacional como a Emenda Constitucional 72/2013 (DOU, 03/04/2013). Esta Emenda originava-se na intitulada PEC das Domésticas (66/2012), mas a vitória legislativa aguarda sua regulamentação e retoma-se o debate sobre a invisibilidade do trabalho feminino e quais as mudanças nas relações familiares que provocará esta legislação.

Por fim, vale lembrar que em 1984, em uma de suas últimas entrevistas, Gilberto Freyre disse que, embora “notável para a história da formação brasileira”, a abolição da escravidão havia sido “incompleta”. Sua principal obra “Casa grande e senzala”, escrita nos anos 1930, exatamente a época em que as trabalhadoras domésticas brasileiras começaram a se organizar pelos seus direitos, coloca talvez a indagação se esta conclusão tinha algo da mistura cozinha e cama que seu livro retrata tão bem.

O professor Joazé Bernardino Costa (UnB) enfatiza no calor do debate sobre a PEC 72/2013 que: “O Brasil não pode submeter trabalhadores domésticos a um tratamento desigual, com privação de direitos, para garantir o conforto da classe média. Para ele, criticar a ampliação de direitos da categoria sob o argumento de que vai encarecer as contratações é recorrer a um discurso “eticamente insustentável, encharcado de herança escravagista, baseado na exploração principalmente de mulheres negras”(…) estende aos empregados domésticos todos os direitos dos demais trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é um importante marco jurídico, mas precisa ser acompanhada de uma profunda mudança cultural (...) mas ela só aponta a direção para onde devemos rumar. É preciso estimular uma nova representação social da trabalhadora doméstica no país, vista em geral, como uma não trabalhadora, porque sua jornada não gera um produto a ser comercializado no mercado” (...), [ainda] lembrou que as primeiras leis sobre a atividade foram criadas na década de 1970 ... defende políticas públicas complementares para garantir “o rompimento de um cenário provocado pela cultura patriarcal ... Se por um lado os trabalhadores domésticos não podem ser tratados de maneira diferenciada para

evitar aumento nos custos dos patrões, a família que não pode arcar com esses gastos deve ter apoio da sociedade e do governo. Isso pode ocorrer com a ampliação da oferta de serviços como creches públicas e lavanderias com preço acessível perto das casas, por exemplo”, explicou (...) também é preciso haver modificações na divisão das tarefas domésticas, com maior participação de todos os integrantes da família. ... É preciso modificar a lógica de invisibilidade do trabalho de cuidados no lar, seja ele desempenhado por uma trabalhadora doméstica ou por uma dona de casa ou mãe de família”. (Correio Braziliense, 26/05/2013).

A aprovação da PEC 72/2013 será suficiente para transformar a mentalidade patronal na seara do trabalho doméstico e os homens abrem mãos dos privilégios de sexo para dividir as tarefas domésticas? A sociedade brasileira vai abdicar do que se chama da *cultura da senzala*? Até agora fechava os olhos à lei e não se dava conta de que sua conduta feria a ordem democrática. O que reivindicam para si junto aos seus patrões não é o que querem para as suas empregadas. Ou seja, a herança das relações servis corre o risco de permanecer no trabalho doméstico, cuja desigualdade permanecerá mascarada por pseudo-relações afetivas.

A ampliação dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos impõe ao Estado e à sociedade civil um olhar mais amplo e o duro enfrentamento destas outras questões correlatas não menos importantes. No país, é secular a omissão dos homens quanto às obrigações para com a prole, para com os cuidados com as pessoas idosas que habitam o domicílio familiar e para com os exaustivos afazeres domésticos. Tudo isto recai sob a responsabilidade das mulheres, a crescida ainda à responsabilidade pela socialização, isto é pela educação doméstica dos filhos, inculcando-lhes valores morais, patrióticos/cívicos, religiosos, além de bons costumes para se constituírem em corretos cidadãos para o Estado.

Desafios para uma nova sociabilidade das relações familiares: uma conclusão em aberto

A *socialização*, sob a responsabilidade feminina representa o processo pelo qual a criança aprende a ajustar-se ao grupo, através da aquisição de um comportamento social que o grupo aprova. O somatório desta complexa equação resume-se na chamada dupla jornada de trabalho, a tornar mais penoso o dia a dia de todas as trabalhadoras que exercem empregos, cargos

públicos e demais atividades laborais remuneradas, inclusive as empregadas domésticas que respondem por núcleos familiares diversos, e, que em muitos casos, forma-se uma corrente, as quais remuneram outras mulheres para poder desempenhar suas atividades laborais em casas de família.

No momento atual, onde a busca de mais mobilidade social ascendente é cada vez mais elevada, significa que um número crescente de crianças não pode contentar-se com imitar o exemplo dos pais. Ocorre que a família atual tem a criança como seu principal trunfo/fulcro. Prepará-la para subir na hierarquia social surge como mais um dever principal da mãe, que na sua ausência, é delegado à escola e a empregada doméstica.

Inexistem no país equipamentos coletivos destinados ao atendimento das tarefas domésticas. As creches públicas, embora previstas na Constituição desde 1988 para todas as crianças de zero a seis anos, mal atendem à imensa demanda populacional. De tal modo, mesmo que haja a concorrência da responsabilidade financeira do marido ou companheiro, para permanecerem integradas ao mercado de trabalho, as mulheres, em verdade, contam com suas empregadas domésticas e não muito mais.

A justa extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas, possibilita emergir a indagação de quais famílias poderão arcar com estes custos? Urge construir soluções até hoje adiadas para que se possa, de um lado, garantir a efetividade dos novos direitos das trabalhadoras domésticas e, de outro, a permanência das suas empregadoras no mercado de trabalho. É preciso evitar que a prestação de trabalho doméstico remunerado incline-se para o lesivo terreno da informalidade. Para tanto, torna-se fundamental que o Estado assuma a implementação de políticas públicas que contribuam para desonerar as mulheres das atividades domésticas e de cuidado. Ao mesmo tempo, impõe-se o aquecimento da discussão sobre a redução da jornada de trabalho para todas as trabalhadoras e trabalhadores, inclusive as domésticas, restringindo-se as horas extras para os casos de eventual necessidade. Impõe-se a ampliação de mecanismos de atendimento às crianças e aos idosos, bem como a criação de equipamentos coletivos que facilitem a execução dos afazeres domésticos, antiga reivindicação do movimento de mulheres.

Por que o Brasil não assinou a Convenção nº 156, da OIT, relativa à igualdade de oportunidades e de tratamento para as trabalhadoras e os trabalhadores com responsabilidades familiares. É necessário um sério trabalho de educação para o exercício da responsabilidade comparti-

lhada entre homens e mulheres quanto aos encargos familiares e para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres no seio da família. O novo regime jurídico das empregadas e dos empregados domésticos demanda urgente revisão dos costumes sexistas, matriz do perfil do trabalho doméstico remunerado tal como exercido no Brasil, majoritariamente por mulheres.

Que se fortaleça a consciência de que o Estado e a sociedade devem se preparar para os novos tempos, para, enfim, promover a abolição das mulheres do jugo doméstico, não só na esfera da relação de emprego domiciliar, mas também nas relações de família. Será que novos costumes nascerão com a aprovação da PEC 72/2013? Esta legislação possibilitará o ensejo de novos arranjos familiares entre mulheres e homens? Ou diante da impossibilidade de mudar da família brasileira dos segmentos médios e altos com relação a continuidade da presença da empregada doméstica em seus domicílios nada se alterado, uma vez que neste caso as tarefas não mudam de responsabilidade, ao contrário, são apenas deslocadas de um segmento de mulheres para outro?

Referências

- AMARAL, Marcela C. M. Sexualidades pensadas: reflexões sobre loucura e estereótipos de gênero. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: DESIGUALDADE, DIFERENÇA, RECONHECIMENTO. **Anais do GT: Sexualidades, corporalidades, transgressões**. Recife, UFPE, 2007, p. 2-15.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BRANDÃO, Ana Maria S. A. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. **Revista Configurações**, Famalicão, n.3, p. 83-106, 2007.
- _____. **E Se Tu Fosses Rapaz?** Homo-erotismo Feminino e Construção Social da Identidade. Porto: Afrontamento, 2010.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005
- CASARES, Aurelia Martin. **Antropologia del gênero**. Cultura, mitos e estereótipos sexuais. Madri: Cátedra, 2008.

- COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de Mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência.** Brasília, DF, 2007. 274f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, UNB.
- DUARTE, Marco José Oliveira. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.** v. 1, n.1. p. 83-102. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, 2011.
- GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. Apresentação. In: LABATE, Bia et al, (Dir.) **Drogas e cultura: novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, p. 9-12, 2008.
- MEDEIROS, Rafael; CECCHIN, Ricardo. Marchas da Maconha: para além da neblina sensacionalista. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde.** Recife: Instituto PAPAI, 2010.
- MORAES, Maristela. Gênero e uso de drogas: porque é importante articular esses temas?. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde.** Recife: Instituto PAPAI, 2011.
- MORAES, Maristela; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; GRANJA, Edna. Homens, violência contra mulheres e atenção em saúde mental: algumas reflexões sobre interfaces complexas. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde.** Recife: Instituto PAPAI, 2011.
- OBID - Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. **Tratamento/Populações específicas/Mulheres,** 2007. Disponível em:<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11423&rastr=TRATAMENTO%2FPopula%C3%A7%C3%B5es+espec%C3%ADficas/Mulheres>. Acesso em 21 mar. 2014.
- OLIEVENSTEIN, C. **A vida do toxicômano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- OLIVEIRA, Jeane F. **(In)visibilidade do consumo de drogas como problema de saúde num contexto assistencial: uma abordagem de gênero.** Salvador, BA, 2008. 207 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade Federal da Bahia, UFBA.
- OLIVEIRA, Jeane; NASCIMENTO, Enilda; PAIVA, Mírian. Especificidades de usuários(as) de drogas visando uma assistência baseada na heterogeneidade. **Escola Anna Nery Rev Enfermagem,** v. 11, n. 4, p. 694-698, dez, 2007.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001. Saúde mental: nova concepção, nova esperança.** Gênova: World Health Organization, 2001.
- PEDROSA, Cláudio Henrique. **Cuidar? Sim; Olhar de gênero? Não. Os sentidos do cuidado no CAPS em documentos técnicos do Ministério da Saúde.** São Paulo, SP, 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

- ROMO AVILÉS, Nuria. **Gênero y uso de drogas**. La invisibilidade de las mujeres. Monografía Humanitas. Barcelona. Fundación Medicina y Humanidades Médica, v. 5.
- ROSA, Lúcia Cristina S.; CAMPOS, Rosana Teresa O. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042012000400017&lng=en&nrm=iso>. Recuperado em 27 de março de 2014, de: Disponível em: <> Acesso em 23 Abr. 2014.
- SACRISTÁN, Teresa Ordorika. Aportaciones sociológicas al estudio de la salud mental de las mujeres. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 71, n. 4, p. 647-674, 2009. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/rms/2009_4/RMS009000402.pdf>. Acesso em: 2 de jul. 2013
- SANCHEZ PARDO, Lorenzo. Guía informativa: género y drogas. Documento Macro. **Plan de atención integral a salud de la mujer de Galicia**. Xunta de Galicia, Servizo Galego de Saúde, 2008a.
- _____. Intervencións preventivas sensibles a la perspectiva de género. **Plan de atención integral a salud de la mujer de Galicia**. Xunta de Galicia, Servizo Galego de Saúde, 2008b.
- SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas. **Gênero e Saúde Mental**: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS - Araraquara SP. São Paulo, SP, 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, USP.
- SANTOS, Naíde T.V.; ALBUQUERQUE, Rossana C.H. Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas na Atenção Primária. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas**: contribuições para uma atenção integral à saúde. Recife: Instituto PAPAI, 2011.
- SCHOUTEN, Maria Johanna. **Uma sociologia do gênero**. Lisboa: Edições Húmus, 2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 2001.
- SOUZA, Márcia R.R. **Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSAD de Salvador – BA**. Salvador, BA, 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal da Bahia, UFBA.
- TENÓRIO, Fernando. A Reforma Psiquiátrica Brasileira, da década de 1980 até os dias atuais: história e conceitos. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 25-29, 2002.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. (Org.). **Saúde mental e serviço social**: o desafio da subjetividade e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.
- ZANELLO, Valesca; BUKOWITZ, Bruna. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys**, v. 20-21, 2011.

DESIGUALDADE DE RENDA POR GÊNERO: UMA ANÁLISE NOS MEIOS RURAIS E URBANOS DO BRASIL E DA REGIÃO NORDESTE (2001-2009)

Débora Chaves Meireles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: deborameireles_88@yahoo.com.br

Jorge Luiz Mariano da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: jdal@ufrnet.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de renda por gênero, no meio rural e urbano, do Brasil e da região Nordeste. Utilizou-se, na metodologia, a decomposição do índice Theil-T e as informações da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do período de 2001 a 2009. Na análise da decomposição da desigualdade por gênero, aplicou-se o índice de Theil-T por fatores intragrupos e intergrupos. Os resultados encontrados mostraram que a desigualdade de renda é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres nas áreas rurais e urbanas, do Brasil e do Nordeste. Quanto à decomposição por fatores constatou-se, que o componente de desigualdade intragênero (T_{WG}) representou uma maior parcela do que na desigualdade intergênero (T_{BG}). Entretanto, a distribuição de renda intragênero mostrou-se mais concentrada no Nordeste urbano do que no Brasil urbano, e quanto às áreas rurais constatou-se que esta foi menor no Nordeste do que no Brasil rural. Percebeu-se ainda, que a distribuição de renda no meio rural do Nordeste é menos desigual do que no meio urbano.

Palavras-Chave: Desigualdade de Renda; Gênero; Índice Theil-T.

Abstract: This work intends to analyze income inequality by gender, in rural and urban areas of Brazil and of the Northeast region. It was used, as methodology, the decomposition of the Theil-T index and the information of the Research for Sample of Domiciles (PNAD), performed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in the period of 2001 to 2009. In the analysis of decomposition of inequality by gender, we applied the Theil-T index for intra-group and inter-group factors. The results found showed that income inequality is higher among men than among women in urban and rural areas of Brazil and Northeast. Regarding decomposition by factor, it was noted that the intra-gender inequality (T_{WG}) accounted for a larger share than inter-gen-

der inequality (T_{BG}). However, the intra-gender income distribution was more concentrated in the urban Northeast than in urban Brazil, and as regards rural areas it was found to be lower in the rural Northeast than in rural Brazil. It was also noticed that the distribution of income in rural areas of the Northeast is less unequal than in the urban environment.

Keywords: Income Inequality; Gender; Theil-T Index.

Introdução

A questão da desigualdade de renda por gênero é uma temática recorrente nos estudos que tratam sobre igualdade de oportunidades e evolução da distribuição de renda no Brasil. Recentemente, o País vem apresentando um cenário de crescimento com significativas transformações econômicas, que o colocam entre uma das principais economias emergentes do mundo. Essas transformações, apoiadas numa política monetária e cambial discricionária – com redução moderada dos juros – e uma forte política de transferência de renda, via programas sociais, promoveram o crescimento do mercado interno e a geração de novos postos de trabalhos, e, conseqüentemente, uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Entretanto, apesar de essas transformações e a maior participação da mulher no mundo do trabalho, é persistente o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres com a mesma produtividade e igual nível de escolaridade.

Vários estudos apontam para a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, como exemplo o de Matos e Machado (2006), que observaram – na crise do capitalismo da década de 1960 –, uma mudança de atitude da mulher na alocação de seu tempo trabalho entre o trabalho doméstico e a sobrevivência da família; ou seja, a crise impôs que a mulher complementasse a renda da família através de sua entrada no mercado de trabalho. Hoffmann e Leone (2004) notaram que o começo da década de 1970, dentro de um contexto da economia em expansão e acelerado processo de industrialização e urbanização, também permitiu o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Cirino e Lima (2011) observaram que no começo da década de 1980 a participação da mulher no mercado de trabalho se caracterizava – a além da complementaridade em relação ao trabalho masculino, no sustento da família – pela predominância da intermitência no emprego, a baixa escolaridade e a reduzida remuneração.

Na década de 1990 a participação feminina no mercado de trabalho elevou-se por alguns fatores entre os quais as transformações culturais, a redução da fecundidade, o aumento no nível de escolaridade, e a necessidade de elevar a renda familiar, devido a estagnação econômica e a precarização das ocupações como um todo (PINHEIRO; GALIZA; FONTOURA, 2011).

Observa-se que, o quadro que se desenhava em décadas anteriores, de maior participação da mulher no mercado de trabalho, seja como uma forma de independência financeira, seja como forma de complementaridade da renda familiar, impactou nos indicadores da desigualdade da distribuição dos rendimentos por gênero no país, como em nível regional e nos espaços rurais e urbanos.

Segundo Gomes e Wajnman (2005), a desigualdade de renda entre homens e mulheres, através das diferenças de rendimentos por gênero, apresenta-se como uma característica injusta, ou seja, por mais que as mulheres tenham iguais atributos produtivos elas recebem menos do que os homens.

Recentemente, alguns trabalhos têm verificado a desigualdade de renda por educação, gênero, raça e área de moradia (rural e urbano) utilizando a decomposição do índice de Theil-T por subgrupos da população.

Salvato e Souza (2008) analisaram a desigualdade de renda do Brasil e das grandes regiões brasileiras, enquanto que Caldas e Menezes (2010) analisaram a desigualdade de renda nos estados da região Nordeste, ambos estavam interessados nas variáveis gênero, escolaridade, e raça (brancos e não brancos), com exceção do trabalho de Caldas e Menezes, que observaram a decomposição da desigualdade na área rural e urbana.

Este estudo tem como objetivo analisar a desigualdade de renda por gênero, no Brasil e no Nordeste, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Para mensurar a desigualdade de renda por gênero, na área urbana e rural do Brasil e do Nordeste, será utilizado o índice de Theil-T, derivado da noção de entropia generalizada. Elegeu-se esse índice por sua propriedade de aditividade e de decomposição intergrupos e intragrupos da população, aplicando-se, portanto, a proposta do estudo. As informações foram obtidas a partir dos microdados da pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando o período de 2001 a 2009.

O trabalho está organizado, além dessa introdução em três seções. Na segunda seção corresponde descreve-se o tratamento dos dados das variáveis escolhidas para a análise, bem como explica o índice de desigualdade de Theil. Na terceira seção analisam-se os resultados da decomposição do índice de Theil-T, e na última seção são elaboradas as considerações finais do estudo.

Mensuração da desigualdade de renda

Esta seção aborda inicialmente o índice de Theil-T e sua decomposição por subgrupos.

Decomposição do Índice de Theil-T

Henry Theil (1967) desenvolveu e adaptou os conceitos de informação e de entropia, proporcionando a noção de entropia da teoria da informação para a estimação do índice de desigualdade da distribuição de renda. Desse modo, o índice de Theil-T apresenta-se como uma importante medida para a mensuração da desigualdade de renda, admitindo-se que, quanto maior for o índice de Theil, maior será a concentração de renda.

Derivado da classe de entropia generalizada, o índice de Theil, tem uma grande vantagem quando comparado a outros indicadores de desigualdade. Sua propriedade de aditividade possibilita que a medida de desigualdade total seja realizada pela soma das medidas de desigualdade intragrupos e intergrupos, ou seja, é uma medida de desigualdade decomponível em qualquer partição utilizada.

A medida intergrupos resulta das diferenças entre os rendimentos dos grupos; já a medida intragrupos relaciona-se com as diferenças dos rendimentos entre os indivíduos que pertencem do mesmo grupo (MATOS, 2005). O fator intergrupos manifesta-se entre os grupos identificáveis e o fator intragrupos desenvolve dentro dos grupos especificados (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2006).

Outra grande vantagem do indicador é a sensibilidade às modificações na cauda superior da distribuição de renda, ou seja, a questão da desigualdade de renda é atribuída pela elevada concentração de renda.

No que diz respeito à decomposição da medida de desigualdade de renda entre e intra grupos, tem-se que varia de 0 a 1. Quando for $T = 0$, haverá a perfeita distribuição de renda e quando $T = 1$ pode-se observar uma piora na distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1 o valor do índice estiver, mais desigual será a renda. Enquanto que se o valor estiver próximo de zero, estaríamos em perfeita igualdade de renda (IPEA-FJP, 1998).

De acordo com Hoffmann (1998), no que diz respeito a decomposição do índice de Theil-T, admite-se uma população dividida em k grupos, em

que o número de indivíduos do h -ésimo grupo, é n_h ($h = 1, \dots, k$), e a a renda do i -ésimo elemento do h -ésimo grupo, é x_{hi} ($h = 1, \dots, k; i = 1, \dots, n_h$). Desta forma, o total de elementos na população compreende-se por:

$$N = \sum_{h=1}^k n_h \quad 4$$

A proporção que corresponde aos indivíduos do h -ésimo grupo da população total é:

$$\pi_h = \frac{n_h}{N} \quad 5$$

A fração da renda total da população adequada pelo h -ésimo grupo é:

$$Y_h = \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \quad 6$$

Baseando-se nas fórmulas anteriores, definimos o índice de Theil-T assim:

$$T = \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \quad 7$$

De acordo com a expressão acima, somando e subtraindo obtém-se que:

$$\sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{NY_h}{n_h} = \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log \frac{NY_h}{n_h} \quad 8$$

$$T = \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{NY_h}{n_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} (\log Ny_{hi} - \log \frac{NY_h}{n_h}) \quad 9$$

$$T = \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{Y_h}{\pi_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \log n_h \frac{y_{hi}}{Y_h} \quad 10$$

Desta maneira, o índice Theil-T pode ser decomposto da seguinte forma:

$$T = T_e + \sum_{h=1}^k y_h T_h \quad 11$$

O índice de Theil-T pode ser decomposto em medidas de desigualdades dentro do grupo e entre grupos. O primeiro componente do índice de Theil, T_e , refere-se à medida de desigualdade entre grupos da diferença de rendimento e o segundo componente, T_h , é a medida de desigualdade de Theil-T dentro do grupo h. Desta maneira, o índice Theil-T pode ser decomposto pelas fórmulas:

$$T_e = \sum_{h=1}^k y_h \log \frac{Y_h}{\pi_h} \quad 12$$

A representação do índice de Theil-T de desigualdade entre grupos (T_e) tem que k é o número de grupos separados da população; π_h é a proporção da população do grupo h; e Y_h é a proporção de renda do grupo h.

$$T_h = \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \log n_h \frac{y_{hi}}{Y_h} \quad 13$$

A medida de desigualdade de Theil-T dentro do grupo (T_h) tem que: n_h é o número total de indivíduos; y_{hi} é a proporção da renda total recebida pelo indivíduo i do grupo h.

No que concerne a mensuração da desigualdade da distribuição de renda, encontra-se uma gama de indicadores sobre essa temática. Mas, a utilização de cada indicador condiz a distintos resultados. Por sua vez, nesta monografia foi utilizada a decomposição do índice Theil-T que é um importante ponderador de mensuração da desigualdade de renda dos subgrupos. Sendo assim será apresentada uma análise da distribuição de renda por gênero no Brasil e na região Nordeste, no meio rural e urbano, considerando a desigualdade total como um somatório da desigualdade de renda intragrupos e intergrupos.

Para as estimativas do índice Theil-T foram obtidos os erros-padrões por meio de técnicas de *bootstrap*, de acordo com os autores Yitzhaki (1991) e Mills e Zandvakili (1997), e para a verificação da significância estatística da modificação da desigualdade de renda entre os anos de 2001 e 2009, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$t = T_{(2009)} - T_{(2011)} \sqrt{ep^2_{theil(2009)} + ep^2_{theil(2001)}} \quad 14$$

Em que (ep^2_{theil}) são os erros-padrões do índice de Theil-T.

Tratamento de dados

As informações utilizadas foram extraídas dos microdados da PNAD. Analisando-se apenas os dados do ano de 2009 como referência -, totalizando 225.676 observações de pessoas (homem e mulher), com renda positiva e idade superior a 10 anos de idade, para o Brasil e 69.136 para o Nordeste, cuja representatividade correspondia a 30,63% da população brasileira no ano de 2009.

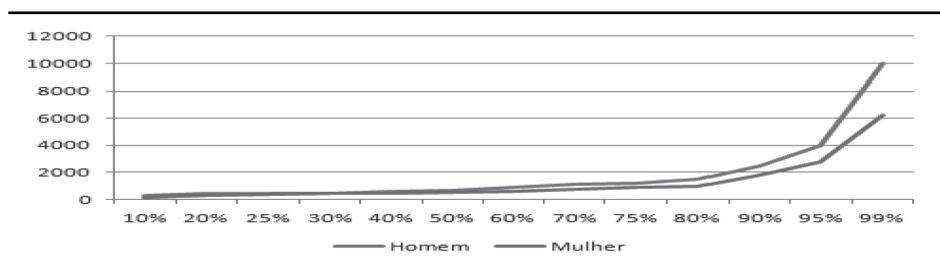
Especificamente foram coletadas informações sobre o rendimento mensal pessoal de todas as fontes, gênero, ramos da atividade principal, na semana de referência, as horas trabalhadas na semana de referência e anos de estudo. Esses dados, obtidos do desenho amostral das PNADs, foram expandidos pelo peso da pessoa, com o propósito de se obter uma melhor representação dessas informações na população. Nesse sentido, para o ano de 2009, as informações utilizadas da amostra equivaliam a um total de 109.288.615 observações de pessoas no Brasil, sendo 15.993.794 no espaço rural e 93.294.821 pessoas no espaço urbano, deduzindo, portanto, que 86% da população brasileira residiam no meio urbano e apenas 14% no meio rural. Já para o Nordeste constatou-se um total de 29.236.630 pessoas, com 7.455.218 residindo no meio rural e 21.781.412 no meio urbano, ou seja, 25,25% da população residiam na área rural e 74,5% na área urbana.

Do total das observações de pessoas para o Brasil, no ano 2009, 117.425 eram de mulheres e 108.251 de homens; enquanto que, para o Nordeste, foram observados 34.775 homens e 34.361 mulheres.

Análises de resultados

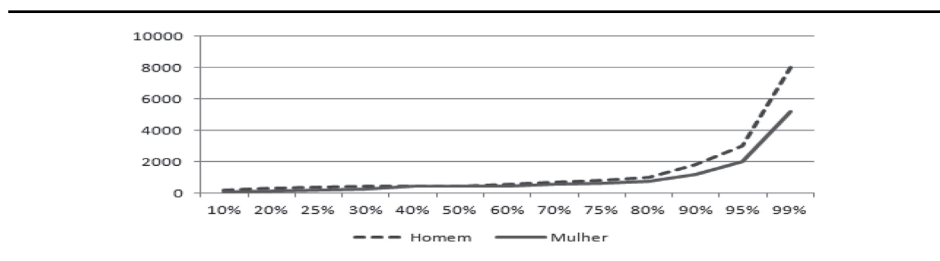
Os Gráficos 1 e 2 apresentam o desempenho dos percentis da desigualdade de renda, por gênero, para o Brasil e Nordeste, no ano de 2009. Observa-se que a curva dos percentis dos homens está acima das mulheres. Quando as curvas dos percentis se sobreponhem admite-se que homens e mulheres teriam salários semelhantes; porém quando a distribuição dos percentis dos homens sobressai as das mulheres diz-se que a distribuição dos rendimentos dos homens domina, em primeira ordem, a distribuição de renda das mulheres.

Gráfico 1 – Distribuição da renda pessoal de todas as fontes por percentis e por gênero no Brasil – 2009.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

Gráfico 2 – Distribuição da renda pessoal de todas as fontes por percentis e por gênero no Nordeste – 2009.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

As Tabelas 1 e 2 tratam dos diferenciais de rendimento médio e da média de horas trabalhadas por gênero e ramos de atividade principal da semana de referência, para o Brasil, Nordeste e no espaço rural e urbano, no ano de 2009.

Tabela 1 – Ramos da atividade principal: Média de horas trabalhadas e Hiato da renda média pessoal de todas as fontes por gênero no Brasil urbano e Nordeste urbano (2009)

Ramos da Atividade Principal	Brasil Urbano				Nordeste Urbano			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)
Agrícola	40,85	905,15	24,78	550,26	39,03	494,53	24,75	367,76
Outras Atividades Industriais	43,54	2.273,98	38,9	2.078,90	43,89	2.127,15	38,36	1.881,85
Indústria de Transformação	43,94	1.319,71	38,15	805,94	44,29	985,81	37,66	604,92
Construção	43,33	914,17	39,84	1.503,60	42,73	696,20	41,89	1.461,83
Comércio e Reparação	45,13	1.197,16	39,49	825,76	45,12	896,60	38,09	683,42
Alojamento e Alimentação	46,67	1.065,39	43,32	754,96	46	780,54	42,58	620,71
Transporte, armazenagem e comunicação	46,67	1.368,69	40,34	1.458,90	45,84	990,86	40,37	885,50
Administração Pública	40,45	2.500,71	36,2	2.149,66	39,52	2.078,72	34,96	1.733,58
Educação, Saúde e Serviços Sociais	36,6	2.657,00	34,79	1.477,73	35,39	2.118,51	33,28	1.283,33
Serviços Domésticos	42,27	620,46	35,38	447,23	44,11	464,50	37,48	337,11
Outros Serviços	39,49	1.361,45	33,96	889,30	38,34	1.014,19	32,75	690,74
Outras Atividades	41,7	2.064,93	38,64	1.425,24	41,61	1.487,80	38,1	1.197,19
Atividades Mal Definidas	32,94	367,43	26,09	501,82	31,93	273,45	21,31	154,69
Total	43,18	1.423,22	36,86	1.011,79	42,58	1.054,31	36,22	809,65

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

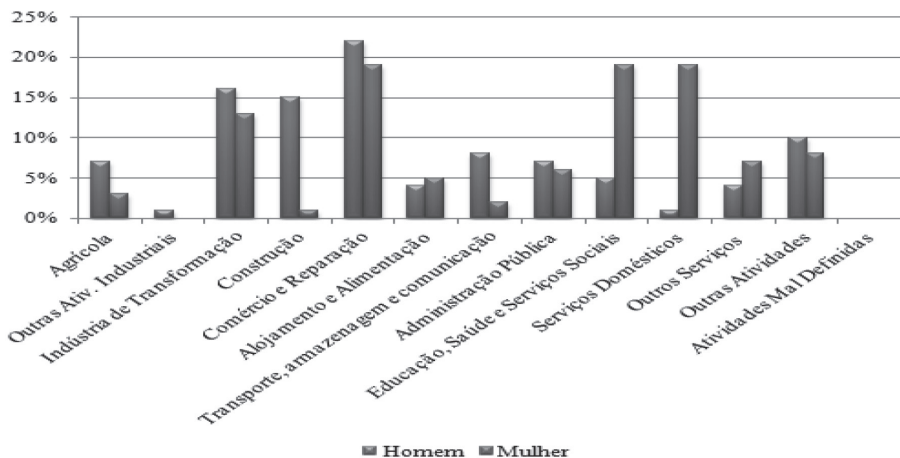
A Tabela 1 mostra o hiato da renda média pessoal de todas as fontes e a média de horas trabalhadas, por gênero, e ramos da atividade no Brasil urbano e Nordeste urbano, no ano de 2009. Observa-se, que a média de horas trabalhadas e a renda média total das mulheres são inferior a dos homens, no Brasil e Nordeste no meio urbano. Porém, encontram-se algumas exceções no país e na região Nordeste, notados nos ramos da construção e transportes, e no ramo de armazenagem e das comunicações.

No Brasil urbano, os principais ramos de atividade econômica principal para os homens são: educação, saúde e serviços sociais e para as mulheres a administração pública. No Nordeste urbano, o principal ramo da atividade principal, para ambos os gêneros, foi o de outras atividades industriais, e os menores foram os serviços domésticos e as atividades não definidas.

Os Gráficos 3 e 4, mostram a participação por gênero no mercado de trabalho por ramos de atividade econômica no Brasil urbano e Nordeste urbano, no ano de 2009. Em relação ao Brasil urbano, tem-se que, as maiores participações dos homens são encontradas nos seguintes ramos de atividades: comércio e reparação (22%), indústria de transformação (16%) e construção (15%). Quanto às mulheres, destacam-se os ramos dos serviços domésticos (19%), educação, saúde e serviços sociais (19%), além do comércio e reparações (19%). Na região Nordeste, a maior representatividade para os homens constata-se nos seguintes ramos da atividade econômica: comércio e reparação (24%), construção (15%) e indústria de transformação (11%), e para as mulheres, os ramos do comércio e reparação (20%), educação, saúde e serviços sociais (19%), e serviços domésticos (19%).

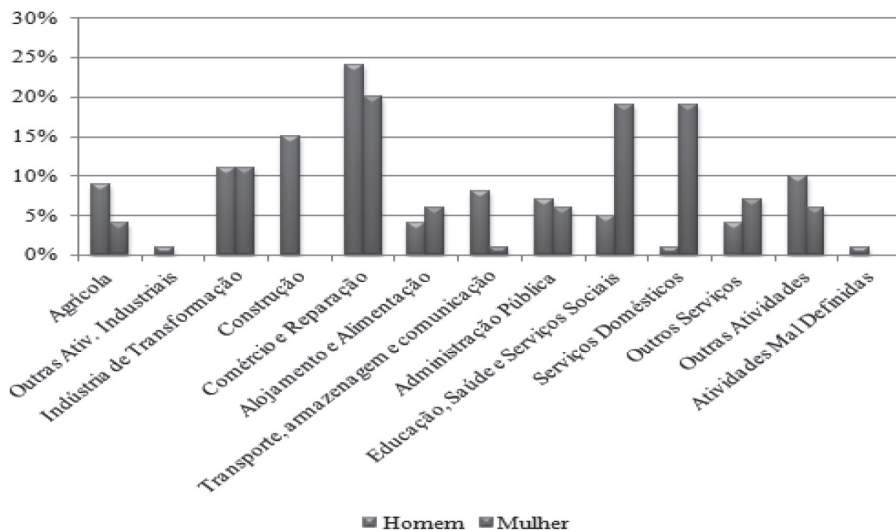
Esses resultados podem ser interpretados à luz do trabalho de Kon (1999) que procurando mostrar a segmentação setorial e ocupacional por gênero no âmbito nacional, constatou que determinado setores - como, por exemplo, educação, saúde e serviços sociais -, e categorias ocupacionais encontram uma grande concentração da força de trabalho feminina.

Gráfico 3 - Participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho por ramos de atividade no Brasil urbano – 2009.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

Gráfico 4 - Participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho por ramos de atividade no Nordeste Urbano – 2009.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

Tabela 2 – Ramos da atividade principal: Média de horas trabalhadas e Hiato da renda média pessoal de todas as fontes por gênero no Brasil rural e Nordeste rural (2009)

Ramos da Atividade Principal	Brasil rural				Nordeste rural			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)	Média de horas trab.	Renda Média (R\$)
Agrícola	40,87	658,53	22,05	368,43	38,11	406,75	21,13	283,45
Outras Atividades Industriais	43,73	1117,82	42	745,50	43,09	650,68	36	686,00
Indústria de Transformação	43,62	777,17	34	482,92	42,94	576,08	30,01	315,33
Construção	43,08	736,24	38,58	768,42	41,56	518,76	23,33	308,00
Comércio e Reparação	43,87	821,72	35,3	557,27	40,76	681,80	29,4	393,69
Alojamento e Alimentação	45,4	732,11	41,91	559,73	42,01	515,76	40,04	392,71
Transporte, armazenagem e comunicação	45,16	964,62	38,94	801,21	43,33	630,40	24,2	345,80
Administração Pública	39,86	1101,98	35,94	827,94	38,93	773,02	35,1	656,73
Educação, Saúde e Serviços Sociais	35,02	1182,79	31,84	803,53	31,34	633,83	29,79	608,76
Serviços Domésticos	46,38	604,89	32,9	349,31	48,07	466,15	34,44	235,13
Outros Serviços	37,07	717,68	29,6	519,84	34,79	501,02	22,98	336,15
Outras Atividades	41,31	1107,60	37,98	824,98	42,28	808,77	36,28	894,04
Atividades Mal Definidas	36,71	324,13	17,33	671,00	35,19	166,19	0	0
Total	41,53	719,05	27,95	466,55	38,93	459,89	25,45	341,56

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

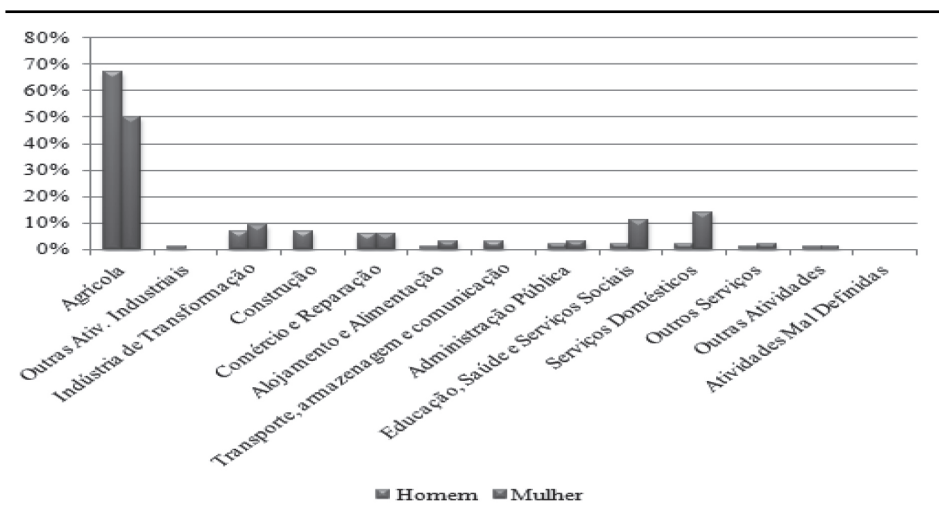
A Tabela 2 mostra o hiato da renda média pessoal e a média de horas trabalhadas por ramos da atividade principal, para homens e mulheres, na área rural no Brasil e do Nordeste, no ano de 2009. De forma semelhante das análises para o meio urbano, as mulheres recebem, em geral, um rendimento médio inferior dos homens, que também apresentam mais horas de trabalhos nos diversos ramos de atividade. Entretanto, em alguns ramos de atividade o rendimento médio das mulheres supera a dos homens como é o caso dos ramos de atividades da construção, outras atividades, e outras atividades não definidas pela pesquisa da PNAD.

Analisando-se as informações para o Brasil rural, constata-se que as maiores rendas médias dos homens são obtidas nos ramos de atividades da educação, saúde e serviços sociais, e para as mulheres nos ramos da administração pública. Entretanto, no Nordeste rural, para os homens os

maiores rendimentos médios são obtidos nos ramos da administração pública e nas outras atividades não definidas, e para as mulheres, nos ramos de outras atividades industriais.

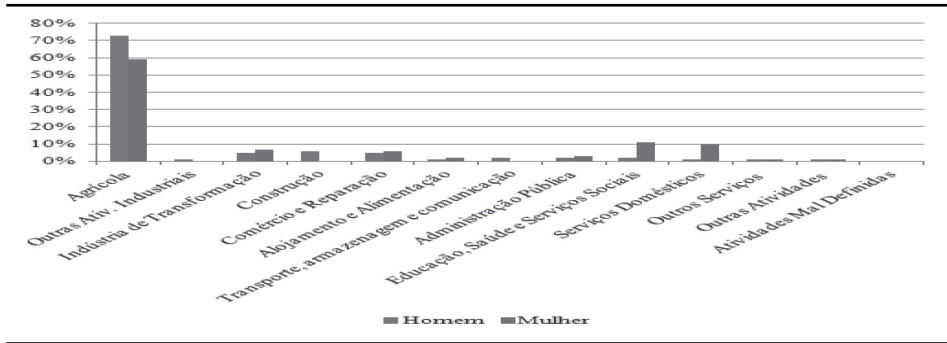
Os Gráficos 5 e 6 mostram a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho por ramos de atividade econômica no Brasil rural e Nordeste rural, no ano de 2009. Com tais resultados, pode-se afirmar que no Brasil rural, os três ramos de atividade principal com maiores participações de homens são: agrícola (67%), indústria de transformação (7%) e construção (7%). Para as mulheres, os ramos principais são: agrícola (50%), os serviços domésticos (14%), educação, saúde e serviços sociais (11%). Na região Nordeste rural, os ramos de atividades com maiores representatividades para os homens são: agrícola (73%), construção (6%) e comércio e reparação (5%); e para as mulheres os ramos: agrícola (59%), educação, saúde e serviços sociais (11%) e, serviços domésticos (10%).

Gráfico 5 - Participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho por ramos de atividade no Brasil rural – 2009.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

Gráfico 6 - Participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho por ramos de atividade no Nordeste Rural – 2009.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Elaboração dos autores.

Análises da desigualdade de renda entre homens e mulheres

A Tabela 3 mostra o índice Theil-T para a desigualdade da distribuição da renda pessoal, no Brasil e na região Nordeste, no período de 2001 a 2009. Para essas estimativas foram obtidos os erros-padrões por meio de técnicas de *bootstrap*.

Tabela 3 - Índice Theil-T para a distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes, Brasil e região Nordeste (2001 e 2009)

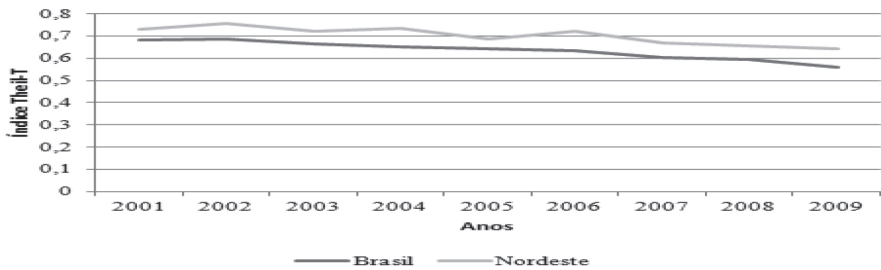
Ano	Brasil	e_p	Nordeste	e_p
2001	0,684	0,007	0,730	0,011
2002	0,687	0,010	0,759	0,014
2003	0,663	0,005	0,723	0,010
2004	0,652	0,008	0,733	0,014
2005	0,642	0,006	0,688	0,011
2006	0,632	0,006	0,720	0,022
2007	0,604	0,006	0,669	0,017
2008	0,596	0,006	0,658	0,011
2009	0,559	0,024	0,642	0,011
Δ Theil	-0,12500		-0,08800	
Teste T	-5,00*		-5,66**	

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001-2009). Os erros padrões (e_p) são estimados por técnicas de *bootstrap*. * Estatisticamente significativo ($p < 1\%$) Elaboração dos autores.

Do início da década de 1980 ao começo dos anos 1990, a desigualdade de renda apresentou uma tendência crescente, tanto no Brasil quanto no Nordeste. Esse período foi marcado, principalmente, pelo crescimento da inflação e das políticas de estabilização econômica (redução do gasto público, elevações da carga tributária e dos juros, entre outras medidas de contração da atividade econômica), que afetaram o processo distributivo do país. Da década dos anos 1990 até o início dos anos 2000, o processo de concentração de renda apresentou uma tendência declinante, motivado principalmente pela queda da inflação após implantação do plano real, possibilitando, nesse sentido, a recuperação do poder aquisitivo das classes de renda mais baixa da população. Do início da década de 2000 ao ano de 2009, a desigualdade de renda apresentou uma tendência declinante, como pode ser observada pela redução do índice de Theil de 0,684 para 0,559, para o Brasil, e de 0,730 a 0,642, para o Nordeste, queda esta estatisticamente significativa a 1%. Destaca-se ainda, que o início da década dos anos 2000 foi marcado pela implantação de alguns programas sociais, em especial do programa Fome Zero, e pela manutenção das políticas de estabilização econômica. O final da década dos anos 2000 caracterizou-se pelo aumento e consolidação dos programas de transferências governamentais e, principalmente, pelo programa Bolsa Família e pela maior universalização dos benefícios da previdência social. Esses programas, associados à recuperação do crescimento da economia, ajudaram a manter a tendência de queda na concentração dos rendimentos pessoais no país e, particularmente, no Nordeste.

Para uma melhor visualização da desigualdade de renda, o Gráfico 7 apresenta a distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes, para o Brasil e região Nordeste, no período de 2001 a 2009. É importante notar, de forma semelhante ao estudo de Siqueira & Siqueira (2006), que, apesar de se observar uma tendência de redução da desigualdade dos rendimentos pessoais, ainda, assim, nota-se que o Nordeste se caracteriza como uma das regiões com maiores desigualdades de renda do país.

Gráfico 7– Evolução do índice Theil-T para Brasil e região Nordeste (2001 - 2009).



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001 - 2009). Elaboração dos autores.

As estimativas do índice de Theil da distribuição dos rendimentos das pessoas residentes no meio rural e no urbano, no Brasil e no Nordeste, estão representadas na Tabela 4. Observa-se que a desigualdade de renda no meio rural e urbano vem caindo tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste. Uma característica importante do processo dessa queda é que ela é menor nas áreas rurais do que nas áreas urbanas.

Tabela 4 - Índice Theil-T para a distribuição dos rendimentos pessoais, no meio rural e urbano, no Brasil e na região Nordeste (2001 - 2009)

Anos	Brasil				Nordeste			
	Rural	e_p	Urbano	e_p	Rural	e_p	Urbano	e_p
2001	0,558	0,02313	0,662	0,00742	0,427	0,03045	0,726	0,01240
2002	0,520	0,01868	0,667	0,01092	0,389	0,01790	0,757	0,01528
2003	0,597	0,03191	0,642	0,00573	0,417	0,01790	0,723	0,01118
2004	0,561	0,02080	0,634	0,00849	0,413	0,03749	0,736	0,01516
2005	0,509	0,01885	0,627	0,00721	0,406	0,02473	0,689	0,01256
2006	0,493	0,02074	0,617	0,00715	0,367	0,01160	0,723	0,02497
2007	0,523	0,02469	0,588	0,00625	0,438	0,02172	0,671	0,01974
2008	0,461	0,01558	0,585	0,00689	0,423	0,02338	0,659	0,01253
2009	0,490	0,09655	0,541	0,02373	0,369	0,02079	0,644	0,011981

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001-2009). Os erros padrões (ep) são estimados por técnicas de *bootstrap*. Elaboração dos autores.

Apresentam-se, na Tabela 5, os indicadores da desigualdade da renda pessoal, por gênero, para o Brasil e para o Nordeste, no período de 2001 a 2009. De forma semelhante às análises das tabelas anteriores, a desigualdade da renda pessoal, tanto para o Brasil como para o Nordeste, cresceu entre 2001 e 2002 e, a partir desse período apresentou uma tendência declinante e estatisticamente significativa a 1%.

Tabela 5 - Índice Theil-T: Distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes por gênero para Brasil e região Nordeste (2001- 2009)

Anos	Brasil				Nordeste			
	Homem	e_p	Mulher	e_p	Homem	e_p	Mulher	e_p
2001	0,684	0,009	0,628	0,009	0,747	0,015	0,660	0,014
2002	0,687	0,014	0,633	0,007	0,761	0,020	0,719	0,015
2003	0,660	0,007	0,613	0,006	0,726	0,014	0,676	0,014
2004	0,641	0,011	0,604	0,006	0,727	0,020	0,700	0,013
2005	0,642	0,009	0,593	0,008	0,700	0,016	0,633	0,013
2006	0,620	0,008	0,599	0,011	0,696	0,020	0,719	0,049
2007	0,602	0,008	0,552	0,006	0,685	0,026	0,605	0,013
2008	0,587	0,009	0,562	0,006	0,657	0,016	0,619	0,014
2009	0,571	0,031	0,496	0,027	0,648	0,016	0,592	0,011
Δ Theil	-0,11300		-0,13200		-0,09900		-0,06800	
Teste T	-3,501*		-4,638*		-4,514*		-3,819*	

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001-2009). Os erros padrões (e_p) são estimados por técnicas de *bootstrap*. *Estatisticamente significativo ($p < 1\%$). Elaboração dos autores.

No entanto, verifica-se que a desigualdade entre os homens é maior do que entre as mulheres, no Brasil e no Nordeste. Observa-se ainda, que a desigualdade entre os homens e, entre as mulheres são maiores no Nordeste do que no Brasil.

Tabela 6 – Índice Theil: Desigualdade de renda no meio urbano para homens e mulheres, do Brasil e do Nordeste (2001-2009)

Anos	Brasil Urbano				Nordeste Urbano			
	Homem	e_p	Mulher	e_p	Homem	e_p	Mulher	e_p
2001	0,657	0,00970	0,612	0,00947	0,737	0,01656	0,663	0,01544
2002	0,664	0,01561	0,612	0,00745	0,761	0,02154	0,708	0,01579
2003	0,636	0,00761	0,593	0,00658	0,727	0,01468	0,666	0,01472
2004	0,624	0,01215	0,584	0,00652	0,732	0,02203	0,697	0,01388
2005	0,626	0,00973	0,575	0,00870	0,702	0,01751	0,626	0,01459
2006	0,603	0,00892	0,582	0,01140	0,697	0,02182	0,719	0,05421
2007	0,587	0,00874	0,534	0,00619	0,690	0,02988	0,596	0,01421
2008	0,575	0,00974	0,550	0,00705	0,655	0,01768	0,622	0,01510
2009	0,545	0,03037	0,488	0,02903	0,646	0,01736	0,594	0,01213
Δ Theil	-0,11200		-0,12400		-0,09100		-0,06900	
Teste T	-3,513*		-4,060*		-3,792*		-3,514*	

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001-2009). Os erros padrões (ep) são estimados por técnicas de *bootstrap*. *Estatisticamente significativo ($p < 1\%$). Elaboração dos autores.

Realizando-se um corte espacial, ou seja, considerando apenas as áreas urbanas do Brasil e do Nordeste, observa-se, que a caracterização da distribuição dos rendimentos pessoais é semelhante a do Brasil como um todo, isto é, que a desigualdade de renda entre os homens é maior do que a desigualdade de renda entre as mulheres. Nota-se, claramente, que os resultados, ilustrados na Tabela 6, revelam, para ambos os gêneros, que a concentração de renda entre os homens e entre as mulheres são ainda maiores no Nordeste do que no país como um todo e estatisticamente significativa a 1%.

Os resultados da desigualdade de renda para homens e mulheres na área rural do Brasil e do Nordeste, no período 2001 a 2009, estão representados na Tabela 7. Nota-se, que o índice de Theil vem caindo a partir dos anos 2001, com uma ligeira elevação em 2003, porém, a partir do ano de 2004, constata-se uma trajetória decrescente da concentração de renda. Assim, apresenta-se estaticamente significativo a 1%, 5% e 10%; mas, não significativo para os homens do Brasil rural.

Percebe-se, ainda, que a desigualdade de renda, da mesma forma que nas áreas urbanas, apresenta-se maior entre os homens do que entre as mulheres. No entanto, o grau da concentração, para ambos os gêneros, é menor no meio rural do Nordeste do que no país como um todo, apesar da elevação do índice de Theil para os rendimentos das mulheres em 2009.

Tabela 7 – Índice Theil: Desigualdade de renda no meio rural para homens e mulheres no Brasil e Nordeste (2001-2009)

Anos	Brasil Rural				Nordeste Rural			
	Homem	e_p	Mulher	e_p	Homem	e_p	Mulher	e_p
2001	0,577	0,0279	0,406	0,0241	0,468	0,0397	0,282	0,0160
2002	0,515	0,0226	0,429	0,0219	0,375	0,0233	0,366	0,0185
2003	0,601	0,0394	0,456	0,0262	0,393	0,0227	0,418	0,0247
2004	0,547	0,0255	0,446	0,0153	0,402	0,0528	0,368	0,0142
2005	0,501	0,0235	0,412	0,0159	0,404	0,0345	0,357	0,0144
2006	0,480	0,0271	0,425	0,0165	0,337	0,0147	0,382	0,0176
2007	0,506	0,0294	0,476	0,0424	0,405	0,0277	0,462	0,0344
2008	0,460	0,0201	0,364	0,0105	0,436	0,0333	0,352	0,0135
2009	0,530	0,1259	0,341	0,0396	0,366	0,0314	0,344	0,0124
Δ Theil	-0,047		-0,065		-0,102		0,062	
Teste T	-0,364 n.s		-1,402*		-2,015**		3,062***	

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001-2009). Os erros padrões (ep) são estimados por técnicas de *bootstrap*. Em que ***, ** e * representam, respectivamente, a $p < 1\%$, $p < 5\%$ e $p < 10\%$. n.s (não significativo) Elaboração dos autores.

A Tabela 8 mostra o índice Theil-T para a distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes de renda por gênero nos ramos de atividade principal no Brasil e no Nordeste, para o ano de 2009. No Brasil, os maiores índices de desigualdade de renda encontram-se nos seguintes ramos de atividade principal: outras atividades (0,695), agrícola (0,585) e transporte, armazenagem e comunicação (0,544). Para o Nordeste, a desigualdade de rendimentos é elevada nos ramos: outras atividades (0,668), administração pública (0,582) e educação, saúde e serviços sociais (0,573). O ramo da atividade principal serviços domésticos encontra uma desconcentração de renda, tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, respectivamente, com índice de 0,192 e 0,189.

Tabela 8- Índice Theil-T para a distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes de renda por gênero nos ramos de atividade principal no Brasil e no Nordeste (2009)

Brasil						
Ramos de Atividade Principal	Índice Theil-T	e_p	Homem	e_p	Mulher	e_p
Agrícola	0,585	0,0235	0,580	0,0263	0,460	0,0358
Outras Atividades Industriais	0,520	0,0398	0,528	0,0449	0,473	0,0657
Indústria de Transformação	0,440	0,0132	0,423	0,0151	0,391	0,0243
Construção	0,344	0,0132	0,338	0,0136	0,412	0,0462
Comércio e Reparação	0,462	0,0143	0,481	0,0189	0,366	0,0106
Alojamento e Alimentação	0,467	0,0366	0,530	0,0553	0,344	0,0271
Transp., Armaz. e Comunicação	0,544	0,1168	0,441	0,0588	1,124	0,5884
Administração Pública	0,502	0,009	0,482	0,011	0,527	0,0154
Educação, Saúde e Serviços sociais	0,519	0,0116	0,622	0,0206	0,403	0,0091
Serviços domésticos	0,192	0,0037	0,189	0,0152	0,186	0,0035
Outras Atividades	0,695	0,0793	0,762	0,1111	0,489	0,0275

Nordeste						
Ramos de Atividade Principal	Índice Theil-T	e_p	Homem	e_p	Mulher	e_p
Agrícola	0,407	0,02804	0,408	0,0348	0,350	0,0124
Outras Atividades Industriais	0,557	0,04604	0,568	0,0501	0,458	0,0723
Indústria de Transformação	0,516	0,0275	0,519	0,0338	0,413	0,0307
Construção	0,393	0,0282	0,386	0,0294	0,423	0,0634
Comércio e Reparação	0,491	0,0181	0,497	0,0236	0,448	0,0207
Alojamento e Alimentação	0,450	0,0974	0,518	0,1675	0,356	0,0371
Transp. Armaz. e Comunicação	0,452	0,0437	0,460	0,04709	0,355	0,0701
Administração Pública	0,582	0,0229	0,566	0,0264	0,586	0,0429
Educação, Saúde e Serviços sociais	0,573	0,0228	0,738	0,0393	0,449	0,0186
Serviços domésticos	0,189	0,0043	0,143	0,0157	0,187	0,0043
Outras Atividades	0,668	0,0594	0,725	0,0819	0,513	0,0181

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Os erros padrões (ep) são estimados por técnicas de *bootstrap*. Elaboração dos autores.

No Brasil, em relação ao gênero, os principais ramos de atividade econômica que apresentam elevada desigualdade de renda para os homens são outras atividades, educação, saúde e serviços, e agrícola. Em relação às mulheres, os ramos de atividade principal que tem uma elevada desigualdade de rendimento são os ramos de transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; e outras atividades. Já na região Nordeste, os ramos

de atividade principal que tem elevada desigualdade de renda para os homens são: outras atividades; educação, saúde e serviços sociais; e outras atividades industriais; enquanto que, para as mulheres, destacam-se os ramos da administração pública; outras atividades e outras atividades industriais.

A Tabela 9 mostra a desigualdade de renda por faixa de anos de estudo para homens e mulheres, no Brasil e Nordeste, para o ano de 2009. Observa-se que tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, o índice de desigualdade de renda Theil-T é mais elevado para o nível de escolaridade de 1 a 4 anos de estudo. Quanto à desigualdade de renda por gênero e por faixa de anos de estudo no Brasil, observa-se que é elevada para as mulheres nas faixas de 5 a 6; 7 a 8; e 9 a 12 anos de estudo, exceto na faixa de 1 a 4 anos de escolaridade que os homens apresentam uma desigualdade de renda superior a das mulheres.

Em relação ao Nordeste, quanto ao gênero, a desigualdade de renda por anos de estudos, para as mulheres é elevada em todos os estratos de nível de escolaridade, e ao contrário, os homens mostram uma queda na desigualdade. De forma geral, a desigualdade de renda por gênero nas faixas de escolaridade, é mais elevada para as mulheres do que para os homens.

Tabela 9 - Índice Theil-T para a distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes de renda por gênero nas faixas de anos de estudo, no Brasil e Nordeste (2009)

Anos de estudo	Índice Theil- T	e_p	Homem	e_p	Mulher	e_p
Brasil						
1 a 4	0,395	0,0283	0,416	0,0381	0,341	0,0227
5 a 6	0,370	0,0134	0,328	0,01405	0,432	0,0335
7 a 8	0,327	0,0104	0,269	0,0123	0,382	0,02007
9 a 12	0,227	0,0068	0,192	0,0092	0,260	0,0095
Nordeste						
1 a 4	0,437	0,0266	0,422	0,0337	0,477	0,0394
5 a 6	0,353	0,015	0,317	0,0158	0,370	0,044
7 a 8	0,340	0,0162	0,299	0,0174	0,354	0,0376
9 a 12	0,331	0,0157	0,310	0,0198	0,347	0,0246

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2009). Os erros padrões (ep) são estimados por técnicas de *bootstrap*. Elaboração dos autores.

Tabela 10 - Decomposição Índice Theil-T intragênero e intergênero no Brasil e na região Nordeste (2001-2009)

Anos	Componente	Brasil	e_p	Nordeste	e_p
2001	T_{WG}	0,668	0,00722	0,718	0,01189
	T_{BG}	0,015	0,00002	0,011	0,00002
	T	0,684	0,00722	0,730	0,01189
2002	T_{WG}	0,663	0,01049	0,746	0,01439
	T_{BG}	0,023	0,00002	0,013	0,00002
	T	0,687	0,01049	0,759	0,01439
2003	T_{WG}	0,647	0,00575	0,707	0,01063
	T_{BG}	0,015	0,00002	0,015	0,00002
	T	0,663	0,00575	0,723	0,01063
2004	T_{WG}	0,624	0,00810	0,718	0,01451
	T_{BG}	0,027	0,00002	0,014	0,00002
	T	0,652	0,00810	0,733	0,01451
2005	T_{WG}	0,623	0,00694	0,674	0,01179
	T_{BG}	0,019	0,00001	0,014	0,00001
	T	0,642	0,00694	0,688	0,01179
2006	T_{WG}	0,611	0,00691	0,707	0,02280
	T_{BG}	0,021	0,00001	0,013	0,00001
	T	0,632	0,00691	0,720	0,02280
2007	T_{WG}	0,578	0,00611	0,654	0,01773
	T_{BG}	0,025	0,00002	0,015	0,00001
	T	0,604	0,00611	0,669	0,01773
2008	T_{WG}	0,575	0,00660	0,645	0,01163
	T_{BG}	0,021	0,00001	0,013	0,00001
	T	0,596	0,00660	0,658	0,01163
2009	T_{WG}	0,543	0,02418	0,627	0,01122
	T_{BG}	0,016	0,00010	0,015	0,00002
	T	0,559	0,02418	0,642	0,01121

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001-2009). Os erros padrões (e_p) são estimados por técnicas de *bootstrap*. T_{WG} = Theil intragênero; T_{BG} = Theil intergênero. Elaboração dos autores.

As Tabelas 10 e 11 mostram a decomposição do índice Theil-T, para fatores intragênero (T_{WG}) e intergênero (T_{BG}) no Brasil, Nordeste, Brasil urbano, Brasil rural, Nordeste urbano e Nordeste rural, nos anos de 2001 a 2009.

A Tabela 10 mostra a decomposição por componentes intragênero e intergênero, para o Brasil e região Nordeste, no período de 2001 a 2009. Observa-se que, entre os componentes, a desigualdade intragênero (T_{WG}) representa a maior parcela na desigualdade dos rendimentos tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, ou seja, a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre os homens e entre as mulheres impactam mais no índice de Theil do que a desigualdade de renda entre os homens e as mulheres.

Os resultados da decomposição do índice de Theil por grupos nas áreas rurais e urbanas no Brasil e no Nordeste podem ser observados na Tabela 11. Da mesma forma como verificado para todo o Brasil, a desigualdade de renda intragênero revelou-se mais elevada do que a desigualdade entre gênero, além disso, a distribuição de renda intragênero mostrou-se mais concentrada no Nordeste urbano do que no Brasil urbano.

Tabela 11 – Decomposição Índice Theil-T intragênero e intergênero para as áreas urbanas e rurais do Brasil e da região Nordeste (2001 e 2009).

Anos	Componente	Brasil urbano	e_p	Brasil rural	e_p	Nordeste urbano	e_p	Nordeste rural	e_p
2001	T_{WG}	0,644	0,0074	0,533	0,0231	0,711	0,0124	0,412	0,0304
	T_{BG}	0,018	0,00002	0,024	0,0001	0,015	0,00003	0,015	0,0001
	T	0,662	0,0074	0,558	0,0231	0,726	0,0124	0,427	0,0304
2002	T_{WG}	0,643	0,0109	0,493	0,0186	0,741	0,0152	0,372	0,0179
	T_{BG}	0,023	0,00002	0,027	0,0001	0,016	0,00002	0,016	0,00009
	T	0,667	0,0109	0,520	0,0186	0,757	0,0152	0,389	0,0179
2003	T_{WG}	0,623	0,0057	0,563	0,0319	0,702	0,0111	0,401	0,0179
	T_{BG}	0,018	0,00002	0,033	0,0001	0,021	0,00003	0,016	0,00008
	T	0,642	0,0057	0,597	0,0319	0,723	0,0111	0,417	0,0179
2004	T_{WG}	0,611	0,0084	0,520	0,0208	0,715	0,0151	0,390	0,0374
	T_{BG}	0,023	0,00002	0,040	0,0001	0,020	0,00002	0,022	0,0001
	T	0,634	0,0084	0,561	0,0208	0,736	0,0151	0,413	0,0374
2005	T_{WG}	0,604	0,0072	0,478	0,0188	0,672	0,0125	0,388	0,0247
	T_{BG}	0,022	0,00002	0,030	0,0001	0,016	0,00002	0,017	0,00008
	T	0,627	0,0072	0,509	0,0188	0,689	0,0125	0,406	0,0247

Anos	Componente	Brasil urbano	e_p	Brasil rural	e_p	Nordeste urbano	e_p	Nordeste rural	e_p
2006	T_{WG}	0,592	0,0071	0,464	0,0207	0,705	0,0249	0,354	0,0116
	T_{BG}	0,024	0,00002	0,028	0,0001	0,017	0,00001	0,013	0,00005
	T	0,617	0,0071	0,493	0,0207	0,723	0,0249	0,367	0,0116
2007	T_{WG}	0,566	0,0062	0,497	0,0246	0,653	0,0197	0,427	0,0217
	T_{BG}	0,022	0,00002	0,025	0,0001	0,017	0,00002	0,011	0,00003
	T	0,588	0,0062	0,523	0,0246	0,671	0,0197	0,438	0,0217
2008	T_{WG}	0,569	0,0068	0,431	0,0155	0,642	0,0125	0,406	0,0233
	T_{BG}	0,015	0,00001	0,030	0,0001	0,017	0,00001	0,017	0,00006
	T	0,585	0,0068	0,461	0,0155	0,659	0,0125	0,423	0,0233
2009	T_{WG}	0,523	0,0237	0,470	0,0966	0,627	0,0119	0,357	0,0208
	T_{BG}	0,018	0,0001	0,019	0,0004	0,017	0,00002	0,011	0,00004
	T	0,541	0,0237	0,490	0,0965	0,644	0,0119	0,369	0,0208

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2001 - 2009). T_{WG} = Theil intragênero; T_{BG} = Theil intergênero. Os erros padrões (ep) são estimados por técnicas de *bootstrap*. Elaboração dos autores.

Ao observar a decomposição do índice de Theil nas áreas rurais constata-se que esta é menor no Nordeste do que no Brasil rural. Percebe-se ainda, ao se comparar o Nordeste urbano com o Nordeste rural, que a distribuição de renda no espaço rural é menos desigual do que no espaço urbano, ou seja, o diferencial de rendimentos intra homens e mulheres é menor no meio rural.

Considerações finais

Com base na revisão de literatura¹, nos últimos cinquenta anos, observa-se que a maior participação da mulher no mercado de trabalho, proporcionou uma independência financeira e complementou a renda da família, influenciando nos indicadores da desigualdade de rendimentos. A desigualdade de renda no Brasil apresentou uma queda contínua a partir dos anos 2000, e o mercado de trabalho aponta o nível de desigualdade educacional como determinante da discrepância de rendimentos, que demonstra novas desigualdades de renda por meio da segmentação e discri-

¹ Matos e Machado (2006); Pinheiro; Galiza; Fontoura (2011); Wajnman (2007)

minação no mercado de trabalho.² Porém, o Nordeste apresentou um processo de desconcentração de renda, de menor proporção do que as outras regiões do País, mas os estudos sobre o meio urbano e rural para o Brasil e região Nordeste ainda são escassos. Neste trabalho, tentou-se analisar os resultados da desigualdade de renda por gênero no Brasil e no Nordeste, nos espaços rurais e urbanos.

Para tanto, utiliza-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), para a decomposição do índice Theil-T da distribuição dos rendimentos pessoal de todas as fontes, que além de ser um excelente estimador, é o único decomponível por fatores intragrupos e intergrupos. Os resultados observados mantiveram a ideia de que a desigualdade de renda no Brasil e no Nordeste vem apresentando uma tendência de queda, porém a disparidade de renda entre eles ainda permanece alta.

Nota-se que a renda média pessoal de todas as fontes do Nordeste é menor do que no País. Cabe destacar sobre a renda média pessoal por gênero, que ela abrange em menor significância as mulheres do que os homens. Quanto aos percentis no Brasil e Nordeste, nos espaços rurais e urbanos, nota-se que os valores dos rendimentos dos homens, em cada percentil, são mais elevados do que os rendimentos das mulheres e que esse diferencial tende a se elevar nos estratos maiores de rendimento. Com relação às mulheres, nos diversos ramos de atividade, em geral, apresentam menores horas de trabalhos e rendimentos médios do que os homens, tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, nos espaços rurais e urbanos. Nota-se, também, que as mulheres têm em média, mais anos de estudo, do que os homens nos espaços rural e urbano do Nordeste e do Brasil.

Em relação ao Brasil como um todo, e o Brasil urbano, para os homens o ramo de atividade principal é o comércio e reparação. Quanto às mulheres destacam-se os ramos dos serviços domésticos. Na região Nordeste, a maior representatividade para os homens destaca-se o ramo da atividade econômica agrícola, no espaço urbano, o ramo de comércio e reparação (24%). Para as mulheres, tanto para o Nordeste, quanto para o espaço urbano, o ramo do comércio e reparação. O principal ramo de atividade econômica, no meio rural, do Brasil e Nordeste, para ambos os gêneros é o agrícola.

No que concerne ao índice Theil-T da distribuição dos rendimentos das pessoas, nota-se que, os resultados encontrados seguem a mesma tendência da literatura sobre o tema, ou seja, a desigualdade de renda por gênero

² Ferreira (2000)

vem apresentando queda de 2001 a 2009, tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste. Quanto à desigualdade de renda no espaço rural e urbano vem apresentando queda no Brasil e na região Nordeste. Cabe salientar que essa redução vem apresentando nos dois espaços, porém menor nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Nota-se que, a desigualdade entre os homens é maior do que entre as mulheres, no Brasil e no Nordeste. Observa-se, ainda, que a desigualdade entre os homens e, entre as mulheres é maior no Nordeste do que no Brasil. E a desigualdade de renda, da mesma forma que nas áreas urbanas, apresenta-se maior entre os homens do que entre as mulheres. No entanto, a concentração de renda, para ambos os gêneros, é menor no meio rural do Nordeste do que no país como um todo, enquanto que no meio urbano a concentração de rendimentos entre os homens e entre as mulheres são ainda maiores no Nordeste do que no Brasil.

Quanto ao índice Theil-T para a distribuição dos rendimentos pessoais de todas as fontes de renda por gênero nos ramos de atividade principal no Brasil e no Nordeste, o maior índice de desigualdade de renda encontra-se no ramo de outras atividades. Em relação ao gênero, o principal ramo de atividade econômica, no Brasil, que apresenta elevada desigualdade de renda para os homens são outras atividades; enquanto que para as mulheres, é no ramo de transporte, armazenagem e comunicação. Já na região Nordeste, para os homens a maior desigualdade de renda é no ramo de outras atividades; enquanto que, para as mulheres, destacam-se a administração pública. Já a desigualdade de renda por gênero nas faixas de escolaridade é elevada para as mulheres do que para os homens.

No que se refere à decomposição do índice Theil-T na distribuição dos rendimentos das pessoas por fatores intragrupos e intergrupos, os resultados verificados estão de acordo com os trabalhos de Caldas e Menezes (2010), Salvato e Souza (2008) onde afirmam que a desigualdade intragênero (T_{WG}) tem a maior representatividade na desigualdade dos rendimentos tanto para o Brasil como para o Nordeste. Em relação às áreas rurais e urbanas no Brasil e no Nordeste observa-se que, no meio urbano, a desigualdade de renda intragênero apresentou-se mais elevada do que a desigualdade intergênero e mais concentrada no Nordeste urbano do que no Brasil urbano. Já no meio rural, o índice de Theil é menor no Nordeste do que no Brasil rural. Porém, a título de comparação do Nordeste urbano com o Nordeste rural, observa-se que o diferencial de rendimentos intra homens e mulheres é menor no meio rural.

Portanto é significativo que esse é um trabalho preliminar, pois apresenta-se alguns pontos de limitação que podem ser abordados em estudos posteriores, como o avanço na parte da metodologia e do referencial teórico em relação à desigualdade de renda por gênero e raça que não foi explanada nesta monografia. Entretanto, este trabalho pode ser caracterizado como uma primeira etapa sobre a desigualdade de renda por gênero. E segue como um caminho de discussões para que se implemente uma política de igualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro e da região Nordeste, ambos nos espaços rurais e urbanos.

Referências

- CALDAS, Renata de Melo; MENEZES, Tatiane Almeida. Decomposição do Índice Theil-T: uma análise da desigualdade de renda para os estados nordestinos. **Revista Econômica do Nordeste**, v.41, n. 3, jul-set. 2010.
- CIRINO, Jader Fernandes; LIMA, João Eustáquio. Determinantes da Participação Feminina no Mercado de Trabalho: uma Comparação entre os Sexos e entre os Mercados das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**, v 42, n. 01, jan-mar. 2011.
- DAD 4.5. **Software for poverty and distributive analysis**. MIMAP programme, International Development Research Center, Université Laval, Canada, Québec, 2008.
- FERREIRA, F.H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classe ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Definição e metodologia de cálculos dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida**. 1998. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/hdr/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>>. Acesso em: 18 de set. 2011.
- GOMES, Anderson; WAJNMAN, Simone. Diferenciais salariais segundo posição de homens e mulheres nas famílias. Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outras/FamPolPublicas/GomesWajnman.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2011.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: USP, 1998.
- _____; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita: 1981-2002. **Nova Economia**. Belo Horizonte. 14 (2). p.35-58. mai-ago. 2004.

- KON, A. Segmentação Ocupacional Brasileira Segundo Gênero. **Anais...** VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, v. 1, Belo Horizonte, 6-7 de Outubro de 1999. ABET. São Paulo.
- MATOS, Jéferson Daniel de. **Distribuição de renda:** fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. Porto Alegre: FEE, 2005, 57p. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_62.pdf> Acesso em: 20 de ago. 2011.
- MATOS, Raquel Silvério; MACHADO, Ana Flávia. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.5-27, jun. 2006.
- MILLS, J. A.; ZANDVAKILI, S. Statistical inference via bootstrapping for measures of inequality. **Journal of Applied Econometrics**, v. 12, p.133-150, 1997.
- PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; FONTOURA, Natália. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões. In: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (Org). **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. p.45-60.
- PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar**. Microdados. Pesquisa básica. Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 2001 a 2009. CD-ROM.
- SALVATO, Márcio Antônio; SOUZA, Paola Faria Lucas de. Decomposição hierárquica da desigualdade de renda Brasileira. **Anais...** XXXVI Encontro Nacional de Economia, ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós- Graduação em Economia. 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211123470-.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2011.
- SIQUEIRA, Marcelo Lettieri; SIQUEIRA, Márcia Lettieri. **Desigualdade de renda do Nordeste Brasileiro:** uma análise de decomposição, 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2006/docs/desigualdade.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2011.
- THEIL, H. **Economics and information theory**. Chicago: Rand McNally, 1967.
- WAJNMAN, Simone. **Envelhecimento, participação laboral feminina e desigualdade de renda no Brasil**. Seminário CEDALE, 2007. Disponível em: <www.eclac.org/celade/noticias/paginas/5/27255/wajnman.pdf> Acesso em: 31 ago. 2011.
- YITZHAKI, S. Calculating Jackknife variance estimators for parameters of the Gini Method. **Journal of Business and Economics Statistics**, v. 9, p.235-9, 1991.

DIFERENCIAIS REFERENTES À DESIGUALDADE DE GÊNERO

Sonia Maria M.C. de Oliveira

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

E-mail: sonia.oliveira@ibge.gov.br

Celso Simões

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

E-mail: celso.simoies@ibge.gov.br

Ricardo Luiz Cardoso

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

E-mail: ricardo.cardoso@ibge.gov.br

Resumo: O Brasil vem apresentando um comportamento demográfico com transformações profundas na composição etária de sua população. Um olhar reflexivo sobre a forma como esta transição vem ocorrendo deixa evidentes os ainda expressivos diferenciais por sexo, idade, educação e renda, além de questões relativas a desigualdades territoriais, em parte decorrentes das diferentes condições sociais observadas no País. Este estudo tem como objetivo principal traçar um panorama sobre os diferenciais entre homens e mulheres com um foco especial sobre dados de renda do trabalho, bem como sobre as tendências e diferenciais regionais, no que se refere ao padrão e ao ritmo das alterações observadas nesta última década. A posição assumida é a de que diferenciais de gênero são influenciados pelos diferentes formatos de arranjos domiciliares. Ou seja, dependendo da composição do grupo domiciliar, as diferenças entre homens e mulheres apresentam variações, bem como se apresentam diferenciais inclusive no interior do próprio grupo de mulheres. Na tentativa de investigar em que medida estes arranjos acabam por estabelecer diferenciações, a população aqui estudada foi desagregada por sexo segundo os diferentes tipos de arranjos, dando-se especial relevância ao arranjo domiciliar do tipo “responsável pelo domicílio que vive com cônjuge e com filhos”. Foram utilizadas como fonte as informações já disponíveis do Censo 2010 comparativamente aos dados do Censo 2000. A análise efetivada, sob a perspectiva de gênero, teve como objetivo apoiar parceiros do governo na formulação de políticas sensíveis a questões de gênero e programas em todas as áreas e todos os níveis de governo.

Palavras-chave: arranjos domiciliares; diferenciais de gênero; rendimento do trabalho.

Abstract: Brazil is presenting a demographic behavior with profound changes in the age composition of the population. A reflective look on how this transition is occurring makes evident the still significant differences by sex, age, education and income, as well as issues relating to territorial inequalities, partly arising from the different social conditions observed in the country. This study aims to give an overview about the differences between men and women with a special focus on labor income data, as well as on trends and regional differences, with regard to the pattern and pace of changes observed in the latter decade. The position taken is that gender differences are influenced by different forms of living arrangements. Depending on the composition of the household group, the differences between men and women display variations as well as present differentials even within the group of women itself. In an attempt to investigate the extent to which these arrangements end up establishing differentiations, the population studied here was disaggregated by sex according to the different types of arrangements, with particular relevance to the living arrangement of the "head of household living with spouse and children". The information already available in the 2010 Census compared with data from the 2000 Census were used as source analysis carried out from the perspective of gender, aimed to support partner government in formulating policies sensitive to gender issues and programs in all areas and all levels of government.

Keywords: household arrangements; gender differences; labor income.

Introdução

O Brasil vem apresentando um comportamento demográfico com transformações profundas na composição etária de sua população, dentre outras características. Em relação aos diferenciais entre homens e mulheres, podem ser observadas algumas características, sobretudo tendo em vista a distribuição territorial desses indicadores.

Este estudo tem como objetivo principal traçar um panorama sobre os diferenciais entre homens e mulheres com um foco especial sobre dados da renda do trabalho, bem como sobre as tendências e os diferenciais regionais, no que se refere ao padrão e ao ritmo das alterações observadas nesta última década. A posição assumida neste trabalho é a de que diferenciais de gênero são influenciados pelos diferentes formatos de arranjos domiciliares. Ou seja, dependendo da composição do grupo domiciliar, as diferenças entre homens e mulheres apresentam variações, bem como se apresentam diferenciais inclusive no interior do próprio grupo de mulheres.

Características gerais da população estudada

Os diferenciais de gênero a serem analisados neste trabalho têm como foco variáveis clássicas como idade, escolaridade, inserção no mercado de trabalho e renda, e especialmente, as mudanças ocorridas na última década. Neste sentido são examinadas informações tomando-se os resultados do último Censo Demográfico (2010) comparando-as, em algumas situações específicas, com as do Censo 2000.

A população tomada como objeto de análise é constituída pelos responsáveis pelo conjunto de 57.319.982 domicílios particulares permanentes ocupados (DPPO)¹ e seus respectivos cônjuges.

A decisão de tomar os responsáveis e seus cônjuges como universo de análise se deve à compreensão de que estas são as pessoas que respondem pela manutenção do domicílio e pela sobrevivência e/ou pela segurança e bem-estar de seus moradores. O objetivo foi verificar em que medida este conjunto de homens e mulheres se diferenciam no que se refere à educação/escolaridade, acesso ao mercado de trabalho e à renda, e em que medida estes diferenciais se alteraram ao longo da década.

¹ Não constam deste conjunto os domicílios com mais de um cônjuge. Estes domicílios Nota Metodológica: como os dados são provenientes da Amostra do Censo 2010, os números trabalhados contemplaram os fatores de expansão disponíveis.

Com base nas informações do Censo 2010, existiam, no conjunto de domicílios brasileiros, 94.914.384 pessoas entre responsáveis e cônjuges, grupo que representava 61% da população total do país dentro do segmento de 10 anos e mais². Eram 43.752.046 homens e 51.162.352 mulheres, ou seja, 46,1% são homens, 53,9% são mulheres. É importante ressaltar que em um conjunto importante de domicílios o responsável não tem cônjuge.

Os dados foram desagregados, inicialmente, de acordo com os arranjos domiciliares abaixo discriminados. É importante ressaltar que esses arranjos poderiam ou não incluir outro parente, ou seja, um domicílio que tivesse entre seus moradores marido (como responsável) e mulher, os dois filhos do casal e mais os pais do responsável, estaria classificado no primeiro tipo de arranjo. São eles:

1. responsável com cônjuge e com filho, situação de 49,4% dos domicílios;
2. responsável com cônjuge e sem filho, situação de 16,2% dos domicílios;
3. responsável sem cônjuge e com filho, situação de 16,5% dos domicílios;
4. responsável sem cônjuge e sem filho, situação de 17,9% dos domicílios.

A tabela 1 apresenta a distribuição da população estudada (responsáveis e cônjuges destes domicílios), desagregados por sexo, tendo em vista os possíveis arranjos domiciliares.

Tabela 1. Distribuição total e percentual de responsáveis e cônjuges por sexo, segundo tenham ou não cônjuges e filhos. Brasil, 2010

RESPONSÁVEIS E CÔNJUGES	DISTRIBUIÇÃO TOTAL POR SEXO		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Com cônjuges e filhos	56.615.694	28.307.847	28.307.847
Com cônjuges e sem filhos	18.438.385	9.219.195	9.219.190
Sem cônjuges e com filhos	9.463.923	1.188.512	8.275.411
Sem cônjuges e sem filhos	10.396.396	5.036.492	5.359.904
TOTAL	94.914.398	43.752.046	51.162.352
	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL (%) POR SEXO		
Com cônjuges e filhos	59,6	64,7	55,3
Com cônjuges e sem filhos	19,4	21,1	18,0
Sem cônjuges e com filhos	10,0	2,7	16,2
Sem cônjuges e sem filhos	11,0	11,5	10,5
TOTAL	100,0	100	100

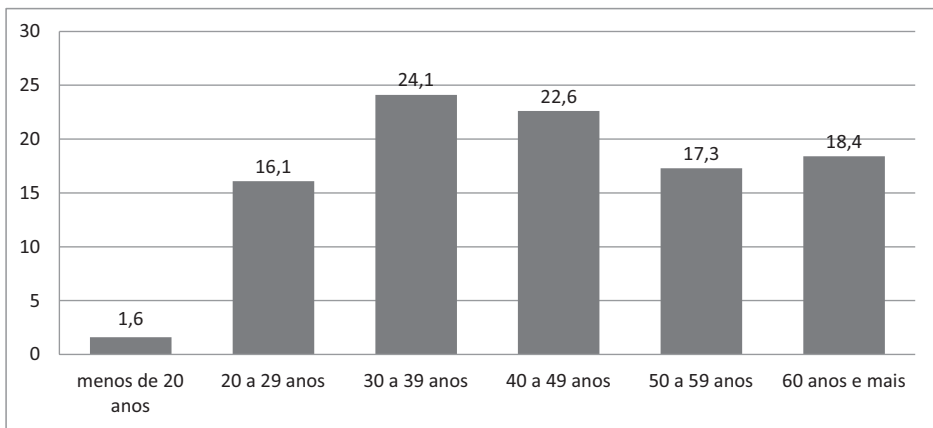
Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

² No Censo Demográfico so poderiam ser listados como responsável e/ou cônjuge as pessoas com 10 anos e mais.

Podem-se constatar, logo de imediato, algumas diferenças básicas no conjunto desta população: 85,8% dos homens têm cônjuge enquanto que esta proporção, no conjunto de mulheres, é de 73,3%. Entre os que vivem com filhos, pode-se observar que são 1.188.512 homens sem cônjuge que vivem com filhos (2,7% do total de homens), enquanto que as mulheres sem cônjuge e com filhos somam 8.275.411 (16,2% do total de mulheres). É importante ressaltar que estes números recebem forte interferência da variável idade, tanto no grupo masculino quanto no feminino.

A distribuição total desta população mostra que mais de 46% se concentra nos extratos médios de idade, ou seja, entre 30 e 50 anos (Gráfico 1). No entanto, quando desagregados por sexo, pode-se observar que há uma diferença entre homens e mulheres no que se refere à distribuição por grupos etários (Gráfico 2). Nos extratos mais jovens (até 30 anos) as mulheres aparecem em proporções mais elevadas, supremacia bem visível quando observada em números absolutos. Com menos de 20 anos de idade são encontrados pouco mais de 400 mil homens e cerca de 1.100.000 mulheres (ver Anexo 1).

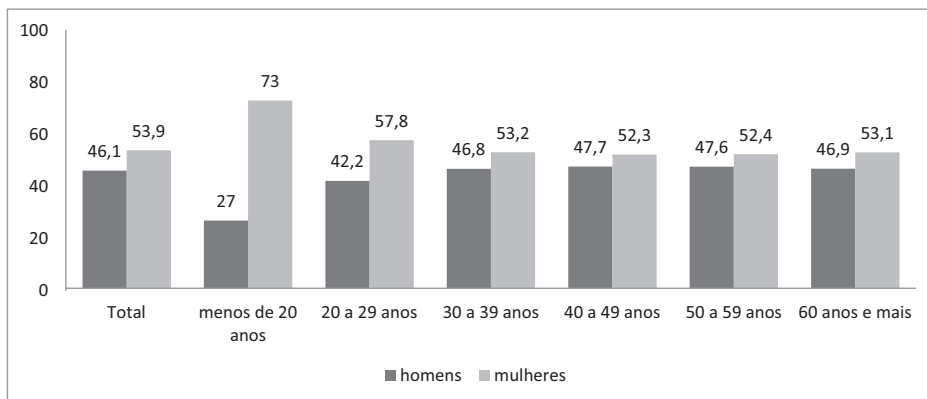
Gráfico 1. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges por grupos de idade. Brasil, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

Já com idade entre 20 e 29 anos verifica-se que o número de homens e mulheres se eleva para mais de 6 milhões e quase 9 milhões, respectivamente. O fato demonstra que as mulheres tendem a iniciar a união conjugal em idades mais jovens do que os homens. Porém, tanto homens quanto mulheres estão concentrados nos extratos médios da distribuição, sendo que os maiores percentuais se situam nas idades entre 30 e 39 anos (Gráfico 2).

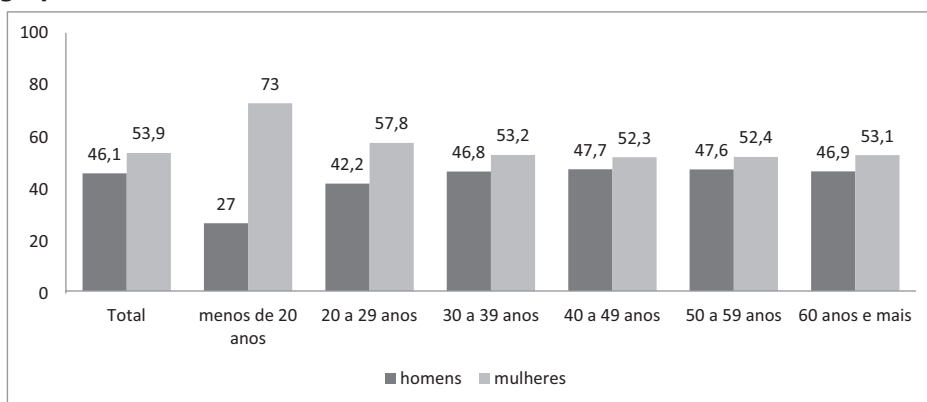
Gráfico 2. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges por grupos de idade. Brasil, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

No entanto, se olharmos a proporção de homens e mulheres em cada uma dessas faixas de idade, evidencia-se uma supremacia numérica das mulheres em todas elas (Gráfico 3), acompanhando a média do conjunto do país. Nas faixas mais jovens (até 29 anos), as proporções mais elevadas das mulheres superam a média brasileira.

Gráfico 3. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges por sexo segundo grupos de idade. Brasil, 2010



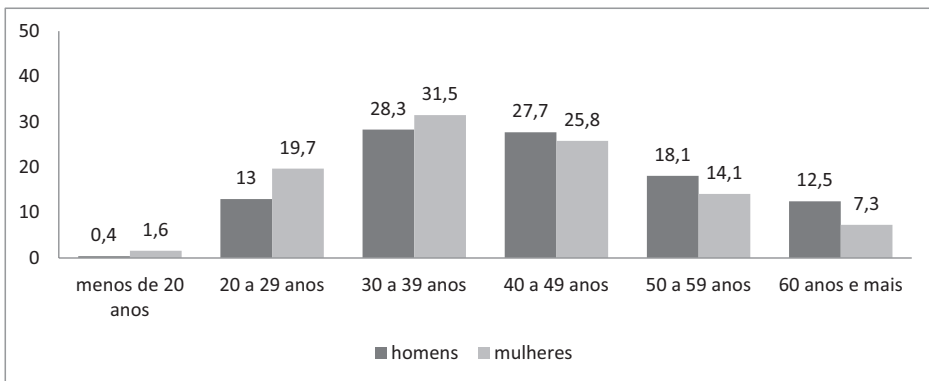
Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

Arranjos domiciliares e diferenciais de gênero por idade e por nível de instrução

No presente estudo a posição assumida é a de que diferenciais de gênero podem estar sendo influenciados pelos diferentes formatos de arranjos domiciliares. Ou seja, dependendo da composição do grupo domiciliar, as diferenças entre homens e mulheres podem apresentar variações.

Na tentativa de estabelecer em que medida estes arranjos acabam por estabelecer diferenciações, a população aqui estudada foi desagregada segundo os diferentes tipos de arranjos. Deste modo, de acordo com a Tabela 1, já mencionada, homens e mulheres que têm cônjuge e filhos representam 59% da população aqui estudada, portanto, cerca de 30% de homens e 30% de mulheres. O outro arranjo com proporção importante, aproximadamente 20% das pessoas, é a do domicílio com cônjuge e sem filhos. Outras duas situações possíveis são as dos domicílios em que o responsável não tem cônjuge (cerca de 20%), sendo que cerca da metade deste conjunto vive com filhos e a outra parte vive sem filhos.

Gráfico 4. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges em domicílio com cônjuge e com filhos, por sexo e grupos de idade. Brasil, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

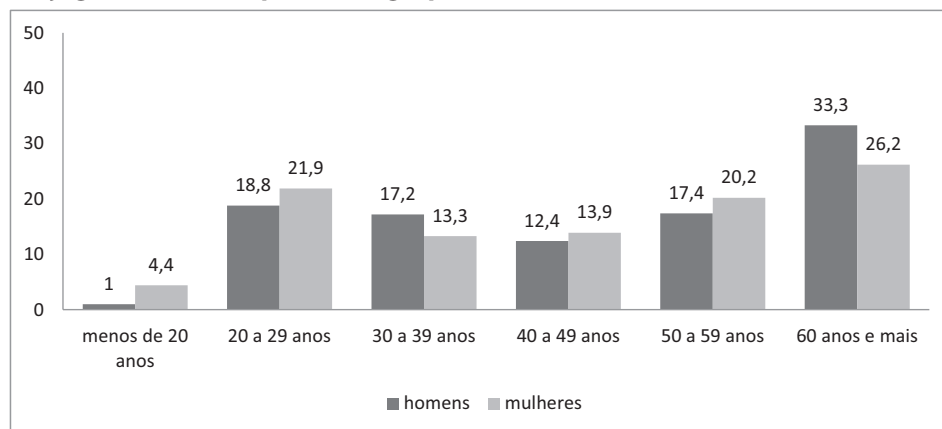
A distribuição da população por sexo e grupos de idade varia bastante dependendo do tipo de arranjo domiciliar. Pode-se constatar (Gráfico 4) que nos domicílios do tipo de arranjo mais frequente – o que tem cônjuge e filhos – a distribuição da população em grupos de idade segue aproximadamente o padrão da média brasileira (ver Gráfico 1), no que se refere às faixas intermediárias, entre 30 e 50 anos, declinando os percentuais a partir daí.

O segundo tipo de arranjo mais frequente, com cerca de 20% dos responsáveis e cônjuges, é o caso dos domicílios nos quais o responsável vive com cônjuge, mas não vive com filhos; a distribuição por idade desses homens e mulheres é um pouco distinta. Uma parte considerável deste contingente de homens e mulheres está situada no grupo de idade mais avançada, acima de 60 anos (Gráfico 5). E se levarmos em conta a população masculina, especificamente nas faixas etárias superiores a 50 anos, a proporção fica acima de 50%. Pode-se verificar também que casais jovens (entre 20 e 30 anos) e sem filhos representam cerca de 20% das pessoas que vivem neste tipo de arranjo domiciliar.

Já no tipo de domicílio em que o responsável não tem cônjuge e vive com filhos (Gráfico 6), e que representa cerca de 10% da população que estamos focalizando (um pouco mais de 9 milhões de pessoas), enfatize-se que, como foi dito anteriormente, neste conjunto há um número de mulheres muito superior ao de homens, ou seja, aproximadamente 8 milhões de mulheres para 1 milhão de homens. Contudo, é notável a interferência, para homens e mulheres, da variável idade na composição deste contingente. Verifica-se que, neste tipo de arranjo domiciliar, 62% dos homens e cerca de 50% das mulheres está nas faixas superiores a 50 anos de idade.

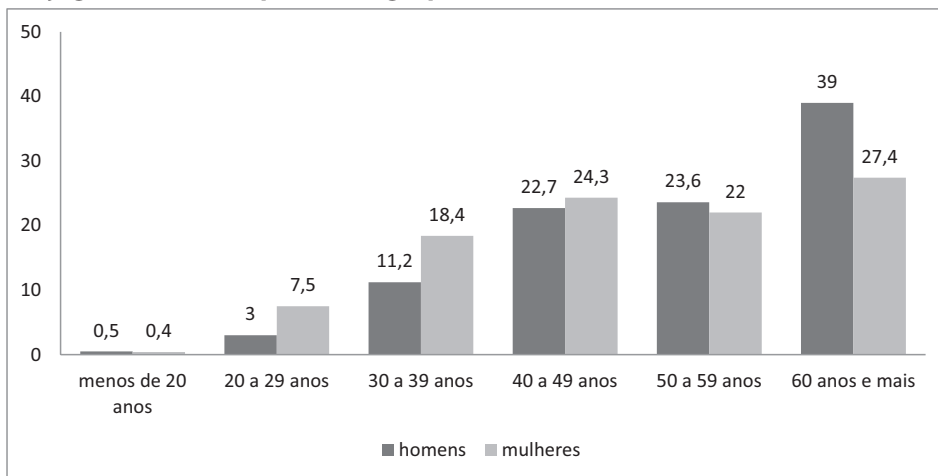
No último tipo de arranjo domiciliar que aqui estamos analisando, o das pessoas que vivem sem cônjuge e sem filhos, também é importante a interferência da variável idade, sobretudo no caso das mulheres onde, praticamente a metade das mesmas é constituída de idosas (Gráfico 7).

Gráfico 5. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges em domicílio com cônjuge e sem filhos, por sexo e grupos de idade. Brasil, 2010



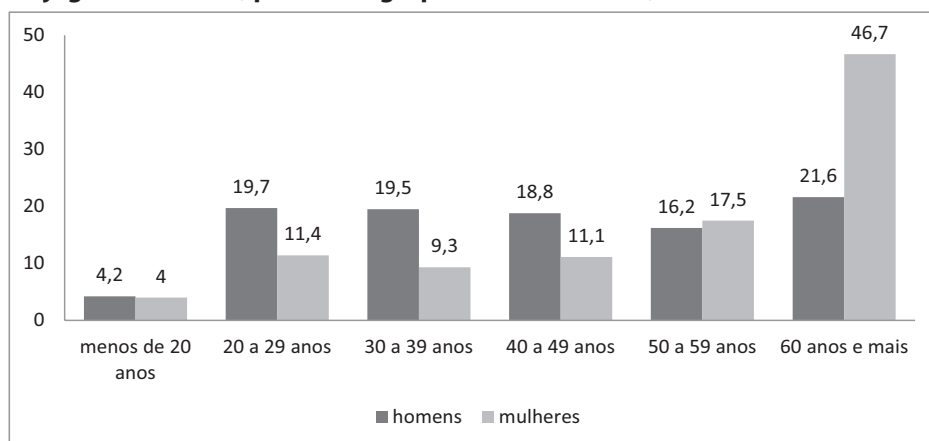
Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

Gráfico 6. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges em domicílio sem cônjuge e com filhos, por sexo e grupos de idade. Brasil, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

Gráfico 7. Distribuição percentual de responsáveis e cônjuges em domicílio sem cônjuge e sem filhos, por sexo e grupos de idade. Brasil, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

Outra importante variável a ser considerada na análise dos diferenciais por gênero, diz respeito aos níveis de instrução. Ao desagregar os dados segundo esta variável, constatou-se - fato já verificado em diversas outras pesquisas - que as mulheres exibem um grau de escolaridade mais elevado do que os homens, em todas as regiões (Tabela 2).

Uma análise mais detalhada dessas informações indica, de acordo com a Tabela 2, que na média do país, homens e mulheres tem percentuais próximos, quando se observam os níveis de instrução Fundamental e Médio completos. No entanto, os percentuais se diferenciam, com vantagem para a população feminina, nos demais níveis de instrução. Observa-se que a proporção de mulheres na faixa “Sem instrução ou com Fundamental incompleto” é inferior à dos homens (51% de homens para 48% de mulheres), e ocorre um percentual mais elevado de mulheres com curso Superior completo (11% de mulheres contra 9,6% de homens). Esta estrutura se mantém em praticamente todas as regiões e com distâncias mais acentuadas nas Regiões Norte e Nordeste. No entanto, nas demais, principalmente no Sudeste, homens e mulheres tem percentuais bastante próximos, reduzindo-se as diferenças de escolaridade especialmente no nível Superior.

Tabela 2. Distribuição total e percentual de responsáveis e cônjuges segundo o sexo e o nível de instrução Brasil e Grandes Regiões - 2010

SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	BRASIL E GRANDES REGIÕES					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
HOMENS						
SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL COMPLETO	51,6	58,2	63,6	44,8	48,3	49,5
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	15,5	14,7	12,4	16,8	17,5	15,9
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	23,3	21,4	18,8	25,9	23,9	23,7
SUPERIOR COMPLETO	9,6	5,8	5,3	12,2	10,8	10,8
MULHERES						
SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL COMPLETO	48,2	51,3	57,3	43,9	43,7	43,7
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	15,8	15,7	13,6	16,7	16,3	16,3
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	24,7	25,2	21,9	26,2	26,9	26,9
SUPERIOR COMPLETO	11,0	7,8	7,2	13,2	13,1	13,1

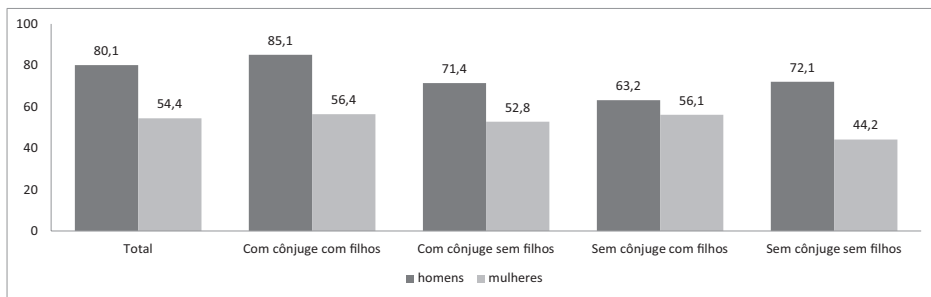
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Diferenciais de gênero no mercado de trabalho

Tomou-se como decisão analítica, no presente estudo, empreender uma abordagem de gênero que procurasse levar em conta o conjunto de circunstâncias que pudessem estar afetando o cotidiano das mulheres, uma vez referenciados a papéis social e culturalmente atribuídos à população feminina, ou seja, aqueles relacionados ao cuidado com as tarefas domésticas e com a família. Estes encargos, como são ressaltados pela literatura, supostamente se constituem em fatores que dificultam a inserção das mu-

lheres no mercado de trabalho e sua participação nos diversos espaços de representação social. Por isso, este trabalho teve como preocupação, verificar se o fato de ter cônjuge e/ou filhos poderia influir, em uma maior e/ou menor facilidade das mulheres no acesso ao mercado de trabalho (comparativamente aos homens) ou, em outras palavras, em sua maior ou menor disponibilidade para estar ocupada ou para procurar trabalho. Os dados de condição de atividade de responsáveis e cônjuges foram, então, desagregados por sexo e pelos diferentes tipos de arranjos domiciliares (Gráfico 8).

Gráfico 8. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges por sexo, segundo o tipo de arranjo domiciliar. Brasil, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico, 2010

Ao examinar a taxa de atividade de homens e mulheres nos diferentes tipos de arranjos, constata-se que a taxa de atividade é mais elevada entre os homens que tem cônjuge e vivem com filhos (85%). Por outro lado, observa-se que a taxa de atividade entre as mulheres nos diferentes tipos de arranjos não varia muito, ainda que as taxas mais elevadas estejam localizadas nos arranjos de mulheres que vivem com filhos, independentemente de terem ou não cônjuge (ambos os segmentos com 56%). Este resultado pode ser explicado, em parte, pelo fato de que a variável idade tem um peso importante no tipo de arranjo de mulheres que vivem sem filhos, ou seja, a proporção de mulheres idosas é significativa neste conjunto, como já visto (Gráficos 5 e 7). Por outro lado, a taxa mais alta entre as mulheres com filhos, de certa forma relativiza o argumento segundo o qual tarefas domésticas e/ou com filhos impedem o exercício da atividade feminina fora de casa. É possível que, pelo menos em parte dos casos, a mulher seja impulsionada para o mercado de trabalho justamente pelo fato de ter filhos e, assim, tenha necessidade de complementar o orçamento doméstico.

Domicílios com cônjuge e com filhos – diferenciais por níveis de instrução e condição de ocupação

Na tentativa de capturar um contingente representativo da população brasileira e tendo em vista os diferentes tipos possíveis de arranjos domiciliares e as diferenças importantes existentes entre eles, seja do ponto de vista da frequência com que ocorrem no país, seja do ponto de vista de sua composição etária, decidiu-se focar o presente estudo nos diferenciais de gênero que ocorrem no tipo de arranjo domiciliar mais frequente e no qual se concentra o maior contingente de homens e mulheres: as pessoas que vivem no domicílio no qual estão presentes responsável, cônjuge e filhos.

Neste tipo de arranjo e, de acordo com o Censo Demográfico 2010, ocupando a posição de responsável ou de cônjuge no domicílio, vivem 56.615.694 pessoas, entre homens e mulheres. Optou-se, assim, por examinar com mais detalhe este contingente. Vejamos como se distribuem os diferenciais de gênero no interior deste grupo quanto ao nível de instrução e inserção no mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, ao analisar as diferentes faixas de rendimento do trabalho nas quais se distribuem responsáveis e cônjuges (Tabela 3), observa-se que a maior parte da população feminina ocupada se concentra nas faixas de rendimento mais baixos, ou seja, até 2 salários mínimos (75%). Entre os homens, a proporção de ocupados que percebe rendimento até esta faixa é de 61%. Olhando-se os rendimentos mais elevados, verifica-se que 13,8% dos homens tem rendimento acima de 5 salários mínimos, enquanto que apenas 8,7% das mulheres estão esta faixa. O resultado mostra que o conjunto de mulheres, responsáveis e/ou cônjuges, tem uma situação de remuneração do trabalho bem mais desfavorável do que o conjunto de homens nesta mesma condição. Ou seja, as mulheres se concentram, mais do que os homens, nas faixas de baixos rendimentos do trabalho, enquanto os homens se destacam, em proporções mais elevadas do que elas, nas faixas de rendimento mais altas. Resta saber até que ponto o nível de instrução interfere nesta distribuição.

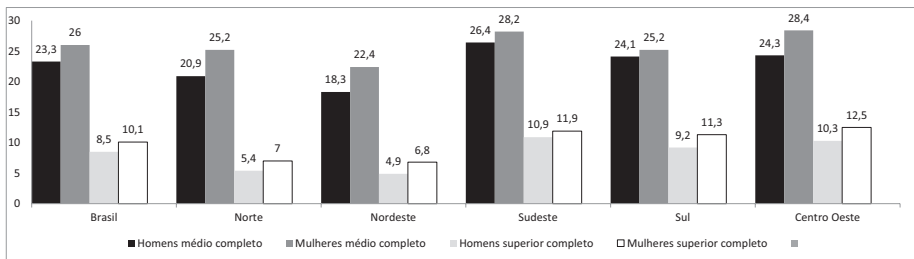
Tabela 3_ Distribuição de percentual de responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo e classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos, em salários mínimos. Brasil 2010

CLASSES DE RENDIMENTOS MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS, EM SALÁRIOS MÍNIMOS	HOMEM (RESPONSÁVEIS E CÔNJUGES)	MULHER (RESPONSÁVEIS E CÔNJUGES)
Até 1/2	9,9	17,5
Mais de 1/2 a 1	18,7	26,7
Mais de 1 a 2	32,4	31,1
Mais de 2 a 3	14,1	8,5
Mais de 3 a 5	11,1	7,5
Mais de 5	13,8	8,7
TOTAL	100,0	100,00

Fonte IBGE. Censo demográfico 2000 e 2010

O Gráfico 9 apresenta os dados referentes aos níveis Médio e Superior de instrução desagregados por sexo e por Grandes Regiões. Pode-se observar que o percentual de mulheres nestes níveis de instrução é superior ao percentual de homens nos mesmos níveis, em todas as regiões, o que confirma a tendência já apontada sobre a maior escolaridade feminina. É possível constatar também uma diferença entre as regiões, sendo que o Norte e Nordeste apresentam percentuais mais baixos, nos níveis de instrução Médio e Superior completos, tanto no segmento masculino quanto no feminino, comparativamente às demais regiões.

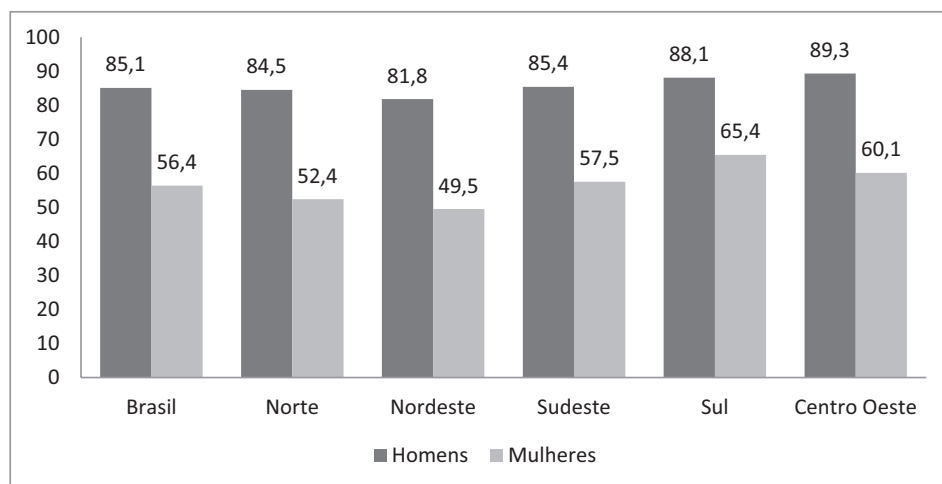
Gráfico 9_ Responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filho, por sexo, segundo nível de instrução. Brasil e Grandes Regiões



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

A vantagem na escolaridade das mulheres em relação à população masculina, no entanto, não vem se refletindo em uma inserção, pelo menos igualitária, no mercado de trabalho, como se pode constatar através do Gráfico 10. Os dados do Censo 2010 demonstram que a taxa de atividade das mulheres continua significativamente inferior à dos homens, em todas as regiões³. A menor diferença na Taxa de Atividade entre homens e mulheres é observada na região Sul (88% entre homens, 65% para as mulheres) e as maiores diferenças no Norte e Nordeste.

Gráfico 10. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões, 2010

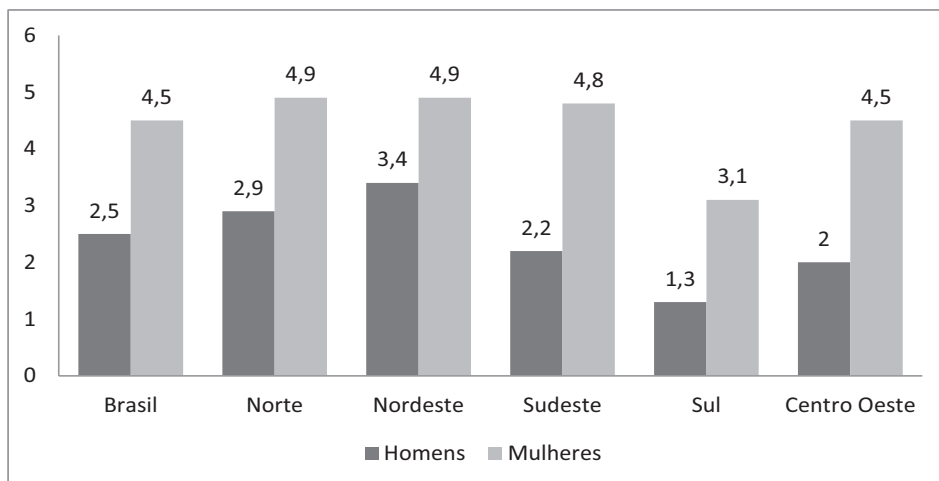


Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

A desigualdade de gênero também é visível quando se observa a desocupação (Gráfico 11), ou seja, ele atinge o segmento feminino sempre em patamares mais elevados do que o masculino. Mais uma vez a região Sul se destaca por apresentar os menores índices de desocupação para homens e mulheres. Note-se, inclusive, que a taxa de desocupação feminina na região Sul é mais baixa da que se observa entre os homens da região Nordeste (3,1 para 3,4).

³ Aqui estamos tratando da população economicamente ativa (PEA), portanto incluindo as pessoas ocupadas e as que estão procurando trabalho. Segundo o Censo 2010, o total da PEA do país era, em 2010, constituída por 93.504.659 pessoas. Neste segmento que estamos estudando (responsáveis e cônjuges que vivem com filhos) são economicamente ativos 24.076.378 homens e 15.951.806 mulheres, um total de 40.028.184 de pessoas (perfazendo, assim, cerca de 43% da PEA brasileira).

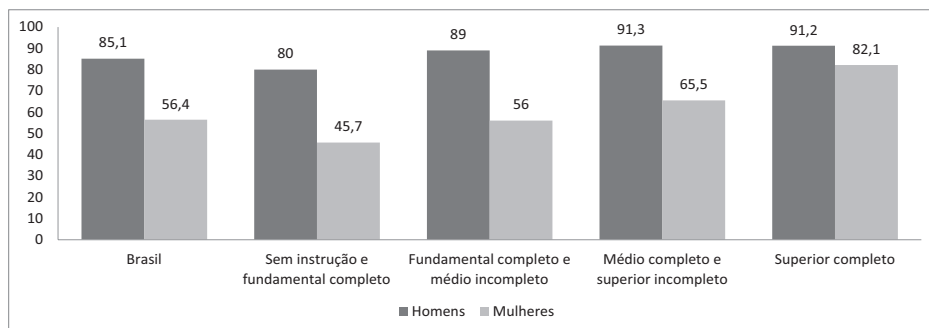
Gráfico 11. Taxa de desocupação de responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

A desagregação dessas informações por níveis de instrução nos fornece informações adicionais no que se refere à questão das desigualdades de gênero. Em primeiro lugar, fica bastante visível o peso desta variável na taxa de atividade (Gráfico 12), tanto no grupo masculino quanto no feminino. O impacto da educação, no entanto, é significativamente mais importante entre as mulheres. Nota-se que a taxa de atividade feminina varia de 45% entre as mulheres sem instrução ou com o Fundamental incompleto, para 82% no grupo de mulheres com o nível Superior completo. Na tentativa de verificar se a questão regional poderia influir na distribuição desta variável, os dados foram desagregados por Grandes Regiões.

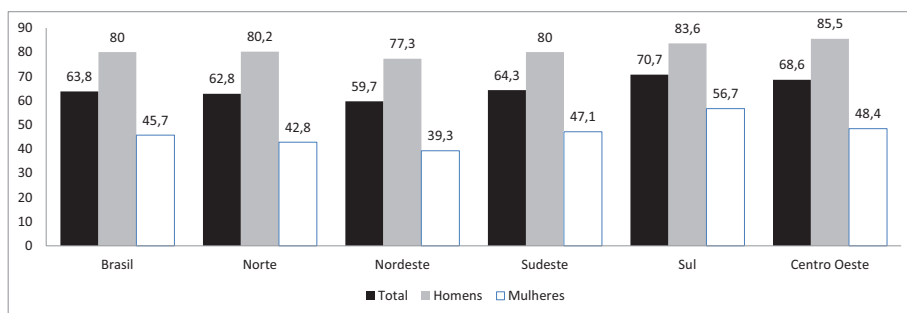
Gráfico 12. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo e níveis de instrução. Brasil e Grandes Regiões, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

Na primeira categoria de nível de instrução - responsável e cônjuge sem instrução ou com o curso Fundamental incompleto - pode-se verificar que as taxas de atividade das mulheres residentes nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste são próximas à observada para o País como um todo (Gráfico 13). A taxa mais elevada ocorre na Região Sul (quase 57%) e a mais baixa no Nordeste (39,3%).

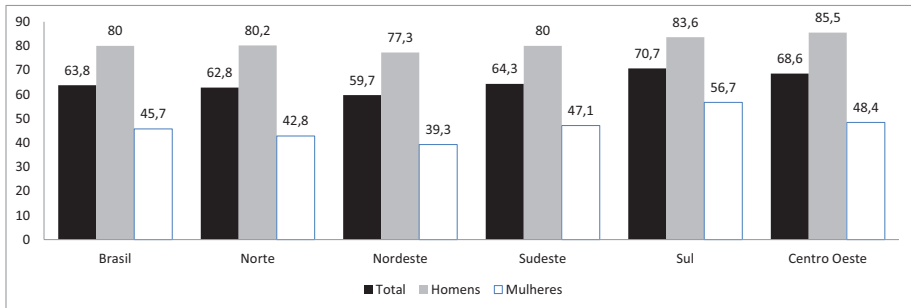
Gráfico 13. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges sem instrução ou com nível de instrução Fundamental incompleto no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

Na faixa de nível de instrução Fundamental completo e Médio incompleto (Gráfico 14) a Região Sul se destaca novamente, apresentando a mais elevada taxa de atividade para o contingente feminino (65%). Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste exibem taxas similares, em torno de 50%, enquanto nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, as taxas se aproximam da média nacional.

Gráfico 14. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges com nível de instrução Fundamental completo e Médio incompleto no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões, 2010

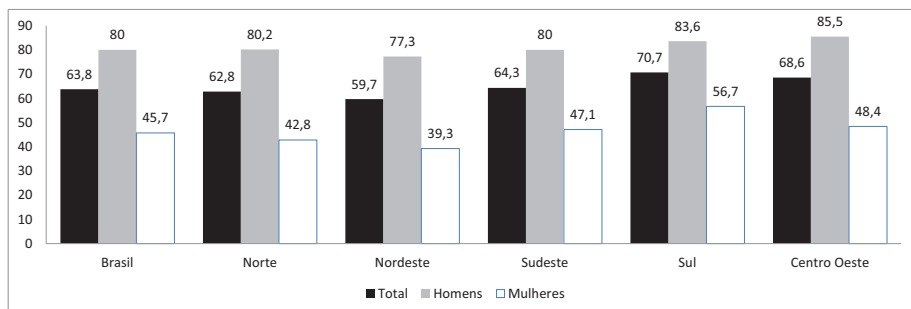


Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

O Gráfico 15 apresenta os índices para responsáveis e cônjuges com instrução de nível Médio completo ou Superior incompleto. É interessante observar que, em geral, as taxas regionais estão muito próximas umas das outras neste nível, particularmente no caso dos homens, ainda que as Regiões do Centro-Oeste e Sul apresentem índices ligeiramente superiores em relação às demais regiões. A exceção em relação à média brasileira é o grupo de mulheres da Região Sul que, mais uma vez, se destaca com o índice mais elevado (72%).

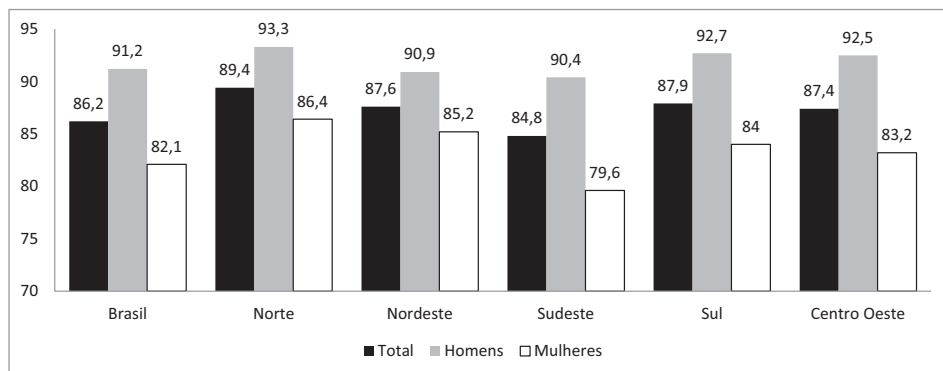
No caso dos responsáveis e cônjuges com nível Superior Completo (Gráfico 16), os resultados regionais mostram que as Regiões Norte e Nordeste apresentam as taxas mais elevadas de atividade feminina (86,4% e 85,2%) e a Região Sudeste, a taxa mais baixa, 79,6%. Portanto, particularmente na Região Nordeste, o impacto do nível de instrução é determinante para as mulheres, no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho, já que a taxa de atividade delas oscila, nesta Região, de 39,3% no segmento com menos escolaridade (Gráfico 13) a 85,2% entre as mulheres com nível Superior completo (Gráfico 16).

Gráfico 15. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges com nível de instrução Médio completo e Superior incompleto no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

Gráfico 16. Taxa de atividade de responsáveis e cônjuges com nível de instrução Superior completo no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões, 2010



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

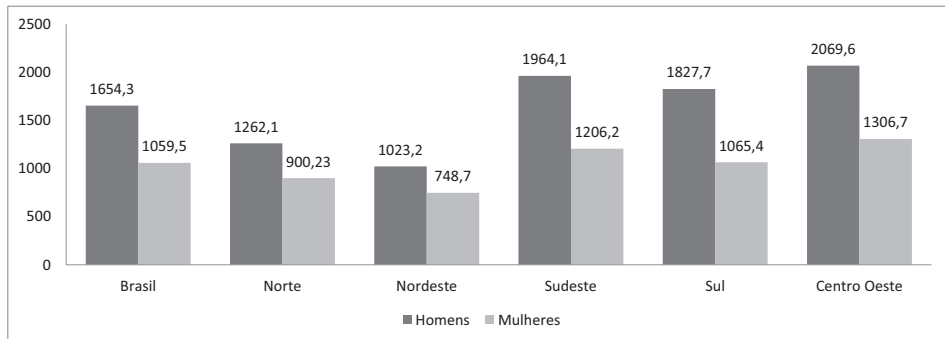
Diferenciais de Rendimento segundo os níveis de instrução

O propósito desta sessão é mostrar os diferenciais de gênero no rendimento do trabalho no segmento que se está analisando - responsáveis e cônjuges que vivem com filhos - relacionando-os aos diversos níveis de instrução, bem como às eventuais diferenças regionais.

O Gráfico 17 mostra estes diferenciais, deixando também evidente as diferenças de rendimento inter regionais, que atingem tanto o segmento feminino quanto o masculino. Ou seja, as regiões Norte e Nordeste apresentam médias de rendimento bastante inferiores às observadas nas outras regiões. A região Centro-Oeste se destaca por apresentar os maiores valores nas médias, provavelmente em decorrência dos rendimentos mais elevados da capital da República. Note-se, ademais, que os rendimentos médios das mulheres do Sudeste, Sul e Centro-Oeste são mais elevados do que o rendimento médio dos homens do Nordeste.

Destaque-se também que o rendimento das mulheres do Centro-Oeste ultrapassa o dos homens da região Norte. Estes resultados demonstram o quanto a variável espacial interfere na média de rendimentos.

Gráfico 17. Valor do rendimento médio (em reais) de todos os trabalhos, de responsáveis e cônjuges, no arranjo domiciliar com cônjuges e com filhos, por sexo. Brasil e Grandes Regiões - 2010



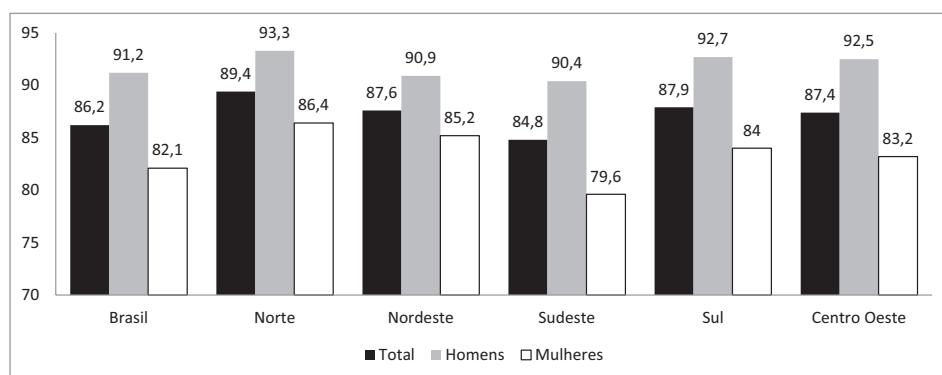
Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

Para se ter mais precisão na avaliação dos diferenciais de rendimento entre homens e mulheres, as médias de rendimento foram desagregadas por níveis de instrução. O Gráfico 18 revela uma das faces perversas dos diferenciais de gênero: desagregando-se as médias de rendimentos de todos os trabalhos, pode-se observar que, de acordo com os resultados obtidos para a média do país, quanto mais elevado o nível de instrução tanto maior o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres.

Assim, a desigualdade de rendimentos, como já foi apontado pela literatura, tende a ser maior no grupo mais instruído da PEA⁴, de certa forma contrariando o senso comum de que a escolaridade, por si só, seria um elemento de redução da desigualdade. O fato, no entanto, não ocorre desta mesma forma em todas as regiões. Na Região Norte, por exemplo, a diferença nas médias de rendimento tende a se reduzir quanto mais elevado for o nível de instrução. No Nordeste, as médias de rendimentos das mulheres vão se tornando mais elevadas até o nível Médio Completo; contudo, mulheres com Superior Completo na Região recebem, em média, menos da metade do rendimento dos homens com a mesma escolaridade. No Centro-Oeste os diferenciais são muito próximos em todos os níveis de instrução.

Nas regiões Sudeste e Sul ocorre o padrão detectado no conjunto do país, isto é, conforme se eleva o nível de instrução, aumenta o diferencial entre homens e mulheres. Na Região Sul, em particular, os rendimentos dos homens de nível Superior são consideravelmente mais elevados do que o das mulheres na mesma condição de escolaridade.

Gráfico 18. Diferenciais de rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento médio dos homens (responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuges e com filhos), segundo os níveis de instrução.



Fonte IBGE. Censo demográfico 2010

⁴ Ver, especialmente, Soares, C e Oliveira, S. "Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento". Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, 20-24 de setembro de 2004.

Redução da desigualdade de gênero - padrão e ritmo na década: 2000 / 2010

A literatura tem ressaltado a tendência de redução dos diferenciais de gênero ao longo da década. De fato, podem-se constatar algumas alterações importantes, particularmente no que se refere ao acesso e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Houve, realmente, um visível incremento na participação feminina no mercado de trabalho nos últimos anos, já que a taxa de ocupação do total de mulheres brasileiras que era de 35,4% em 2000, passa, em 2010, segundo o Censo Demográfico daquele ano, para 40,5% (ver Tabela no Anexo 2).

No grupo específico que estamos analisando, esta diferença positiva é ainda mais significativa⁵. A Tabela 4, a seguir, mostra que o percentual de mulheres ocupadas no arranjo domiciliar “com cônjuge e com filhos” aumenta de 39,2% para 51,8% evidenciando um incremento de 12,6 pontos percentuais. Note-se que a taxa masculina neste arranjo domiciliar também se eleva, mas não na mesma proporção.

Por certo, o Gráfico 19 mostra com mais detalhe estas diferenças por tipos de arranjos domiciliares, e de forma comparativa. Observa-se, então, que a taxa de ocupação aumentou de forma mais substantiva entre as mulheres com cônjuge; e, dentre estas, nas que também tem filhos. Mesmo, levando-se em conta o peso que a variável idade possa estar tendo, o resultado não deixa de surpreender.

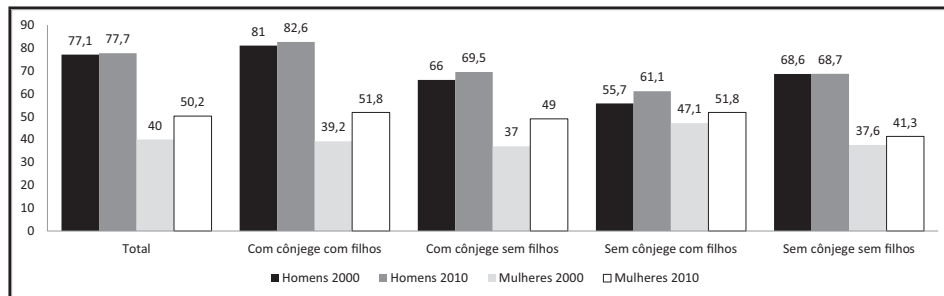
Tabela 4_ Totais e percentuais de responsáveis e cônjuges, no arranjo domiciliar com cônjuge e filhos, na condição de ocupados, segundo o sexo Brasil 2000 e 2010

		TOTAL	HOMENS	MULHERES
2000	TOTAL	52.533.424	26.266.712	26.266.712
	OCUPADAS	31.563.486	21.264.396	10.299.090
	%	60,1	80,1	39,2
2010	TOTAL	56.615.693	28.307.847	28.307.847
	OCUPADAS	38.050.138	23.384.237	14.665.901
	%	60,2	82,6	51,8

Fonte: IBGE Censos demográficos 2000 e 2010

⁵ Os numeros proporcionais totais de pessoas ocupadas, e que se referem aqueles de 10 anos e mais, são fortemente influenciados pela variável idade. Note-se que a população idosa vem crescendo substancialmente nas últimas décadas, fenômeno que tem peso no cálculo dos totais de ocupados, já que uma parte considerável deste contingente pode estar aposentada e, portanto, fora do mercado de trabalho. O grupo do arranjo domiciliar “com cônjuge e com filhos”, como foi visto no Gráfico 4, tem um contingente relativamente baixo de idosos.

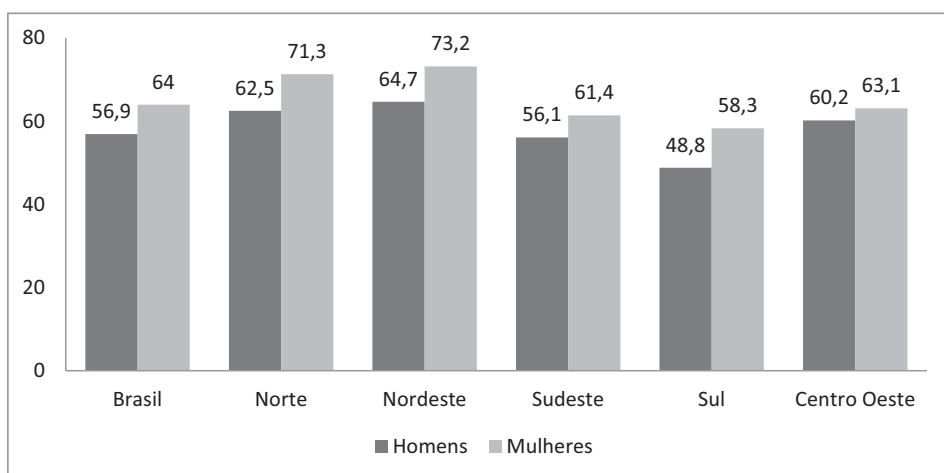
Gráfico 19_ Percentual de responsáveis e cônjuges ocupados, segundo o tipo de arranjo domiciliar, por sexo - Brasil 2000 e 2010



Fonte: IBGE Censos demográficos 2000 e 2010

Por outro lado, quando se observam os diferenciais, entre homens e mulheres, de rendimento de todos os trabalhos, captados pelo Censo Demográfico em 2000 e 2010, constata-se que a desigualdade de gênero (em termos de rendimento do trabalho) se reduziu na década, em todas as regiões, tomando-se como referência a média de rendimentos auferidos pelo conjunto de homens e mulheres no arranjo domiciliar que estamos estudando (Gráfico 20)⁶.

Gráfico 20. Diferenciais de rendimento médio de todos os trabalhos das mulheres em relação ao rendimento médio de todos os trabalhos dos homens (responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos). Brasil e Grandes Regiões - 2000 e 2010



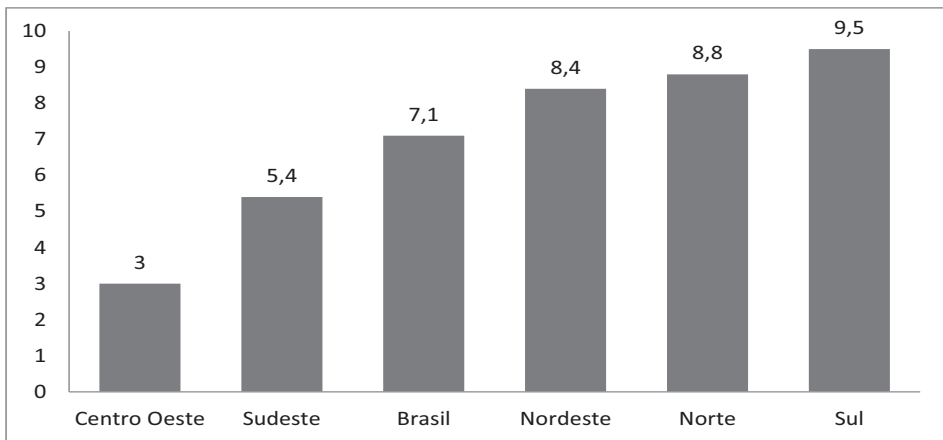
Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010

⁶ Optou-se por analisar somente as diferenças porque os valores dos rendimentos teriam que ser recalculados e deflacionados, para garantir a comparabilidade na década. No Anexo 3 podem ser encontrados os valores das médias de rendimentos de todos os trabalhos conforme foram captados no Censo Demográfico em 2000.

A diferença de rendimentos se reduziu, no conjunto do país, em 7 pontos percentuais, ou seja, de 56,9% para 64%. No entanto, as diferenças regionais oscilaram entre 3% na Região Centro-Oeste, e 9,5% na Região Sul (Gráfico 21), ainda que seja, justamente nesta Região, o diferencial mais elevado entre os gêneros (em 2010, no Sul, a média de rendimento das mulheres é a mais baixa, equivalente a 58,3% da média de rendimentos dos homens). É interessante observar que é nas Regiões Norte e Nordeste que os rendimentos das mulheres mais se aproximem do rendimento dos homens, decorrente, provavelmente, do fato de que nestas regiões, as médias de rendimentos dos homens são as mais baixas do país (ver Gráfico 17).

Quando se comparam os dados dos diferenciais de rendimento por níveis de instrução de 2000, com os de 2010, verificam-se diferenças importantes. É fato que as mulheres tinham rendimentos ainda mais baixos que os homens, em 2000, em todas as regiões. Estes diferenciais se reduziram, durante os 10 anos. Mas a redução da diferença ocorreu mais fortemente nos níveis de instrução mais baixos (Ver informações do Gráfico 22 comparativamente às do Gráfico 18)⁷.

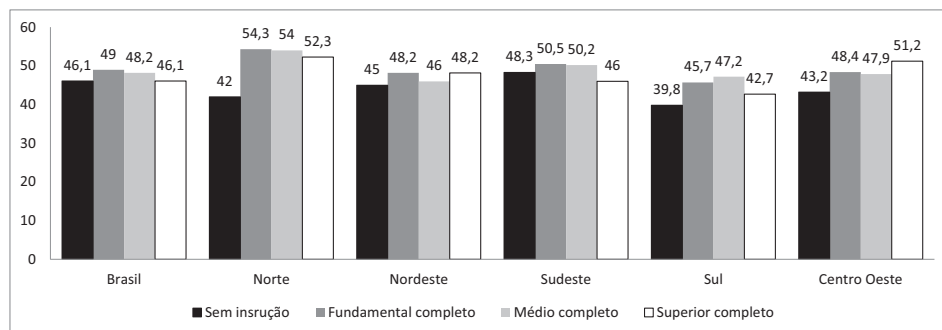
Gráfico 21_ Diferenciais (em pontos percentuais) nos diferenciais do rendimento médio de homens e mulheres, responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos, no ano de 2010 em relação ao ano 2000. Brasil e Grandes Regiões - 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010

⁷ Nota Metodológica: a captura, em 2010, da informação sobre níveis de instrução Médio Completo e Superior Completo foi diferente da de 2000. No nível de desagregação que aqui estamos tratando as diferenças são irrisórias. De qualquer forma, colocou-se no Anexo 4 um gráfico com a devida harmonização dos dados, permitindo, assim, a comparação adequada das informações de 2000 com 2010.

Gráfico 22_ Diferenciais de rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento médio dos homens (responsáveis e cônjuges no arranjo domiciliar com cônjuge e com filhos) segundo os níveis de instrução. Brasil e Grandes Regiões - 2000



Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010

Considerações Finais

Um dos objetivos deste trabalho foi tentar evidenciar diferenciais inclusive no interior do próprio segmento feminino. O que se pode constatar foi que as mulheres apresentam importantes diferenças entre si, mesmo quando se comparam mulheres que vivem no mesmo tipo de arranjo domiciliar; diferenças que interferem, por vezes de forma determinante, na relação com o mercado de trabalho. Diferenças que não estão circunscritas, como se pode ver, apenas aos cuidados com tarefas domésticas e/ou com filhos: no grupo analisado (responsáveis e cônjuges que vivem com filhos), todas as mulheres têm filhos e vivem com eles.

Não se quer aqui esgotar as possibilidades de explicação para estas diferenças. Mas certamente o nível de instrução é um desses fatores: uma população mais escolarizada tem mais chance de conseguir um posto de trabalho. Outros fatores com estes relacionados (o rendimento médio do domicílio, com certeza), devem também ter um papel. De qualquer forma, vejamos as principais conclusões do presente estudo.

A taxa de atividade mais baixa é a do segmento feminino que não tem instrução ou que não completou o ensino fundamental, ainda que entre os homens este seja o nível de instrução que também apresenta a mais baixa taxa. Note-se, no entanto, que a deles consegue alcançar 80%.

Podem-se tentar várias explicações para este diferencial. Uma delas estaria relacionada ao fato de que as mulheres buscam trabalho, em maiores proporções, no setor de serviços e, neste caso, com muita frequência, é exigido o curso Fundamental completo, exigência nem sempre presente no caso dos homens, que desempenhariam funções e tipos de trabalho nos quais o essencial é o uso da força física.

Outra explicação seria o fato de que as mulheres sem instrução ou com nível Fundamental incompleto não chegam nem a procurar trabalho, seja por desânimo, seja por não se sentirem (neste caso, por razões culturalmente arraigadas) em condições de desempenhar um trabalho remunerado.

Por último, o cuidado com as tarefas domésticas e com os filhos pode estar sendo considerado prioritário uma vez que não disponham de pessoas para substituí-las nestas tarefas; ou que não tenham creches à disposição, nas quais poderiam deixar os filhos. Neste caso, a lacuna deixada pelo poder público torna-se um elemento a mais na manutenção dos diferenciais de gênero.

Seja como for, o que fica muito evidente é o peso que tem a educação formal para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Este elemento, que também tem um papel - ainda que não tão significativo - no caso dos homens, não contribui, no entanto, para reduzir, nos níveis de instrução mais elevados, o diferencial de remuneração pelo trabalho entre homens e mulheres: ao contrário, ironicamente, o diferencial tende a aumentar, tanto mais elevado seja o grau de instrução.

Concluindo, a escolaridade mais alta da população economicamente ativa feminina não vem resultando em vantagem comparativa quando se examinam os rendimentos médios auferidos pelos dois gêneros: pode-se constatar que as mulheres ganham, em média, bem menos que os homens, apesar de terem o mesmo nível de instrução. Uma das explicações, embora não suficiente, para este fato, seria a tese de que mulheres se concentram nas ocupações ditas "femininas" (emprego doméstico, atividades de escritório, educação, dentre outras), tradicionalmente menos bem remuneradas. Outra explicação seria a de que, no patamar do nível de instrução Superior, as funções de direção, gerencia, etc, que são, por definição, mais bem remuneradas, continuam sendo atribuídas preferencialmente (e aí sim, por uma discriminação de gênero) aos homens.

Referências

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2010 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios** - Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010 – Resultados Gerais da Amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, 20-24 set. 2004.

Anexo 1

GRUPOS DE IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS COM	HOMENS COM	HOMENS SEM	HOMENS SEM	MULHERES COM	MULHERES COM	MULHERES SEM	MULHERES SEM
				CÔNJUGE E COM FILHOS	CÔNJUGE E SEM FILHOS	CÔNJUGE E COM FILHOS	CÔNJUGE E SEM FILHOS	CÔNJUGE E COM FILHOS	CÔNJUGE E SEM FILHOS	CÔNJUGE E COM FILHOS	CÔNJUGE E SEM FILHOS
TOTAL	94.914.398	43.752.046	51.162.352	28.307.847	9.209.195	1.188.512	5.036.492	28.307.847	9.219.190	8.245.711	5.359.904
MENOS DE 20 ANOS	1.514.929	408.364	1.106.566	104.400	88.259	6.093	209.611	446.831	408.038	35.262	216.434
20 A 29 ANOS	15.273.814	6.442.098	8.831.716	3.684.443	1.729.147	36.227	992.282	5.581.437	2.015.754	622.893	611.632
30 A 39 ANOS	22.865.955	10.698.252	12.167.703	8.000.277	1.582.704	133.021	982.251	8.920.196	1.228.554	1.520.461	498.493
40 A 49 ANOS	21.405.420	10.211.616	11.193.804	7.851.654	1.144.421	269.332	946.209	7.303.009	1.286.016	2.011.400	593.379
50 A 59 ANOS	16.431.826	7.822.172	8.609.654	5.123.761	1.600.393	280.861	817.157	3.989.996	1.865.841	1.816.620	937.197
MAIS DE 60 ANOS	17.422.453	8.169.544	9.252.910	3.543.312	3.074.271	462.879	1.088.983	2.066.378	2.414.987	2.268.775	2.502.769
DISTRIBUIÇÃO											
MENOS DE 20 ANOS	1,6	0,9	2,2	0,4	1,0	0,5	4,2	1,6	4,4	0,4	4,0
20 A 29 ANOS	16,1	14,7	17,3	13	18,8	3,1	19,7	19,7	21,9	7,5	11,4
30 A 39 ANOS	24,1	24,5	23,8	28,3	28,3	17,2	11,2	19,5	31,5	13,3	9,3
40 A 49 ANOS	22,6	23,3	21,9	27,7	27,7	12,4	22,7	18,8	25,8	14,0	11,1
50 A 59 ANOS	17,3	17,9	16,8	18,1	18,1	17,4	23,6	16,2	14,1	20,2	17,5
MAIS DE 60 ANOS	18,4	18,7	18,1	12,5	12,5	33,4	39,0	21,6	7,3	26,2	46,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

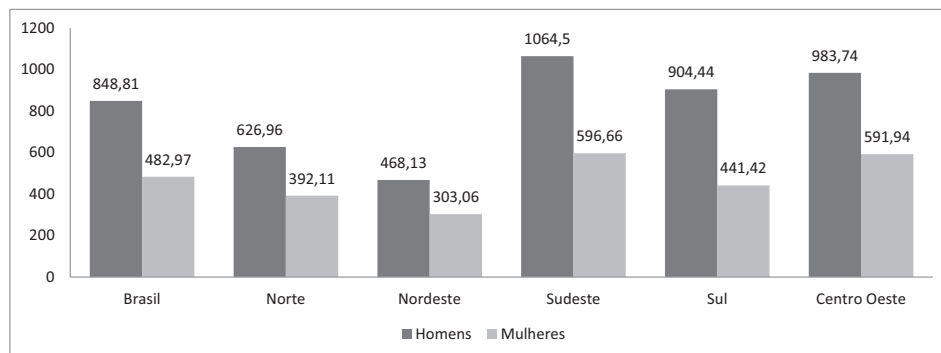
FONTE: IBGE, Censo demográfico 2010

Anexo 2

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
ANO 2000			
TOTAL	136.910.358	66.851.584	70.058.774
OCUPADAS	65.629.893	40.860.097	24.769.796
%	47,9	61,1	35,4
ANO 2010			
TOTAL	161.987.814	78.765.859	83.221.955
OCUPADAS	80.658.004	46.932.465	33.725.539
%	49,8	59,6	40,5

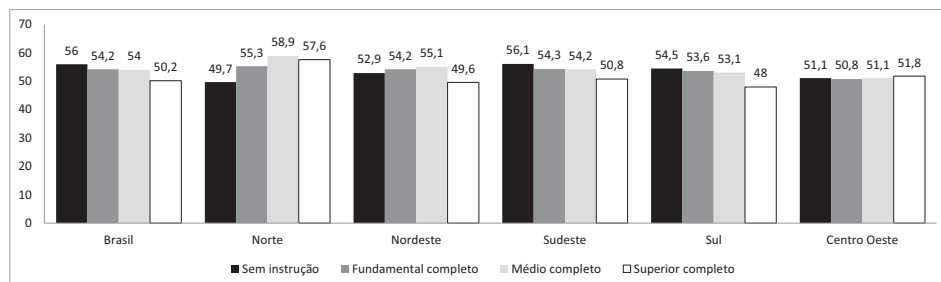
FONTE: IBGE, CensoS demográfico 2000 e 2010

Anexo 3



FONTE: IBGE, Censo demográfico 2010

Anexo 4



FONTE: IBGE, Censo demográfico 2010

ARTIGOS

“E QUANDO SÃO ELAS?” INTERFACES ENTRE SAÚDE MENTAL, SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E GÊNERO:

Observações preliminares sobre a condição de mulheres diagnosticadas com o Transtorno Mental devido ao uso nocivo de substância psicoativa.

Lúcia Cristina dos Santos Rosa
Universidade Federal do Piauí
E-mail: luciacsrosa@gmail.com

Tahiana Menezes Alves
Universidade Federal do Piauí
E-mail: menesestahiana@gmail.com

Resumo: Este artigo traz apontamentos sobre saúde mental, transtorno mental, gênero, mulheres e substâncias psicoativas. Justifica uma abordagem ‘biopsicossociocultural’ no campo da saúde mental, mas enfatiza os aspectos socioculturais nas experiências de mulheres diagnosticadas com transtorno mental devido ao uso nocivo de substância psicoativa. O gênero, enquanto um dos determinantes socioculturais, é priorizado. Homens e mulheres – enquanto diferentes atores sociais/culturais - conservam envolvimento distintos com o consumo nocivo de substâncias psicoativas. Considera que as mulheres constituem um segmento diferenciado de usuárias, com características e necessidades particulares. Porém, mesmo as mulheres não constituem um grupo homogêneo. Assim, uma abordagem à sua saúde mental deve ser feita integralmente, considerando o seu contexto e particularidade.

Palavras-chave: saúde mental; gênero; substâncias psicoativas.

Abstract: This article makes notes about mental health, mental illness, gender, women and psychoactive substances. It is justified a ‘bio-psycho-socio-cultural’ approach in mental health, but emphasizes the sociocultural aspects in the experiences of women diagnosed with mental illness due to harmful use of psychoactive substances. The gender, as one of the social determinants, is prioritized. Men and women - while different social / cultural actors - retain separate involvements with the harmful use of psychoactive substances. It is considered that women constitute a distinct segment of drug users, with particular characteristics and necessities. However, even women are not a homogeneous group. So, an approach to their mental health should be taken fully, considering their context and particularity.

Keywords: mental health; gender; psychoactive substances.

Introdução

Embora haja o reconhecimento do valor de outras abordagens, há ainda uma hegemonia atribuída aos estudos sobre as substâncias psicoativas desenvolvidos no âmbito das ciências da saúde: a medicina, a farmacologia, a psicologia. Abordagens sociais tendem a ser destacadas quando realizadas nos âmbitos do crime, do tráfico, da violência urbana ou da pobreza (GIL E FERREIRA, 2008).

A necessidade é de uma abordagem multidimensional, que visualize o uso nocivo /dependência de drogas enquanto um processo biopsicossociocultural. A ideia é superar a questão mente-corpo (própria do paradigma biomédico) e propor outro foco, calcado no tripé: ambiente, sujeito e substância para, assim, assegurar a interação entre o sujeito biopsíquico e o seu contexto (OLIEVENSTEIN, 1983).

Analisar o contexto remete ao investimento na análise das dimensões sociais/culturais. Nesta discussão, há a ênfase no gênero enquanto aspecto/atributo social determinante da saúde mental de mulheres que fazem o uso nocivo de drogas. Homens e mulheres são socio e culturalmente diferenciados, portanto, isto implica em distintos impactos a nível de saúde de ambos e em distintas iniciativas em termos de intervenção a serem direcionadas para eles/elas.

Junto a outros determinantes sociais que também estruturam relações de poder, tais como a raça/etnia, classe social, escolaridade, geração, dentre outras, uma perspectiva de gênero na esfera da saúde mental pode oferecer algumas respostas sobre a forma como as desigualdades implicam num prejuízo à saúde da mulher, as limitações que esta enfrenta para alcançar a saúde e os modos que busca de as superar.

Considerar estes aspectos macroestruturais contidos nas experiências subjetivas pode contribuir para, em qualquer nível de ação, - seja nas práticas cotidianas, seja em nível de elaboração de políticas públicas voltadas às substâncias psicoativas - uma atenção mais completa e eficaz, que incorpore as singularidades dos sujeitos que através dela comunicam muitos aspectos de suas experiências e relações sociais.

A atenção psicossocial e as relações de gênero no Brasil

Desde a década de 1970, a Reforma Psiquiátrica traz mudanças no modelo de atenção à saúde mental no Brasil, consignando avanços significativos como: a denúncia da indústria da loucura; o controle das internações em hospitais psiquiátricos; a humanização no cuidado, com os processos de reinserção social incrementando a intersectorialidade e a criação de outros serviços comunitários de saúde mental, como os CAPS (centros de atenção psicossocial); mudanças nas esferas legislativa, executiva e judiciária; novas exigências direcionadas à sociedade civil (AMARANTE, 1995; TENÓRIO, 2002; VASCONCELOS, 2000).

Mais recentemente e, aclamando este processo, foi regulamentada a Lei nº 10.216/2001, “Lei da Reforma Psiquiátrica”, que visa regulamentar os direitos das pessoas com transtornos mentais e extinguir progressivamente os manicômios, redirecionando o modelo de assistência psiquiátrica no país para serviços abertos¹ e comunitários através da abertura de leitos em hospitais gerais, centros de convivência etc. Constituiu-se na expressão das conquistas da luta antimanicomial nos campos legislativo e normativo.

Sobre os transtornos mentais associados ao consumo de álcool e outras drogas, a saúde pública brasileira – historicamente – deixou esta questão a cargo de instituições como a justiça, a segurança pública, a pedagogia, a beneficência, as associações religiosas, dentre outras (BRASIL, 2005). Apenas em 2002 é que foram lançadas as portarias: nº 336, que cria o centro de atenção psicossocial voltado para a pessoa com transtorno mental decorrente do uso e dependência de substâncias psicoativas e a portaria nº 816, que institui o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas, fazendo o reconhecimento do consumo nocivo enquanto sério problema de saúde pública enquadrado no campo da saúde mental. Em 2004, o Ministério da Saúde lançou a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, passando a se orientar pela estratégia de redução de danos e a destacar a ampliação do acesso ao cuidado, a compreensão integral e dinâmica do problema, fundado na promoção de direitos e na cidadania. Em 2006, foi edificada a lei 11.343, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad. Ainda, o Ministério da Saúde edificou, em 2009, o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e, em 2010, junto a outros órgãos governamentais, instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras drogas.

¹ Dentro desta estratégia estão os CAPSad – Centros de Atenção Psicossocial para Atendimento de Pacientes com dependência e/ou uso prejudicial de álcool e outras drogas.

A lei 10.216 e outras medidas (como as políticas públicas de álcool e outras drogas) representam avanços no campo da legislação e objetivam humanizar a assistência, colocando em evidência o usuário como sujeito de direitos. Porém, subsistem desafios e várias disputas circunscrevendo o campo mesclado por perspectivas proibicionistas e da redução de danos. Alguns preconceitos ainda estão presentes na abordagem às pessoas que utilizam substâncias psicoativas, o que dificulta seu acesso e uso dos serviços de saúde. Além de estas pessoas sofrerem com os efeitos do uso nocivo e com a discriminação e a exclusão social, não raro se encontram em situação de vulnerabilidade (SANTOS E ALBUQUERQUE, 2011).

Somado a isto, algumas peculiaridades referentes à heterogeneidade do grupo de pessoas com o transtorno mental não foram contempladas como no que diz respeito à diversidade de diagnósticos e às diferenças de gênero de usuários/as (AMARAL, 2007; PEDROSA, 2006).

Em uma pesquisa sobre os sentidos do cuidado associados ao CAPS presentes nos textos técnicos do Ministério da Saúde que servem de apoio à Reforma Psiquiátrica, Pedrosa (2006) concluiu que os documentos analisados englobam uma função explicitamente normativa e primordialmente terapêutica, onde a figura humana é objetivada enquanto “figura do paciente”. Pouco ou nada se considera a respeito de questões críticas de gênero ou étnico-raciais. Este fato perpetua a distância que existe, até hoje, entre a Reforma Psiquiátrica e as políticas de promoção de igualdades racial e de gênero (idem), das mulheres e do segmento LGBT (DUARTE, 2011).

Têm sido apontados os limites da política do Estado sobre drogas: a regularização e a fiscalização enquanto suas atribuições fundamentais e inalienáveis acabam desconsiderando certas especificidades culturais das nações latino-americanas (casos de tradições culturais de populações indígenas e afro-descendentes). Além disso, a distinção entre o consumo próprio (individual ou coletivo) e o tráfico ainda não foi adequadamente estabelecida, o que conduz a um tratamento de desconfiança moral, policial e legal face a todos os/as usuários/as, independente dos seus hábitos ou contextos culturais (GIL E FERREIRA, 2008). Medeiros e Cecchin (2011) acrescentam o fato de os usos não problemáticos raramente serem estudados, o que é uma falha.

Sobre a temática do gênero em documentos oficiais nessas políticas:

a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas de 2004 não propõe ações específicas para homens ou faz referência à socialização masculina como um dos fatores determinantes dessas condições de saúde; 2) a Política Nacional sobre o Álcool de 2007 também não faz referências às questões de gênero e masculinidades nem cita os homens, considerados neste contexto (MORAES, MEDRADO, LYRA E GRANJA, 2011:78).

Assim, os desafios relacionados à expansão dos serviços oferecidos para populações específicas permanecem: há de se considerar a singularidade das pessoas que necessitam dos cuidados em saúde mental porque “não existem soluções prontas que sirvam a todos/as” (MEDEIROS E CECCHIN, 2011:44).

Daí a importância de se refletir sobre a relação “saúde mental, gênero e consumo de substâncias psicoativas”. A proposta é indicar como o gênero, enquanto um marcador sociocultural, faz-se evidente nos processos de saúde/transtorno mental, sendo transversal à política, a partir da experiência de mulheres usuárias de substâncias psicoativas.

No campo da saúde mental – e, aqui, enfatizando a análise da experiência com o uso nocivo de substâncias-, a introdução de uma perspectiva de gênero supõe “um avanço qualitativo frente às abordagens tradicionais, que se caracterizavam pela generalização e tendência a conceptualizar todas as pessoas com transtornos mentais como um grupo indiferenciado e uniforme, cuja problemática se podia universalizar” (SACRISTÁN, 2009, p.653, tradução nossa). Ademais, provoca “uma desconfiança acerca do caráter histórico e ideológico do abarcamento da loucura pelo discurso psiquiátrico que seleciona certos ‘dados’, dando-lhes um caráter a-histórico e ‘natural’ (biológico)” (ZANELLO E BUKOWITZ, 2011: §21).

Relações de gênero e os impactos na saúde mental das mulheres

Aqui, apreendemos a noção de gênero tal como Schouten (2011:13), como correspondendo à “especificidade de homens e mulheres sob os pontos de vista social, cultural e psicológico”. A socialização de gênero, “provavelmente a primeira forma de classificação de que somos alvo –, contribui para a sua profunda influência na nossa formação identitária e, portanto, no sentido de quem somos” (BRANDÃO, 2007:106).

Scott (1991:86) propõe uma definição de gênero com duas dimensões intimamente relacionadas, porém, analiticamente diferenciadas: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". A primeira proposição assinala que o corpo é a base para a identidade de gênero, mas tal identidade é moldada socialmente. De fato, "a identidade é social e culturalmente construída a partir de um corpo que estabelece certos limites e que constitui o seu suporte imediatamente apreensível" (BRANDÃO, 2010:18). Já a segunda proposição assinala que "o gênero não é, simplesmente, critério de diferenciação e classificação dos seres e das coisas. É também um sistema de desigualdade, um sistema hierárquico, que traduz um certo estado das relações de poder entre homens e mulheres" (BRANDÃO, 2007:49).

Assim, nascer homem ou nascer mulher implica viver com posições e recursos desiguais e com distintos valores, crenças e atitudes. Embora estas posições/estes recursos variem de sociedade para sociedade, e em distintos momentos históricos, há um modelo hegemônico que põe aos homens a responsabilidade do trabalho produtivo enquanto as mulheres ficam encarregadas de cuidar dos filhos e do lar (SANCHEZ PARDO, 2008a), o que vem se alterando morosamente, sobrecarregando as mulheres com múltiplas jornadas intra e extra-lar. O gênero constitui um princípio de divisão sexual que funda as identidades sociais masculinas e femininas, assente numa visão androcêntrica. E é essa visão que contribui para justificar a dominação masculina, muitas vezes reforçada por instituições sociais como a família, a escola, a igreja e o Estado, já que estas acentuam a divisão hierárquica entre os gêneros nos sistemas subjetivos. Os agentes – neste caso, homens e mulheres – relacionam-se numa oposição que parece estar inscrita na "ordem das coisas" como algo natural. Está no *habitus*. (BOURDIEU, 1998).

É fato que este modelo tradicional de divisão dos gêneros claramente sexista não é recebido sem resistência. Por exemplo, as experiências das mulheres não têm estado associadas restritamente ao âmbito privado (à família e à maternidade), mas se introduzem cada vez mais no âmbito público (através do trabalho remunerado) atingindo igualdade relativa com os homens em variadas esferas da vida social e econômica (idem). Desta forma, o ser humano pode resistir às determinações sociais, pois, se existem mecanismos que servem para gerar tipos de conduta (como o *habitus*), é porque aquelas não são produzidas por uma "natureza humana imutável", mas têm de ser constituídas na prática e pela prática (BRANDÃO, 2007)

Seja maior ou menor a possibilidade de resistência dos indivíduos face a um modelo estruturante de gênero, a cultura os ensina a se portarem enquanto homens ou mulheres. Eis que os papéis, valores e estereótipos de gênero acabam por reger as existências (CASARES, 2008). Então, se há diferentes vivências de gênero para homens e mulheres, isto sugere experiências de mundo distintas para os dois sexos, o que influencia variados aspectos da vida – individual e social – incluídas aí a saúde e a saúde mental (COUTO-OLIVEIRA, 2007; SANCHEZ PARDO, 2008a).

Neste sentido, e voltando ao nosso objeto de estudo – a experiência de mulheres em situação de uso nocivo de substâncias psicoativas – concorda-se com Santos (2008, p.8) quanto ao fato de a experiência com o transtorno mental de homens e mulheres ser construída socialmente e trazer em si a conformação dos valores e normas de uma determinada sociedade e época histórica: “aquilo que parece ser extremamente individual, ou seja, a vivência de malestares no âmbito subjetivo, expressa regularidades que são conformadas por uma dada configuração social”.

A própria Organização Mundial da Saúde - OMS (2001) reconhece o peso dos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres em diferentes sociedades, que colocam-nas em maior risco à saúde mental do que outras pessoas na comunidade:

As mulheres continuam arcando com o fardo de responsabilidade associado com as condições de esposas, mães, educadoras e provedoras de atenção para os outros, ao mesmo tempo que se estão transformando numa parte cada vez mais essencial da mão-de-obra, constituindo, em um quarto a um terço das famílias, a principal fonte de renda [...] elas fazem face a significativa discriminação sexual e à concomitante pobreza, à fome, à desnutrição, ao excesso de trabalho e à violência doméstica e sexual [...] A violência contra a mulher constitui um significativo problema social e de saúde pública que afeta mulheres de todas as idades, todos os antecedentes culturais e todos os níveis de renda (OMS, 2001:40).

Também a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, ao mencionar informações contidas no Guia de Direitos Humanos, sugere que as conjunturas gerais de vida das mulheres devido à sua situação de gênero – somada a outros aspectos como classe social, raça, etnia, idade e orientação sexual – limitam o desenvolvimento e comprometem a saúde mental

de milhões e milhões no mundo. São as mulheres quem, no geral, ganham menos e estão nas profissões menos valorizadas, têm menos acesso aos espaços de decisão no mundo político e econômico, sofrem mais violência (física, doméstica, emocional e sexual), vivem dupla e até tripla/múltiplas jornadas de trabalho, são as mais penalizadas com o sucateamento dos serviços e políticas sociais etc. (BRASIL, 2011).

Temos em mente que incorporar uma perspectiva de gênero no trato com a saúde mental das mulheres é reconhecer que as mesmas sofrem duplamente com as consequências dos transtornos mentais, haja vista as condições sociais e culturais em que vivem. Assim, pensar esta conexão exige investigar o cotidiano das mulheres, conhecer a estrutura social com a qual contam para resolver questões práticas da vida e, principalmente, admitir que a sobrecarga de responsabilidade por elas assumidas carrega um ônus que não raro está acima das forças de qualquer pessoa (BRASIL, 2011).

Gênero, mulheres, consumo de substâncias psicoativas e necessidades específicas: uma abordagem sociocultural

Existem evidências de que o uso de substâncias psicoativas está permeado pelas relações de poder que determinam variados modos de acesso e consumo entre homens e mulheres (OLIVEIRA, NASCIMENTO E PAIVA, 2007). Mas Sanchez Pardo (2008b) coloca que a influência que o modelo tradicional de papéis feminino e masculino exerce nas percepções sociais distorce o conhecimento e análise da realidade dos consumos de substâncias psicoativas e das toxicodependências. Ainda hoje se seguem interpretando estes comportamentos como tipicamente masculinos, considerando que as mulheres seguem um padrão similar aos dos homens, o que pode fazer com que programas de prevenção das toxicodependências abordem suas respectivas populações como se fossem um todo monolítico.

Portanto, eis um erro habitual: o de se supor que o consumo de substâncias psicoativas envolve as mesmas medidas para homens e mulheres. Isto acaba por oferecer uma resposta social inadequada para as mulheres por que: não há atenção voltada aos consumos femininos, ignorando a evidência de que tanto homens como mulheres consomem substâncias, mas há especificidades (ainda mais porque este universo é comumente tido como “coisa de homens”); se submete as mulheres com problemas com as substâncias psicoativas a um maior nível de rechaço social que os homens;

não se percebe que as consequências advindas do uso são diferenciadas para homens e mulheres (SANCHEZ PARDO, 2008a).

Segundo Oliveira (2008), há um consenso na literatura que aborda a questão do uso nocivo de drogas através de uma perspectiva de gênero quanto aos motivos que estruturam o envolvimento e interferem na manutenção do consumo por homens e mulheres. Os homens sentem mais necessidade de ampliar as relações sociais, de buscar novas sensações, de aliviar os aborrecimentos, de melhorar a auto-estima e o desempenho sexual. Já as mulheres iniciam o envolvimento por conta de experiências traumáticas vivenciadas, como: o abuso sexual, o incesto, a violência doméstica, a perda de familiares, a depressão, sentimentos de isolamento social, pressões familiares e profissionais, problemas de saúde e, ainda, o fato de ter pais e/ou parceiros usuários de drogas.

Oliveira, Nascimento e Paiva (2007), em uma revisão de literatura sobre a temática, chamam a atenção no tocante a aspectos que são influenciados pelas diferenças de gênero. Algumas delas são:

Quanto à taxa de consumo, as autoras alegam que estudos epidemiológicos – sejam com populações específicas ou com a população geral –, em diversos países, mostram que os homens consomem mais que as mulheres, porém, tem sido registrada a diminuição da proporção entre os dois sexos de um modo geral. Há, inclusive, certas substâncias psicoativas, como os medicamentos benzodiazepínicos/estimulantes/orexígenos, que são mais consumidos pela população feminina (idem).

Sobre o tipo, é constatado que os homens tendem a utilizar substâncias psicoativas ilícitas mais precocemente, por mais tempo e em maior quantidade e frequência. Por outro lado, as autoras informam que em algumas comunidades periféricas (em Salvador, Bahia), as mulheres vem aumentando e até superando os homens nas taxas de consumo de *crack* s, especialmente entre aquelas que se dedicam ao trabalho com o sexo. Nestes casos, o fácil acesso, o baixo valor da substância psicoativa e a aceitação do sexo como moeda de troca são tidos como fatores facilitadores para tal quadro (idem).

Ainda, as mulheres usuárias estão mais vulneráveis a danos e agravos pessoais e à saúde como, por exemplo, de serem infectadas pelo *human immunodeficiency*, o vírus *HIV*, seja por questões fisiológicas (metabolismo menos tolerante aos efeitos) ou por questões socioculturais sobre a feminilidade, já que, geralmente, o maior poder de decisão nas relações heterossexuais é favorável aos homens (idem). Segundo o Observatório Brasileiro

de Informações sobre as drogas (2007) – OBID – mulheres dependentes químicas relatam mais frequentemente comportamentos sexuais de risco e descuido no manuseio de seringas do que homens, o que também gera um maior risco de contrair a aids.

As diferenças entre usuários e usuárias são verificadas também quanto às formas de aquisição das substâncias. Embora a literatura aponte que as mulheres se inclinam a utilizar o corpo como moeda de troca e os homens estejam mais envolvidos com o narcotráfico, vem sendo observado, mesmo discretamente, que as mulheres estão cada vez mais envolvidas no mercado das drogas, como “mulas” ou mesmo como autoridades em pontos de venda (OLIVEIRA, NASCIMENTO E PAIVA, 2007).

Especificamente sobre as mulheres, dos estudos que averiguam o seu consumo, muitos priorizam as repercussões associadas aos efeitos das substâncias psicoativas sobre o organismo feminino, nomeadamente sobre seu sistema reprodutor e à saúde do bebê, quando engravidam. As repercussões mais discutidas são sobre as alterações no ciclo menstrual, infertilidade, risco de aborto e mau desenvolvimento fetal, além do desenvolvimento de diferentes tipos de câncer e contaminação pelo *HIV* e outras doenças sexualmente transmissíveis (SOUZA, 2013). Seus resultados apontam que as consequências para a saúde estão diretamente referidas ao tipo de substância consumida, com foco na substância e sem considerar as particularidades da usuária e do contexto onde ela se insere. Esta tendência pode ser analisada a partir do fato de a tradição científica salientar o papel reprodutivo das mulheres como parte mais importante de suas vidas, o que acaba por deixar omissões em relação a outros aspectos do cotidiano feminino (idem).

De acordo com Sanchez Pardo (2008a), embora a percentagem de mulheres com problemas de abuso de drogas seja sensivelmente menor que a de homens, elas acabam por sofrer efeitos de maior gravidade, não apenas no tocante ao organismo, mas também às relações sociais. No Brasil, a mulher tem sido a eleita como personagem central da política de assistência à saúde, mas, ainda assim, suas demandas e necessidades exclusivas não têm sido observadas na implantação das ações nos serviços de saúde (OLIVEIRA, 2008), restritas à díade mãe-bebe, excluindo a multiplicidade do ser mulher.

Várias barreiras de ordem sistêmica, estrutural, social, cultural e pessoal na busca de tratamento são enfrentadas pelas mulheres com uso nocivo de drogas em nosso país. As sistêmicas mostram a falta de habilidade - tanto da parte de pesquisadores, como da população feminina - em identificar as dife-

renças de gênero, o que, evidentemente influencia as políticas e as decisões para programas que atendam às necessidades específicas das mulheres. As estruturais estão relacionadas às práticas e políticas dos programas e serviços de assistência à saúde da mulher no tocante: às abordagens utilizadas, à localização dos serviços e aos custos de acesso a estes, à rigidez nas programações e nos critérios de admissão etc. Por fim, as barreiras social, cultural e pessoal se referem aos comportamentos e aos papéis predeterminados social e culturalmente às mulheres (OLIVEIRA, NASCIMENTO E PAIVA, 2007).

Assim, se consumir substâncias psicoativas não tem o mesmo significado para homens e mulheres, tampouco é visualizado da mesma forma pelas demais pessoas. Se pensamos em comportamento/papéis determinados socioculturalmente, se praticado por homens, o consumo de drogas é tido como uma conduta ou até ritual de reforço à masculinidade, conseqüentemente, social e culturalmente aceitável (exceções para os casos de condutas violentas ou antissociais). Por outro lado, se por mulheres, é considerado uma transgressão aos valores sociais dominantes, o que implica num maior grau de reprovação social e, comumente, em menos apoio familiar ou social (SANCHEZ PARDO, 2008a).

O uso nocivo por mulheres, desta forma, é tido como um comportamento desviante e aquelas que o fazem contrariam as normas sociais duplamente: primeiro, pelo fato de usarem substâncias psicoativas; depois, porque assumem a possibilidade de não cumprir ou negligenciar os papéis segundo o script social, tais como o de mãe, esposa ou cuidadora da família. Tudo isto faz com que elas tendam a fazer um consumo de forma discreta, no âmbito privado, procurando pouco os serviços de saúde para a finalidade de tratamento contra a adicção, acabando, por conseguinte, se constituindo como uma “fração oculta da sociedade” (OLIVEIRA, NASCIMENTO E PAIVA, 2007).

Sanchez Pardo (2008a) concorda que a estigmatização das mulheres usuárias reforça o seu isolamento social, o que muitas vezes leva à ocultação do problema, à ausência ou à demora de pedido de ajuda para superar o mesmo – o que pode fazer com que as conseqüências sobre sua saúde física e mental ou em sua vida familiar, social ou laboral fiquem insustentáveis. Mesmo entre os usuários em geral, as mulheres são vistas com maior rechaço, já que homens manifestam sua preferência por parceiras “livres das drogas” (ROMO AVILÉS, 2005).

O Observatório sobre Drogas - OBID (2007) também toca na questão do estigma sobre as mulheres, que decorre, ainda, da noção incorreta de

que as usuárias sejam mais promíscuas e disponíveis para o sexo. Isto faz com que muitas fiquem envergonhadas de admitir o problema e, assim, deixem de procurar o tratamento. Ademais, muitos profissionais da saúde não se sentem à vontade em inquirir sobre o uso de substâncias psicoativas às mulheres, retardando o diagnóstico e os devidos encaminhamentos (idem).

Ainda segundo o OBID (2007), quando estão no tratamento, muitas mulheres consideram menos difícil falar sobre problemas sexuais e/ou outros quando não há homens no grupo. Assim, o abandono ao tratamento tende a ser menor nos grupos compostos apenas por mulheres. Uma outra barreira engloba eventos comuns na vida das usuárias, como: não ter com quem deixar os filhos ou o medo de perder a guarda deles quando admitem o problema.

Até então, foram mencionadas algumas especificidades comuns às mulheres tidas como usuárias dependentes, mas mesmo o grupo “mulheres” não é uma população homogênea. Assim, não convém falar na relação “feminilidade x uso de substâncias psicoativas”, mas “feminilidades”. Há diversos grupos de mulheres que se envolvem com o consumo de substâncias nos mais diversos contextos.

A este respeito, Oliveira, Nascimento e Paiva (2007) argumentam como a idade e o tipo de substância são aspectos demarcadores de diferença. Pesquisas, apontam, de forma geral, que as mulheres jovens, além do álcool, tendem a consumir mais maconha, *crack* e cocaína. Já as adultas e idosas consomem, mais frequentemente, tabaco, álcool e medicamentos (em especial os tranquilizantes). Mas os medicamentos inibidores do apetite são consumidos de maneira similar por jovens e adultas como uma forma de acompanhar os padrões de beleza difundidos na contemporaneidade.

Em um estudo realizado em Salvador - Bahia, as autoras identificaram três grupos de mulheres usuárias, que se diferenciaram devido ao tipo de substância consumido e à forma de aquisição – o que corresponde a papéis e atividades sociais culturalmente relacionadas à mulher. O primeiro diz respeito às “donas-de-casa”: de variadas faixas etárias (uso preferencial por maconha e álcool), usam no espaço privado e geralmente vinculadas ao parceiro; o segundo grupo é formado por mulheres adultas jovens que são profissionais do sexo e fazem o consumo de álcool, maconha, *crack* e cocaína; por fim, o terceiro grupo, nomeado “piriquetes”, é constituído por mulheres jovens que se sujeitam a certas situações para terem acesso às substâncias psicoativas, como, por exemplo, ter relações sexuais com um/a ou mais usuários/as de drogas sem preservativo (idem).

As autoras identificam ainda, a partir de estudos feitos nos Estados Unidos, a necessidade de especializar serviços voltados para mulheres grávidas, mulheres responsáveis por crianças, trabalhadoras do sexo, presidiárias e pertencentes a minorias raciais/étnicas. Sobre a assistência à pessoa usuária de drogas no Brasil, é necessário também considerar as mulheres usuárias vinculadas aos grupos de baixo capital sociocultural. Algumas questões são urgentes: quais os agravantes à saúde de grupos específicos de mulheres usuárias? ; quais os impactos para a saúde por conta do uso nocivo por mulheres no sistema presidiário, por mulheres que praticam o sexo casual/prostituição com o objetivo de conseguir substâncias psicoativas, para mulheres que têm relacionamento sexual com homens usuários sem a devida proteção, para mulheres que fazem sexo com outras mulheres usuárias? (idem).

Romo Avilés (2005) sugere ainda uma atenção para o olhar dado aos grupos de usuárias de substâncias “ilegais” e “legais”. A autora alerta: o menos importante é assinalar que as mulheres que usam substâncias ilegais são uma minoria. Não se pode recalcar o fato de que há outras substâncias que podem ter consequências adversas para a saúde, que se diferenciam unicamente por serem “lícitas”, portanto, mais aceitas socialmente e, em muitos casos, prescritas pelo sistema sanitário.

As questões intergeracionais também devem ter uma atenção redobrada, haja vista a tendência das mulheres mais jovens se aproximarem do padrão de consumo masculino, com uso mais precoce em termos etários. O tipo de ocupação no mercado de trabalho também é outro item que merece igualmente atenção. A orientação sexual também é um outro viés negligenciado.

Dito isto, reforçamos a necessidade de discussões que priorizem o foco nas necessidades específicas de homens e mulheres em suas experiências com o uso de substâncias psicoativas. Mais: ponderar a heterogeneidade inerente ao grupo das mulheres.

Considerações Finais

Constata-se que, apesar de, atualmente, as políticas públicas de saúde mental/sobre substâncias psicoativas incorporarem uma perspectiva tendencialmente compromissada com os aspectos sociais e biopsicoculturais, há ainda uma hegemonia das ciências da saúde, através de uma aborda-

gem biomédica, presente em muitas das estratégias no trato da experiência com os transtornos mentais - inclusos os transtornos decorrentes do uso de drogas.

A interpretação das experiências dos sujeitos com o consumo de substâncias psicoativas é permeada por questões culturais, mas prevalece a leitura moralizadora de suas vivências pessoais. O consumo nocivo de substâncias psicoativas não se trata de um processo estritamente linear, pessoal, a-histórico, biológico... mas depende também dos enquadramentos sociais e culturais (de gênero, das relações sociais, da diversidade multirracial, da classe social, de religiosidade etc.) daqueles indivíduos que o fazem.

Homens e mulheres – enquanto diferentes atores sociais/culturais – conservam relações distintas com o consumo. Embora as mulheres, comparado aos homens, consumam em proporções mínimas as substâncias psicoativas ilegais mais combatidas socialmente, o estigma social e moral sofrido por elas é muito maior, por exemplo.

Mesmo entre as mulheres não há homogeneidade. Há especificidades individuais e de grupos que nos conduzem a falar em feminilidades, isto é, em várias maneiras de “ser”, de “viver” enquanto mulher. E as mulheres usuárias de substâncias psicoativas podem ou não estar associadas ao tráfico, ao crime, à prostituição etc.

Pensar nestas múltiplas possibilidades e especificidades ainda é algo a ser rigidamente incorporado entre os profissionais que atuam diretamente com os usuários e usuárias dos serviços de saúde mental AD (álcool e/ou outras drogas). Com isto, há a possibilidade de serem reexaminados certos pontos de vista, valores, crenças, juízos morais, estereótipos para, posteriormente, serem aplicados em políticas públicas sobre drogas que: compreendam homens e mulheres usuários/as enquanto compositores de suas próprias histórias de vida, que respeitem suas singularidades e que tenham como objetivo uma maior equidade entre os gêneros.

Recebido em março e aprovado em maio de 2013

Referências

- AMARAL, Marcela C. M. Sexualidades pensadas: reflexões sobre loucura e estereótipos de gênero. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: DESIGUALDADE, DIFERENÇA, RECONHECIMENTO. **Anais do GT: Sexualidades, corporalidades, transgressões**. Recife, UFPE, 2007, pp. 2-15.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BRANDÃO, Ana Maria S. A. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. **Revista Configurações**, Famalicão, n.3, pp. 83-106, 2007.
- _____. **E se tu fosses rapaz?** Homo-erotismo Feminino e Construção Social da Identidade. Porto: Afrontamento, 2010.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- CASARES, Aurelia Martin. **Antropologia del gênero**. Cultura, mitos e estereótipos sexuais. Madri: Cátedra, 2008.
- COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de Mulher**: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência. Brasília, DF, 2007. 274f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, UNB.
- DUARTE, Marco José Oliveira. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. v. 1, n.1. pp. 83-102. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, 2011.
- GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. Apresentação. In: LABATE, Bia et al., (Dir.) **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, p. 9-12, 2008.
- MEDEIROS, Rafael; CECCHIN, Ricardo. Marchas da Maconha: para além da neblina sensacionalista. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas**: contribuições para uma atenção integral à saúde. Recife: Instituto PAPAI, 2010.
- MORAES, Maristela. Gênero e uso de drogas: porque é importante articular esses temas? In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas**: contribuições para uma atenção integral à saúde. Recife: Instituto PAPAI, 2011.
- _____; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; GRANJA, Edna. Homens, violência contra mulheres e atenção em saúde mental: algumas reflexões sobre interfaces complexas. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas**: contribuições para uma atenção integral à saúde. Recife: Instituto PAPAI, 2011.

- OBID - Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. **Tratamento/Populações específicas/Mulheres**, 2007. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11423&rastra=tratamento%2FPopula%C3%A7%C3%B5es+espec%C3%ADficas/Mulheres>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- OLIEVENSTEIN, C. **A vida do toxicômano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- OLIVEIRA, Jeane F. **(In)visibilidade do consumo de drogas como problema de saúde num contexto assistencial**: uma abordagem de gênero. Salvador, BA, 2008. 207 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade Federal da Bahia, UFBA.
- OLIVEIRA, Jeane; NASCIMENTO, Enilda; PAIVA, Mírian. Especificidades de usuários(as) de drogas visando uma assistência baseada na heterogeneidade. **Escola Anna Nery Rev Enfermagem**, v. 11, n. 4, pp. 694-698, dez. 2007.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001. Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Gênova: World Health Organization, 2001.
- PEDROSA, Cláudio Henrique. **Cuidar? Sim; Olhar de gênero? Não. Os sentidos do cuidado no CAPS em documentos técnicos do Ministério da Saúde**. São Paulo, SP, 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- ROMO AVILÉS, Nuria. **Gênero y uso de drogas**. La invisibilidade de las mujeres. Monografía Humanitas. Barcelona. Fundación Medicina y Humanidades Médica, v. 5.
- ROSA, Lúcia Cristina S.; CAMPOS, Rosana Teresa O. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042012000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 abr. 2014.
- SACRISTÁN, Teresa Ordorika. Aportaciones sociológicas al estudio de la salud mental de las mujeres. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 71, n. 4, pp. 647-674, 2009. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/rms/2009_4/RMS009000402.pdf>. Acesso em: 2 de jul. 2013.
- SANCHEZ PARDO, Lorenzo. Guía informativa: género y drogas. Documento Macro. **Plan de atención integral a salud de la mujer de Galicia**. Xunta de Galicia, Servizo Galego de Saúde, 2008a.
- _____. Intervencións preventivas sensibles a la perspectiva de género. **Plan de atención integral a salud de la mujer de Galicia**. Xunta de Galicia, Servizo Galego de Saúde, 2008b.
- SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas. **Gênero e Saúde Mental**: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS - Araraquara SP. São Paulo, SP, 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, USP.

- SANTOS, Naíde T.V.; ALBUQUERQUE, Rossana C.H. Saúde mental, álcool e outras drogas na atenção primária. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Dênis (Orgs.). **Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde**. Recife: Instituto PAPAI, 2011.
- SCHOUTEN, Maria Johanna. **Uma sociologia do gênero**. Lisboa: Húmus, 2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 2001.
- SOUZA, Márcia R.R. **Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSAD de Salvador – BA**. Salvador, BA, 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal da Bahia, UFBA.
- TENÓRIO, Fernando. A Reforma Psiquiátrica Brasileira, da década de 1980 até os dias atuais: história e conceitos. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, pp. 25-29, 2002.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. (Org.). **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ZANELLO, Valesca; BUKOWITZ, Bruna. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys**, v. 20-21, 2011.

SOCIOLOGIA DAS MASCULINIDADES E EDUCAÇÃO: DA SUPERAÇÃO DO BINARISMO DE GÊNE- RO À INVESTIGAÇÃO DAS MASCULINIDADES NEGRAS

Rosemeire dos Santos Brito
Universidade Federal do Espírito Santo
e-mail: roseje4@yahoo.com

Resumo: Este artigo apresenta um balanço da produção científica de estudos sobre masculinidades negras na literatura nacional e internacional. Constatou-se nos últimos anos o incremento da produção científica sobre esse tema, contudo, muitos autores(as) ainda trabalham com as categorias raça e gênero como termos classificatórios e não como conceitos analíticos que podem e devem ser pensados em seus possíveis entrecruzamentos. Conclui-se que já dispomos de uma Sociologia das Masculinidades, livre de interpretações dualistas, que precisa conhecer melhor as divisões de poder no interior do próprio gênero, compreendendo as múltiplas formas de masculinidades negras e os lugares que os corpos ocupam nessas construções.

Palavras-chave: sociologia das masculinidades; masculinidades negras; sociologia da educação.

Abstract: This article presents an overview of the scientific production of black masculinities studies in the national and international literature. It appears in recent years the increasing scientific production on this topic, however, many authors (as) still work with race and gender categories as classificatory terms and not as analytical concepts that can and should be thought of in their possible intersections. We conclude that we already have a Sociology of Masculinities, free from dualistic interpretations; you need to better understand the divisions of power within the genre itself, comprising multiple forms of black masculinities and places that bodies occupy these buildings.

Keywords: sociology of masculinities; black masculinities; sociology of education.

Introdução

Neste artigo analiso os resultados da pesquisa intitulada *“Masculinidades negras no campo da Sociologia da Educação: uma análise das intersecções entre gênero e raça”*, que consistiu na elaboração de um balanço da produção científica sobre a temática das masculinidades negras e educação, pensando os conceitos *gênero* e *raça* como categorias analíticas que podem e devem ser utilizadas de forma articulada e não como meros atributos aditivos. Tratou-se, portanto, de averiguar seus possíveis entrecruzamentos mútuos. O corpo foi considerado como variável relevante, na medida em que sobre ele são colocados atributos culturais e sociais que podem ser utilizados em uma demarcação biológica que situa homens e mulheres, brancos e negros, em polos opostos e naturalizados. Foram analisados artigos científicos, artigos publicados em anais de eventos estratégicos e resumos de dissertações e teses, no período compreendido entre o final dos anos 1990 e o ano de 2011, por ser este o momento em que se verifica o incremento da literatura sobre gênero e educação e, mais recentemente, sobre gênero e raça como categorias articuladas.

Tive que trabalhar com as especificidades do debate nacional de cada contexto social, na medida em que essa temática costuma ser explorada em países que tem a mistura racial como um dilema característico do momento presente e/ou da formação histórica da própria identidade nacional.

O estudo foi realizado com buscas feitas no acervo do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, disponível online, por considera-lo como uma importante fonte de divulgação da produção acadêmica nacional e internacional. Esse recurso também possibilita acesso ao banco de teses e dissertações, assim como de outras bases internacional, em grande parte, disponíveis na língua inglesa. Não posso deixar de mencionar que também contribuiu para essa escolha o fato de que muitas revistas indexadas em acervo online não tem sua versão impressa constando nas assinaturas de muitas bibliotecas universitárias.

Assim sendo, a pesquisa tinha como objetivos gerais:

- Verificar os lugares sociais das masculinidades negras na construção de trajetórias escolares intermitentes;
- Analisar diferentes possibilidades de conexão entre gênero e raça na conformação de masculinidades negras, em diferentes contextos nacionais, fora de um modelo meramente associativo;

- Analisar a importância de processos de corporificação nos múltiplos modelos de masculinidades negras;
- Identificar distintas relações entre masculinidades negras e práticas esportivas, assim como analisar suas consequências no rendimento acadêmico;
- Contribuir para o entendimento da influência mútua entre práticas de gênero; que se dão no âmbito global e aquelas que estão inseridas no universo microsociológico das escolas.

Apresento nesse texto os resultados obtidos com o propósito de sinalizar avanços e lacunas na produção de conhecimento nesse campo de investigação. São destacadas algumas tendências da produção mais recente, mas também lacunas, ambiguidades e desafios que podem ser enfrentados nesse campo de produção de conhecimento.

O artigo encontra-se dividido em algumas seções temáticas. Na primeira, à luz das contribuições da chamada nova Sociologia da Educação, saliento a necessidade de pensar a cultura escolar como um espaço simbólico de disputa de significados atribuídos à escolarização, de forma a nos aproximar da possibilidade de desenvolvimento de uma compreensão mais profunda acerca dos conflitos estabelecidos entre as normas escolares e as múltiplas culturas juvenis. Além de demonstrar que nossas instituições de ensino não são necessariamente espaços democráticos, essa produção sociológica evidencia as contradições que ajudam a entender porque muitos rapazes, negros e pobres, investem ativamente em posturas antiescola e preferem rejeitar conteúdos escolares e o próprio trabalho intelectual, preferindo cultivar a valorização da força física, da masculinidade viril e da agressividade. Procuro destacar a importância de trabalharmos com uma noção plural de juventude que nos permita deslindar as múltiplas formas de ser jovem, pobre, negro e aluno de escola pública.

No segundo momento, indico como a produção científica mais recente sobre juventudes, sexualidade e gênero ainda não contempla adequadamente a investigação das masculinidades, tendo em vista boa parte dos estudos ainda estão concentrados nas jovens do sexo feminino, sem incorporar a dimensão relacional do gênero em sua análise.

Em seguida, ressalto ainda a relevância dos estudos sobre masculinidades para uma compreensão mais adequada sobre o que pode estar ocorrendo com nossos rapazes e moças nas escolas. Para tanto, demonstro como venho dialogando com o tema nos últimos anos e finalizo demons-

trando a importância da obra da professora Raewyn Connel para a consolidação desse campo de produção de conhecimento em vários países.

Por fim, faço uso do referencial analítico proposto pela autora acima aludida para demonstrar algumas particularidades da produção científica mais recente sobre masculinidades negras no Brasil e em outras nações. O estudo revela que embora se verifique significativo incremento de produção de conhecimento nessa seara, muitos autores ainda utilizam gênero, masculinidades e o termo raça como variáveis e não como categorias analíticas amparadas em teorias sólidas e consistentes. E assim, ficou evidente que pouco sabemos sobre as possíveis configurações múltiplas de masculinidades negras que podem fazer do cotidiano da educação escolar.

A cultura como experiência viva entre adolescentes e jovens

A chamada nova Sociologia da Educação têm apresentado uma crítica bastante salutar no sentido de indicar que nossas escolas não são necessariamente os espaços democráticos, promotores da igualdade, que nós gostaríamos que fossem. Desde meados dos anos 1970, esse pensamento tem desvelado os mecanismos por meio dos quais as instituições escolares exercem papel ativo na reprodução da ordem social vigente, quer seja por meio do currículo explícito, quer pela via do chamado currículo oculto (Apple, 1989).

O provocativo trabalho *Learning to Labour*, explora os meandros da cultura viva entre estudantes da classe trabalhadora de uma escola secundária unificada (*comprehensive school*), numa área industrial da Inglaterra. A investigação etnográfica revelou que muitos desses rapazes consideravam prioritária a manutenção de sua identidade coletiva, em detrimento de outros significados possíveis para a escolarização. A prática da burla ao sistema e rejeição de grande parte dos conteúdos escolares e mensagens intelectuais constituía a rotina desse agrupamento juvenil, mesmo quando a instituição educativa tentava ser progressista. Evidentemente, essa postura contrastava com a de outros jovens rapazes que obedeciam as autoridades educacionais, que respeitavam o conhecimento técnico recebido e que ainda valorizavam os certificados e diplomas (Willis, 1991).

Nas mentes dos primeiros, o investimento em um comportamento pró-educação era considerado como algo inútil, na medida em que percebiam que estavam socialmente destinados a um futuro de trabalho genérico, com

baixíssimas possibilidades de escolha pessoal, no mercado dos empregos semiquualificados e manuais. E por tal razão, engajavam-se na preservação de uma contracultura em que questionavam a escola e seus profissionais, assim como promoviam o culto do físico, da masculinidade e da agressividade. E ao rejeitar o mundo da escola, refutavam o trabalho mental, por vê-lo como afeminado. O que não sabiam é que ao comportarem-se dessa maneira, forneciam eles mesmos um elemento importante na recriação da hegemonia ideológica das classes dominantes, o que tinha como resultado final, a sua inserção em ocupações subalternas e a manutenção das divisões sexuais reprodutoras da dominação masculina (Apple, 1989; Willis, 1991).

Esse estudo pioneiro nos mostra que para pensar na cultura escolar como uma arena de disputas de significados é importante também analisarmos os processos sociais por meio dos quais são estabelecidas as relações entre nossas escolas e as culturas juvenis. E em relação a este tema, farta é a literatura que aponta a existência de enfrentamentos, contradições, conflitos e também pouco ou quase nenhum conhecimento acerca dos símbolos culturais acionados e/ou das estratégias adotados pelos vários grupos de jovens para construir sentidos autônomos para tudo aquilo que vivenciam em nossas escolas.

Contudo, é ainda reduzido o número de pesquisadores(as) que se lançam ao desafio de investigar essas relações de convívio social utilizando o pertencimento racial como uma categoria analítica relevante. As múltiplas juventudes são agrupadas em único grupo como se suas diversas experiências fossem vividas de uma mesma forma (Brito, 2009; Dayrell, 2003).

Estou cada vez mais convencida de que essa fragilidade analítica advém do uso inadequado dos termos juventude e adolescência e/ou da falta de solidez conceitual de muitos estudos. Essas palavras são muitas vezes tratadas como meras variáveis de pesquisa e não como conceitos que podem e devem orientar a análise. Não podemos conhecer, falar e escrever a respeito de nossos diversos jovens se não nos dedicarmos primeiro à tarefa primordial de definir o que entendemos por juventude.

Nos últimos anos tenho buscado apoio em uma compreensão sociológica do que interpreta a juventude como passagem da infância para a vida adulta, sem abrir mão da necessidade de considerar os múltiplos percursos pelos quais esses decursos de tempo podem ocorrer. A ideia da existência de certa estabilidade nessa trajetória pouco tem se sustentado na produção acadêmica mais recente, dado o caráter fluido e distinto das diferen-

tes possibilidades de passagem por essa transição. E é nesse sentido que a compreensão da juventude circunscrita à chave interpretativa de passagem por uma fase de vida nada mais é que uma construção social.

Nesse sentido, o conceito de juventude não está calcado no determinismo biológico que homogeneiza as experiências diferenciadas das diversas culturas juvenis, pois enquanto construção social, histórica, cultural e relacional, essa definição pode incluir aqueles e aquelas que estão no início da puberdade e pode alcançar pessoas que – por uma definição etária rígida – seriam consideradas adultas apesar de sua evidente experiência cotidiana das questões que afetam a vida dos segmentos jovens.

Tomando por base essas contribuições das áreas da Sociologia da Educação e da Sociologia da Juventude, tenho procurado refletir sobre o modo como as questões de gênero e sexualidade adentram o universo das escolas e amparam práticas, posicionamentos, processos de construção e disputas de significados atribuídos à educação que, por sua vez, podem contribuir para preservar mecanismos de reprodução social da ordem de gênero vigente em nossa sociedade. Vejamos o que dizem as pesquisas sobre jovens e educação, no que refere à temática da educação sexual e das relações de gênero.

Juventudes, sexualidades e gênero

A primeira aproximação do tema central desse artigo se deu por meio do exame minucioso do trabalho conduzido pela equipe coordenada pela Profa. Marília Pontes Sposito, que em dois momentos verificou o que a produção científica brasileira nos programas de pós-graduação revela sobre o campo de estudos sobre juventude e educação. Recorro, portanto, às análises produzidas pela equipe de estudiosos nesses dois balanços para indicar algumas tensões presentes nesse campo de estudos (Sposito 2002; 2009).

O primeiro balanço examinou a produção discente na área da pós-graduação em Educação, no período compreendido entre 1980-1988. Para atender a propósitos analíticos, foi delimitada uma faixa etária juvenil (15-24 anos), com flexibilidade para incorporar, conforme o caso, faixas anteriores ou superiores ao universo demarcado. Tomou-se também o cuidado teórico-metodológico de considerar os diversos usos associados à noção de juventude, por vezes com a análise de trabalhos que se referiam aos adolescentes.

O balanço contempla a análise de 1.167 teses e 7.500 dissertações, perfazendo um total de 8.667 trabalhos. Desse total foram identificadas 332 dissertações e 55 teses dedicadas à investigação das questões que, de fato, afetam os segmentos juvenis da população. Os interesses investigativos identificados pelos estudiosos foram aglutinados em dez eixos temáticos: jovens, mundo do trabalho e escola; aspectos psicossociais de adolescentes e jovens; adolescentes em processo de exclusão social, jovens universitários, juventude e escola, jovens e participação política, mídia e juventude, jovens e violência, grupos juvenis, jovens e adolescentes negros.

Esse primeiro estado da arte revela a invisibilidade do gênero, das masculinidades e das feminilidades na produção científica sobre juventude na área da educação, no período acima mencionado. Em 45 dissertações e 5 teses sobre *Juventude e Educação*, a questão do corpo e do gênero só é contemplada a partir de 1995 e, não constitui a tônica da maioria das pesquisas.

O balanço mais recente incorporou além da Educação, as áreas de Ciências Sociais e Serviço Social, em função da concentração de pesquisas sobre juventude e educação nos programas dessas áreas. Foram analisadas dissertações e teses defendidas entre 1999 e 2006 e a fixação da faixa etária foi realizada de forma mais ampliada, incluindo sujeitos com até 29 anos de idade. As equipes foram subdivididas em áreas temáticas e foram analisados 1427 trabalhos ao longo da investigação, dentre os quais foram localizadas 133 teses e dissertações que estudam jovens, sexualidade e/ou relações de gênero.

Todavia, salienta-se que a maior parte das pesquisas indica que a temática da educação sexual permanece como a mais abordada no interior de análises de caráter normativo, sem que se busque compreender o significado das sexualidades para os(as) jovens, conforme as dinâmicas de funcionamento e vivência das relações de gênero no contexto da educação formal.

Apesar dos avanços observados em relação ao momento anterior, as pesquisas que assumem o compromisso de promover a análise das masculinidades e feminilidades, na maior parte dos casos, estudam apenas as jovens do sexo feminino (57%) sem incorporar; em uma perspectiva relacional, a dimensão das masculinidades. De todo o conjunto de trabalhos verificados, apenas sete incluíram os rapazes e somente quatro abordam jovens de ambos os sexos.

Essa constatação confirma algo já verificado em meus estudos sobre fracasso escolar. A pesquisa sobre gênero e educação têm-se concentra-

do na análise da condição feminina, com forte concentração no universo adulto, ignorando a necessidade de discutirmos também os referenciais de masculinidades, de pensarmos o gênero – enquanto categoria analítica – e o sexo; como variável, em uma perspectiva relacional, razão pela qual venho perseguindo o tema das masculinidades nos últimos treze anos, considerando-se como um caminho necessário para o incremento do nosso conhecimento sobre as relações de gênero nos espaços e tempos escolares (Brito 2006; 2009).

Por que é relevante estudar os meninos, rapazes e homens? Por que, como profissionais da educação, precisamos conhecer melhor os processos sociais responsáveis pela construção, produção e reprodução de referenciais de masculinidades?

A imprensa de grande circulação, frequentemente, noticia a ocorrência de episódios violentos, em que a maior parte das vítimas são rapazes de baixa renda, em sua maioria negros (pretos e pardos). Segundo dados analisados no documento *Mapa da Violência 2013*, a vitimização masculina é altíssima entre aqueles que são vítimas de morte por arma de fogo (93,9%), com forte predominância nos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Bahia. Por sua vez, as taxas de homicídio da população preta é 88,5% maior do que para os brancos (Waiselfisz, 2013).

Além de frequentarem com maior frequência as taxas de homicídio, meninos/rapazes negros e pobres também percorrem trajetórias escolares mais acidentadas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD revelaram que para o ano de 2007, entre os estudantes de 15 a 17 anos, cerca de 85,2% dos brancos estavam estudando, e 58,7% frequentavam o ensino médio, dentro da faixa etária considerada adequada para este nível de ensino. Já entre pretos e pardos, entretanto, 79,8% frequentavam a escola, mas apenas 39,4% estavam no nível subsequente ao ensino fundamental, revelando que para parcela significativa desses jovens, a experiência de escolarização na etapa anterior é um desafio que ainda enfrentam, no momento em que já deveriam estar cursando a modalidade posterior da educação básica. E muitos deles buscavam enfrentar essa defasagem na educação de jovens e adultos (Brasil/IBGE, 2008).

Dados mais atualizados indicam que o quadro atual ainda parece não ser muito diferente. As informações coletadas e analisadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA indicam que embora seja possível verificar avanços graduais nos números da educação no país, observa-se a

manutenção de desigualdades que, historicamente, tem limitado o acesso, a progressão e as oportunidades educacionais da população negra. Os dados analisados pelo instituto são de 2009 e nos mostram que, apesar da elevação do número de anos de estudo da população com 15 anos ou mais, a população negra tinha em média 6,7 anos de estudo, contra 8,4 anos da população branca. De semelhante modo, a distorção série-idade está mais presente entre crianças e jovens negros do sexo masculino, tanto no ensino fundamental quanto no médio. São esses os que estão mais frequentemente entre o alunado com problemas de disciplina nas escolas, assim como entre os indicados para turmas de reforço e/ou recuperação paralela ao longo de todo o ensino fundamental (Brasil/IPEA 2011, p.20-21).

Esse fenômeno não é novo e, tampouco, constitui algo que concerne apenas ao cenário brasileiro, pelo contrário, desde o final dos anos 1990, amplo debate sobre as diferenças de resultado, entre rapazes e moças, vem sendo produzido em vários países, como é o caso da Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Inglaterra, Estados Unidos, Dinamarca, Alemanha e Japão (Epstein et al., (1998).

Por tais razões, autoridades governamentais de alguns países, no contexto anglo-saxônico, empenharam-se nas duas últimas décadas na defesa de políticas educacionais voltadas para meninos e rapazes, considerados como as vítimas da educação contemporânea, que teria privilegiado os avanços e conquistas femininas nos espaços educacionais, em detrimento do pleno atendimento do que definem como reais necessidades masculinas. Será que tal argumento serve para pensar a realidade brasileira?

Na verdade, a lógica discursiva desse tipo de interpretação sinaliza a força política de uma forma de entendimento que ajuda a criar novos contornos da dominação masculina presente desde o início do processo de escolarização. Ao situar os alunos do sexo masculino como as vítimas educacionais contemporâneas, a educação feminina e as questões de gênero que as afetam podem ser silenciadas. A palavra de ordem desse movimento é a de se posicionar como um campo de oposição às pesquisas educacionais que têm o gênero como foco analítico, que destacam as construções sociais sobre as diferenças biológicas entre os sexos e seus diferentes resultados nas escolas, nas políticas educacionais, nas definições curriculares, nas formas de avaliação, na relação professor-aluno, na trama de relações sociais cotidianas e, de modo especial, na produção de quadros de insucesso acadêmico. Mas então o que está ocorrendo com meninos pobres e negros na educação básica?

O quadro sugere a existência de uma forte relação entre masculinidades, raça e rendimento acadêmico e para ampliarmos nossa compreensão acerca dos elementos que vinculam essas múltiplas formas de identificação social, é necessário – cada vez mais – investir em estudos que contemplem uma perspectiva relacional no campo dos estudos de gênero e educação. Não há como compreendermos a sobrerrepresentação masculina nos índices de violência urbana e nas taxas de inadequação série-idade se não soubermos como nossas escolas podem estar operando na produção e reprodução de referenciais de masculinidade que contribuam para a construção dessa ordem social. Para tanto, é preciso que as pesquisas sobre juventude(s) e educação dialoguem com a produção científica sobre masculinidades. E é por tais razões que venho perseguindo na última década esta possibilidade investigativa, pois precisamos saber como nossos meninos, adolescentes e jovens rapazes utilizam-se de determinados significados de gênero para pautar suas condutas nas instituições educacionais, assim como para consolidar os posicionamentos que podem assumir em relação às meninas e moças, aos professores e professoras, às culturas e contraculturas escolares.

Gênero e educação: a importância dos estudos sobre masculinidades

Assim como muitos outros(as) pesquisadores(as), tenho encontrado respaldo teórico na obra de Raewyn Connell, para quem as masculinidades; assim como as feminilidades são construções sociais contingentes e históricas que estão fora de qualquer raciocínio preso a binarismos interpretativos (Connell 1995; 1997; Connell & Messerschmidt, 2005).

Nascida em 1944, Raewyn Connell é atualmente professora na Faculdade de Educação (Faculty of Education and Social Work) da Universidade de Sidney, Austrália. Lecionou também na Califórnia e em outras universidades da Austrália, além de ter atuado como professora-visitante na Universidade de Toronto (Canadá) e em Harvard (Estados Unidos). Suas áreas de pesquisa e ensino, além da teoria sociológica em geral, concentram-se na sociologia da educação, nas relações de gênero e nos métodos de pesquisa.

O conceito de masculinidade hegemônica foi formulado nos anos 1980 e possibilitou o crescimento de estudos sobre masculinidades ou estudos críticos dos homens na área de educação, trabalho, antiviolença,

saúde etc. Ele foi proposto inicialmente em relatórios de estudos sobre a desigualdade social em escolas secundárias australianas, em discussões conceituais sobre a estrutura das masculinidades e a experiência dos corpos masculinos e, por fim, em um debate sobre o papel dos homens na política trabalhista australiana da época.

Suas primeiras definições tiveram como eixo estruturador a crítica à literatura que ainda trabalhava com a tese de papéis sexuais fixos para homens e mulheres, com base em suas diferenças biológicas. As masculinidades foram definidas como projetos de gênero vivenciados por rapazes e homens em configurações plurais, circunstanciais, que possibilitavam estabelecer seu posicionamento nas práticas sociais em diferentes esferas e instituições sociais. O caminho proposto para a análise das masculinidades era o foco nos processos e relações, por meio dos quais homens e mulheres levam vidas imbuídas no gênero. Portanto, os referenciais de masculinidades teriam relação com a posição dos homens nas relações de gênero, com as práticas pelas quais se comprometem com esses posicionamentos e, sobretudo, com os efeitos dessas práticas nos usos do corpo, na definição das personalidades e na cultura mais ampla (Connell 1995; 1997).

Ao compreender a masculinidade com base em tais parâmetros, Connell enfatiza seu caráter múltiplo, complexo, dinâmico e permeado por relações de poder. Aos poucos essa compreensão da importância dos mecanismos de poder na formação das masculinidades possibilitou esmiuçar suas divisões internas, tanto no que se refere às relações entre os diferentes modelos, quanto a respeito da atuação de outras variáveis na formação dos projetos de gênero, como é o caso de classe social, idade, etnia, raça etc.

Connell (2005) reconhece, no interior desse modelo dinâmico, a possibilidade da existência de uma forma de masculinidade que represente um conjunto de práticas sociais capazes de expressar o modelo mais correntemente honrado de ser homem, mesmo que ele não seja o mais recorrente, do ponto de vista estatístico. A masculinidade hegemônica teria como característica central a sua função organizadora e seria o modelo ideal de conduta masculina para os demais homens, de modo que todos procurassem se posicionar em relação a ele, a ponto de torná-lo ideologicamente legitimado – em escala global – pela subordinação das mulheres aos homens.

Por sua vez, no interior das dinâmicas de poder entre os múltiplos padrões de masculinidades, podem existir aqueles que ocupam posição de subordinação e marginalização diante do que é construído socialmente

como o hegemônico. As masculinidades subordinadas estariam mais distantes do modelo normativo, como é o caso das masculinidades gays, ao passo que as segundas podem representar o cruzamento do gênero com outras formas de pertencimento social. Em ambos os casos, podem existir relações de cumplicidade total e/ou parcial com a hegemonia.

Há, portanto, muito mais cumplicidade do que crítica ao modelo hegemônico, uma vez que muitos meninos, rapazes e homens podem receber os benefícios da dominação masculina sem desempenhar uma forte versão de masculinidade dominante. As recompensas são obtidas quando demonstram cumplicidade nas relações sociais vivenciadas em seus grupos de pares masculinos em uma dinâmica que se mantém com a complacência das mulheres. Portanto, a hegemonia – em um dado contexto histórico e cultural – se mantém muito mais pela persuasão do modelo normativo do que pela força. Na verdade, há muito convencimento implícito, respeito à autoridade dos que encarnam o modo mais correntemente aceito de ser homem e tais práticas confirmam a dominação dos homens sobre as mulheres e mantêm uma permanente disputa entre os diferentes grupos de homens.

A hegemonia, portanto, tem uma dupla dimensão: a externa e a interna. Na primeira vertente, garante-se a subordinação das mulheres em três regimes de gênero diferentes e mutuamente imbricados.

O primeiro deles é o mercado de trabalho, instância em que homens situados em diversas posições sociais – pelas relações de cumplicidade com o modelo hegemônico – podem receber vantagens materiais e serem; desse modo, beneficiários de um dividendo patriarcal. O segundo assegura o controle do poder institucionalizado dos Estados, o que se dá pela sobre-presença masculina nas forças armadas e na política. E por fim, o último sustenta a dominação masculina nas famílias por meio da manutenção de relações de poder entre homens e mulheres que são muitas vezes interpretadas como de reciprocidade e intimidade.

A hegemonia interna está geralmente presente no universo micro-sociológico das relações cotidianas e, geralmente, garante a ascendência de um grupo de meninos, rapazes e homens sobre outros. É essa última dimensão que pode nos ajudar a compreender o que ocorre no cotidiano das escolas em relação à trama interna dos padrões de masculinidades vigentes. É cada vez mais urgente a tarefa de identificação das possíveis interconexões entre a estrutura social e os agenciamentos humanos.

Diversas pesquisas têm revelado que muitos dos estudantes do sexo masculino, negros e pobres vivenciam nas escolas, algo que Connell chama de *masculinidade de protesto*, pois dada sua condição de exclusão dos núcleos de poder buscam formas alternativas de enfrentamento da masculinidade hegemônica e/ou, por vezes, engajam-se em relações de cumplicidade com o modelo hegemônico disponível num dado conjunto de relações de poder (Connell 1995; 1998; Epstein 1998a; 1998b; Gilbert & Gilbert, 1998; Mac na Ghahill, 1995; Thorne, 1997; Connolly, 1998).

Assim, acredito que nosso desafio consiste em compreender tais mecanismos, desvendar como eles se articulam aos significados que pautam a masculinidade hegemônica em sua dimensão externa e analisar os efeitos dessa relação no cotidiano escolar. E para tanto, certamente, precisamos conhecer esses jovens em outras situações de vivência social, ou seja, em suas alternativas de lazer, formas de contato com os produtos da indústria de comunicação de massa; produzidos e divulgados em escala global, investigar as relações familiares, a inserção no mercado de trabalho, etc., para que possamos, de fato, ter um quadro mais amplo e poder contribuir para construção de uma hegemonia interna que não represente a manutenção do quadro aqui analisado.

Diante do exposto, há mais de dez anos trabalho com as características fundamentais do conceito, que residem na combinação da pluralidade de masculinidades com as hierarquias existentes entre elas. Aceito também como válida a ideia de que a masculinidade hegemônica presume a subordinação das não hegemônicas, tendo em vista que esse processo tem sido muito bem documentado em diferentes áreas do conhecimento, em muitos contextos, a ponto de ter como resultado a constituição de um sólido campo de produção de conhecimento sobre masculinidades e educação na produção feminista anglo-saxônica britânica e australiana.

A hierarquia entre as masculinidades não é um modelo simples de dominação pela força, dado o fato de que muitos estudos evidenciam que os símbolos da normatividade do modelo hegemônico têm poder de autoridade na organização das práticas sociais da vida cotidiana, portanto, das relações de poder vivenciadas no espaço escolar. A análise de sua pluralidade – nessa perspectiva da incorporação do movimento de tensão entre discursos e significados – necessariamente envolve a inclusão de outras variáveis e conceitos que delimitam e explicam com maior acuidade as tensões, contradições e incertezas.

As divisões no interior do próprio gênero: notas preliminares sobre o estudo de masculinidades negras no Brasil

Buscando compreender melhor as relações de poder entre referenciais diferenciados de masculinidades, empreendi no ano de 2012 um balanço sobre investigações que tiveram como tema a investigação das masculinidades em sua relação com a educação (Brito, 2012). Meu propósito naquele momento foi o de verificar como a temática das masculinidades negras está sendo analisada na área da educação, por considerar que esse tipo de estudo contribui para aprofundarmos nossa compreensão acerca das possíveis relações ente gênero e raça, enquanto categorias que possibilitam aprofundar nosso entendimento acerca dos complexos mecanismos de reprodução da ordem social que podem fazer parte do cotidiano escolar.

A pesquisa consistiu na análise de artigos, resumos e/ou dissertações/teses com base na utilização dos seguintes descritores: masculinidades, masculinidades negras, masculinidades e raça, masculinidades e racismo, masculinidades e rendimento escolar, masculinidades e fracasso escolar, masculinidades e marginalidade social, masculinidades e violência, masculinidades e esportes, masculinidades e práticas esportivas, masculinidades e futebol. Ressalta-se que os mesmos foram também utilizados em língua inglesa para fazer o levantamento da produção científica internacional.

O trabalho de investigação consistiu na análise da produção científica disponível no portal de periódicos da Capes, tanto no que refere à literatura nacional quanto à internacional. E de semelhante modo, foram incorporados ao material do estudo, trabalhos completos publicados nos grupos de trabalho da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, nos Seminários Internacionais “Fazendo Gênero” e nos Congressos Internacionais de Pesquisadores Negros – COPENEs.

Na produção nacional foram examinadas as revistas: Cadernos Cedes, Cadernos de Pesquisa, Cadernos Pagu, Educação & Sociedade, Educação e Pesquisa, Educação & Sociedade, Educação em Revista, Educar em Revista, Pro-Posições, Revista Brasileira de Educação, Revista Estudos Feministas, Estudos Afro-asiáticos. Na literatura publicada fora do Brasil foram averiguados os *Journals*: Gender and Development, Gender and Education, Gender Forum, Gender & History, Gender Issues, Gender place and Culture, Gender; sexuality & Sport: a dangerous mix, Gender & Society, Gender; work and organization, Education, Education and Culture, Education and Urban Society, Education Canada, Education; citizenship and Social Justice,

Education In Canada, Education Journal, Education Matters, Educational Research International, Education Review, Education Horizons, Educational Policy, Educational Research, Educational Studies, Educational Theory, Race & Class, Race/ethnicity, Race; ethnicity and Education, Race; gender and Class, Race is race Isn't: critical race theory & qualitative studies in education, Race; sex & Class, Race & Society.

Na primeira etapa da pesquisa dediquei-me ao trabalho de localizar artigos e trabalhos fazendo uso dos descritores acima aludidos. Fiquei animada com a pescaria! Foram encontrados 99 artigos em revistas estrangeiras e 66 na produção publicada no Brasil. Além disso, foram igualmente selecionados 22 trabalhos completos publicados nos anais das reuniões anuais da ANPED e um nos anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

Contudo, um exame mais minucioso revelou um dado comum em muitos estudos. Os termos gênero e masculinidade são utilizados com o sentido de sexo, portanto, como variáveis de pesquisa e não como categorias analíticas amparadas em sólidas teorias. Há significativa produção na área da educação que pouco contribui para entendermos como as masculinidades negras são vivenciadas nos espaços da educação formal.

Portanto, após esse reexame do material encontrado, foram selecionados para análise mais detalhada 79 artigos internacionais, 27 nacionais, seguidos dos trabalhos completos e 15 resumos de teses e dissertações disponíveis no portal de Periódicos da Capes, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Totais de produção científica analisada

FONTES	TIPO	TOTAL
Revistas internacionais	Artigos	79
Revistas nacionais	Artigos	27
ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação em Educação	Trabalhos completos	22
Seminário Internacional Fazendo Gênero	Trabalhos completos	01
Banco de Teses e Dissertações da Capes	Resumos	15
Total		144

Fonte: CAPES/MEC

A quantidade de artigos e trabalhos encontrados sugeria-me que já estamos vivendo num contexto de consolidação desse campo de pesquisa. Contudo, o exame mais minucioso da literatura encontrada revelou que há pouquíssimos estudos que contemplam a análise desse tema com foco na educação e/ou a escola. Na maioria dos casos as instituições escolares não

constituíram o local de realização de investigações empíricas e/ou não foi considerada como categoria de análise sociológica. Assim sendo, de todo o conjunto da produção científica selecionada, no momento de análise foram considerados os conteúdos dos pouquíssimos trabalhos que tivessem como propósito a investigação dessa temática no campo da educação. Assim sendo, ficou evidente que esse é – de fato – um campo em construção e que, por tal motivo, a produção científica ainda é caracterizada pela fragmentação teórica e assim, é muito difícil, realizar com sucesso, qualquer tentativa de agrupamento dessa produção em áreas específicas.

A produção encontrada nas revistas científicas revela que muito já se produziu no Brasil no campo de estudos sobre masculinidades, mas apenas dois estudos versavam sobre as relações existentes entre masculinidades e educação. E mesmo assim, ficou evidente que ainda é incipiente o conjunto de pesquisadores que se lançam ao desafio de investigar as masculinidades negras, sobretudo, na perspectiva de articular gênero e raça como categorias analíticas. Em muitas situações, a questão racial é apenas sugerida e toda a análise concentra-se nas relações de gênero.

A pesquisa intitulada *Representações de masculinidades latentes em aulas de física do ensino médio* é um bom exemplo dessa perspectiva de análise. Os autores propuseram-se a investigar as representações de masculinidades em aulas de educação física de uma escola pública. O trabalho de campo envolveu situações de observação do cotidiano escolar e momentos de conversação com os jovens, todavia, ainda que tenham se proposto a investigar especificidades das masculinidades negras nessas aulas, ao longo da divulgação dos resultados do estudo se faz rápida menção a possíveis características das masculinidades negras, para depois não apresentar a raça como categoria analítica, nem tampouco qualquer dado empírico que permitisse pensar sobre a questão. Há apenas a menção de que grupos étnicos e socioeconômicos tradicionalmente marginalizados estão mais sujeitos à repetência e à evasão escolar, salientando que as desigualdades de gênero são influenciadas pelas desigualdades de classe! Não há, portanto, tratamento adequado aos entrecruzamentos entre racismo, sexismo e símbolos culturais que possam assegurar a dominação masculina nas escolas, com prejuízos para ambos os sexos (Júlio & Vaz, 2009).

O trabalho denominado *Constituição de masculinidades juvenis em contextos difíceis: vivências de jovens de periferia na França* constitui uma exceção. Apoiados nos estudos de gênero e culturais pós-estruturalistas e na antropologia política, os autores analisaram informações geradas em

discussões de grupo e entrevistas com jovens franceses, moradores da periferia de Paris, para verificar a constituição das masculinidades juvenis naquele bairro, por meio de uma análise comparativa com a problemática da juventude urbana pobre no Brasil. Embora o foco analítico não tivesse a escola como espaço social da pesquisa, os autores articularam gênero e raça, a ponto de demonstrar todo o processo de criminalização da juventude negra e pobre na França. A análise empreendida demonstra como esses jovens atribuíram sentidos próprios para um “nós” que é marcado por símbolos identitários que são acionados para questionar o racismo institucional presente no tipo de visão que as autoridades francesas produzem sobre negros imigrantes e seus descendentes (Damico & Meyer, 2010).

Mesmo assim, fica evidente que a percepção da escola como contexto social de entrecruzamento entre relações raciais e de gênero não tem mobilizado muitos pesquisadores da área educacional, pois ainda observa-se a tendência desses processos serem analisados como se não fossem mutuamente imbricados na configuração de múltiplos modelos de masculinidades negras.

No que se refere à produção nos programas de pós-graduação. A análise dos resumos de dissertações e teses sobre masculinidades negras indica que boa parte da produção concentra-se na utilização do termo raça como categoria descritiva e classificatória de perfis populacionais, especialmente em estudos na área de saúde pública e criminologia.

Constitui exceção à regra o trabalho *Trajetórias de homens negros no magistério: experiências narradas*. O estudo analisou a trajetória de professores homens e negros na educação básica, num espaço definido pela autora como caracterizado pelo predomínio de mão de obra feminina e branca. Na pesquisa analisa-se se professores com esse perfil constroem sua prática pedagógica de forma a reproduzir a dominação masculina no trabalho e, de semelhante modo, ela verifica como constroem sua identidade docente em relação a seu pertencimento racial. Contudo, apesar da ambição verificada na proposta de pesquisa, as relações de gênero e as raciais não aparecem de forma articulada. Ao analisar dados obtidos por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas, a autora não explicita na análise as possíveis intersecções desses processos e assim, reproduz as análises estanques que ainda caracterizam boa parte da produção científica sobre o tema das masculinidades negras. Em última instância, o trabalho esmiúça formas de discriminação racial, mas não as relaciona com as dinâmicas de distribuição de poder no interior dos múltiplos modelos de masculinidade (De Paula, 2004).

A tendência de estudo das masculinidades negras sob a forma de percentamentos estanques também foi encontrada em boa parte da literatura internacional, embora seja evidente a grande concentração de pesquisas sobre o tema no contexto anglo-saxônico, sem que se faça de forma bem sucedida à necessária articulação entre as categorias analíticas.

No entanto, há muitos estudos que discutem as formas atuais de manifestação de racismo, via estudo das masculinidades negras, por meio do amparo em teorias que analisam as relações raciais. Nesses casos, o termo masculinidade aparece desvinculado de uma teoria de gênero que o sustente. As masculinidades negras só vão ser analisadas com mais alento na literatura que procura verificar formas de racismo institucional, a criminalização dos meninos/rapazes negros e pobres, assim como aquela que versa sobre as contradições envolvidas nas formas de policiamento dos corpos de atletas negros. Portanto, é por meio de processos sociais que não estão diretamente relacionados com o que ocorre nas escolas que há teorizações mais densas sobre a temática. A pesquisa de Simmons consistiu em um estudo de caso interpretativo que examina, em profundidade, a cultura punitiva que se faz presente na educação pública destinada aos rapazes negros. Segundo nosso autor, esses jovens são criminalizados por políticas disciplinares que se fazem presentes nas escolas, a ponto de tais iniciativas terem como resultado a interrupção das trajetórias escolares e maior tendência ao engajamento em atividades criminosas por parte de jovens com esse perfil racial e sexual (Palmer & Maramba, 2012; Milner IV, 2012; Gunby & Greenfield, 2012; Simmons, 2009).

O trabalho de Ferber analisa como a nação americana, caracterizada pela supremacia branca, admira e demoniza; ao mesmo tempo, atletas negros que são bem sucedidos em práticas esportivas. Em sua avaliação, nas formas de racismo contemporâneo verifica-se a manutenção de representações sobre o corpo dos homens negros que permite vê-los como inerentemente agressivos, hipersexualizados, violentos, o que serve para justificar a existência de um amplo repertório de formas de controle que tem como alvo a manipulação e vigilância desses corpos (Ferber, 2007).

No contexto norte americano, o mundo dos esportes constitui uma poderosa instituição que funciona como um texto cultural central para o entendimento dos processos que significam e atribuem sentido ao modelo de masculinidade negra que se constitui entre atletas negros de grande apelo popular. Mulheres bem sucedidas e atletas negros costumam ser percebidos como ameaças simbólicas à supremacia masculina e branca. Homens

e rapazes negros, assim como no Brasil, são vistos como naturalmente mais atléticos e, conseqüentemente, práticas esportivas específicas podem significar um espaço social em que seu sucesso não é muito questionado.

Todavia, jovens rapazes e homens negros raramente são encontrados em posições de poder e controle, tais como as de treinadores e/ou proprietários de times, ao contrário, geralmente são reduzidos a seus corpos, seus talentos são atribuídos à natureza. O treinador é representado como se correspondesse à figura do pai branco fraterno, ao passo que atletas negros; sobretudo os que são oriundos das classes menos privilegiadas, podem ser representados como crianças sob o controle paterno e sujeitas às suas regras. Assim sendo, os corpos negros podem ser admirados desde que sejam também controlados pelos brancos, ao mesmo tempo em que a demonização de alguns é usada como ferramenta de controle sobre aqueles que resistem mais a esse domínio exercido na complexa trama que se trava entre formas de masculinidade branca e esse modelo de masculinidade negra.

Assim sendo, o tema das masculinidades negras, bem como suas múltiplas elações com outras formas de vivência das relações de gênero nos agrupamentos masculinos parece não ter chamado à necessária atenção da comunidade científica brasileira. Se não investirmos de forma séria e sistematizada na investigação articulada das dinâmicas de gênero e raça, continuaremos sem ferramentas analíticas adequadas para localizar os processos sociais por meio dos quais muitos meninos e rapazes negros situam-se em posição subordinada aos brancos na trama das masculinidades, muitas vezes, em franco prejuízo causado à suas trajetórias educacionais, ainda que venham a beneficiar-se posteriormente de parte dos dividendos do patriarcado no mercado de trabalho. Tenho encontrado em minhas pesquisas sobre fracasso escolar um quadro em que se verifica o forte investimento por parte de jovens com esse perfil em contraculturas escolares de posicionamento antiescola e pró-valorização de símbolos de masculinidade que se organizam em torno do culto do físico, da valorização do futebol, do desprezo pelas atividades educativas; percebidas como afeminadas, e pelo enfrentamento constante da rotina, das normas e das autoridades escolares. Muitos desses rapazes negros e pobres têm na educação de jovens e adultos a única possibilidade de conclusão da educação básica, em função desse investimento ativo na manutenção de quadros de evasão, repetência, e abandono escolar. E ao rejeitarem o mundo da escola, terminam por silenciar as meninas e moças e por consolidar a posição subalterna que irão ocupar no mercado de trabalho. Parece-me que a análise dos significados

que asseguram o exercício da dominação masculina e a supremacia branca pode ser um caminho profícuo em investigações que tenham como proposta o estudo das masculinidades negras, tendo em vista a possibilidade de atuarmos na possibilidade de construção de uma hegemonia interna que possa reorganizar as relações de gênero com base em outros símbolos culturais que não representem o silenciamento das meninas e moças e/ou o comprometimento acadêmico desses jovens alunos.

Recebido em abril e aprovado em maio de 2013

Referências

- APLLE, Michael. **Educação e Poder**. MONTEIRO, M. C. (trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica**. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4. ed., 2011.
- BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica IPEA**. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília. 2011.
- BRITO, Rosemeire dos Santos. Fracasso de meninos no ensino fundamental: as contribuições da categoria gênero na compreensão desse quadro. In: Carvalho, Marília Pinto; Pinto, Regina Pahim (orgs). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008, p.149-169. (Série justiça e desenvolvimento/IFP-FCC).
- BRITO, Rosemeire dos Santos. Intrincada trama de masculinidades e feminilidades: fracasso escolar de meninos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 129-150, jan./abr. 2006.
- BRITO, Rosemeire dos Santos. Masculinidades negras no campo da Sociologia da Educação: uma análise das intersecções entre gênero e raça. **Relatório de Pesquisa**, 2012 (mimeo).
- BRITO, Rosemeire dos Santos. **Masculinidades, raça e fracasso escolar: narrativas de jovens na Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública municipal de São Paulo**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CONNELL, Raewyn W. Disruptions: improper masculinities and schooling. In: KIMMELL, Michael; MESSNER, Michael (orgs.). **Men's lives**. Boston: Allyn and Bacon, 1998.
- CONNELL, Raewyn W. La organización social de la masculinidad. VALDÉS, T; Olavaria, J. (eds.), **Masculinidades: poder y crisis**. Santiago/Chile: Isis Internacional, 1997.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender and Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, Dec. 2005, Disponível em: < > Acesso em: 16 mar. 2012.

- CONNOLLY, Paul. **Racism, gender identities and young children: social relations in a multi-ethnic inner-city primary school**. London: Routledge, 1998.
- DAMICO, José G. S.; MEYER, Dagmar E. E. Constituição de masculinidades juvenis em contextos difíceis: vivências de jovens de periferia na França. **Cadernos Pagu**, v.34, p.143-178, jan./jun. 2010. , acesso em 16/03/2012.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.
- DE PAULA, Claudia R. **Trajetórias de homens negros no magistério: experiências narradas**. Rio de Janeiro: UFF. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- DECUIR-GUNBY, Jessica T.; TALIAFERRO, Jocelyn Devance; GREENFIELD, Derek. Educator's perspectives on culturally relevant programs for academic success: the American Excellence Association. **Education and Urban Society**, v. 42, n.2, p.182-204, jan. 2010, acesso em 24/02/2012 .
- EPSTEIN, Debbie et al. Schoolboy frictions: feminism and failing boys. In: EPSTEIN, Debbie et al. (orgs). **Failing boys? Issues in gender and achievement**. Buckingham: Open University Press, 1998a, p.3-18.
- EPSTEIN, Debbie. Real boys don't work: underachievement, masculinity and the harassment of sissies. In: EPSTEIN, Debbie et al. (orgs). **Failing boys? Issues in gender and achievement**. Buckingham: Open University Press, 1998b, p.96-109.
- FERBER, Abby L. The construction of black masculinity. **Journal of Sport & Social Issues**. V..31, n.1, p.11-24, Feb. 2007. acesso em 09/03/2012 .
- GILBERT, Rob; GILBERT, Pam. **Masculinity goes to school**. London: Routledge, 1998.
- JACKSON, David. Breaking out of the binary trap: boys' underachievement, schooling and gender relations. In: EPSTEIN ET AL. (orgs). **Failing boys? Issues in gender and achievement**. Buckingham: Open University Press, 1998, p.77-96.
- JULIO, Josimeire M.; VAZ, Arnaldo M. Representações de masculinidades latentes em aulas de física do ensino médio. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.42, p. 505-520, set./dez. 2009.
- MACAN GHAHILL, Máirtín. **The making of men: masculinities, sexualities and schooling**. Buckingham: Open University Press, 1995.
- MILNER IV, H. Richard. Race, narrative inquiry, and self-study in curriculum and teacher education. **Education and Urban Society**, v. 39, n. 4, p.584-609 Aug. / 2007. , acesso em 24/02/2012.
- PEREIRA, Fábio H. 2008. **Encaminhamentos à recuperação paralela: um olhar de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- SIMMONS, Lizbet. End of the line: tracing racial inequality from school to prison. **Race & Ethnicity**. v. 2, n. 2, p. 215-241, Spring, 2009. acesso em 23/03/2012 .
- SOARES-FILHO, Adauto M.; SOUZA, Maria de Fátima M.; GAZAL-CARVALHO, Cynthia. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v.16, n. 1, p.7-18, Mar. 2007.
- SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: Sposito, Marília Pontes. **Juventude e escolarização** (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p.7-35. (Série Estado do Conhecimento).
- SPOSITO, Marília. A pesquisa sobre Jovens na Pós-graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In: SPOSITO, Marília (coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social** (1999-2006), v. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.17-57.
- THORNE, Barrie. **Gender Play: Girls and Boys in School**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.
- WARRINGTON, Molly; Younger, Michael. The other side of the gender gap. **Gender and Education**, London, v. 12, n. 4, p. 493-508, Jul. 2000.
- WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA PROBLEMÁTICA DE GÊNERO E O MITO DA MATERNIDADE

Jackson da Silva Leal

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: jacksonsilvaleal@gmail.com

Roberta Adamoli Santin Leal

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: betasantin@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de discutir as questões referentes à problemática de gênero, o imaginário patriarcal e a dominação masculina influenciando nas decisões judiciais de determinação da guarda de filhos, e o papel do Serviço Social frente a essa dinâmica estrutural de conflitualidade e estereotipagem. O referencial teórico utilizado é obtido através de uma análise bibliográfica e a partir de um viés crítico reflexivo. Busca-se, uma releitura do papel e importância do Serviço Social na intervenção conflituosa envolvendo o Direito de Família e os tradicionais papéis femininos.

Palavras-chaves: Serviço social; direito de família; guarda dos filhos; gênero.

Abstract: This paper aims to discuss issues relating to the gender issue, the imaginary patriarchy and male domination in influencing judgments of determining child custody, and the role of Social Services against this structural dynamics of conflict and stereotyping. The Theoretical used is obtained through a literature review and from a critical bias reflective. Search is a reinterpretation of the role and importance of Social Intervention in conflict involving family law and traditional female roles.

Keywords: Social work; family law; child custody; gender.

Breve historia de la civilización

[...] Y en los campos labrados fuimos devotos de las diosas de la fecundidad, mujeres de vastas caderas y tetas generosas, pero con el paso del tiempo ellas fueron desplazadas por los dioses machos de la guerra. Y cantamos himnos de alabanza a la gloria de los reyes, los jefes guerreros y los altos sacerdotes.

Y descubrimos las palabras tuyo y mío y la tierra tuvo dueño y la mujer fue propiedad del hombre y el padre propietario de los hijos.

Muy atrás habían quedado los tiempos en que andábamos a la deriva, sin casa ni destino. [...]

Eduardo Galeano

Introdução

Neste trabalho se enfrenta as problemáticas de gênero inseridas no contexto da sociedade moderna da dominação masculina que influenciam nos processos decisórios de guarda de crianças e adolescentes e o papel do Serviço Social frente a essa dinâmica estrutural de conflitualidade e estereotipagem no que diz respeito ao papel assumido-imposto à mulher na sociedade ocidental moderna e burguesa.

A origem da instigação desta abordagem foi a experiência possibilitada no Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), ocorrendo a percepção de que quem recorria ao Poder Judiciário para obter a guarda dos filhos era a mulher, que após a dissolução da sociedade conjugal, busca no SAJ, por meio do Direito e do Poder Judiciário a oficialização da guarda da prole, cujos já estavam em sua companhia, passando para o Serviço Social para que fosse feita uma análise e avaliação de cada caso e acompanhamento/orientação.

Ademais, pelo fato de também ser mãe, inserida na mesma sociedade moderna patriarcal, que relega e determina contingentes de pessoas a condições de vida, de formação, de trabalho inferiorizantes e personalidades específicas e determinadas, em regra vinculando-as ao imaginário subalterno; papéis aos quais não se pode furtar de cumprir, sob pena de carregar o fardo da responsabilidade pelo insucesso social e suposta degeneração do núcleo da sociedade burguesa – a família patriarcal.

O trabalho primeiramente apresenta de forma breve um histórico das relações de gênero, seu desenvolvimento e estruturação e construção de papéis e estereótipos neste paradigma societário burguês, capitalista e patriarcal, bem como a construção da naturalidade da maternidade para a mulher.

Após, busca-se abordar o processo histórico do Serviço Social e os conflitos que são gerados pelas questões de gênero para a profissão, as mudanças ocorridas no Direito, e em especial no Direito de Família, tanto para a mulher quanto para a criança, modificação de comportamento dos homens-pais em relação aos filhos e as conseqüências disso no mundo feminino, bem como, ainda, a incapacidade ou insuficiência institucional, direito, Poder Judiciário, e até mesmo o próprio Serviço Social em se despir de seus pré-conceitos, e estereótipos, no exercício das suas atividades; e por fim, a incapacidade imanente dessas mesmas instituições, em proporcionar respostas prontas, formatadas e críveis de sentido, para a vida hu-

mana e essas relações sociais (por vezes conflituosas) que são muito mais complexas que as regulamentações que são sempre um tanto autoritárias e redutoras de complexidade.

Assim, se analisa as atribuições do profissional do Serviço Social, quando este é requisitado a subsidiar o juiz na sua decisão com Estudo Social/ Parecer social e/ou Perícia Social, e por último, mas não menos importante o Serviço Social nas questões de gênero e guarda e sua postura frente a essa situação de conflitualidade. Mostrando e argumentando formas de interação com os sujeitos em questão, buscando junto à população formas de inserção social e meios para que seja alcançado o respeito e a igualdade na diferença social entre os sujeitos sociais.

Trabalha-se a partir de uma abordagem eminentemente teórico-bibliográfica, a partir de um viés crítico-reflexivo, e obviamente, sem pretensão de esgotar a temática.

A mulher e sua relação sóciohistórica com a sociedade Varônica

Neste primeiro ponto, é importante trazer, ainda que de forma breve um resgate histórico da dominação baseada no gênero, e da constituição da sociedade moderna sexista. Ainda que já se tenha falado tanto sobre esse resgate, impende insistir, pois, a dominação de gênero não só na contemporaneidade continua vigente, mais ou menos velada, mas, sobretudo, é de fundamental importância demonstrar que ela não é ontológica, mas sim histórica, cultural, e construída, por um paradigma de sociabilidade muito bem delimitado.

Para não proceder a uma análise demasiadamente historicista, estrutura-se esse resgate a partir de dois elementos fundamentais, que é a sua origem (i) político-econômica e (ii) cultural-religiosa.

Ao que diz respeito ao fator político-econômico, aponta-se como construção sócio-histórica que aparta a mulher da estrutura pública a partir do momento em que o homem cerca um pedaço de terra e diz que é seu, em um entendimento eminentemente *rousseauiano*, ou seja, com a instituição da ideia de propriedade privada, a partir da qual, os clãs e tribos, deixam de ser nômades e passam ao sedentarismo (ocupação) e a construção de estruturas políticas hierarquizadas como gênese da sociedade

patriarcal capitalista e toda sua estrutura material e simbólica que permite o confinamento da mulher no lar, cuidando dos filhos, e das atividades domésticas, ficando para o homem as atividades políticas e todo o espaço público. Essa estrutura societal tem como epifenômeno o mito do contrato social (do qual a mulher não fez parte senão na condição de exterioridade e submissão).

Ainda, no que diz respeito a essa estrutura, um elemento político-econômico, de significação patriarcal-capitalista, é que a mulher confinada ao lar e a suas atividades, e encerrada na instituição da monogamia, que tinha como figura econômica a transmissão e proteção da herança (como bem economicamente quantificável – capital), e política o resguardo da honra masculina, que se fazia moeda política de imensa importância em sociedades que não diferenciavam completamente a moral das diversas áreas, tais como o direito e a política.

E ainda, o elemento religioso como principal instituição e que marca o período do antigo regime, no qual se processou o verdadeiro golpe mortal no que diz respeito a essa construção/naturalização da mulher como figura submissa, e, quando não afeita a essa condição, considerada louca ou bruxa.

Assim, a Cristandade como poder máximo, através do fenômeno da Santa Inquisição dizima predominantemente as mulheres como figuras desestabilizadoras do sistema, e aprofunda ainda mais o repúdio à sua cultura, sua história, corrompe seus valores e características, atributos e costumes, transformando-as em loucas, possuídas, bruxas. Neste sentido, ainda segundo Rose Marie Muraro:

De doadora da vida, símbolo da fertilidade, para as colheitas e os animais, agora a situação se inverte: a mulher é a primeira e a maior pecadora, a origem de todas as ações nocivas ao homem, à natureza e aos animais. (2005. p.16)

Passa-se a gerir o verdadeiro demônio desestabilizador da sociabilidade humana, a revolução científico produtiva capitalista que se desenvolve nos séculos porvir, tendo a mulher como seu antagonico e oponente, dentro de casa ou no fundo de um calabouço, simbolizada pela *maldita* Eva das santas escrituras e que a todas condenou eternamente. O calabouço veio com a modernidade, sob a bandeira da democracia, disfarçado de igualdade de escolhas e oportunidades para todos; potencializado pelo fenômeno, não

novo, mas em ampla expansão chamado globalização que extrapola os limites de possibilidades e oportunidades de lucro. Necessitando cada vez mais de demanda, de consumidores desta lógica que não se trata apenas de consumo, mas de uma ideologia de tudo ser quantificável (LEAL, 2013).

Nesta linha a sociedade moderna carrega uma forte carga de dominação, com uma grande força cultural, enraizada nas subjetividades de seus indivíduos que a reproduzem e a transformam em força condicionante. Demonstra de forma muito interessante essa construção e força cultural, um mito utilizado por Pierre Bourdieu, extraída da civilização Cabila onde demonstra bem a ambivalência e estereotipagem negativa dos papéis determinados à mulher:

Foi na fonte que o primeiro homem encontrou a primeira mulher. Ela estava apanhando água quando o homem arrogante aproximou-se dele e pediu de beber. Mas ela havia chegado primeiro e ela também estava com sede. Descontente, o homem a empurrou. Ela deu um passo em falso e caiu por terra. Então o homem viu as coxas da mulher, que eram diferentes das suas. E ficou paralisado de espanto. A mulher, mais astuciosa, ensinou-lhe muitas coisas: 'deita-te, disse ela, e eu te direi para que servem teus órgãos'. Ele se estendeu por terra. Ela acariciou seu pênis, que se tornou duas vezes maior, e deitou-se sobre ele. O homem experimentou um prazer enorme. Ele passou a seguir a mulher por toda parte, para voltar a fazer o mesmo, pois ela sabia mais coisas que ele, como acender o fogo etc. Um dia, o homem disse à mulher: 'Na fonte, és tu (quem dominas); na casa, sou eu'. (BOURDIEU, 2005, p. 28)

Para o sistema patriarcal a mulher ideal era aquela que a única atenção fosse voltada para o ambiente doméstico, e que fosse privada de toda razão e paixão (exceto aos filhos). Começa-se a visualizar a criação e os motivos dessa criação cultural do mito (naturalizado) da boa mãe; criações de mitos culturais que viriam a fechar a mulher e o dever-ser-mãe dentro do lar, e longe das questões públicas, da discussão, das decisões, do questionamento. O fato de ser mãe seria tão natural, quanto à posição social e familiar que assume estas em decorrência daquela e vice-versa, sendo construído e introjetado de tal forma profunda e complexa nos corpos que os mesmos se perdem nos fundamentos legitimadores e fundantes dos papéis sexuais e sociais. Situação essa, relativa à criação da mãe, muito bem demonstrada por Monique Wittig:

a necessidade de procriação é absorvida pelas mulheres como uma necessidade natural, o que obscurece a questão da gravidez sucessiva, de uma maternidade forçada pelas leis e pelos costumes, pois somos programadas para produzir e desejar crianças. (...) em seu livro *As guerrilheiras*, vemos o assalto das mães, que tomam o lugar das Amazonas livres, alegres e independentes (...) instaurou o poderoso reino das mães, criando o mito da “mulher” e, ainda melhor, a “verdadeira mulher. A mãe e a esposa, aquela que encarna a diferença, aquela que aceita a marca da especificidade, aquela que assume a inferioridade e não existe senão para e pelo olhar do outro (apud SWAIN, 2004, p. 98).

Neste contexto e processo histórico, multifacetado, sociocultural e político-jurídico que se dedica atenção a figura e papel social a que se atribui/aprisiona a mulher na sociedade moderna burguesa – a instituição naturalmente artificial da maternidade e a posição social que essa condição implica.

Ser mãe, natural ou uma opção?

Diferentemente do que a maioria da sociedade imagina e/ou acredita, a mulher nem sempre se identificou com a idéia da chamada naturalidade à maternidade ou de seu papel natural. Elisabeth Badinter (1985, p.145) escreve que:

após 1760 abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes’ordenam’amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho’

Isto porque logo que nasciam as crianças eram entregues a amas-de-leite, sendo criadas por estas, muitas das crianças não resistiam aos péssimos cuidados e pereciam. Entregar os filhos e deixá-los aos cuidados de amas era um costume que estava por ser eliminado.

A partir do séc. XVIII que surge a preocupação com as crianças que são deixadas aos cuidados de amas, e desta surgem três tipos de discurso construídos e utilizados na tentativa de fazer com que as mulheres voltassem a ser verdadeiras mães, ou seja, aquelas que amamentam, davam

carinho, zelavam pelo bem-estar e saúde de seus filhos prioritariamente. Os três discursos se classificam como o econômico, filosófico e um terceiro exclusivo às mulheres¹.

De forma sucinta, os três discursos: (1) o econômico: visava que, se a mãe cuidar de seus filhos e amamentá-los, eles terão uma maior chance de sobrevivência diferentemente se estas entregarem seus bebês recém-nascidos a amas de leite como era de costume. Assim o Estado lucraria, pois diminuiria suas despesas com alimentação dada às crianças abandonadas (que eram deixadas com amas de leite e suas famílias nunca mais as procuravam) até o seu falecimento. Tal discurso não visava o bem estar infantil e a diminuição da mortalidade e sim ao interesse do Estado “a verdade é que a criança, especialmente em fins do séc. XVIII adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é potencialmente, uma riqueza econômica” (BADINTER, 1985, p.153) e também, “ela se transforma num investimento lucrativo para o Estado, que seria tolice e ‘imprevidência’ negligenciar. Essa nova visão do ser humano em termos de mão-de-obra, lucro e riqueza, é a expressão do capitalismo nascente” (BADINTER, 1985, p. 160).

(2) O discurso filosófico por sua vez, propagou-se, no período do Iluminismo, propondo duas ideias para o desenvolvimento do amor materno: as ideias de igualdade e de felicidade individual. A igualdade a qual o discurso militava não era aquela entre o homem e a mulher e sim entre os homens (igualdade de ordens), e não reivindicava igualdade política entre o homem e a mulher, e sim uma modificação nas relações e condições entre pai, mãe e até mesmo da criança. No que concerne à questão da amamentação ser considerada naturalmente feminina, ou seja, intrínseca a ela, um importante aspecto não pode deixar de ser comentado, que é o do seu egoísmo materno, pois antes da mãe pensar no bem que o seu leite proporciona ao seu filho recém-nascido, ela apenas contém o desejo e necessidade de livrar-se das dores ocasionadas pela produção do leite, posteriormente por hábito ela afeiçoava-se a ele e daí então nascia à ternura materna, portanto passava a amamentar não por sua própria necessidade e sim pela do seu filho, neste sentido:

todos que discorreram sobre o amor materno e a dedicação espontânea da mãe pouco falaram sobre esse aspecto das coisas. Esqueceu-se que o aleitamento era em primeiro lugar mais o efeito do egoísmo materno, do que do seu altruísmo (BADINTER, 1985, P. 165).

¹ Para saber mais: BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno (1985).

Contudo, ainda as mulheres mostravam-se relutantes para desempenhar o papel de mãe admirável, tudo isso foi apenas o início, ou seja, foi para que as mulheres já mães começassem a ter um maior interesse pela prole que se dedicassem a eles, e para as não mães que começasse a despertar o interesse em ter filhos e serem ótimas mães.

(3) Por fim o terceiro discurso exclusivo às mulheres procurou ressaltar a funcionalidade do corpo da mulher deixando de lado a conotação sexual dos seios da mulher e repreendendo-a, dizendo que eles não foram feitos para que a mulher obtenha beleza e nem mesmo para satisfazer os desejos do marido, tal discurso colocava que a natureza os fez para satisfazer a criança que deles se alimentam, sendo assim os pensadores logo colocaram o lado prático e fisiológico para comover as mulheres.

a mulher não deve se envaidecer ou extrair prazer de seus órgãos, pois sua função essencial é nutrícia. A natureza criou a fêmea, antes de mais nada, permitindo-lhe alimentar o filho com o próprio leite. Ai daquelas que o esquecessem! (BADINTER, 1985, p. 183).

Embora tenha sido de forma insistente e até mesmo repetitivo os discursos moralistas, pensadores, e outros tantos que proclamavam modificações comportamentais da forma como a mulher deveria agir e submeter-se ao marido e dedicar-se aos filhos, essa modificação se deu de forma lenta e gradativa.

Todavia, mesmo que tenham sido influenciadas pelo discurso da *boa mãe*, fatores alheios influenciaram também na decisão das mulheres, que era a posição social, o fator econômico e a esperança ou não de desempenhar um papel com maior importância tanto no seio familiar quanto na sociedade. Focando as classes privilegiadas as mulheres ao aceitar assumir a educação dos filhos aprimoravam sua posição pessoal, pois além de deter o poder sobre os bens pessoais da família, que já o detinha há algum tempo, dados os longos períodos de guerra; acrescentou-se o poder sobre os filhos, por consequência tornava-se o eixo da família, "responsável pela casa, seus bens e suas almas, a mãe é a sagrada 'rainha do lar'" (BADINTER, 1985, p. 222).

As classes desfavorecidas tiveram um atraso relevante sobre a nova moda a da *boa mãe*, podendo ser compreendido, pois, essas mulheres trabalhavam na lavoura para ajudar o marido, ou também para serem amas de leite, para auxiliar no sustento da casa. Essas mulheres não tinham tempo para cuidar dos filhos e muito menos se dedicar a eles proporcionando o

proclamado *amor materno*; “o filho continua sendo um fardo pesado, de que ela tem muitas vezes vontade de se livrar, primeiro entregando-o a ama, e mais tarde, quando cresce, mandando-o embora” (BADINTER, 1985, p. 224).

Assim, o discurso da maternidade ser natural e intrínseca à mulher foi aceito e adotado. Apenas no final do século XIX, deu-se início a uma *nova era* com a maternidade, onde se passou de um modelo tradicional (mulher = mãe com muitos filhos) para um modelo moderno (não cabe à mulher apenas o papel de mãe, mas com possibilidades/obrigação/necessidade para outras tarefas) que se consolidou com a industrialização.

No século XX, as mulheres começam a ter um maior acesso a educação e a informação, começando a ocupar um maior espaço no mercado de trabalho, mas não deixando de lado suas tarefas como mãe. De fato, a maternidade deixou de ser uma decisão natural, passando a ser uma decisão reflexiva, onde se começa a levar em conta as condições econômicas, sociais entre outras questões que não são apenas tomadas pela mulher, mas sim pelo casal, mas ainda com certa preponderância da decisão do marido².

Com a modernidade e suas tecnologias, sobretudo da medicina, a mulher foi fortemente *privilegiada*, pois com os métodos contraceptivos e também os conceptivos, ela passou a ter a escolha de tornar-se mãe ou não. Porém, o uso de métodos para interromper uma gravidez, como o aborto não é novo na sociedade. Segundo Shorter:

As mulheres sempre tiveram a possibilidade de acabar com uma gravidez indesejada, principalmente pelo meio de drogas abortivas. Algumas dessas drogas eram muito perigosas e precisava uma vontade firme para usá-las. Assim, o aborto foi quase sempre um ato desesperado (*Apud* SCAVONE, 2001, p.50).

Pode-se dizer que tal ato ocorria com mulheres que ou já tinham um número expressivo de filhos ou então com solteiras, pois a gravidez era ultrajante para a época se a mulher não fosse casada – uma imoralidade na sociedade burguesa, patriarcal e monogâmica.

Nas modernas sociedades industrializadas, com a alternativa de escolher o momento mais propício para se ter um filho, ou retardando a idade das mulheres para a maternidade ou até uma possível recusa em ser mãe, todas estas possibilidades citadas deram espaço para a *escolha*.

² Para saber mais: SCAVONE, Lucila. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. In: <http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf>.

A mulher é motivada ou não a ser mãe, por diferentes fatores; biológico, social, político ou cultural; um desejo exacerbado pela reprodução, a necessidade de uma maior valorização no seio familiar e/ou perante a sociedade, bem como a adaptabilidade e aceitabilidade ao mercado de trabalho.

Foi com a pílula contraceptiva um dos controles de fecundidade mais eficaz, que as mulheres tiveram a grande chance para a escolha da maternidade, onde a pílula foi socialmente aceita.

O direito à gratuidade de tal medicamento foi resultado da luta dos movimentos feministas, em muitos países especialmente na Europa. Já no caso do Brasil foi como uma política social, com o objetivo de controle de natalidade.

Nos anos 70 e 80 (séc. XX), com o aumento expressivo de movimentos e reivindicações feministas, criticando o significado da maternidade, comprovando com seus estudos que uma das causas das desigualdades de gênero era a maternidade, pois se considerava que era a forma de oprimir as mulheres, já que determinava o posicionamento da mulher tanto na vida familiar como na social.

Todo movimento feminista em torno da maternidade foi para, conscientizar as mulheres de que não é necessário ser mãe para ser mulher, e isto consistia em uma tentativa de romper com o biológico da mulher de perpetuar a espécie, visto que isso era uma justificativa das desigualdades entre homens e mulheres.

Entretanto, em outro momento o problema não estava na negação da maternidade e sim na divisão das responsabilidades entre pai e mãe. Segundo Dandurand:

As posições das mulheres sobre a maternidade se situam num contínuo entre dois pólos: um, no qual, a condição materna é vista como exasperante exigente ou mesmo destruidora; o outro, na qual ela é apresentada como única rica e insubstituível (*Apud* SCAVONE, 2001, p. 53).

Sendo assim, a maior transformação no que diz respeito à maternidade não apenas para a mulher, mas para a sociedade como um todo, foi o rompimento com o determinismo biológico, separando a reprodução da sexualidade, pelos métodos contraceptivos e também conceptivos, denunciando a construção cultural da imagem mulher/mãe. Mesmo as-

sim ser mãe continua sendo um forte elemento tanto da cultura como da identidade feminina.

A mulher e seu espaço na sociedade contemporânea

A luta das mulheres pela conquista da igualdade de gênero seja no meio profissional, social, e familiar está cada vez mais intensa. Uma forma de inclusão que as mulheres encontram é a política, não só entender, mas participar é a busca de um engajamento político para difundir seus ideais. Uma das maiores conquistas das mulheres foi sua entrada na política, e um dos lugares que fora conquistado foi o poder legislativo, após essa conquista as mulheres lutam por algo mais visível, “Hoje, além da luta das mulheres pelo acesso ao poder legislativo, outras lutas por níveis de paridade começam a se fazer visíveis nos demais poderes constituintes de Estado: o Executivo e o Judiciário” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.170).

A participação feminina na esfera política, é um meio de sua voz a ser ouvida por todos, é a chance que tem de poder melhorar a situação das mulheres. Assim, a participação na política não é apenas um direito, mas também uma grande necessidade, pois a política é basicamente um espaço de acumulação de forças com vistas a alcançar metas estratégicas. A participação feminina deve ocorrer em todos os níveis da sociedade, não apenas na política/cidadania, mas, também, no meio econômico, científico e tecnológico.

Um dos requisitos principais para que a mulher tenha credibilidade na sociedade patriarcal, e consiga ocupar um papel social, no mundo público, historicamente masculino, é o papel que desempenha no seio familiar, demonstrando, ainda, marcas de introjeção patriarcal muito profundas, o que lhe acarreta a reprodução de discursos sexualizantes. Como coloca a então prefeita de Natal RN:

Hoje, as mulheres sabem que, para serem notadas, precisam não só de competência intelectual e profissional, mas ainda que sejam mais arrumadas e mais bonitas que o homem. As mulheres precisam estar sempre bem vestidas, tem de ser boas mães e boas esposas, enfim, cumprirem coisas que contam para serem consideradas dignas (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.181).

Mesmo com os avanços nas legislações, não houve emancipação da mulher, na verdade o que ocorre é que ela passou a ter uma maior liberdade e igualdade. Mas nessa sociedade capitalista a mulher além de estar condicionada à submissão ao homem, passa a se submeter também ao sistema econômico.

Muito embora o mercado de trabalho esteja se ampliando para as mulheres, e que isto esteja afetando e provocando modificações nas tarefas domésticas e ainda que esteja aumentado o número de mulheres exercendo carreiras técnico-científicas; mesmo assim elas estão condicionadas ao sistema de dominação. Um exemplo disso está na inferior remuneração da mulher que exerce a mesma função que o homem, nos índices de desemprego, a uma maior ligação às atividades ligadas ao lar, seja serviços sociais, educativo (...).

Estas situações são as conseqüências da opressão que as mulheres sofreram ao longo da história ocidental moderna, que, conforme a cultura são mutiladas e subjugadas; são as mulheres que carregam o maior peso da pobreza que atinge hoje 2/3 dos habitantes da terra³.

A mulher quando ingressa no mercado de trabalho, reveste-se em uma capa masculinizada, deixando de lado traços característicos de sua feminilidade outorgada; quando não usam desse revestimento masculino permanecendo estáticas, são inaptas às funções de maior complexidade e importância. Portanto a mulher está condenada a se ver, se perceber e se moldar dentro dos padrões dominantes, ou seja, masculinos.

Além de terem de provar sua capacidade intelectual ao ocuparem um cargo tanto na política quanto em outra área do mercado de trabalho, a mulher ainda sofre com o preconceito. Pelo depoimento da então prefeita, vê-se que está no imaginário das mulheres (assim como dos homens), e que infelizmente ainda impera resquícios daquele velho discurso da boa mãe e esposa, que não importa o poder que a mulher conquiste, ela sempre terá que provar que além de ser uma boa profissional ainda é uma ótima mãe e esposa, o que remete a sobrecarga a qual a mulher esta submetida, fazendo referência à dupla jornada de trabalho (espaço público + doméstico). Sobrecarga esta a qual os homens não são submetidos, pois a ele não cabe o espaço doméstico que fora pré-estabelecido culturalmente, mas que também a ele cabe modificá-lo.

³ LAPUENTE, Chusa Lamarca. Ella para él, él para el Estado y los tres para el Mercado . In: <http://www.hipertexto.info/desglobaliza/ellapael.pdf>

Por mais que a luta das mulheres busque, a igualdade na diferença para com o homem e porque não dizer para com a sociedade também. A plena participação só será possível “se a mulher se desembaraçar dos preconceitos tradicionais que a restringem à maternidade, à obediência ao marido e ao trabalho doméstico” (ARTHUR, 2003. p. 396).

De um histórico de assistencialismo ao moderno serviço social inserto na conflitualidade do direito de família

O Serviço Social teve sua origem fundada num projeto hegemônico burguês, com proteção da igreja e respaldo do Estado. Criado como uma estratégia de desmobilização para evitar possíveis revoltas por parte do proletariado representava ser uma profissão com interesses nas classes subalternas e, assim, mascarava suas reais intenções, que se vinculavam ao controle social com assistencialismo.

Neste momento, o referencial teórico com o qual se embasava o Serviço Social, era de origem européia, trazendo para a profissão no Brasil as mesmas funções que exercia nos países já estruturados capitalistas, que eram a alienação tanto das ações quanto dos sujeitos, ação imediata, caráter paliativo, funcionalismo e o assistencialismo.

Na década de 1970 se iniciou um movimento de reconceituação na América Latina, questionado os fundamentos teóricos, ideológicos e metodológicos da profissão, bem como sua direção social. Segundo Iamamoto, desde seu início este foi um:

[...] movimento de denúncia - de autocritica e de questionamentos societários - que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (2008, p.207).

Rompendo com as ações alienantes da profissão, começou-se uma nova fase, aliou-se às classes trabalhadoras, além de adquirir consciência política, social e crítica, melhorando assim a visão e compreensão sobre as diferentes expressões da questão social, as quais se apresentam mais complexas à medida que as transformações decorrentes do capitalismo se agravam e se ampliam.

Atualmente busca-se formar um profissional que rompa com velhos estereótipos da profissão, que deixe de lado a visão isolada e focalizada apenas em executar diligências e programas e que, além de desenvolver um trabalho de execução de políticas públicas, seja propositivo, um formulador e pensador de tais programas, discussões, problematizações e questionamentos.

Como o profissional atua em instituições, e estas, por sua vez, têm suas regras, atividades preestabelecidas, trabalhos burocráticos, e tendo ele como exercício da profissão dentro da instituição:

[...] uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2008, p.21).

Como leciona lamamoto (2008), o profissional tem na sua função a busca de formas/estratégias de ação para que possa desenvolver um trabalho solidificado nas necessidades da população. E, precisa manter um bom relacionamento/articulação com a instituição em que trabalha e assim encontrar brechas para a sua ação, propondo novas alternativas, elaborando projetos, enfim, conquistando um maior espaço e respeito dentro da instituição. Como propõe Yolanda Guerra:

É atuar sobre as limitações, com uma modalidade de razão que mantenha seu foco voltado às finalidades e não apenas para as dificuldades; e ainda, que ao se defrontar com elas possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para o alcance da finalidade. Assim, o método converte-se em projeto e a razão em potencia, a mobilizar as condições objetivas da realidade (2007 p.30-31).

Encontrando nas limitações que vão dar embasamento para a sua ação atuando de forma contrária ao pré-estabelecimento de regras e estereótipos existentes na realidade da sociedade; agindo e trabalhando suas questões de forma criadora; interagindo com os sujeitos que buscam os seus serviços.

Porém, como coloca lamamoto, deve-se ter cuidado com o que ela chama de *messianismo profissional*, ou seja, o cuidado que se deve ter ao enxergar o Serviço Social de forma heróica, pois essa visão “[...] reforça unilateral-

mente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social” (IAMAMOTO, 2008, p.22).

Portanto, não se restringir a modelos políticos, econômicos, sociais, enfim a modelos preestabelecidos, buscando alternativas viáveis, construindo novos caminhos para amenizar as desigualdades, juntamente com a população, respeitando-os em suas limitações, visto a realidade individual onde cada um se insere; e assim, trabalhando juntos para a modificação de padrões de comportamento já preestabelecidos culturalmente pela sociedade moderna e capitalista que estima comportamentos e estereótipos para que os sujeitos sejam aceitos e inseridos nessa sociedade estruturada a partir de pré-conceitos, onde o importante não é ser e sim parecer. Conceitos esses que atingem as mulheres, quando estas já não conformadas com o papel que a sociedade deseja que desenvolvam, vão para as ruas manifestar os dissabores que o *ser mulher* lhes ocasiona.

Porém, um dos maiores desafios do assistente social não é dizer o que deve ser feito, mas sim apontar caminhos/escolhas, ser um agente ativo, participativo dos movimentos, que buscam a igualdade na diferença, relação pautada pelo reconhecimento.

O direito de família e os papéis pré-estabelecidos

No século XX ocorreram grandes transformações na família; esta deixa de ser (como regra) chefiada pelo homem com a colaboração da mulher e passa a assumir um novo perfil, baseado na igualdade (ao menos plano jurídico-formal). Tanto a mulher quanto a criança “tornam-se focos de atenções e Leis amparadoras de seus direitos” (LEVY, 2008, p.13).

Assim nos deparamos com um novo perfil familiar. A mãe estuda, insere-se no mercado de trabalho, paga as contas. O pai é atuante nos cuidados com os filhos, troca fraldas, esquenta mamadeiras, freqüenta reuniões pedagógicas e não tem vergonha de alardear aos quatro ventos suas habilidades até então ditas maternas. (LEVY, 2008, p.14)

Embora venham ocorrendo transformações nas relações de gênero no que diz respeito à guarda dos filhos, o papel-homem-pai participativo nas relações domésticas continuam, na melhor das hipóteses, uma mera colaboração, haja vista que o sobrecarrega em sua posição de mantenedor econômico da família.

Ainda no que diz respeito ao avanço do papel mulher-mãe, igual em direitos, verifica-se uma sobrecarga de estereótipos e obrigações. A obrigação de cuidar dos filhos, que continua sendo sua função primordial, e, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho sob condições desfavoráveis e sob o argumento de que o fruto de seu trabalho é um mero complemento da renda familiar e a sua conseqüente desvalorização, ainda que em muitos casos seja a principal ou única mantenedora do lar – ocorrendo uma dupla ou múltipla jornada.

Referenciado neste contexto, no presente capítulo serão abordadas as importantes mudanças ocorridas no Direito de Família, especialmente em relação à mulher e a criança, abordar-se-á, também, a questão da guarda e seus atuais conflitos devido às mudanças comportamentais do homem em relação à prole.

Um grande marco jurídico para a mulher foi o Estatuto da Mulher Casada, a Lei nº 4.212, de 27/8/1962, o qual trouxe importantes mudanças no tratamento legal das relações/direitos entre os cônjuges; as principais foram: a modificação do artigo 380 do Código Civil de 1916, conferindo o pátrio poder aos pais, embora a atribuição do exercício fosse dada ao pai, restando à mãe o papel de colaboradora, porém a última palavra era sempre a do varão, dando continuidade ao sistema patriarcal; alteração do artigo 393 do Código Civil de 1916, permitindo que a mulher que contraísse novas núpcias não perderia o pátrio poder dos filhos do casamento anterior. Segundo Pereira ela (a mulher) também:

[...] deixou de ser relativamente incapaz; não mais dependeu do consentimento do marido para aceitar ou repudiar herança [...]; passou a poder propor ação judicial sem anuências do esposo; não mais precisava se submeter à vontade do marido no tocante ao exercício da profissão; domicílio conjugal não mais seria fixado soberanamente pelo homem [...] (2004, p.64)

Mas, mesmo com estes avanços, a situação jurídica da mulher ainda era de subordinação. Permaneciam dispositivos do Código Civil de 1916 que a colocavam em desigualdade e subordinada ao marido. Com o advento da Constituição Federal de 1988, que *estabeleceu* a igualdade jurídica entre o homem e a mulher. Esses dispositivos não puderam ser aplicados, já que entravam em conflito com a Carta Magna. Esta também instituiu o princípio da proteção integral da criança e adolescente, disposto no artigo 227:

é dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade... a convivência familiar... colocá-los a salvo de qualquer negligência... crueldade e opressão (Constituição Federal de 1988)

Em 1990 entra em vigor a Lei n.º 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituindo o princípio da proteção integral dos seres em desenvolvimento.

No tocante à guarda, passa a ser de extrema importância que os magistrados tenham a plena convicção de que o genitor escolhido é aquele que tenha as melhores condições para dar suporte psicológico e moral à criança, pois, segundo Cleber Affonso Angeluci, “é na infância que surge no ser humano a mais importante e radical ocorrência no processo evolutivo, isto é, a autoconsciência” (2006, p. 44-5). O ambiente (formas de tratamento, afetuosidade...) no qual a criança habita está diretamente ligado ao autoconhecimento da mesma, que é de responsabilidade do genitor que detém a guarda material, e a este cabe assegurar a dignidade e o respeito à criança.

A guarda como um instituto a ser desvelado.

Parte-se do conceito de guarda de Fernanda Rocha Lourenço Levy: “a guarda em sentido amplo é ter o filho em companhia e sob vigilância. Temos o que a doutrina denomina de guarda jurídica, que inclui no seu bojo o direito-dever dos pais de ter os filhos em companhia em períodos contínuos ou descontínuos” (2008, p.31). Ou, também, segundo Silvana Maria Carbonera:

[...]na perspectiva do Direito de Família, ela poderia ser compreendida como um instituto jurídico através do qual se atribui a uma pessoa, o guardião, um complexo de direitos e deveres, a serem exercidos como o objetivo de proteger e prover as necessidades de desenvolvimento de outra que dele necessite, colocada sob sua responsabilidade em virtude de lei ou decisão judicial (*apud* LEVY, 2008, p. 43).

Dentre os modelos de guarda que são propostos e/ou visam o melhor interesse da criança temos: a) guarda unilateral – quando o genitor que exerce a guarda continua, detém a maior parcela do conteúdo do poder familiar (guarda, educação, criação...) e ao guardião descontínuo cabe o de-

ver/direito de fiscalização e de visitas; b) guarda compartilhada – quando a participação dos pais na vida dos filhos se dá de maneira igual; um dos genitores detém a guarda material, ou seja, o filho reside com um deles, porém a participação dos pais ocorre de forma igualitária, tendo o genitor descontinuo o livre e constante acesso ao filho. Este modelo ainda está em processo de aceitação, pois advém de uma recente lei, a qual pende de visualização de seus efeitos práticos e reflexos na vida do infante.

Uma das modificações ocorridas nas relações familiares é o maior interesse do homem em relação à guarda dos filhos. Antes a ele cabia apenas proporcionar à prole condições materiais (habitação, alimentação, vestuário, educação e etc.), a afetividade era papel da mãe; contemporaneamente ele não mais se conforma com o fato de ser apenas o genitor descontinuo, ou seja, ter horários, dias certos para visitas, finais de semana pré-estabelecidos para ficar com o filho, fato que até pouco tempo atrás era considerado normal, pois o homem não admitia para si e para a sociedade a sua capacidade e vontade de exercer os cuidados da prole, por vergonha e por acreditar ser esse um papel puramente feminino – o seu papel de varão, do qual o homem também é vítima no sistema patriarcal.

Felizmente, o homem descobriu o sabor de uma nova paternidade. Tornou-se pai participativo. Como conseqüência, não admite se ver privado da convivência com os filhos em razão do rompimento de sua relação conjugal. Sente-se injustiçado por não ter acesso livre e ilimitado a seus filhos. E luta por este direito. Quando encontra resistência por parte da mãe de seus filhos, não se resigna, busca auxílio, chega ao tribunal se preciso for. (LEVY, 2008, p.2)

As mulheres, por sua vez, estão perdendo espaço e se sentem ameaçadas pelo fato do homem estar assumido seu papel de pai. Embora tenham conquistado espaço no âmbito profissional e financeiro, não admitem perder o total controle da criação dos filhos. Conseqüência da cultura na qual foram criadas, “[a mulher] Sente-se culpada, sofre preconceitos e pode ainda, em certas circunstâncias sociais, ser taxada de péssima mãe, quando simplesmente divide esta atribuição com o pai de seus filhos” (LEVY, 2008, p.2).

O fato do homem-pai estar querendo e buscando a guarda dos filhos aumenta ainda mais a preocupação dos juízes em conceder a guarda a quem detiver as melhores condições para exercê-la, sempre visando o melhor interesse da criança de acordo com o Novo Código Civil, em seu art. 1.584 “Decretada à separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as

partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la” (Lei 10.406 de janeiro de 2002, que entrou em vigor em janeiro de 2003). A referida melhor condição para o cuidado com o infante e o conseqüente direito-dever a guarda pode ser apurado, segundo Levy, a partir de critérios como:

- a) habilidade dos pais em cuidar e promover o desenvolvimento sadio dos filhos;
- b) tempo que os pais pretendem dispensar aos cuidados dos filhos;
- c) figura primária de referência. Vínculo de afeto;
- d) atitudes pregressas dos pais em relação aos filhos;
- e) disposição de cooperar com o outro genitor a bem dos filhos;
- f) estado emocional dos pais;
- g) motivos pelos quais os pais pretendem o exercício da guarda exclusiva;
- h) conceito que os pais desfrutam no meio social em que vivem;
- h) condições financeiras dos genitores (2008, p.103).

Critérios subjetivos e simplificados, que, dada a multiplicidade e complexidade da vida e conflitualidade moderna não são capazes de dar conta dos interesses e relações que envolvem a criança e o adolescente.

Tratando-se de separação litigiosa, em que não há acordo entre as partes sobre a guarda dos filhos, uma equipe interdisciplinar é convocada para fazer um estudo pericial: “o exame pericial é um meio de prova utilizado pelo juiz a fim de auxiliá-lo na formação de sua convicção, quando a prova do fato necessitar de conhecimentos técnicos ou científicos de outras áreas de conhecimento (LEVY, 2008, p.112)”.

Esta equipe normalmente é composta por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, motivo pelo qual será abordado, a seguir, o papel do Serviço Social e os elementos/instrumentos com que opera e a partir dos quais conhece/reconhece a realidade do caso.

O Serviço Social e seu papel no processo de determinação da guarda.

Nas questões jurídicas que são referentes à criança e ao adolescente, é inquestionável a importância e a necessidade de um Estudo Social, Parecer e/ ou Perícia Social do caso, pois a partir do diagnóstico destes, o posicionamento e a visão do juiz pode se tornar mais específica. A partir das entrevistas, observações, e documentos pesquisados pelo assistente social é construído um histórico sobre importantes dimensões, sobre os genitores que buscam a guarda da prole e também sobre a criança em questão;

a partir deste documento, muitas vezes o profissional faz apontamentos relevantes, que podem vir a subsidiar o juiz em sua sentença.

O profissional do Serviço Social, quando solicitado pelo juiz para atuar conjuntamente com uma equipe interdisciplinar (ou não) nos processos de guarda, fornecendo subsídios para a decisão judicial. Normalmente são profissionais que já atuam no Poder Judiciário, ou assistentes sociais nomeados como peritos (dativos). Este profissional tem como instrumento de trabalho o Relatório Social e/ou Laudo Social ou o Parecer Social bem como a Perícia Social (denominação geralmente definida nesse espaço de atuação), “transformando-se em instrumentos de poder, ou num saber convertido em poder da verdade, que contribui para a definição do futuro de crianças, adolescentes e famílias (CFESS, 2003, p.28)”.

Este trabalho que o profissional desenvolve está previsto no Código de Ética do Serviço Social, introduzido pela resolução nº 273 de 15 de março de 1993, em seu capítulo VI, no artigo 19, o qual dispõe: “apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito, ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos constituídos nesse código”.

O assistente social, quando convocado a participar de um processo de determinação de guarda, interpreta e verifica o histórico de vida dos envolvidos, seu estado emocional e suas relações de afinidade de afetividade, a situação econômica, ou os meios que possibilitem ao genitor contínuo prestar o suporte de educação (formal e informal, incluindo-se nesta a formação moral), de saúde, moradia, alimentação. O que lhe faz organizar as informações e sentidos, a partir da imagem que tem do mundo, que é sexista, machista, e patriarcal, fazendo-se com que se reproduza a ideia do dever-ser mãe, da boa mãe, e todos os estereótipos, pré-conceitos e responsabilidades que isso acarreta à mulher, das quais não pode se furtar em cumprir, sob pena de ser considerada inapta para a maternidade, ou mesmo como doente, ou oferecedora de risco, ou mesmo exemplo de imoralidade, em uma sociedade ainda fortemente marcada por um moralismo vitoriano, no qual a mulher pode ser o símbolo, mas facilmente se transformar em algoz.

Assim verifica-se a argumentação dos Tribunais⁴, quando da determinação da guarda, e a retomada desses discursos sexistas atribuídos de papéis.

⁴ Jurisprudência obtida junto aos tribunais de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e de Santa Catarina, referentes à julgados em segundo grau (recursal).

APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA PROTETIVA. ECA. MENOR EXPOSTA, [...] Situação de fato em que a menor foi abrigada por meio de medida protetiva ajuizada antes mesmo do seu nascimento, em decorrência de verificada **exposição a graves situações de risco pela mãe biológica desde a gestação, agressora e que por sua vez sofria agressões de seu companheiro, também havendo evidência de que seja ela usuária de álcool e substâncias entorpecentes, não apresentando condições de cumprir com os deveres decorrentes do poder familiar,** [...] Estudo social e psicológico favorável à medida. [...] (Apelação Cível Nº 70050196195, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolará Medeiros, Julgado em 08/05/2013)

[...]

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ECA. DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E MANUTENÇÃO DA GUARDA POR FAMILIARES [...] **verificado seu completo abando no pela mãe biológica - usuária de drogas. Ausência de vínculos afetivos com a genitora e desenvolvimento de referência afetiva com os atuais guardiões disponibilizados na família extensa das infantes. Mãe biológica que evidencia negligência em relação aos deveres decorrentes do poder familiar,** [...]. (Apelação Cível Nº 70052419744, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolará Medeiros, Julgado em 08/05/2013)

[...]

APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA PROTETIVA EM FAVOR DE NASCITURO. ECA. ABANDONO DE MENOR PELOS PAIS BIOLÓGICOS. ABRIGAMENTO COM VISTAS À ADOÇÃO. [...] **em decorrência do abandono pelos pais biológicos, sendo a genitora usuária de substâncias entorpecentes (crack), não apresentando condições de cumprir com os deveres decorrentes do poder familiar, não havendo prova nos autos de alteração positiva dessa situação, tampouco condições de manter a criança inserida no núcleo familiar dos genitores (família extensa), dadas as circunstâncias que ilustram o caso concreto. Estudo social e psicológico favorável à medida.** [...] (Apelação Cível Nº 70053268694, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolará Medeiros, Julgado em 08/05/2013)

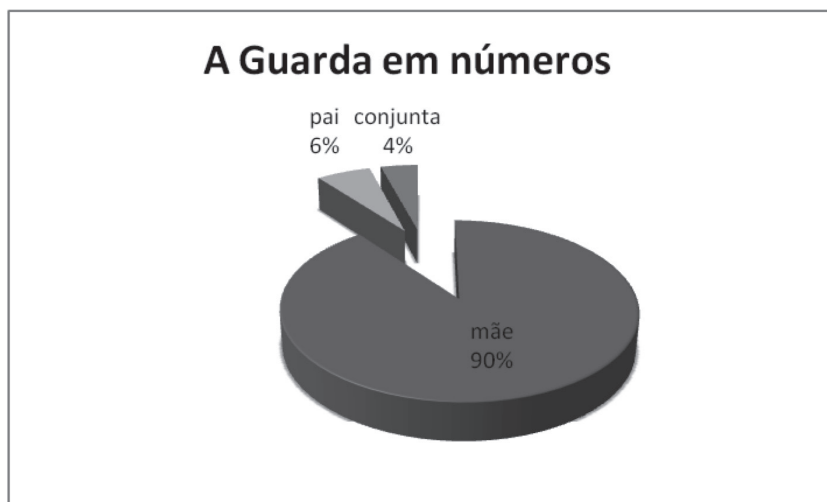
[...]

APELAÇÃO CÍVEL - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA EM AÇÃO DE GUARDA/MODIFICAÇÃO DE GUARDA PROPOSTA PELO PAI DO INFANTE – [...] questão controvertida suficientemente elucidada - autor que sustenta a ausência de condições da mãe biológica, dita alcoolista, para ter o filho sob sua responsabilidade, destacando o seu comportamento imoral, e apontando negligência nos cuidados para com a prole - acusações desprovidas de substrato probatório hábil a impor o acolhimento do pedido de modificação da guarda – [...] (TJSC, Apelação Cível n. 2011.068000-8, de Presidente Getúlio, rel. Des. Luiz Fernando Boller , j. 09-02-2012)

[...]

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA. GUARDA PROVISÓRIA DO FILHO MENOR DEFERIDA EM FAVOR DO PAI EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Concessão de efeito suspensivo à decisão agravada para restabelecimento da guarda à mãe, portadora de transtorno afetivo bipolar. Estudo social, avaliação psicológica e laudo pericial psiquiátrico que indicam que a doença da genitora está sob controle por tratamento médico regular. [...] (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2009.036906-6, de Blumenau, rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 03-03-2011)

Assim, verifica-se o quanto o laudo social e o trabalho-saber do assistente social se faz importante na delimitação da guarda e o quanto este pode ser emancipador (rompendo com os papéis sexistas) ou mesmo, quanto esse pode ser tradicional (introjetada a própria condição de gênero que reproduz imperceptivelmente). E nesta linha, é possível deduzir-se da postura que tradicionalmente tem sido adotadas no trabalho do serviço social, tendo em vista os discursos acima apresentados de cunho fortemente moralizantes; ou ainda, como apontam a regra geral de determinação da guarda que é atribuída a mulher-mãe como ser ontológico, de acordo com o Gráfico abaixo, com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) referentes aos processos de separação judicial com determinação de guarda de filho menor, definidas em 1º grau e sem recurso (para o Tribunal Superior) ano de 2011:



Fonte: IBGE, 2011

Não obstante os dados falem por si, convém frisar o elemento fundamental, que é a demonstração da naturalidade artificial e transversalidade do dever-ser mãe, que vai desde a internalização da mulher com referência a esse papel social imperativo, passando pelas instituições, e obviamente, que não poderia deixar de redundar em determinações judiciais deste longo processo histórico.

Assim, outro ponto que se gostaria de trazer (elemento-criação jurídica) de criação recente, que é o melhor interesse do menor, e que serve como elemento justificador para manutenção desses papéis historicamente atribuídos a mulher, mantendo a marca sexista de funcionamento do sistema, sem o admitir; e que vincula esse suposto melhor interesse do menor à figura ontologizada da mulher como mãe. Para a determinação do melhor interesse do menor, utiliza-se de laudos e trabalhos técnicos (assistentes sociais e psicólogos), como também da opinião do próprio menor, substancialmente envolvido, e um dos principais interessados.

Por isso, muitas vezes a criança é ouvida pelo assistente social e/ou também pelos próprios juizes. Sendo, desta feita, um procedimento que merece muito apuro e cuidado, pois dele pode derivar trauma, que são inerentes à dissolução conjugal e potencializados e ampliados pela iminente necessidade de escolha de um dos pais, por parte do menor. O mais apropriado é que as entrevistas (oitivas) sejam feitas em particular, e em separado dos pais, para que a mesma não fique constrangida. Segundo Levy “deve ser respeitada em suas limitações e jamais deve ser instigada a escolher entre seus pais” (2008, p.107).

Outro cuidado que se deve ter, é evitar ao máximo a presença das crianças no fórum, as entrevistas devem ser feitas em lugares em que a criança se sinta à vontade, como na própria casa, escola [...] ambientes familiares, locais que não se sintam coagidos ou desfamiliarizados – como p.ex. o templo judiciário.

Portanto, quando possível, as crianças devem ser ouvidas, não para que escolham com qual dos pais querem morar, mas para que expressem seus sentimentos e opiniões, como está disposto no artigo 12 da convenção Internacional dos Direitos da Criança: “os Estados - partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança” (Decreto 99.710/1990). Evidenciando que a legislação, e antes disso, a valoração cultural, evoluiu a ponto de hoje, pelo menos no plano teórico,

mesmo que por vezes não seja possível, ou simplesmente não seja colocado em prática, se têm positivado a prevalência do interesse do menor, seu discernimento e capacidade de decidir e definir e delimitar qual o seu melhor interesse. Não sendo uma imposição legal ou judicial ou mesmo familiar, que delimitam incondicionalmente o que seria este *melhor interesse*.

A partir disto, começa-se a subverter o binômio “mulher-domicílio-filho/homem-trabalho-visita”. Começa-se, ou mesmo se dá continuidade, ao rompimento que vem ocorrendo gradualmente, através do qual as mulheres ingressam no mercado de trabalho e começam a ter algumas necessidades e prioridades político-econômicas tradicionalmente atribuídas ao masculino.

Dentro deste conflito, insere-se a questão da guarda dos filhos e da tendência a estes permanecerem com as mães, em casa, enquanto os pais subsidiam com uma *pejorativa* pensão alimentícia. Mantendo a lógica asentada há séculos da submissão e inadmissão de entrelaçamento entre mundos naturalmente determinados e distintos, quando na verdade, é meramente um impedimento cultural. Aí reside a possibilidade e mesmo a necessidade de modificação e (des)construção do papel feminino; onde se encontra a função do Serviço Social, no presente caso, de guarda dos filhos para, com exercício não puramente mecânico-tecnista, mas sim interdisciplinar; visando além do interesse do menor, uma reformulação social como um todo no que tange às divisões de responsabilidades e benefícios nas relações sociais e de gênero.

0 Serviço Social nas questões envolvendo guarda e gênero

Independente da área de atuação do profissional do Serviço Social, se deve sempre lutar pelas classes subalternizadas historicamente, buscando a inclusão social destes e intervindo na questão social nas suas mais diferentes ramificações. A questão social pode ser definida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p.27).

Como a autora coloca, a questão social é causa e consequência dos efeitos do sistema econômico capitalista, cujo objetivo é o acúmulo de ca-

pital apoiado a um modelo de política neoliberal com interesses na privatização e terceirização, concentrando a renda nas mãos de poucos e, assim, agravando as desigualdades sociais em geral, situação esta que inclui as mulheres por exclusão, pois, as mesmas estão relegadas a espaços não produtivos, ou, pelo menos, definidos como sem produtividade (como o cuidado do lar), ou, quando inseridas no âmbito mercadológico eminentemente masculino e machista, encontram-se em condições de desvantagem político-econômica e cultural, mantendo a lógica do homem provedor do lar, pois a mulher não dá conta desta função, pois não nasceu para o desempenho deste papel.

Muito embora, se torne cada vez mais comum a mulher provedora e chefe de família, em decorrência da ampliação das dissoluções conjugais, onde as mulheres estão afastadas do pai “cuidadoso”, pois se tornaram mulheres, desprovidas da “proteção” do marido, por não terem se contentado com seu papel de submissão, e não têm podido contar com o Estado, o grande ente masculinizado do último socorro. Diante disto, a mulher encontra-se sobrecarregada com as funções de dar conta do lar e de suas funções *naturalmente artificiais* enquanto necessita inserir-se competitivamente no mercado produtivo científico e tecnológico. Neste sentido:

El Estado defendía y defiende un determinado tipo de familia: pareja heterosexual basada en el varón mantenedor que obtiene la renta, y la mujer criadora a cuidadora que se ocupa del servicio domestico. El Estado de bienestar estaba basada en este tipo de familia, el varón obtenía las rentas a través de un empleo y cuando la mujer también estaba empleada su salario se consideraba auxiliar al del marido⁵

A questão de gênero é uma das ramificações que fazem parte da questão social, esta que é causada por diferentes fatores políticos, sociais, culturais e econômicos, pois se afirma que a pobreza no mundo é feminina, mas não foi a pobreza que passou por um processo de feminilização, mas sim estas, que passaram por um processo de empobrecimento⁶.

É de fundamental relevância que esse assunto seja abordado na academia, pois é o espaço que os futuros profissionais, independente da profissão ou área de atuação, mas mais especificamente interessa para efeito desse

⁵ LAPUENTE, Chusa Lamarca. Ella para él, él para el Estado y los tres para el Mercado. In: <http://www.hipertexto.info/desglobaliza/ellapael.pdf>

⁶ LAPUENTE, Chusa Lamarca. Ella para él, él para el Estado y los tres para el Mercado. In: <http://www.hipertexto.info/desglobaliza/ellapael.pdf>

trabalho, o profissional e acadêmico do Serviço Social que tem a primordial função de interagir e intervir diretamente na sociedade, e que esta inserção esteja pautada por um tensionamento de pré-conceitos e direcionada ao conhecimento e aproximação de cada indivíduo a partir da empatia.

A partir desta abordagem acadêmica, onde poderão conhecer as razões pelas quais a mulher é discriminada e subordinada ao universo masculino, como também conhecer os movimentos sociais feministas que geraram importantes mudanças e avanços para as mulheres, além de conhecer a história das relações de gênero; também oportuniza o estudo atual destas relações e as suas conseqüências; pois, após a formação acadêmica interdisciplinar estes profissionais futuros deverão confrontar-se com essas questões no seu espaço de atuação profissional, portanto ele deve estar preparado para atuar em situações que exijam um maior apuro deste tema.

Mesmo que este movimento não rompa drasticamente com o sistema da dominação, permite avanços menores e momentâneos que amenizam a perversidade da dominação e permitem com que a luta prossiga e avance, não constituindo em um fim, mas em um meio. Neste sentido, Foucault propõe:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes, o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. (FOUCAULT, 1992, p.71)

No tocante às relações de gênero e guarda, agora será visto com maior relação ao Serviço Social, o profissional deve estar sempre procurando e buscando embasamento teórico-metodológico, para que possa responder de forma crítica aos diferentes níveis da questão social, acompanhando as mudanças nos processos sociais e assim elaborar estratégias que possam melhor atender as demandas da população, sendo assim no que tange a

questão de gênero, ele deve apropriar-se de certos temas, nesse caso a guarda, transmitindo aos pais que fazem parte de um processo de internalização de uma cultura machista, que faz com que se agrave através de conflitos em especial familiares na questão da luta judicial para ter o direito à guarda material da prole.

O profissional ao longo do seu trabalho pericial nas entrevistas individuais com os pais deve buscar a compreensão dos motivos reais que os levam à busca pela guarda da prole. Deve investigar junto ao casal e familiares, se não existem motivos relacionados ao gênero na disputa da mesma, pois o seu real compromisso ultrapassa costumes, cultura, situação econômica, sentimentos de posse ou forma de atingir o ex-companheiro. O agir do profissional, segundo os princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, deve ser pautado pela discussão das diferenças, eliminação de todas as formas de preconceito, procurando nunca discriminar por questões de gênero, raça/etnia, religião, opção sexual.

Com as modificações comportamentais que os homens-pais estão sofrendo no que diz respeito à convivência com os filhos, cujos atualmente vem buscando no sistema judiciário a guarda daqueles, deixando de lado costumes que eram tidos como naturais numa separação, como no caso dos filhos ficarem sob a guarda materna, cabendo ao homem-pai o papel de visitá-los uma vez na semana e tê-los em sua companhia dois finais de semana ao mês, e pagando uma pensão mensal para a mãe sustentar e cobrir despesas decorrentes, que até bem pouco tempo atrás era considerada normal.

Contemporaneamente, querem participar de todos os momentos e fases dos filhos, não abrindo mão da convivência diária com os mesmos. Pensando-se a partir do Serviço Social entende-se que essas mudanças que vêm ocorrendo recentemente no comportamento masculino em relação ao processo de guarda dos filhos, são de grande importância para as crianças em meio ao conflito, pois continuam tendo a convivência com o pai, para a família como instituição nuclear da sociedade que se remodela e aos poucos, tem a possibilidade de abandonar a formação machista e sexista, historicamente constituída, e importante também para a sociedade como um todo, pois se propicia, assim, mais uma possibilidade de questionamento e problematização dos estereótipos masculinos e femininos e a possibilidade de inter-relacionar os indivíduos a partir de viés de corresponsabilidade e solidariedade, evitando a conflitualidade inerente aos rompimentos e este proceder servindo como precedente às demais relações sociais.

Estas mudanças que são recentes, não agradam a maioria das mulheres-mães, embora estas venham lutando pela igualdade entre os sexos, porém quando se trata dos filhos estas não abrem mão da sua criação, resultado da cultura da dita naturalidade de ser mãe, a qual persiste em se fazer presente quando o que está em *jogo* são os filhos. Em situações como estas, o assistente social, através do seu embasamento teórico e metodológico aliado à cautela e sensibilidade, esta imprescindível, pois, está lidando com um assunto delicado que envolve crianças, e uma cultura que envolve os sujeitos e seus comportamentos, de tal forma que estes não conseguem visualizar outra forma de agir, tendo em vista os papéis sociais profundamente introjetados.

A partir disto, se tem como intervir e interferir na modificação da sociedade no que diz respeito a gênero, a partir da família, partindo do diagnóstico, resultado das entrevistas realizadas, em suma, de todo trabalho que é possível e de suma importância seu desenvolvimento pelo assistente social; neste sentido “o que se busca é construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades” (IAMAMOTO, 2008, p.78) e nesta relação de divisão encontra-se a mulher-mãe.

É neste contexto social conflitivo-competitivo que se inserem as relações de família, permeada por concepções modernas de mercado e produção e circundada por pré-conceitos centenários que está inserido o profissional do Serviço Social e daí que se extrai a importância em seu papel intermediador, apaziguador ao mesmo tempo que procura desvelar e aclarar relações de poder e símbolos subalternizantes. No mesmo sentido lamamoto coloca que, em meio à um terreno de distintos e díspares interesses é que se encontra a tensão da desigualdade e a produção da rebeldia, onde trabalha o assistente social. A autora conclui ainda que um requisito imprescindível é “competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las” (IAMAMOTO, 2008, p.80).

Considerações finais

As considerações finais são num sentido de tentativa de não apresentar respostas e talvez começar a fazer as perguntas. Ou seja, objetivando ampliar e intensificar o questionamento e problematização da atual e histórica construção cultural em torno da mulher, da projeção no papel feminino e sua subjetividade. Como propôs Eduardo Galeano:

Se Eva tivesse escrito o Gênesis, como seria a primeira noite de amor do gênero humano? Eva teria começado por esclarecer que não nasceu de nenhuma costela, não conheceu qualquer serpente, não ofereceu maçã a ninguém e tampouco Deus chegou a lhe dizer 'parirás com dor e teu marido te dominará'. E que, enfim, todas essas histórias são mentiras descaradas que Adão contou aos jornalistas (2007, p. 70)

Neste sentido, como se tentou apresentar neste trabalho, a problematização não passa apenas pelos movimentos feministas e de mulheres em geral. Mas de uma reinvenção e re-entendimento de todo imaginário cultural, toda simbologia e significação que represente de alguma forma, um antagonismo de papéis estabelecidos como naturais. A necessidade de questionamento e tensionamento perpassam também o mundo masculino e suas instituições e imaginário.

Necessário ainda, que tal reformulação chegue e faça parte do processo de conhecimento e reconhecimento por parte do Poder Judiciário, importante instância decisória e fundamental campo de luta em um Estado que se proclama como Democrático de Direito. Ainda, chega-se à conclusão da necessidade de uma substancial reformulação e reestruturação dos institutos jurídicos, principalmente os que envolvem a mulher, em especial, para este trabalho, o Direito de Família e das relações privadas e domésticas.

Neste sentido, no deslinde do trabalho e decorrer das leituras, verifica-se que a problemática é muito mais ampla no sentido de envolver e entrelaçar-se em todos os campos de atuação e representação, dada a profundidade do seu enraizamento nas subjetividades individuais e consequentemente, coletiva; como propõe Boaventura "armadilhadas por silêncios, manipulações e exclusões" (SANTOS, 2006, p. 86).

Diante disto, imprescindível que se faça uma ação-reflexiva no sentido de permitir avanços que não caiam em reducionismos igualitaristas e por vezes punitivos, por sua vez, encerrando mais um elo do ciclo vicioso da modernidade, que muda para se manter da mesma maneira.

Assim, muito embora seja de valiosa importância os avanços dos movimentos feministas, em um sentido sociopolítico e cultural, ainda não rompem claramente com a dinâmica moderna individualista e sexista, demonstrando ser um meio e não um fim em si mesmo, as garantias não se encerram com a Constitucionalização de preceitos como igualdade de todos. Estando claro que garantias como estas, entre outras incluídas na moderna legislação pátria, inserem-se neste momento ainda em um pla-

no meramente formal, tecendo um largo e árduo campo de luta ainda por ser trilhado até que sejam verificáveis essas conquistas no plano material. Permitindo com que, como expõe Boaventura “de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades” (SANTOS, 2003, p. 43).

Ao encontro disso o que o profissional do Serviço social deve buscar que as diferenças sejam reconhecidas, porém respeitadas, é neste contexto que o papel que o profissional desenvolve é de suma importância.

Como foi percorrido ao longo deste trabalho, o profissional não deve ser a voz da população, nem ditar comportamentos e cobrar atitudes dos mesmos – em uma atuação inquisitorial e moralizadora. E sim buscar através de seu embasamento teórico-metodológico formas de conscientização fazendo com que os sujeitos desenvolvam uma consciência crítica e que a partir disso se unam em movimentos dando continuidade a luta de mulheres que não visam apenas a igualdade, mas sim o respeito e a dignidade.

Este trabalho não tem por objetivo ditar mudanças de comportamento, até porque nem seria possível, visto o quão essa cultura machista e sexista está intrínseca nos sujeitos. E sim a possibilidade do profissional criar meios para que a questão de gênero tenha uma maior visibilidade e entendimento por parte da sociedade e por consequência o desenvolvimento de uma consciência crítica e a partir disso comecem a se questionar como se poderia fazer um caminho inverso do já construído? resposta para essa questão ainda não é possível se dar, mas o que o profissional pode fazer é unir-se junto aos movimentos dando embasamento para a ação.

Recebido em fevereiro e aprovado em maio de 2013

Referências

- ANGELUCI, Cleber Affonso. Afetivo: Considerações para a constituição da dignidade da pessoa humana. **Revista CEJ**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, a. 10, n. 33, jun. 2006. pp.43-53.
- AVELAR, Lúcia. **Mulher e política**: o mito da igualdade. Disponível em: <http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2008.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor Conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. **Múltiplas Rotas Feministas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300019&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 set. 2008.

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2005.
- BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil. 1988**.
_____. **Lei 10.406 de 2002**: Novo Código Civil.
_____. **Decreto 99.710 de 1990**. Convenção Sobre os Direitos da Criança. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL-IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, **Estatísticas do Registro Civil, 2011**
- CRESS 10ª Região – RS. **Coletânea de Leis**. Revista e Ampliada. Porto Alegre: 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GALEANO, Eduardo. **Especjos**: Uma historia casi universal. Montevideo/Uruguay: Ediciones Del chanchito, 2008.
_____. **De Pernas Pro Ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a Diferença**: As mulheres na política. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8609.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2008.
- GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; Tadeu, Tomaz (org.). **Antropologia Ciborgue, as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LAPUENTE, Chusa Lamarca. **Ella para él, él para el Estado y los tres para el mercado**. Disponível em: <<http://www.hipertexto.info/desglobaliza/ellapael.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.
- LEAL, Jackson da Silva. Sobrecarga de planos de opressão e o encarceramento feminino no Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, pp. 36-47, 2013.
- LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. **Guarda de Filhos**. Os conflitos no exercício do poder familiar. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATOS, Maria Izilda S. **Terceiro Setor e Gênero**: Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.
- MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: **O Martelo das Feiticeiras**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa do Tempos, 2005.

- NARVAZ, Martha G; KOLLER, Sílvia H. **Famílias e patriarcado**: da prescrição normativa à subversão criativa. Disponível em: <<http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/patriarcado.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2008.
- PEREIRA, Sérgio Gishkow. **Estudos de Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- PIMENTEL, Sílvia. Perspectivas Jurídicas da Família: O Novo Código Civil e a Violência Familiar. **Revista Serviço Social & Sociedade**. A. XXIII, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002. pp. 26-44.
- ARTHUR, Maria José. Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos. Moçambique, 1993-2000. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar**: Os caminhos do Cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 381-424. (Coleção reinventar a emancipação social: para novos manifestos. v. 3).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum. v.4).
- _____; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o Cânone do Reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do Cosmopolitismo Multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 25-68. (Coleção reinventar a emancipação social. v. 3).
- SCAVONE, Lucila. **Maternidade**: Transformações na família e nas relações de gênero. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2008.
- STEARNS, Peter N. **História das Relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SWAIN, Tania Navarro. Monique Wittig, adeus... até breve... In: CARVALHO, Marie Jane Soares. ROCHA, Cristianne Maria Famer (Orgs.). **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004. pp. 95-100.
- TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social Jurídico**: Perícia social no contexto da infância e juventude. São Paulo: Livro Pleno, 2000.

A PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE UM SERVIÇO SOCIO-EDUCATIVO SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO

Daliane Fontenele de Souza
Universidade Federal do Piauí
E-mail: daliane.souza@hotmail.com

Inez Sampaio Nery,
Universidade Federal do Piauí
E-mail: ineznery.ufpi@gmail.com

Valney Rocha Maciel
Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará
E-mail: valneyrocha@uol.com.br

Resumo: O desvelamento da problemática de gênero, nas suas múltiplas relações, no sentido de superar visões e análises parciais ou fragmentadas da realidade se faz relevante com o público adolescente. Os objetivos desse estudo foram identificar a percepção dos adolescentes que participavam do ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo no município de Ubajara-CE sobre a questão de gênero dos e sobre o “ser homem” e o “ser mulher”. Os dados dessa pesquisa foram obtidos com a análise de 99 questionários respondidos pelos adolescentes participantes. Constatou-se que cada adolescente é como um universo em constante construção. No que diz respeito ao “ser homem” e ao “ser mulher” apresentam contradições, conhecimento e maturidade sobre o assunto, mas também desconhecimento ou conhecimento superficial sobre as questões de gênero. Acabam de certa forma reforçando conceitos machistas ou mesmo a supremacia da biologia sobre a cultura na construção dos conceitos. Conclui-se que a temática gênero deve ser melhor trabalhada nos serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social como uma forma contribuir para a desmistificação do tema.

Palavras-chave: Assistência social; projuvem adolescente; gênero.

Abstract: The exposing of the debate about gender in its multiple relationships is relevant as an effort to overcome partial or fragmented views and analyses of the reality, especially among teenagers. The goal of this study is to identify the perceptions about gender of adolescents who participated in the ProJovem Adolescente in the city of Ubajara, Brazil. It also aims at examining their perceptions about “being a man” and “being a woman”. Data for this research was obtained from the analysis of 99 questionnaires answered by

the adolescents. It was found that every teenager is like a universe in constant construction. They contradict themselves but also present knowledge and maturity regarding the meanings of “being a man” and “being a woman”. At the same time they express ignorance or superficial knowledge about gender issues. They end up reinforcing sexist concepts and even the supremacy of biology over culture. We conclude that gender issues should be better discussed in services, programs and projects of the social assistance policy, as a way to demystify the subject.

Keywords: Social assistance; proJovem adolescente; gender.

Introdução

Este trabalho é uma reflexão que teve como eixo temático a questão de gênero na perspectiva dos adolescentes que participavam do ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo no município de Ubajara-CE. Para tanto, elegeram-se categorias básicas: Assistência Social, ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo e Gênero.

A assistência social, com base no Artigo 203 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida pela sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

O ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo foi uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, era voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços de proteção social especial. Em consonância com os serviços assistenciais de que trata o Artigo 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tinha como objetivos: I – complementar a proteção social básica à família, mediante mecanismos de garantia da convivência familiar e comunitária; e II – criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (BRASIL, 1993).

Quando se adota gênero como categoria analítica, busca-se uma análise da relação entre os sexos apoiada nos conteúdos culturais e sociais construídos historicamente, abrangendo, desta forma, significações mais amplas neste campo da pesquisa, pois a referida categoria alarga os limites dos estudos, não em uma perspectiva meramente biológica (sexo) ou estrutura de classes sociais, mas em uma perspectiva que constrói uma relação social e simbólica (KERGOAT, 1986; SCOTT, 1990).

Os objetivos da pesquisa foram identificar a percepção da questão de gênero dos adolescentes que participavam do ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo no município de Ubajara-CE e analisar a percepção dos adolescentes sobre o “ser homem” e o “ser mulher”.

Método

Para obtenção dos dados relevantes ao desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, primeiramente, foram levantadas informações sobre o município de Ubajara e o Centro de Referência de Assistência Social Maria Moreira Melo – CRAS I ao qual o ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo estava vinculado. Em seguida, fez-se o levantamento (nos meses de agosto e setembro de 2009) e análise da opinião dos adolescentes, com idades entre 15 e 17 anos, participantes dos sete coletivos do ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo no município de Ubajara-CE. Para coleta de tais opiniões, foram distribuídos aos orientadores sociais um total de 137 questionários com questões abertas (qual o coletivo que participava, sua idade e o que para eles era “ser homem” e “ser mulher”), sendo que cada orientador recebeu de acordo com o número de adolescentes participantes do seu coletivo. Do total de questionários entregues, foram devolvidos 99 questionários respondidos. No que diz respeito aos aspectos éticos, como foi realizada em 2009, a coleta de dados ocorreu ainda em conformidade com os dispositivos da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

Resultados

Neste item, serão apresentadas através dos Quadros 1 e 2 e comentadas as opiniões dos adolescentes, que aceitaram contribuir com esta pesquisa, sobre duas indagações relacionadas à questão de gênero. Ao final de cada opinião, colocou-se um nome fictício para o adolescente e sua idade.

Quadro 1. Percepção de adolescentes (sexo masculino) sobre o “ser homem”. Centro de Referência de Assistência Social Maria Moreira Melo – CRAS I. Ubajara, CE, Brasil, 2009.

1	Coletivo do Distrito de Nova Veneza	<p>“Ser homem para mim é a melhor coisa do mundo. O sexo masculino é o sexo dominante. Nós homens da minha idade só pensamos em pegar gatinhas, uma atrás da outra. Para nós, cada gatinha que pegamos, mais homens ficamos” (Carlos, 15 anos).</p> <p>“Ser homem é ser maduro, másculo, é ter responsabilidade, arcar com as consequências que faz; ser homem é bom porque muita das vezes somos pais, que é uma coisa especial para um homem: ser chamado por um fruto seu de pai” (João, 15 anos).</p> <p>“É ter responsabilidade e respeitar a mulher em todo momento” (Pedro, 15 anos).</p> <p>“Em primeiro lugar, tem que ter caráter e ser humilde; ser homem é ser homem mesmo” (Henrique, 15 anos).</p>
2	Coletivo do Bairro Sebastião Gomes Parente	<p>“Ser homem é ser respeitador, educado, leal, fiel, trabalhador e saber conviver com as pessoas e não fazer coisas erradas; acima de tudo, ser um bom homem” (Gabriel, 15 anos).</p> <p>“Ser homem é ser nem diferente nem igual aos outros; é ser eu mesmo, fazer o que é certo e admitir meus erros, ser necessário” (Paulo, 16 anos).</p> <p>“É ser honesto, ter responsabilidade, trabalhar, respeitar o próximo, ser legal com as pessoas, ser um bom filho fazendo a coisa correta; ser homem não só é namorar nem brigar ou ser durão, mas é acima de tudo, ser responsável e amar o próximo respeitando” (José, 16 anos).</p> <p>“Ser homem é um privilégio que Deus concedeu a nós seres do sexo masculino; isso inclui ter uma moral e caráter; também o homem tem uma grande responsabilidade a cada momento da sua vida” (Davi, 16 anos).</p> <p>“Ser homem é ser digno, sincero, isso é um significado de ser homem; essas qualidades que o fazem dizer homem; ter todas as qualidades” (André, 15 anos).</p> <p>“Ser homem é ser honesto, trabalhador, consciente em tudo o que faz, prestar atenção o que está fazendo, proteger a sua mulher; também tem que ser educado, fiel e respeitador” (Tiago, 16 anos). OBS: Mais 2 adolescentes responderam bastante semelhante a esse.</p> <p>“Ser homem é ser responsável para aquilo que lhe é dado de dever. O dever do homem é muito importante para uma família ou para um trabalho que está fazendo” (Emanuel, 17 anos).</p> <p>“Ser homem para mim é aquele homem que trabalha, que respeita a família, que tem responsabilidade, que tem direito e que é honesto” (Danilo, 15 anos).</p> <p>“É ter um moral próprio. Tem que saber viver para poder ser homem. Não é só dizer ‘sou homem’; tem que honrar, ser mole em pontos de necessidades que os outros precisam. É mostrar amizade, respeito e coragem para ser digno de ser homem” (Fabrício, 17 anos).</p>

3	Coletivo do Distrito de Araticum	<p>“Na minha opinião, ser homem é ser responsável pelas coisas que faz, ser disposto a trabalhar, dedicado a mulher, ter capacidade de dar muito amor, prazer e sexo a mulher” (Bernardo, 17 anos).</p>
		<p>“É ter o poder de ser livre” (Luiz, 15 anos).</p>
		<p>“É ter o poder de gerar um novo ser vivo e de viver a vida em liberdade e de poder construir uma família e mandar dentro de sua casa” (Mário, 16 anos).</p>
		<p>“É ser capaz de assumir todos os seus erros e montar uma família e viver com alegria e felicidade e união entre si” (Felipe, 16 anos).</p>
		<p>“É um dom de Deus, que Deus deu para fazer companhia para a mulher” (Jairo, 15 anos).</p>
		<p>“É ser uma pessoa livre porque para onde você quer sair você pode sair; qualquer coisa, namora livre, sem ninguém no seu pé; e também o tipo de homem não é só vagabundo, mas ajuda a sua família no trabalho” (Sérgio, 15 anos).</p>
		<p>“É saber viver a vida sem se arrepender” (Ricardo, 16 anos).</p>
		<p>“É ser alegre, é saber curtir a vida porque na nossa vida só temos uma chance de curtirmos, nos divertirmos e brincarmos, mas para isso temos que ser homens educados, entre outros” (Ângelo, 16 anos).</p>
4	Coletivos do Bairro Centro	<p>“É ser homem pra tudo e ser homem pra sustentar a família e estudar e ter o desejo de ser pai; é ouvir o filho chamando de pai; ser homem é muito bom” (Alex, 16 anos).</p>
		<p>“É ser capaz de atingir meus objetivos, ser corajoso, forte e, muitas vezes, muito alegre” (Alisson, 15 anos).</p>
		<p>“É ser responsável, saber se portar como um homem de verdade, honrando seu nome” (Hélder, 15 anos).</p>
		<p>“É ter seus próprios direitos e deveres como cidadão, em uma sociedade boa e com bons cidadãos” (Gustavo, 15 anos).</p>
		<p>“É ter responsabilidade com as coisas, respeitar a mulher, a esposa, principalmente, educar seus filhos; ser homem não é só ser machista, mas ter sua moral” (Fábio, 15 anos).</p>
		<p>“É uma coisa muito boa porque o homem tem várias coisas para mostrar; o homem é uma caixa de surpresa porque ninguém conhece o homem direito e jamais vai conhecer” (Samuel, 16 anos).</p>
		<p>“É ter um ato de honestidade com o que você fizer; tem que assumir seus atos” (Antônio, 16 anos).</p>
		<p>“Ser homem é ter caráter, respeito, educação, sem preconceito” (Frederico, 15 anos).</p>
<p>“Conteúdo, honestidade, sinônimo de firmeza e coragem, sinceridade, afeto e compreensão, capaz de admitir seus erros e dar a volta por cima em qualquer situação” (Adriano, 17 anos).</p>		
<p>“É ser honesto, brincalhão, carinhoso, respeitador, saber se colocar na sociedade e gostar de mulher” (Saulo, 17 anos).</p>		
<p>“É ter sua própria responsabilidade; assumir seus próprios defeitos, o que você faz de bom ou ruim. Ser homem não é muito difícil; tem que se esforçar para ter sua própria origem” (Arthur, 17 anos).</p>		

		<p>"Ser homem é ter um papel na sociedade, ser um homem digno, fazendo de tudo por si e pela sua família, cuidando de seus bens. O homem só é homem quando ele tem caráter e responsabilidade" (Leonardo, 17 anos).</p> <p>"É muito bom. É ter um trabalho diferenciado da mulher" (Mateus, 17 anos).</p> <p>"É cumprir com suas responsabilidades, é ser pai, é ter estudos para que tenha trabalho útil no futuro" (Raul, 16 anos).</p> <p>"Ser homem é ser honesto, sair com as mulheres e beber algumas 'biritas' ou cerveja e praticar algum ato" (Francisco, 15 anos).</p> <p>"É ser responsável e direto, mesmo que eu não goste de assuntos devidos e indevidos; é ser principalmente responsável e consciente sempre" (Flávio, 15 anos).</p> <p>"É ser o sexo oposto da mulher e sair com a mulher" (Cléber, 15 anos).</p> <p>"É ter caráter, agir com responsabilidade com as coisas do dia-a-dia. Em relação com o sexo oposto, tem que respeitar, ser honesto e não inferiorizá-lo ou até mesmo agredi-lo, que é o que acontece muito" (Gilberto, 17 anos).</p> <p>"Ser homem é ter responsabilidade, mas também se divertir, pegar mulher e beber cachaça" (Vicente, 17 anos).</p> <p>"Ser homem é cumprir com suas responsabilidades, ser um cidadão, ter moral no papel que ele exerce, saber respeitar seu semelhante. Ser homem é beber..." (Ronaldo, 16 anos).</p> <p>"É arcar com compromissos fáceis ou difíceis cujo objetivo é superá-los" (Lucas, 17 anos).</p>
5	Coletivo do Sítio Moitinga	
6	Coletivo do Distrito de Jaburuna	<p>"Ser homem é privilegiar seu sexo, enfrentar seu cotidiano de cabeça erguida, sem dar ouvidos ao que dizem ou pensam da gente; batalhar pelos seus sonhos, não se preocupar com bobagens ou preconceitos" (Robson, 16 anos).</p>

Pode-se perceber na fala dos adolescentes do Coletivo do Distrito de Nova Veneza algumas expressões fortes, tais como: "sexo dominante"; "pai"; "ser homem mesmo", além da quantidade reforçar uma qualidade, quando um dos adolescentes coloca que com quantas mais "gatinhas" eles ficam mais homens se tornam. O fato de um dos adolescentes ter colocado que ser homem "é ser homem mesmo" suscita a indagação se isto não é uma crítica a homossexualidade, se o mesmo não está considerando que os homossexuais do sexo masculino não são homens.

Nas falas se constata o quanto os adolescentes do Coletivo do Bairro Sebastião Gomes Parente enfatizaram no "ser homem" a questão do trabalho, do provimento das necessidades da família e as palavras "honestidade", "respeito" e "responsabilidade". Um deles colocou ser um "privilégio" ser do sexo masculino e outro ressaltou o papel de "protetor da mulher", papel este atribuído ao homem perante a sociedade historicamente.

No que diz respeito as falas dos adolescentes do Coletivo do Distrito de Araticum, é interessante perceber a concepção moderna que uma gran-

de parte dos homens, inclusive adolescentes, está começando a aderir em relação à satisfação da mulher, a preocupação em satisfazer o sexo oposto em vários sentidos. A noção de “liberdade”, do “não ter que dar satisfação” também foi colocada como uma característica masculina. A questão da paternidade foi ressaltada como algo positivo. Porém, observa-se algumas concepções ainda machistas no que diz respeito ao “ser homem”, tais como: “mandar dentro de sua casa”. Percebe-se com isso os resquícios do patriarcalismo na sociedade brasileira e o quanto as questões de gênero devem ser trabalhadas com os adolescentes para mudar certas concepções machistas.

Os adolescentes do Coletivo do Bairro Centro enfatizaram em suas respostas a questão da cidadania, da responsabilidade com a família, da paternidade. Um deles enfatizou como características do homem ser corajoso e forte, algo que cultural e historicamente é exigido do sexo masculino. Constata-se mais uma vez a palavra “honestidade” sendo uma característica do “ser homem”. A ênfase na expressão “gostar de mulher” denota a questão da orientação sexual, algo que só tinha sido citado de uma forma discreta, mas que neste grupo foi colocada diretamente. Interessante é perceber que algumas características mais identificadas como femininas (carinho, afeto, compreensão) foram elencadas neste grupo.

Os adolescentes do Coletivo do Sítio Moitinga reforçaram em suas falas a questão do “ser homem” representar: “sexo oposto da mulher”; ter um “trabalho diferenciado da mulher”; a paternidade; a responsabilidade com a família; o respeito que deve ter ao sexo oposto. Um deles até falou da violência cometida pelos homens contra a mulher. Porém, o que chama bastante a atenção é o fato de mais de um adolescente enfatizar como algo inerente ao homem o ato de ingerir bebida alcoólica. Para alguns, o “beber” aliado ao “sair com mulher” é algo que demonstra masculinidade. O que parece é que, para alguns deles, homens que saem com homens, ou seja, homossexuais, não são homens. É interessante a expressão “privilegiar seu sexo” colocada pelo adolescente do Coletivo do Sítio Moitinga quando do conceito do que para ele é “ser homem”; isso representa um sentimento de pertencimento e de lisonja em ser do sexo masculino.

Quadro 2. Percepção de adolescentes (sexo feminino) sobre o “ser mulher”. Centro de Referência de Assistência Social Maria Moreira Melo – CRAS I. Ubajara, CE, Brasil, 2009.

1	Coletivo do Distrito de Nova Veneza	<p>“Mulher é ser uma pessoa sensível e auto-controlada na vida social, pois mulher é um ser perfeito para Deus” (Marta, 16 anos).</p> <p>“Ser mulher é ter coragem de enfrentar vários obstáculos na vida e mesmo assim continuar em frente, sem parar, e chegar ao seu objetivo principal. Querer e poder mudar o mundo e ganhar o seu lugar merecido na sociedade” (Cristina, 17 anos).</p> <p>“É ser responsável e sonhar para alcançar meus objetivos” (Simone, 17 anos).</p> <p>“Ser respeitada e sonhar com o mundo lá fora é muito bom porque é a melhor coisa do mundo ser mulher...” (Isabel, 16 anos).</p> <p>“Ser mulher é compreender sentimentos, relacionar-se com qualquer pessoa, ser forte para defender seus objetivos; ser mulher é a beleza da flor” (Paula, 17 anos).</p> <p>“É ser corajosa, não ter medo de ameaças que possam lhe amedrontar, nunca, jamais ter medo de fraquejar, pois mulher é um ser especial, um ser capaz de amar e ser amada, ou seja, mulher é um ser muito especial. Sou mulher e amo a vida” (Fabrícia, 17 anos).</p> <p>“É bom porque sabe o prazer de ser mãe e ser especial para os seus parceiros” (Marcela, 16 anos).</p> <p>“Ser mulher para mim é viver o seu ato e sofrer as suas conseqüências e ser uma cidadã cumpridora dos seus deveres, com altos e baixos, mas nunca desistindo” (Bruna, 15 anos).</p>
2	Coletivo do Bairro Sebastião Gomes Parente	<p>“Ser mulher é legal, mas às vezes é desagradável porque elas sofrem. Mas ser mulher é muito melhor que ser homem” (Lúcia, 16 anos).</p> <p>“Ser mulher é muito agradável porque não somos iguais há alguns homens que não prestam; eu acho melhor que ser homem. Adoro minha vida de mulher” (Priscila, 16 anos).</p>
3	Coletivo do Distrito de Araticum	<p>“É correr atrás dos sonhos, ser batalhadora, sensível, ter a capacidade de gerar filhos” (Marília, 16 anos).</p> <p>“É ser otimista, sensível, batalhadora; é saber lutar por aquilo que quer” (Hérica, 17 anos).</p> <p>“É ser sincera e fiel, pensar bem antes de agir e saber o que está fazendo” (Mariana, 15 anos).</p> <p>“É ser sensível e ter uma experiência e a capacidade de gerar um filho; ser mulher é ser mãe, é se tornar madura...” (Lorena, 15 anos).</p> <p>“É ser pensativa, pensar antes de agir, fazer as coisas com paciência, ser amiga, sincera, fiel a todos, mas mesmo assim e acima de tudo, é um dom de Deus ter nos feito assim, não importa o que seja” (Alessandra, 15 anos).</p> <p>“Ser mulher é ter coragem de enfrentar obstáculos sem medo, é ser realista e sensível quando necessário, é saber falar e ouvir quando precisar. Sem falar que também somos mais privilegiadas de que os homens” (Daniela, 17 anos).</p> <p>“É ser sensível, batalhadora, persistente, otimista, além de ter o privilégio de gerar uma vida” (Adriana, 16 anos).</p> <p>“Ser mulher é uma coisa muito importante em nossa sociedade. Sem mulher o mundo não viveria. As mulheres do mundo são muito importantes para todos os homens. Mulher é poder, rosa linda e o sol iluminando o viver no mundo” (Madalena, 16 anos).</p> <p>“Para mim ser mulher é ser uma pessoa interessante, pois toda mulher é sempre algo interessante e sempre está bem consigo mesma; amar e ser amada; mulher é uma coisa inexplicável, mas ao mesmo tempo tudo o que um homem precisa” (Tânia, 15 anos).</p> <p>“Ser mulher é ser sensível em certas coisas, é ter privilégios de poder gerar um filho, é saber ter paciência quando for preciso” (Tereza, 16 anos).</p>

-
- “Ser mulher é encarar a realidade da vida, é ter sua opinião própria” (Débora, 16 anos).
- “É saber agir e compreender o mundo de forma sensível e decidida. É ter a capacidade de entender e ser realista com o que vê e sente” (Jamile, 15 anos).
-
- “Uma dádiva de Deus; o ser que Deus fez para completar o homem” (Dayane, 17 anos).
- “Mulher é algo especial, que ninguém pode substituir. Não é aquela escrava que serve para servir e sim aquela pessoa carinhosa, sensível e maravilhosa; mulher é algo mandado por Deus” (Joana, 15 anos).
-
- “É aprender e sentir as coisas mais simples da vida, como sentir uma vida se formar em seu ventre; é ser sensível em relação a vida, é acreditar nas mais imperdoáveis desculpas do mundo, é ser frágil e ao mesmo tempo forte, é ter atitude em todos os obstáculos” (Aline, 16 anos).
-
- “Ser mulher é ter e preservar o seu corpo para abrigar um feto em seu útero e gerar um filho e educá-lo para um Brasil melhor. Só um não muda, mas melhora” (Vânia, 17 anos).
-
- 4** Coletivos do Bairro Centro
- “É ser uma pessoa super especial para todos os homens porque sem nós mulheres eles não vivem” (Carla, 15 anos).
-
- “Para mim ser mulher é uma coisa muito especial. Cada uma tem seu jeito. É muito bom ser mulher” (Patrícia, 15 anos).
-
- “É ter suas próprias atitudes, opiniões, valorizar seu corpo, não se deixar levar por qualquer ‘besteira’ que possa mudar sua vida” (Mara, 16 anos).
-
- “É aprender a viver com pessoas boas e ruins. Tem mulher que sofre muito em questão de maridos, namorados, filhos, às vezes engravidam e não têm ninguém para ajudá-las; é isso que eu acho que é ser mulher” (Cíntia, 15 anos).
-
- “Ser mulher é ter seus limites e impor limites, valorizar seu corpo e expressar seus sentimentos na forma de pensar, falar e agir, ter consciência do que faz e se respeitar” (Soraia, 16 anos).
-
- “Ser mulher para mim é uma homenagem muito grande, é um orgulho para mim ser mulher” (Helena, 15 anos).
-
- “É algo especial, que nada pode substituir. Ninguém é igual, ninguém pode substituí-la. Que pena que ela não é muito valorizada” (Fátima, 15 anos).
-
- “É a principal fonte de decidir a vida, ou seja, que tem a capacidade mais linda, que é dar a vida a outro ser” (Raquel, 17 anos).
-
- “Ser mulher é ter a maturidade para agir nas situações que surgirem; saber o que é certo e errado, ter direito e cumprir seus deveres, se portando de forma madura” (Cláudia, 16 anos).
-
- “Ser competente, pessimista, otimista, vencedora” (Bárbara, 17 anos).
-
- 5** Coletivo do Sítio Moitinga
- “Ser mulher para mim é a criatura mais perfeita que Deus criou” (Talita, 15 anos).
-
- “É reconhecer os nossos direitos e sabermos que somos todas iguais, independentemente de cor ou classe social” (Judite, 17 anos).
-
- “Ser mulher é primeiramente ser amada e respeitada. É ter responsabilidade e compromisso pelos seus atos e decisões” (Vitória, 16 anos).
-
- “É cumprir com suas responsabilidades e atos” (Ivete, 16 anos)
-

6

Coletivo do Distrito de Jaburuna

“É ser guerreira, ser decidida pelo que faz, é ter responsabilidade, é ser sentimental. É ter o compromisso de um dia ser mãe, sem ter medo de sofrer um dia, pois é o que nos torna melhor” (Luciana, 15 anos).

“É saber lidar com situações cotidianas, enfrentar o preconceito de ter escolhas diferentes, de ser sensível, é gostar de coisas românticas, batalhar por direitos. Ser mulher é simplesmente um elogio” (Larisse, 15 anos).

“É ser decidida, responsável, delicada, criativa, frágil, guerreira, ter compromisso com seus filhos, se já forem mães, é ter caráter” (Samara, 15 anos).

“Ser mulher para mim é correr atrás dos meus objetivos, amar e ser amada, batalhar e derrubar as barreiras que a vida nos traz. É um ser decidido no que faz ou deixa de fazer, ser forte, entender seus próprios sentimentos” (Marisa, 15 anos).

“Mulher para mim é ser importante, ser feliz, ter orgulho de si mesma, ser batalhadora, interessante para as pessoas” (Fabiola, 15 anos).

“Ser mulher é ser sonhadora, batalhadora, dedicada e se entregar ao máximo para ajudar alguém que esteja necessitado de sua ajuda. É não deixar que ninguém lhe agrida fisicamente. Ser mulher é ter sempre seus objetivos em mente e não deixar se abater por nada” (Sandra, 15 anos).

“Ser mulher é ser forte, batalhadora que encara tudo sem medo de nada e que luta pelos seus objetivos e não pára em nenhum obstáculo; sempre é a mesma pessoa serena e meiga” (Conceição, 15 anos).

“É ser uma pessoa carinhosa, meiga, trabalhadora, que demonstra seus sentimentos, que cuida da família, mas às vezes ela não faz nada disso por algum motivo. Para mim ser mulher é isso” (Iracema, 17 anos).

“É ser batalhadora para alcançar seus objetivos para um futuro melhor. Ela tem valores incomparáveis, pois muitas pessoas não têm coragem de acreditar que podem ser vencedoras um dia” (Juliana, 15 anos).

“Ser mulher é ter orgulho de si mesma e percorrer caminhos para sua felicidade e se valorizar; é defender-se de qualquer agressão, seja a física ou a agressão em palavras que machucam” (Fernanda, 15 anos).

“Ser mulher nada mais é que ser sensível, sincera e companheira; representa força e a dádiva de gerar a vida” (Elizabete, 15 anos).

“Ser mulher é ser guerreira, forte, batalhadora, trabalhadora, amiga. Ser mulher é passar noite e dia olhando seus filhos, cuidando dos seus afazeres e superar todos os obstáculos da vida, todas as barreiras que nos reservam” (Alexandra, 16 anos).

“É ser sentimental, ter ousadia para falar ‘eu te amo’, ter sensibilidade para falar ‘eu erre’, é ser carinhosa” (Inês, 16 anos).

“Para mim ser mulher é ser importante, ser forte, trabalhadora, interessante para nossos pais e ter valor na vida porque a vida é só uma” (Vanessa, 15 anos).

A visão de mulher que as adolescentes do Coletivo do Distrito de Nova Veneza apresentaram trouxe atributos generalistas que qualquer ser humano pode ter. Porém, a colocação da mulher como “ser especial” e uma pessoa corajosa é repetida algumas vezes, assim como o fato de gostarem

de ser mulher. A questão da maternidade só é enfatizada por uma adolescente. Constata-se com isso o quanto os valores e anseios femininos estão mudando por conta de diversos fatores, tais como: inserção no mercado de trabalho, aumento da escolaridade, casamentos tardios, decisão da própria mulher ou mesmo do casal em não ter filhos, dentre outros.

As duas falas das adolescentes do Coletivo do Bairro Sebastião Gomes Parente demonstraram uma satisfação em “ser mulher”. Porém, uma delas pontua a questão das mulheres sofrerem, como se este fato só acontecesse com o sexo feminino ou fosse mais característico do mesmo. Logo, lembra-se da violência física e simbólica, da opressão, da repressão a que as mulheres, mesmo nos dias de hoje, ainda sofrem.

A maioria das falas das adolescentes do Coletivo do Distrito de Araticum atribui a “maternidade” como algo inerente ao “ser mulher”. As palavras “paciente”, “sensível”, “batalhadora”, “fiel” também são citadas como características peculiares nas mulheres. Pode-se dizer que essas características encontram-se embasadas no conceito tradicional de feminilidade e que apesar de todas as mudanças na sociedade atual, em alguns lugares, determinados valores ainda prevalecem e predominam.

Nas falas das adolescentes do Coletivo do Bairro Centro observa-se intensamente a questão da maternidade, da “dádiva divina” em ser mulher, da personalidade sensível e ao mesmo tempo determinada do sexo feminino. Ressalta-se o fato de uma delas achar que a mulher é sofredora por sofrer na relação com o companheiro, seja ele marido ou namorado, e também por parte dos filhos, além de muitas vezes ter que arcar com a responsabilidade da maternidade sozinha. Atenta-se com isso para a questão das “mães solteiras”, das “brigas” judiciais por pensão alimentícia, dentre outras questões que desgastam a mulher e a fazem sofrer. Outra adolescente coloca que a mulher é desvalorizada na sociedade, reforçando a certeza do velho estigma que ainda persegue as mulheres no campo profissional, familiar, dentre outros. A expressão “completar o homem”, colocada por uma adolescente, denota uma ideia incutida nas mulheres culturalmente de subalternidade ao sexo masculino.

As adolescentes do Coletivo do Sítio Moitinga ressaltaram a mulher mais como genitora, cumpridora de obrigações e responsabilidades. Citaram a questão dos direitos das mesmas que devem ser respeitados sem diferenciações, o que se sabe que consta na Constituição e em várias outras leis, mas que por muitas vezes fica como “letra morta”, sem efetividade ou com efetividade precária.

Percebeu-se que as características “guerreira”, “batalhadora”, “trabalhadora” repetiram-se bastante nas colocações das adolescentes do Coletivo do Distrito de Jaburuna. Também enfatizaram a questão da maternidade e, ao mesmo tempo que falaram da “força” da mulher, alertaram para a sua sensibilidade, dentre outras características emotivas. Duas delas pontuaram a questão da violência contra a mulher como algo do qual esta tem que se defender e superar.

Discussão

Segundo Saffioti (1991), a sociabilidade masculina não é igual à feminina exatamente em função da organização social de gênero. Isto equivale a dizer que as mulheres vivenciam as experiências de vida diferentemente dos homens. Para a autora, o pesquisador Lauretis em seu ensaio *The Technology of Gender*, partindo de um lado da teoria da sexualidade, de Foucault, propõe que o gênero, como representação e como auto-representação, é construído através da operação de várias tecnologias sociais, como discursos institucionais, cinema, epistemologias e práticas socioculturais críticas.

A construção sociocultural dos papéis se expressa em muitas áreas da vida social. Inclui a cultura, a ideologia e as práticas discursivas, não se restringindo somente a elas. A divisão do trabalho por gêneros, no lar e no trabalho assalariado, a organização do Estado, a sexualidade, a estruturação da violência e muitos outros aspectos da organização social contribuem para a construção das relações de gênero. A desigualdade de gênero está associada ao patriarcalismo, que conceitua esta desigualdade como socialmente estruturada. Este patriarcalismo, chamado também de “patriarquia”, é um sistema social em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. É um conceito que “ênfatiza a inter-relação entre os modos em que os homens têm poder sobre as mulheres (incluindo a reprodução, a violência, a sexualidade, o trabalho, a cultura e o Estado)” (CARVALHO FILHO, 2003, p. 145).

Kehl (1998, p. 36) argumenta que, para Genevière Fraisse e Michelle Perrot, o século XIX é o momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exatamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo de modernidade, em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. Apesar da extrema codificação da vida feminina, “o campo das possibilidades se alarga

e a aventura não está tão longe". A cultura européia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral era promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado "feminilidade". Esta aparece como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; partindo daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico -, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. A fim de melhor corresponder ao que se espera delas (...), pede-se que ostentem as virtudes próprias da feminilidade: o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos (KEHL, 1998, p. 58-59).

Kehl (1998, p. 325) ressalta que cada mulher em particular é um sujeito em construção e a feminilidade, um conjunto de representações que tentam produzir uma identidade entre todas as mulheres, e por isso mesmo não pode dar conta das questões de cada sujeito. Ressalta ainda que, para Freud, a feminilidade não é o oposto complementar da masculinidade; a feminilidade é a masculinidade – menos-alguma-coisa (pênis) acrescida de alguma coisa (a mascarada, o manejo sedutor da face sexual da castração). Afirma que "a única diferença fundamental entre um homem e uma mulher é que esta também é mulher".

O novo discurso de gênero do século XIX, fundado na crença de um "dimorfismo sexual exagerado", afirmava a existência de uma diferença fundamental entre os sexos, que afetava "a cada fibra do corpo" implicando em profundas diferenças psíquicas e mentais. Assim, enquanto à mulher associava-se a sensibilidade, a subjetividade, o coração, as emoções, o mimetismo e o amor altruísta, ao homem, atribuía-se a razão, a objetividade, a cabeça, a criatividade, a agressividade e a ambição, proclamando não só uma diferença radical entre os sexos, mas a constituição de um modelo de gênero assentado na oposição e na complementaridade de papéis e de qualidades (SANTOS, 2004).

As mitologias, os documentos históricos e a literatura mostram que a relação entre os dois sexos nunca foram tranquilas. Fala-se atualmente em "crise da masculinidade" como um "dilema contemporâneo", levando os homens a um questionamento de seu antigo papel social. A assimilação do conceito de virilidade com o grau de potência sexual converteu-se em uma ideia obsessiva em todos os tratados médicos e educativos, chegando a ser uma preocupação quase neurótica para a sociedade masculina em geral

(SANTOS, 2004). Um pequeno número de homens brasileiros, individualmente, começam a repensar como constroem seus vínculos afetivos e de trabalho fora do crivo do estereótipo social para eles definidos. Estes indivíduos buscam encontrar caminhos próprios para as suas vidas, ampliando-os para além da redução a que ficaram submetidos pelo patriarcado que separa a “vida de um homem” da “vida do macho”. Neste sentido, procuram compreender as razões que fizeram adotar um padrão de comportamento a que obedecem cegamente. Como consequência, os homens reproduzem os valores de um modelo social que os tutela e controla seus desejos. Tal controle é mantido pela simplificação a que fica remetido a subjetividade, bem como por meio de uma possível compreensão biológica de sua existência. Assim, os homens tornam-se crédulos de que sua força física, definida pela massa muscular, manteria-os eternamente senhores do mundo. Os homens interessados em repensar sua forma de adesão à vida começam a avaliar o “preço que pagam” para manter a senhorilidade, e se perguntam se vale a pena sustentá-la (CARVALHO FILHO, 2003, p. 147).

Carvalho Filho (2003, p. 149) associou esse movimento, concordando com Giddens, à modernidade no seu movimento de destruição criadora, mostrando que, sob as bases das transformações encontra-se algo mais profundo, que se manifesta não só na esfera da intimidade, mas em todas as esferas sociais, principalmente na produção. A flexibilização das relações de gênero, com seus novos contratos sociais, seriam uma espécie de epifenômenos, aprofundados nessa época de pós-modernidade do capitalismo flexível. A corrosão do velho pacto patriarcal e o estabelecimento de novos tipos de relações seriam produtos diretos das modificações econômicas e culturais, atingindo diretamente todas as relações sociais. O mesmo autor, ainda baseado em Giddens, adverte-nos, por exemplo, para o que chamou de “mudança de sensibilidade”, “onde homens e mulheres parecem estar em busca de relações menos pautadas por valores tradicionais, onde os papéis eram mais definidos e vividos como algo fixo e expectativas de eternidade”.

Compreende-se que as pessoas são condicionadas a tomar e exercer certos papéis que, por sua vez, definem seu lugar dentro da sociedade, seu comportamento de si mesmo. Os papéis são, portanto, socialmente definidos e, mesmo que tenham uma base biológica, como, por exemplo, o sexo, não são instintivos, inatos ou simplesmente intuitivos. Masculinidade e feminilidade são construções relacionais e só podem ser compreendidas uma com referência a outra (CARVALHO FILHO, 2003). A compreensão do gênero exige, portanto, uma análise que considere tanto os

diversos saberes que a ele se referem, como as práticas cotidianas e as formas pelas quais os indivíduos se constituem e se reconhecem como sujeitos “gêndrados” (SANTOS, 2004).

No que diz respeito aos adolescentes, as representações sociais podem ser consideradas como produto e produtoras do *habitus* de cada adolescente inserido em uma determinada posição social ou momento histórico. As representações sociais estariam, desta forma, afetando e sendo afetadas pelas ações dos indivíduos em relação com o mundo em sua vida cotidiana. Elas compreenderiam o conhecimento dos universos consensuais produtos e produtores da interação social cotidiana (AMARAL, 2001).

Existem determinadas práticas que caracterizam nas mais diversas sociedades, os significados do ser homem e do ser mulher. Na sociedade ocidental moderna, o uso de símbolos é largamente adotado na caracterização do masculino e feminino. Desde a infância existe uma preocupação em estabelecer símbolos para a menina e para o menino, dentre objetos de uso pessoal e vestimentas. Assim, entre os brinquedos, o carrinho para o menino e a boneca, para a menina, é perfeitamente aceitável, mas o inverso pode causar estranheza e uma reação muito forte por parte dos pais. Esta categorização vai sendo associada a inúmeros outros significados que vão sendo construídos no universo familiar e social da criança e são por ela assimilados com o passar dos anos. Na escola e em demais instituições sociais vão se somando outros símbolos concretos (objetos visíveis) ou subjetivos (regras de comportamento) ao universo da criança, direcionando a classificação de objetos e práticas, com base, principalmente, nas características biológicas do sexo (AMARAL, 2001, p. 23).

A mesma autora argumenta que esta relação desigual entre homens e mulheres presente no mundo doméstico tende a se reproduzir no espaço público e é vivenciada por todos como um fato “natural” nas relações de trabalho produtivo. Estes fatos, porém, são simultâneos e não consequentes, isto é, a dominação masculina do espaço público existe ao mesmo tempo em que o espaço doméstico é “imposto” à mulher com uma valoração menor. Diante das formas como são educados e de se relacionar com o mundo, meninos e meninas, mesmo vivenciando experiências semelhantes, sempre tendem a estabelecer alguns parâmetros de distinção do que deve ser “coisa de mulher” e “coisa de homem”. As representações sociais de meninos e de meninas aparecem, portanto, como produto de suas relações no cotidiano familiar e com seu grupo social imediato, os amigos, e como resultado de influências sócio-culturais (AMARAL, 2001)..

Cada adolescente é como um universo em constante construção. Este, vivenciando suas práticas nas suas relações familiares e com os grupos de convivências mais próximas, formam suas estruturas subjetivas fundamentais para a composição de suas representações sociais, inclusive no que diz respeito às concepções sobre gênero.

Considerações Finais

Tendo em vista tudo o que foi abordado nesta pesquisa, percebeu-se o quanto é importante o diálogo, mesmo indireto, com os adolescentes, para saber o que pensam sobre determinado assunto. Os mesmos sentiram-se prestigiados em puderem expor suas opiniões, apesar de todas as dificuldades de auto-análise encontradas em todas as fases da vida e, de modo especial, na fase da adolescência.

Constatou-se que as falas dos adolescentes no que diz respeito ao que é “ser homem” e “ser mulher” apresentam, em alguns aspectos, conhecimento, maturidade sobre o assunto, mas em outros, bastante desconhecimento ou conhecimento superficial sobre as questões de gênero, o que acaba de certa forma reforçando conceitos machistas, feministas e/ou mesmo supremacia da biologia sobre a cultura no que diz respeito à construção dos conceitos.

Os adolescentes expressam as representações do ser masculino e do ser feminino tanto na perspectiva da dualidade do sexo biológico como nas relações de diferenças e igualdades entre homem-mulher nos seus universos de convivência ou nas relações de trabalho, de poder no cotidiano familiar, de referenciais e identificações nos grupos de amizade ou na projeção de atitudes.

O que se pode apreender de todo este processo vivenciado, do qual somos atores e produtores, é que seja na família e na escola, continua-se a educar as meninas diferenciadamente dos meninos em termos de atitudes, responsabilidades e ações. Na sociedade, as meninas são educadas mais para cuidar e os meninos para conquistar, enfrentar desafios.

Conclui-se, portanto, afirmando que em grande parte a questão biológica, enquanto determinante do “ser homem” e do “ser mulher”, está superada. Porém, por mais que a educação em gênero esteja bastante democratizada e as discussões sobre o tema ampliadas e intensificadas, de modo

especial nos diversos meios de comunicação, percebe-se que a questão histórica e cultural, ainda permeada por limitações e preconceitos, é um determinante bastante forte nas concepções e nas relações sociais de gênero em nossa sociedade. Daí defender-se que a questão de gênero deve ser melhor trabalhada nos serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social, como uma forma de desmistificação da temática.

Recebido em março e aprovado em maio de 2013

Referências

- AMARAL, C. C. G. do. **Família às Avessas**: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: EUFC, 2001.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. Ministério da Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos** (Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei nº 8.742/1993**. Brasília: MDS, 1993.
- CARVALHO FILHO, B. J. de. "O que está acontecendo com a gente, macho?" **Revista O público e o privado**. Fortaleza: UECE, a. 1, n. 1, jan./jun. 2003.
- KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, A. et. al. **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1986.
- SAFFIOTI, H. I. B. Novas Perspectivas Metodológicas de Investigação das Relações de Gênero. In: SILVA, M. A. de M (Org). **Mulher em seis Tempos**. Seminário Temático II. Araraquara-SP: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 1991.
- SANTOS, M. I. D. de A. Gênero e Representação. Uma Contribuição para os Estudos de Representação à Luz do Conceito de Gênero. In: FROTA, M. H. De P.; OSTERNE, M. Do S. F. (Org). **Família, Gênero e Geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004, p. 69-93.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, Editora UFRGS, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

